

ANAIIS

Andreza Luana da Silva Barros
Elijames Moraes dos Santos
Eliúde Costa Pereira
(Organizadores)



IV SEMANA ACADÊMICA DE LETRAS

**O UNIVERSO FANTÁSTICO DA LINGUAGEM E
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**



Uema
CAMPUS ZÉ DOCA

Coordenação de
Extensão

ecossistema
proexae



Letras
Licenciatura



EDITORA UEMA

**Andreza Luana da Silva Barros
EliJames Moraes dos Santos
Eliúde Costa Pereira
(Organizadores)**

IV SEMANA ACADÊMICA DE LETRAS
O UNIVERSO FANTÁSTICO DA LINGUAGEM E
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
NOS DIAS 04, 05 E 06 DE NOVEMBRO DE 2025



**ZÉ DOCA – MA
2026**



EDITOR RESPONSÁVEL

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

CONSELHO EDITORAL

Ana Lucia Abreu Silva

Ana Lúcia Cunha Duarte

Cynthia Carvalho Martins

Eduardo Aurélio Barros Aguiar

Emanoel Cesar Pires de Assis

Denise Maia Pereira

Fabíola Hesketh de Oliveira

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Helidacy Maria Muniz Corrêa

Jackson Ronie Sá da Silva

José Roberto Pereira de Sousa

José Sampaio de Mattos Jr

Luiz Carlos Araújo dos Santos

Marcos Aurélio Saquet

Maria Medianeira de Souza

Maria Claudene Barros

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Wilma Peres Costa

Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus

EDITORAÇÃO

Eduema

DIAGRAMAÇÃO

Andreza Luana da Silva Barros

José Antonio Teixeira Silva

Márcia da Silva Melo

ANAIS DA IV SEMANA ACADÊMICA DE LETRAS**“O UNIVERSO FANTÁSTICO DA LINGUAGEM E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA”**

Copyright: Andreza Luana da Silva Barros

Elijames Moraes dos Santos

Copyright da presente edição: Eduema

Anais da IV Semana Acadêmica de Letras: o universo fantástico da linguagem e literaturas de língua portuguesa. Zé Doca - MA, 04 a 06 de novembro de 2025 [recurso eletrônico] / organizadores, Andreza Luana da Silva Barros, Elijames Moraes dos Santos, Eliúde Costa Pereira. – Zé Doca - MA: EDUEMA, 2026. 250p. il.color.

ISBN: 978-85-8227-778-2

1. Linguagem. 2. Literaturas. 3. Língua Portuguesa. I. Barros, Andreza Luana da Silva [et.al.] organizadores. II. Título.

CDU: 821.134.3(81)

Eduema

www.editora.uema.br

Ano: 2026

PREFÁCIO

POR UMA LITERATURA QUE INCOMODA: IDENTIDADE, PODER E RESISTÊNCIA NAS MARGENS DO CÂNONE

Esta produção é fruto de um trabalho coletivo, envolvendo docentes pesquisadores e acadêmicos do Curso de Letras do *Campus Zé Doca* e de outros *Campi* da Universidade Estadual do Maranhão, bem como, de outras universidades, congregados na IV Semana Acadêmica de Letras (UEMA – Campus Zé Doca), cuja edição explorou a temática: “O universo fantástico da linguagem e literaturas de Língua Portuguesa”. Nesse sentido, os artigos contemplam discussões atinentes, em especial, aos campos da Linguagem de modo geral e da Literatura, fazendo interface com aspectos sociais diversos, uma vez que tanto a linguagem quanto a literatura constituem práticas sociais.

Os trabalhos aqui reunidos, à primeira vista, poderiam parecer dispersos. Há artigos sobre Shakespeare e sobre Jane Austen, sobre o romance gótico e sobre a literatura infantil, sobre o discurso político de Jair Bolsonaro e sobre a variação linguística no interior do Maranhão. A amplitude temática é grande, e poderia sugerir uma coletânea sem eixo claro. No entanto, à medida que se avança na leitura, torna-se evidente que há um fio condutor: os capítulos, de maneiras diferentes, exploram facetas linguísticas e literárias, perguntando, por exemplo, pela relação entre linguagem, literatura e poder, seja o poder de construir identidades, de legitimar hierarquias, de silenciar vozes ou de inscrever resistências.

O que aproxima um estudo sobre *Hamlet* e o romance gótico de uma análise sobre a representação da chuva em Mia Couto? Não se trata de um parentesco temático imediato, mas de uma preocupação comum com os mecanismos simbólicos por meio dos quais a literatura produz sentidos sobre o mundo. Os autores destes capítulos não leem os textos como objetos estéticos autônomos, mas como práticas discursivas inseridas em condições históricas e ideológicas específicas. Essa perspectiva, que deve muito à tradição da crítica materialista e aos estudos pós-coloniais e de gênero, orienta a leitura tanto dos clássicos do cânone inglês quanto das produções literárias africanas e afro-brasileiras contemporâneas.

Dois movimentos organizam a coletânea. O primeiro é o da releitura do cânone a partir de suas margens. Os capítulos que analisam Shakespeare,

Richardson, Fielding, Austen, Swift e Burney não repetem as interpretações consagradas; ao contrário, interrogam esses textos sobre o que eles silenciam ou naturalizam. A virtude feminina em *Pamela* e *Tom Jones* é examinada como construção ideológica, não como atributo moral. *Mansfield Park* é lido à luz das plantações em Antígua, revelando a dependência colonial da domesticidade inglesa. *Ricardo III* e *Evelina* são aproximados pela noção de performance social, mostrando como a manipulação da aparência é uma estratégia de sobrevivência em contextos de vigilância. Esses estudos não desmontam os clássicos por prazer iconoclasta; procuram, antes, compreender como eles participaram da formação de subjetividades e de relações de poder que ainda nos habitam.

O segundo movimento é o da escrita de si e da resistência. Os capítulos sobre literatura negra brasileira e africana, Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo, Cidinha da Silva, Cristiane Sobral, Mia Couto, partem de um pressuposto diverso: aqui, a literatura não é apenas objeto de análise, mas também ato de insurgência. Escrever é, para esses(as) autores(as), um modo de ocupar um lugar que a tradição literária lhes negou. A “escrivência” de Evaristo; a poética da água, em Couto; o pente que conecta à ancestralidade, em Cidinha da Silva; todos esses gestos inscrevem no texto uma dimensão política que os estudos literários não podem ignorar. Não se trata de incluir esses autores no cânone existente, mas de reconhecer que eles operam segundo outras lógicas, outras temporalidades, outras relações entre escrita e vida.

Há ainda um terceiro eixo, mais difuso, mas igualmente presente: o da mediação escolar, da leitura crítica e da linguagem em uso. Os capítulos sobre formação de leitores, literatura infantil e variação linguística compartilham a preocupação com o uso e o ensino de língua e literatura como prática social. Eles partem do reconhecimento dos usos linguísticos como fatores de marcação de identidades e da escola como um dos principais lugares de encontro entre leitores e textos, e que esse encontro pode reproduzir preconceitos ou abrir fissuras. A defesa de uma pedagogia que considere a diversidade linguística, que valorize a literatura como experiência estética e ética, e que forme leitores capazes de identificar os efeitos ideológicos dos discursos é uma constante que atravessa vários capítulos.

Não se trata, portanto, de uma coletânea tematicamente homogênea, mas de um conjunto de investigações que compartilham uma mesma *atitude* diante da linguagem: a de não a tratar como esfera separada, mas como prática indissociável

da vida social. Os autores não se contentam com a exegese; perguntam pela função da literatura, por seus usos, por seus efeitos. E o fazem sem a pretensão de esgotar o assunto, antes, convidando o leitor a continuar a reflexão.

Se há um traço comum a todos os textos, talvez seja a convicção de que a linguagem importa *porque* está atravessada por aquilo que a sociedade tenta ocultar: o conflito, a contradição, o silêncio imposto e a palavra que insiste em rompê-la. É nesse sentido que a pesquisa em Letras, a que se faz no Brasil, com os recursos e condições disponíveis, permanece como um gesto necessário.

Por:

Izenete Nobre Garcia
e Eliúde Costa Pereira



SUMÁRIO

HAMLET E O NASCIMENTO DO MEDO NO PRIMEIRO ROMANCE GÓTICO.....	10
---	----

Guilherme Augusto Beserra Araújo
Lucas Bastos
Izabela Carolina Barros Souto

MERCANTILISMO E CAPITALISMO NASCENTE: Shakespeare e Defoe	20
---	----

Maria Eduarda Vidal de Sousa
Shayanne de Melo Felix
Izabela Carolina Barros Souto

A TEATRALIDADE DO DIÁLOGO EM ORGULHO E PRECONCEITO: linguagem, identidade e poder nas interações sociais de Jane Austen.....	31
--	----

Paula Vanessa Penha Vale
Rebeca Lopes Andrade
Izabela Carolina Barros Souto

A REPRESENTAÇÃO DA CHUVA NO CONTO A ÚLTIMA CHUVA DO PRISIONEIRO, DE MIA COUTO.....	45
--	----

Ana Beatriz Marques Pereira
Evelly Gabriella Pinheiro de Araujo
Elijames Moraes dos Santos Muniz

A VIRTUDE E OBEDIÊNCIA FEMININA ENTRE <i>A MEGERA DOMADA</i> , DE WILLIAM SHAKESPEARE E <i>OS CASTELOS DE ATHLIN E DUNBAYNE</i> , DE ANN RADCLIFFE	54
--	----

Naiara Misquita Da Silva
Maria Valéria Viana Sousa
Izabela Carolina Barros Souto

DOS PORÕES DA HISTÓRIA À CENA CONTEMPORÂNEA: uma genealogia do corpo feminino negro em Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo.....	65
---	----

Francisco Silva Oliveira
Magna Kheytt Mascarenhas dos Santos

O GÓTICO COMO CRÍTICA SOCIAL EM <i>ABADIA DE NORTHANGER</i> , DE JANE AUSTEN	75
--	----

Laiane Moraes Miguins
Lauanda Cibelly Rocha Portela
Izabela Carolina Barros Souto

NOÇÕES DE LIBERDADE FEMININA EM <i>EMMA</i> , DE JANE AUSTEN	86
--	----

Izabela Carolina Barros Souto

ENTRE PENTES E PRATOS: o despertar da identidade negra em os nove pentes d'África e em eu não vou mais lavar pratos.....	96
--	----

José Honorato de Sousa Filho
Mariana Alice Silva de Lima
Rubenil da Silva Oliveira

ENTRE ENCANTAMENTO E CRITICIDADE: caminhos da literatura infantil para a formação do leitor no ensino de língua portuguesa.....	107
---	-----

Maria Rita Lima dos Santos
Daniel Lucas dos Santos Lima

O OLHAR EUROPEU SOBRE O 'OUTRO' E O EXOTISMO EM <i>AS VIAGENS DE GULLIVER</i> , DE JOHNATHAN SWIFIT E <i>ANTÔNIO E CLEOPATRA</i> , DE SHAKESPEARE.....	122
--	-----

Sofia Moraes Cutrim
Nalbert Dos Santos Brito Lima
Izabela Carolina Barros Souto

A MANIPULAÇÃO SOCIAL EM <i>RICARDO III</i> , DE WILLIAM SHAKESPEARE E EM <i>EVELINA</i> , DE FRANCES BURNEY	134
---	-----

Andressa Vitória Rodrigues da Silva
Fernanda Paula da Silva
Izabela Carolina Barros Souto

MANSFIELD PARK E O REFLEXO DAS TENSÕES COLONIAIS NA OBRA DE JANE AUSTEN	148
---	-----

Janiele da Silva Oliveira
Jhobert Sousa Cunha
Izabela Carolina Barros Souto

A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO NO AMBIENTE ESCOLAR: desafios e caminhos para uma leitura significativa	165
--	-----

Jhobert Sousa Cunha
Janiele da Silva Oliveira
Italo Ramon Francisco de Melo Lima Ximenes

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: a realização do gerúndio no uso cotidiano	176
---	-----

Adriele Sousa Batista
Eliúde Costa Pereira
Rikelme Nascimento Ferreira

DESPALATIZAÇÃO DOS DÍGRAFOS LH E NH: uma abordagem sociolinguística das
marcas fonéticas em Pedreiras e Lima Campos 180

Karina Kerolayne Amancio Sales
Monica D'arc Ferreira Cruz

A LINGUAGEM JORNALÍSTICA E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS: uma análise
discursiva..... 204

Eliúde Costa Pereira
Letícia Dias Pacheco
Vítor Daniel de Sousa Mesquita

A VARIAÇÃO ENTRE “NÓS” E “A GENTE”: crenças e usos no português de Santa
Inês (MA) 215

Andreza Luana da Silva Barros
Fernanda Paula da Silva
Layane Kessia Sousa de Carvalho

ANÁLISE DO DISCURSO: efeitos de sentido na construção discursiva do ex-
presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia 231

Geicilene do Carmo Silva
Fagner Gomes do Nascimento

A PESQUISA HISTÓRICA COMO FUNDAMENTO PARA A RELEITURA DA
LITERATURA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA
CONTEMPORÂNEA..... 243

Izenete Nobre Garcia

HAMLET E O NASCIMENTO DO MEDO NO PRIMEIRO ROMANCE GÓTICO

Guilherme Augusto Beserra Araujo (UEMA) ¹

Lucas Bastos Ipi (UEMA) ²

Izabela Carolina Barros Souto ³

RESUMO: O artigo investiga as relações intertextuais e estéticas entre Hamlet, de William Shakespeare, e O Castelo de Otranto, de Horace Walpole, propondo que o drama shakespeariano constitui uma das matrizes simbólicas para o surgimento do romance gótico. Parte-se da hipótese de que o medo, a melancolia e a presença espectral que permeiam Hamlet prefiguram os elementos que, no século XVIII, se consolidam como fundamentos do imaginário gótico: o castelo em ruínas, o conflito interior e a aparição como metáfora da consciência trágica. Esta pesquisa tem como objetivo analisar como a estética e os temas de Hamlet contribuíram para a configuração inicial do gótico em O Castelo de Otranto e, mais aprofundadamente, busca identificar, em Hamlet, aspectos formais e simbólicos que reaparecem no romance de Walpole e examinar de que modo o medo, como emoção estética e moral, transita do trágico renascentista para o sensacionalismo gótico setecentista. A metodologia baseia-se em pesquisa bibliográfica e análise comparativa, com respaldo teórico em autores como Aristóteles, Fred Botting, Dale Townshend, Alfred Longueil, cujas abordagens permitem compreender a transição do trágico para o gótico enquanto transformação do imaginário ocidental. Portanto, espera-se demonstrar que Hamlet não apenas antecipa os mecanismos psicológicos do medo presentes no romance gótico, mas também legitima o gótico como herdeiro do trágico, fundindo razão e desrazão, melancolia e culpa, arte e assombro. Assim, O Castelo de Otranto pode ser lido como continuação e reinvenção das sombras de Elsinore no século XVIII.

Palavras-chave: Hamlet; O Castelo de Otranto; Gótico; Medo; Tragédia.

1 INTRODUÇÃO

Desde o final do século XVIII, o romance gótico consolidou-se como uma das manifestações mais complexas e duradouras do imaginário literário ocidental, ao

¹ Graduando em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas pela Universidade Estadual do Maranhão, Campus Santa Inês.

² Graduando em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas pela Universidade Estadual do Maranhão, Campus Santa Inês. E-mail: ipilucas4@gmail.com

³ Professora especialista e orientadora do departamento de Letras e Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão, Campus Santa Inês. E-mail: izabelasouto@gmail.com.

articular, em sua estrutura narrativa, elementos como o terror, a melancolia e a transcendência. Conforme observa Hogle (2019, p. 1), a criação e a teorização da ficção gótica, em suas dimensões filosófica, estética, psicológica e cultural, mantêm-se em diálogo contínuo desde a constituição inicial do gótico enquanto gênero, ou mesmo enquanto modo híbrido, caracterizado pela confluência de diferentes tradições literárias. Esse diálogo, embora tenha atravessado períodos de distanciamento crítico, volta a se intensificar nas abordagens contemporâneas, contemplando a complexidade do gótico ao longo do tempo.

A consolidação do gênero é tradicionalmente associada à publicação de *O Castelo de Otranto* (1764), de Horace Walpole, obra que passou a se autodenominar “Uma História Gótica” a partir de sua segunda edição, em 1765. Tal gesto editorial não apenas inaugura oficialmente o romance gótico na literatura inglesa, mas também sinaliza a emergência de uma estética marcada pelo sobrenatural, pela ruína, pela hereditariedade amaldiçoada e pela instabilidade psicológica das personagens. Entretanto, embora Walpole seja frequentemente reconhecido como o fundador do gênero, as raízes do imaginário gótico antecedem sua formulação sistemática e podem ser identificadas em produções literárias anteriores, notadamente no teatro do período renascentista.

Nesse contexto, a obra de William Shakespeare destaca-se como um importante antecedente estético e simbólico do gótico. Townshend (2012, p. 38) observa que peças shakespearianas, como *Sonho de uma Noite de Verão*, foram descritas já no século XVIII como permeadas por uma “mitologia gótica das fadas” Johnson (1765), evidenciando a presença de elementos sobrenaturais, atmosferas ambíguas e conflitos psicológicos intensos. As associações estabelecidas entre Shakespeare e o gótico, retomadas por editores e críticos ao longo do tempo, merecem investigação mais aprofundada, pois contribuem para uma compreensão histórica do processo pelo qual o dramaturgo passou a ser identificado, no final da década de 1760, como “nosso bardo gótico”. Tal reconhecimento sugere que o teatro shakespeariano forneceu matrizes temáticas e formais fundamentais para a configuração posterior do romance gótico.

Embora *O Castelo de Otranto* (1764), de Horace Walpole, seja amplamente reconhecido como a obra inaugural do romance gótico, a recorrente presença de elementos estéticos, simbólicos e temáticos associados ao gótico em produções literárias anteriores, especialmente no teatro de William Shakespeare, suscita

questionamentos acerca da originalidade e da gênese desse gênero. Diante disso, coloca-se a seguinte problemática: em que medida o drama shakespeariano, particularmente *Hamlet*, pode ser compreendido como uma matriz simbólica e estética para a constituição do romance gótico, e de que forma Walpole reelabora e sistematiza esses elementos na construção de uma nova estética narrativa?

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e comparativa, voltada à análise estética e simbólica das obras *Hamlet*, de William Shakespeare, e *O Castelo de Otranto*, de Horace Walpole. Foram examinados as relações intertextuais e os elementos que revelam a transição do trágico para o gótico, com ênfase em temas como medo, melancolia e presença espectral.

O estudo se fundamentou em autores como, Botting, Rossi, David Punter, Mikhail Bakhtin, Terry Eagleton, Harold Bloom e Barbara Heliodora, cujas contribuições permitirão compreender o diálogo entre os dois períodos estéticos.

Foram realizadas leituras comparativas e interpretações hermenêuticas que identificarão motivos simbólicos comuns e suas transformações no imaginário gótico. Assim, a metodologia buscou demonstrar como *Hamlet* antecipará e influenciará a estrutura emocional e simbólica de *O Castelo de Otranto*, evidenciando a continuidade entre o trágico renascentista e o gótico do século XVIII.

Para tal compreensão a pesquisa tem como objetivo investigar as relações intertextuais e estéticas entre *Hamlet*, de William Shakespeare, e *O Castelo de Otranto*, de Horace Walpole, propondo que o drama shakespeariano constitui uma das matrizes simbólicas para o surgimento do romance gótico. Partindo de dois objetivos específicos (i) analisar os elementos temáticos, simbólicos e formais presentes em *Hamlet* que antecipam características centrais do imaginário gótico, como a presença do sobrenatural, o conflito entre razão e desvario, e a ambientação marcada pela melancolia e pela decadência; e (ii) examinar de que modo *O Castelo de Otranto* dialoga com a tradição shakespeariana, reinterpretando motivos, atmosferas e estruturas dramáticas de *Hamlet* para construir uma nova estética narrativa que inaugura o gênero gótico na literatura inglesa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Antecipações do Imaginário Gótico em *Hamlet*: Sobrenatural, Melancolia e Conflito Psíquico

A relação entre a obra de William Shakespeare e a emergência do imaginário gótico pode ser compreendida tanto a partir de seus aspectos formais quanto de seus eixos temáticos, revelando um diálogo produtivo entre o teatro elisabetano e a posterior consolidação do romance gótico. Embora Shakespeare anteceda historicamente o surgimento do gótico como gênero literário, sua produção dramática oferece um repertório estético e simbólico que seria amplamente retomado e ressignificado pela tradição gótica dos séculos XVIII e XIX.

assim, acreditava-se que as credenciais góticas de Shakespeare residiam nas resistências formais de suas peças às Unidades Aristotélicas de tempo, lugar e ação, cuja centralidade havia sido consagrada na estética augustana desde o final do século XVII (Townshend, 2012, p.39)

No plano formal, como observa Townshend (2012, p. 39), as chamadas “credenciais góticas” de Shakespeare estariam associadas, em grande medida, à resistência de suas peças às Unidades Aristotélicas de tempo, lugar e ação, princípios que haviam adquirido estatuto normativo na estética augustana a partir do final do século XVII. Ao fragmentar a linearidade temporal, multiplicar os espaços cênicos e articular tramas paralelas, Shakespeare subverte a noção de ordem e harmonia clássicas, instaurando uma dramaturgia marcada pela instabilidade estrutural e pela descontinuidade. Essa recusa da rigidez formal antecipa um dos traços centrais do imaginário gótico: a ruptura com modelos normativos e a valorização do excesso, da irregularidade e da ambiguidade.

Dessa forma, Shakespeare pode ser entendido não apenas como um precursor cronológico, mas como uma matriz estética fundamental para o desenvolvimento do gótico. Sua obra oferece um modelo de experimentação formal e de densidade simbólica que desafia a racionalidade clássica e legitima a presença do irracional, do sublime e do perturbador na criação literária. Ao romper com as convenções aristotélicas e explorar as zonas obscuras da experiência humana, Shakespeare contribui decisivamente para a formação de um imaginário que, mais tarde, encontraria no romance gótico um espaço privilegiado de expressão.

As peças de Shakespeare são permeadas por temas e simbologia que vão de acordo com a estética gótica, como fantasmas, bruxas, cemitérios, morte, momentos de terror que evocam medo, temas estes que escritores posteriormente adaptaram e se apropriaram. Lidando especificamente com Hamlet, um breve panorama da história nos mostra morte, o elemento sobrenatural, a loucura e o incesto (Sardenberg, 2011, p. 270 e 271)

O modo como a dramaturgia shakespeariana antecipa elementos centrais da estética gótica, tanto no plano temático quanto simbólico, aponta para a presença de um imaginário marcado pelo medo, pelo sobrenatural e pela morte. Nesse sentido, Shakespeare não apenas mobiliza tais elementos de forma episódica, mas os integra à lógica dramática de suas peças, conferindo-lhes função narrativa e simbólica. Dessa forma, Sardenberg (2011) permite compreender Hamlet como um texto que articula o terror, o sobrenatural e a transgressão não apenas como efeitos dramáticos, mas como instrumentos de investigação da condição humana. Esses elementos, posteriormente apropriados e reelaborados por escritores góticos, demonstram que a obra de Shakespeare constitui um repertório simbólico fundamental para a formação do imaginário gótico, antecipando tanto suas atmosferas sombrias quanto suas inquietações psicológicas e morais.

2.2 O Castelo de Otranto e a herança Shakespeariana: releituras do gótico inglês

A relevância de *O Castelo de Otranto* (1764), de Horace Walpole, como marco inaugural do romance gótico, reside não apenas em sua originalidade estética, mas também em sua função crítica no processo de transformação das concepções literárias do século XVIII. A obra inaugura um novo regime de ficcionalidade ao tensionar os limites entre razão e imaginação, verossimilhança e sobrenatural, em um contexto marcado pela hegemonia dos ideais iluministas e pela valorização do realismo narrativo.

Com a publicação de *O Castelo de Otranto* (1764), "gótico" também emerge como um termo crítico (Longueil, 1923, 453-456). E a ficção, como uma história fabricada, surge como uma condição crucial para esse surgimento. O romance de Horace Walpole, a primeira "história gótica", introduz muitas das características que vieram a definir um novo gênero de ficção, como o cenário histórico e arquitetônico feudal, o herdeiro nobre deposto e as maquinações fantasmagóricas e sobrenaturais (Botting, 2012, p.14).

A inovação de Walpole também se manifesta na tentativa consciente de articular duas tradições narrativas até então consideradas incompatíveis: o romance medieval e o romance realista moderno. Conforme observa Botting (1996, p. 31), o autor percebe no realismo uma limitação da imaginação, uma vez que sua insistência na representação fiel da natureza e da vida cotidiana restringiria o potencial inventivo da narrativa. Por outro lado, o romance cavaleiresco medieval é visto como excessivamente artificial e improvável, distanciando-se da experiência humana

reconhecível. A proposta walpoliana, portanto, consiste em permitir que a fantasia transite livremente pelos “reinos ilimitados da invenção”, sem, contudo, abandonar por completo as regras da probabilidade.

Com a publicação do romance, o termo “gótico” passa a assumir também um estatuto crítico, deixando de designar apenas um estilo arquitetônico medieval para se constituir como categoria literária (Longueil, 1923, p. 453–456). Esse deslocamento conceitual está intrinsecamente ligado à afirmação da ficção como construção deliberada, isto é, como um espaço em que a invenção narrativa não é um desvio da verdade, mas um meio legítimo de explorar dimensões simbólicas, emocionais e históricas da experiência humana.

Essa síntese entre fantasia e verossimilhança, apresentada por Walpole, pode ser compreendida à luz do conceito aristotélico de mimesis, conforme delineado na *Poética* (Aristóteles, 2017 [c. 335 a.C.]). Tal articulação constitui o núcleo da estética gótica inaugurada por *O Castelo de Otranto*, na medida em que a obra não se limita à mera representação do extraordinário, mas busca conferir inteligibilidade e coerência às ações narradas. Embora recorra a acontecimentos sobrenaturais e insólitos, Walpole preserva a plausibilidade psicológica de seus personagens, que pensam, falam e agem de modo reconhecível, como sujeitos comuns submetidos a situações extremas. Dessa forma, o romance concilia o excesso imaginativo com a lógica interna da representação, assegurando à narrativa gótica um equilíbrio entre invenção fantástica e credibilidade mimética.

3 ANÁLISE DE DADOS

Ao propormos uma análise comparativa entre a obra de Shakespeare e a de Walpole, trilhamos os caminhos que levaram o romance gótico a florescer na Inglaterra setecentista. Como afirma Rossi (2010), Shakespeare se posiciona como o passado do gótico e como seu possível futuro, é a fonte da sua fluência. A estética shakespeareana será um dos pontos mais abordados por Walpole em *O Castelo de Otranto*, pois segundo o próprio autor “o grande mestre da natureza, Shakespeare, foi o modelo que copiei” (Walpole, 1996, p.21), ao colocarmos em amostra os escritos de ambos, isso se evidencia que o *Hamlet*, de Shakespeare, é o real castelo de Otranto.

Foi Diego que viu, senhor, não fui eu — replicou Jaquez. — Eu só ouvi o barulho. Assim que Diego abriu a porta, gritou e virou-se correndo. Também corri e perguntei “é o fantasma?” “O fantasma! Não, não”, disse Diego, o seu

cabelo todo em pé, “é um gigante, acho; está todo de armadura, pois vi o seu pé e parte da perna e eles são tão grandes quanto o elmo lá no pátio”. Quando ele proferiu essas palavras, meu senhor, ouvimos um violento chacoalhar da armadura, como se o gigante estivesse se levantando; pois Diego depois contou-me que ele acha que o gigante estava deitado, pois o pé e a perna estavam estirados no chão (Walpole, 1996, p. 31).

Esse trecho da obra descreve o encontro mágico de alguns soldados com os que eles apontaram ser um “gigante” que estaria vivendo dentro do castelo, é possível notar o medo em não perceber a princípio do que se tratava e a acentuação desse sentimento ao notarem algumas de suas características. O que o autor parece propor é uma escrita de excessos, misturas que se desembocam em excessos, segundo Botting:

O gótico significa uma escrita de excesso. Ele aparece na terrível obscuridade que assombrava a racionalidade e a moral do século XVIII. As atmosferas góticas sombrias e misteriosas sinalizaram repetidamente o perturbador retorno do passado ao presente e evocaram emoções de terror e riso (1996, p.1 e 7).

Essas designações da obra gótica parecem fazer contato direto com o trágico de Shakespeare uma vez que, em Hamlet o horror estampará toda a narrativa seja por meio do fantástico, seja por meio de explorações emocionais das personagens, em um trecho da peça é possível perceber elementos do fantasmagórico com a presença do fantasma do antigo rei que aparece próximo ao palácio enquanto alguns soldados fazem a guarda.

HORÁCIO - Pois sentemo-nos, para ouvir a Bernardo sobre o assunto.
BERNARDO - Na última noite, ao vir iluminar aquela estrela, que está a oeste do pólo, a parte exata do céu em que ora brilha, eu e ao soar uma hora o sino... Marcalo,
MARCELO - Pára! Não continues; ei-lo de novo. (Entra o Fantasma)
BERNARDO - Exatamente a forma do rei morto.
MARCELO - Fala-lhe tu, Horácio, que és instruído.
BERNARDO - Não é igual ao rei? Vé bem, Horácio.
HORÁCIO - Igual; o espanto e o medo me confundem (Shakespeare, 2015, p. 11).

No início da cena I faz menção ao encontro fantástico de soldados com o espírito do rei. Os elementos do medo, do horror e da confusão são nítidos e parecem constituir o grande manual que o romance gótico irá guiar-se: a presença do castelo, de figuras da nobreza e certos aspectos sobrenaturais formam, basicamente, a escrita de Walpole e de todo o segmento gótico. Como descreve Rossi (2010), O Castelo de Otranto se apropria dos aspectos da realidade para tratar de um enredo sobrenatural, além dos elementos cinematográficos e mistura, em sua temática, religião, incesto, paixão, divórcio, usurpação, terror e horror. A usurpação pode ser contemplada na

figura do tio de Hamlet que chega ao trono por meio de um assassinato como também na figura do rei de Otranto, que exerce seu poder de forma ilegítima, em Hamlet temos essa demonstração do caráter duvidoso do tio logo nos primeiros atos da peça.

Hamlet! Contaram que uma cobra me picara, quando, a dormir, eu no jardim me achava. Assim, foi ludibriado todo o ouvido da Dinamarca por uma notícia falsa de minha morte. Mas escuta, nobre mancebo! A cobra que peçonha lançou na vida de teu pai, agora cinge a coroa dele (Shakespeare, 2015, p. 41).

Nesse trecho nos é apresentado uma das revelações chaves para o enredo, a descoberta da verdadeira causa da morte do rei, mas o que fica explícito na morte é o caráter do então rei, que assassina o pai de Hamlet e assume o trono a partir de uma farsa, em consonância com esse personagem temos Manfredo rei de Otranto que age de forma a privilegiar sempre seus interesses:

Dane-se Hipólita! – gritou Manfredo. – Esqueça-a desde já, como eu a esqueço. Em resumo, minha senhora, perdeu um marido que não estava à altura de seus encantos: esses agora terão melhor destino. Em vez de um garoto enfermo, terá um marido no vigor da idade, que saberá dar valor às suas belezas e pode gerar uma prole numerosa.

O trecho narra o encontro de Manfredo com a então futura esposa do filho morto, minutos depois da tragédia Manfredo já projetava suas táticas de seduzir a prometida do filho e já rejeitava a própria esposa. Assim, é possível perceber, segundo Botting (1996), que o gótico, ao investigar questões relacionadas à morte, insanidade e declínio, revela o aspecto sombrio da vivência humana que a modernidade normalmente buscava ocultar sob a aparência do avanço.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, entende-se que diante do percurso comparativo traçado entre *Hamlet* e *O Castelo de Otranto*, torna-se evidente que o romance gótico inglês não emerge como um fenômeno isolado ou abrupto, mas como resultado de um diálogo profundo com tradições literárias anteriores, especialmente com a dramaturgia shakespeariana. Shakespeare, como bem aponta Rossi (2010), ocupa simultaneamente o lugar de origem e de projeção futura do gótico, funcionando como uma fonte estética, temática e simbólica da qual Walpole se apropria e ressignifica.

Ao recorrer a elementos como o castelo, o sobrenatural, a figura do fantasma, a usurpação do poder e os conflitos morais e familiares, Walpole retoma

estruturas já exploradas em *Hamlet*, deslocando-as do palco para a narrativa em prosa e intensificando seus excessos. Essa escrita marcada pelo exagero, pelo terror e pela instabilidade emocional, conforme descreve Botting (1996), revela não apenas uma estética do medo, mas também uma crítica velada às estruturas de poder, à hereditariedade e à moralidade da nobreza.

Assim, tanto em Shakespeare quanto em Walpole, o fantástico não se apresenta como mero artifício de entretenimento, mas como mecanismo de revelação: o sobrenatural expõe crimes ocultos, desmonta aparências e escancara a fragilidade das instituições humanas. A presença do fantasma em *Hamlet* e do “gigante” em *O Castelo de Otranto* cumpre função semelhante ao provocar o desequilíbrio da ordem estabelecida e conduzir os personagens e o leitor ao confronto com o terror, a culpa e a corrupção.

Conclui-se, portanto, que a obra de Walpole pode ser lida como uma continuidade e uma amplificação do trágico shakespeariano, adaptada às inquietações do século XVIII. O gótico nasce, justamente, desse encontro entre passado e presente, entre razão e excesso, revelando que, por trás do discurso iluminista do progresso, persistem as sombras da experiência humana, sombras que Shakespeare já havia intuído e que Walpole transforma em matéria central de sua narrativa.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Poética**. 2. ed. Tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2017.

BOTTING, Fred. **Gothic**. London; New York: Routledge, 1996.

HOGLE, Jerrold E. (Ed.). **Gótico e Teoria: Um Guia de Edimburgo**. Edinburgh University Press, 2019.

JOHNSON, Samuel. **Prefácio do Sr. Johnson à sua edição das peças de Shakespeare**. J. e R. Tonson, H. Woodfall, J. Rivington, R. Baldwin, L. Hawes, Clark e Collins, T. Longman, W. Johnston, T. Caslon, C. Corbet, T. Lownds e os executores de B. Dodd, 1765.

LONGUEIL, Alfred E. The Word "Gothic" in Eighteenth Century Criticism. **Modern Language Notes**, v. 38, n. 8, p. 453-460, 1923.

ROSSI, Aparecido Donizete; BURGESS, Anthony. Shakespeare: a invenção do Gótico. **Todas as Musas**. Ano 09, nº 01, jul./dez., 2017.

SARDENBERG, Thiago Silva. Hamlet Na Escuridão: Revisitando Shakespeare Sob a Luz a Estética Gótica. **O Insólito em Língua Inglesa**, p. 266. 2011.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Tradução de Millôr Fernandes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

TOWNSHEND, Dale. **Shakespeare Gótico**. Um novo guia para o gótico, p. 38-63, 2012.

WALPOLE, Horace. Prefácio para a segunda edição. **O castelo de Otranto**. Trad. Alberto Alexandre Martins. São Paulo: Nova Alexandria, 1996, editorial matter and organisation Jerrold E. Hogle and Robert Miles, 2019.

MERCANTILISMO E CAPITALISMO NASCENTE: SHAKESPEARE E DEFOE

Maria Eduarda Vidal de Sousa (UEMA) ¹

Shayanne de Melo Felix (UEMA) ²

Izabela Carolina Barros Souto (UEMA) ³

RESUMO: Esta pesquisa propõe uma leitura analítica e comparada entre *O Mercador de Veneza* (1600), de William Shakespeare, e *Robinson Crusoé* (1719), de Daniel Defoe, a fim de examinar como ambas as obras representam a ascensão do valor econômico como princípio moral e existencial. Em Shakespeare, a figura de Shylock simboliza a ética mercantil que se confronta com os limites religiosos e morais do humanismo renascentista; já em Defoe, Robinson encarna o sujeito protestante e empreendedor, cuja sobrevivência e prosperidade derivam do trabalho, da racionalização e do acúmulo de bens. O estudo parte da perspectiva da Literatura Comparada para discutir a consolidação de um imaginário capitalista na cultura inglesa. A metodologia se configura como bibliográfica e tem em seu referencial teórico estudiosos como, Karl Max (1867;2013), Max Weber (1921), Raymond Williams (1979), Stephen Greenblatt (1988) e Barbara Heliodora (2015), articulando economia e literatura como campos interdependentes. Busca-se compreender de que modo Shakespeare problematiza a lógica do lucro e da dívida num contexto mercantil, enquanto Defoe naturaliza a ética do trabalho e da propriedade privada como virtudes universais. O confronto entre essas obras evidencia a transição de um mundo de trocas simbólicas e morais para outro de valor monetário e racionalidade econômica, revelando assim a literatura como espelho e crítica da modernidade.

Palavras-chave: Shakespeare; Defoe; Capitalismo e Mercantilismo; Literatura comparada.

1 INTRODUÇÃO

Entre os séculos XVI e XVIII, a Inglaterra passa por mudanças significativas, impulsionadas pelo crescimento do comércio, pela ética protestante emergente e pelo fortalecimento de uma mentalidade econômica que se tornaria o centro da modernidade capitalista. Neste cenário, as obras literárias atuam como um papel essencial na representação e na análise crítica desse novo conceito econômico.

¹ Graduanda em Letras Português, Inglês e suas Literaturas na Universidade Estadual do Maranhão.

² Graduanda em Letras Português, Inglês e suas Literaturas na Universidade Estadual do Maranhão.

³ Professora orientadora. Professora especialista do departamento de Letras e Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão campus Santa Inês. E-mail: izabelasouto@gmail.com.

O Mercador de Veneza (1600), de William Shakespeare, e *Robinson Crusoé* (1719), de Daniel Defoe, são considerados marcos culturais que mostram a ascensão do valor econômico como base moral, social e existencial.

Em Shakespeare, Shylock representa a ética mercantil em conflito com os valores religiosos e humanistas ainda presentes na Inglaterra renascentista, evidenciando as tensões entre justiça, acordo e misericórdia. Em Defoe, Robinson representa a afirmação do indivíduo protestante e inovador, cuja sobrevivência e sucesso estão conectados à racionalização, ao trabalho disciplinado e à acumulação de bens — um objetivo que está relacionado diretamente com o crescente discurso capitalista. Sob esse espectro, ao mesmo tempo que Shakespeare questiona os limites morais do lucro em uma sociedade em transformação, Defoe estabelece o ideal econômico do indivíduo moderno, evidenciando a transição definitiva para uma ética capitalista fundamentada no trabalho, na propriedade e na racionalidade.

Dessa forma, entender como o valor econômico é representado nessas obras possibilita a análise dos elementos estéticos e ideológicos da cultura inglesa durante o processo de modernização. Isso inclui a tensão entre os valores comunitários e a ética mercantil emergente, a crescente valorização do contrato e da racionalização econômica, a construção do indivíduo moderno focado no trabalho e na autossuficiência, além da naturalização da propriedade privada, da acumulação e da expansão colonial. Tendo isso em vista, chega-se ao seguinte questionamento norteador: de que maneira as obras *O mercador de Veneza*, de William Shakespeare, e *Robinson Crusoé*, de Daniel Defoe, refletem e problematizam a ascensão do valor econômico como princípio moral e existencial na cultura inglesa?

Como objetivos específicos, pretende-se: (1) analisar de que maneira *O Mercador de Veneza* e *Robinson Crusoé* apresentam a ascensão do valor econômico como base moral e social na cultura inglesa moderna; (2) comparar como Shakespeare analisa a lógica do lucro e da dívida enquanto Defoe valoriza a moralidade do trabalho e da propriedade privada como pilares do sujeito moderno.

Esta pesquisa almeja entender como a literatura pode nos apresentar a transição do mercantilismo para o capitalismo. A relação entre literatura e economia continua sendo um campo de investigação pouco investigado em pesquisas acadêmicas em Língua Portuguesa, o que destaca a importância de análises que combinem estética, história e ideologia.

O presente artigo está dividido em quatro seções. A primeira organizamos as principais contribuições teóricas que ligam literatura, economia e elaboração do imaginário capitalista, baseadas em obras de Karl Marx (2013), Max Weber (1921), Raymond Williams (1979), Stephen Greenblatt (1988) e Barbara Heliodora (2016); na segunda apresentamos a metodologia que foi apresentada na pesquisa; na terceira abordamos a análise dos resultados que foram obtidas a partir do estudo e na quarta demonstramos as considerações finais sobre o estudo desenvolvido.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A ascensão do valor econômico na cultura inglesa

Karl Marx (2013, p.94) afirma que, na sociedade moderna, “as relações sociais entre os homens assumem a forma fantasmagórica de relações entre coisas”, destacando como o valor econômico começa a influenciar não só a produção material, mas também as maneiras de agir, sentir e fazer julgamentos morais. Embora essa reflexão se concentre no capitalismo industrial do século XIX, ela contribui para a compreensão de processos históricos anteriores. Nos séculos XVI e XVII, a sociedade inglesa seguia o mercantilismo, um modelo econômico focado principalmente na expansão do comércio e no fortalecimento do Estado.

Em *O Mercador de Veneza*, William Shakespeare retrata uma sociedade organizada com base no mercantilismo, onde o comércio, o crédito e a circulação de mercadorias desempenham um papel fundamental. A peça destaca como o contrato e a dívida começam a governar as relações sociais. O pacto entre Antônio e Shylock vai além do aspecto financeiro e adquire um significado simbólico, evidenciando o poder ascendente do capital mercantil. Ao declarar: “A libra de carne que me pertence é minha, e eu a exigirei” (Shakespeare, 2016, p.112), Shylock representa uma lógica econômica fundamentada na equivalência e na legalidade, em conflito com valores éticos tradicionais, como a compaixão cristã.

Robinson Crusoe, de Daniel Defoe, publicado no começo do século XVIII, retrata um estágio mais avançado desse processo histórico. O romance descreve a consolidação de uma lógica econômica ligada ao capitalismo em ascensão, onde o trabalho, a produção e o acúmulo são vistos como virtudes essenciais. Ao relatar sua

vivência na ilha, *Crusoé* destaca que sua dedicação constante resultou em ordem e riqueza, demonstrando a economia como princípio estruturador da vida (Defoe, 2014, p. 87). Dessa forma, Defoe retrata literariamente o crescimento do valor econômico como base da nova estrutura social moderna.

2.2 Lógica do lucro, dívida e trabalho

Shakespeare analisa o peso moral das relações econômicas em *O Mercador de Veneza*. Por exemplo, Shylock representa uma perspectiva financeira cada vez mais racional, em que o lucro e a execução do contrato se tornam valores que sobressaem sobre qualquer ética comunitária. Marx (1867) destaca esse processo como o momento em que “o capital se torna uma relação social totalizante”, desempenhando influência sobre as interações humanas. Em vários momentos da peça, o acordo entre Shylock e Antônio evidencia a substituição da moral tradicional por uma moral fundada na equivalência, na medida e na punição. Essa racionalidade aparece de modo explícito quando Shylock insiste que sua reivindicação se baseia unicamente no contrato, afirmando: “Só reclamo a aplicação da lei, a pena justa cominada na letra já vencida” (Shakespeare, 2016, p.38). A justiça, nesse contexto mercantil, deixa de ser orientada por valores comunitários e passa a ser regulada pela lógica estrita da obrigação legal.

Raymond Williams (1979, p.132) acrescenta a essa análise ao afirmar que Shakespeare observa “estruturas de sentimento” em transformação — sentimentos que revelam a integração da vida econômica no centro das relações humanas. Greenblatt (1988, p.256) observa que Shakespeare demonstra como identidades e subjetividades são desenvolvidas através de redes de poder que envolvem dinheiro, honra, risco e dívida. Assim, a “lógica do lucro” em Shakespeare se apresenta não como um ideal, mas como uma questão ética e humana.

Dessa forma, Daniel Defoe, por outro lado, vê o capitalismo como um meio de formação moral em *Robinson Crusoé*. Diferente de Shakespeare, que investiga a economia, Defoe a legitima. *Crusoé* considera o trabalho disciplinado uma virtude e a propriedade privada a base da autonomia e da identidade. Essa visão se relaciona diretamente com a análise de Max Weber, que afirma que a ética protestante revolucionou o trabalho racional e constante em um sinal de vocação e moralidade (Weber, 1921, p. 53).

Ao estruturar sua ilha por meio de registros, contabilidade e controle produtivo, Crusoé ilustra o que Raymond Williams chama de estrutura cultural emergente, caracterizada pela racionalização econômica da vida (1979, p. 121). Assim, ao passo que Shakespeare crítica as contradições humanas produzidas pela lógica da dívida e do lucro no cenário mercantilista, Defoe ressalta o trabalho e a propriedade como fundamentos de uma nova subjetividade moderna, em conformidade com o capitalismo em crescimento.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, descritiva e comparativa, cujo objetivo é investigar de que modo as obras *O Mercador de Veneza* (1600), de William Shakespeare, e *Robinson Crusoé* (1719), de Daniel Defoe, representam as transformações econômicas e morais ocorridas na Inglaterra entre os séculos XVI e XVIII, especialmente no que diz respeito à transição do mercantilismo para o capitalismo nascente.

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se o método de revisão bibliográfica, com base em estudos acadêmicos que abordam a relação entre literatura e economia, bem como o contexto histórico, social e cultural da Inglaterra entre os séculos XVI e XVIII. O referencial teórico é baseado principalmente nas obras de Karl Marx (2013), Max Weber (1921), Raymond Williams (1979), Stephen Greenblatt (1988), Ian Watt (1990) e Barbara Heliodora (2012). Essas reflexões oferecem uma fundamentação para compreender a dimensão econômica e ideológica dos textos literários analisados.

A análise das obras foi realizada no contexto da Literatura Comparada, o que permitiu encontrar semelhanças e diferenças na forma como cada autor apresenta as relações econômicas, o trabalho, a propriedade e o surgimento da subjetividade moderna. Assim, ocorreu uma análise detalhada dos textos literários, destacando trechos que mostram a lógica mercantil em Shakespeare e a ética do trabalho e da racionalidade econômica em Defoe, associando-os ao contexto histórico e às interpretações teóricas utilizadas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A transição do mercantilismo para o capitalismo nascente, ocorrida entre os séculos XVI e XVIII, se manifestou tanto nas estruturas econômicas e políticas como também na literatura do período. Nesse contexto, as obras de William Shakespeare e Daniel Defoe apresentam importantes registros das relações econômicas, sociais e morais de suas épocas.

Em *O Mercador de Veneza* (1600), o autor retrata uma sociedade em transição, ainda marcada por valores aristocráticos, com uma economia controlada pelo Estado e orientada para o acúmulo de riquezas por meio do comércio e da expansão colonial. “O Mercador de Veneza (The Merchant of Venice) é uma peça shakespeariana de forte apelo jurídico. Assim como ocorre em outras obras, a trama tem seu momento culminante num julgamento” (Neves, 2019, p. 127).

A narrativa apresenta inicialmente os personagens Antônio, mercador veneziano, seu amigo Bassânio e Shylock, um judeu agiota. Eles representam, respectivamente, a burguesia mercantil cristã, a aristocracia endividada e o capital financeiro associado a prática da usura.

Antônio é um comerciante de Veneza que tem sua riqueza vinculada ao comércio marítimo, o que evidencia sua posição central na economia mercantil da época. Bassânio recorre a ele para pedir um empréstimo com o intuito de cortejar a jovem herdeira Pórcia, no entanto, como todo seu montante estava investido em navios, ele diz ao amigo para procurar um fiador:

Você sabe que o ajudarei, Bassânio. Por outro lado, também sabe que tudo que tenho está neste momento no mar. Neste momento, dinheiro tenho pouco, e bens possuo poucos para levantar grande soma ou pelo menos o suficiente para ajudá-lo em sua empreitada. Portanto, tudo o que posso lhe pedir é que saia a campo e ponha à prova meu crédito em Veneza (Shakespeare, 2021, p.14).

Em seguida, Bassânio recorre ao agiota Shylock com a intenção de pedir um empréstimo de três mil ducados, tendo Antônio como fiador. No entanto, o judeu já nutria um ódio do mercador: “Odiava-o por ser cristão, mas ainda mais por ser um dos principais responsáveis pelas dificuldades que enfrentavam seus negócios em Veneza [...] Odiava Antônio tanto quanto este o desprezava” (Shakespeare, 2021, p.22). Ainda assim, Shylock aceita conceder o empréstimo, porém, impondo uma cláusula:

O senhor irá comigo neste momento ao notário e assinará um documento da dívida, no qual, por brincadeira, declarará que se no dia tal ou tal, em lugar

escolhido de comum acordo, não pagar a quantia que me deve, concordará em ceder, como forma de pagamento, meio quilo de tua bela carne, que de teu corpo será cortada onde eu bem escolher (Shakespeare, 2021, p.25).

Esse acordo, aparentemente tratado como uma brincadeira por Antônio, evidencia a confiança que tem em seus empreendimentos marítimos, assim como revela a rigidez da lógica financeira que orienta as relações sociais na Veneza mercantil. Além disso, o contrato também simboliza o embate entre a ética cristã, defendida por Antônio, e a aplicação rigorosa da lei, representada por Shylock.

O ponto culminante da peça ocorre no julgamento de Antônio, quando Shylock exige o cumprimento do contrato, pois “a respeitabilidade e o cumprimento de leis e compromissos, principalmente financeiros, sempre fora a pedra angular nas relações entre mercadores e a burguesia comercial veneziana” (Shakespeare, 2021, p.75). No tribunal, a tensão entre justiça e misericórdia torna-se central.

A reviravolta acontece com a intervenção de Pórcia, que, disfarçada de advogado, apresenta um argumento jurídico: “Deveres, meu bom homem, contratastes um para que, consumado o cumprimento da letra, seu devedor não venha a morrer por conta de grave e incontrolável hemorragia, estou certo?” (Shakespeare, 2021, p.86). Além disso, a lei veneziana proíbe que um estrangeiro prejudique um cidadão cristão de forma tão cruel.

Portanto, o tribunal condena Shylock a renunciar à vingança e doar parte de seus bens: “Naquela noite mesmo, antes de partir para Belmonte, Pórcia passou na casa de Shylock. Ele assinou ata com a doação de seus bens sem emitir uma palavra sequer, e nada disse quando ela se foi (Shakespeare, 2021, p.90).

Esse desfecho ressalta os conflitos de poder, religião e moralidade que permeiam a sociedade veneziana. Assim como reflete o mercantilismo da época, ao destacar a importância do comércio e da circulação de riqueza como fatores determinantes das relações sociais e do prestígio econômico na Veneza do século XVI.

Por outro lado, em *A Vida e as Aventuras de Robison Crusoé*, publicado em 1719, Defoe além de apresentar um romance marcado por aventuras, também retrata um estágio mais avançado da transição para o capitalismo.

O protagonista, um jovem inglês de origem burguesa, rompe com os limites impostos pela família e decide se aventurar no mar. “Esse garoto poderia ser feliz se ficasse em casa. Mas, se ele vai correr o mundo, será a criatura mais desgraçada que já existiu. Jamais darei o meu consentimento para isso” (Defoe, 2019, p.11), mesmo

depois das advertências paterna, Crusoé, por um breve período, decide seguir os conselhos do pai. No entanto, quando surge a primeira oportunidade de conduzir sua vida conforme seus próprios desejos, ele abandona a obediência familiar e decide seguir sua trajetória individual, marcada pela busca de autonomia, aventura e ascensão econômica.

Essa decisão inaugura sua trajetória como sujeito capitalista, na qual enfrenta inúmeros riscos e medos, assumindo a incerteza como parte constitutiva da sua experiência:

Um dia eu estava em Hull, para onde viajava ocasionalmente, sem nenhum propósito premeditado de empreender uma fuga naquele momento. Então, como eu dizia, eu estava lá quando um dos meus companheiros, prestes a navegar para Londres no navio de seu pai, insistiu para que eu o acompanhasse, jogando aquela isca banal, irresistível para os homens do mar: eu não precisaria pagar pela minha passagem. [...] No dia 1º de setembro de 1651, embarquei para Londres num navio carregado (Defoe, 2019, p.12).

Ao longo dessa viagem, Crusoé experimenta pela primeira vez os perigos do mar, vivendo o medo, a instabilidade e a imprevisibilidade de suas escolhas. Após essa experiência inicial, ele ainda embarca em novas viagens marítimas, em que cada nova travessia representa um aprendizado prático, no qual o perigo e a incerteza são assimilados como parte do processo que ele decidiu enfrentar. “Não consigo descrever o meu estado emocional. Eu mal havia me recuperado da primeira penitência, que aparentemente superei e me fortaleceu. Achei que sabor amargo da morte tinha passado [...] (Defoe, 2019, p.15).

Foi justamente esse acúmulo de experiências que culminou no naufrágio, que contou com um único sobrevivente: Robison Crusoé. Conforme exemplificado no trecho a seguir:

Depois de termos remado, ou melhor, derivado por uma légua e meia, pelas nossas contas, uma onda furiosa, que se ergueu como uma montanha, veio rolando por trás de nós, claramente anunciando o “golpe de misericórdia”. Em suma, a onda nos levou com tanta fúria que o bote emborcou de uma só vez e nos arremessou ao longe. [...] Enfim, eu estava seguro e em terra firme. [...] Quanto aos outros, jamais os vi novamente, nem eles e nem qualquer sinal deles, exceto três chapéus, um boné e dois sapatos que não formavam par (Defoe, 2019, p.49-51).

Isolado em uma ilha deserta, ele se vê completamente dependente de sua própria iniciativa, engenhosidade e capacidade de adaptação para garantir sua sobrevivência. A partir desse momento, o trabalho torna-se o elemento central de sua

existência, pois é por meio dele que Robison organiza o espaço, transformando-o em um ambiente produtivo e totalmente voltado para o lucro e acumulação de riqueza.

De acordo com Watt (1990, p.80) classificar o livro como:

[...] especial de "viagem e aventura" na verdade não é válido. A ênfase na viagem tende a colocar o livro numa posição um tanto periférica em relação ao desenvolvimento do gênero romance, pois remove o herói de seu ambiente habitual, condizente com relacionamentos sociais estáveis e coesos. Porém Crusoé não é um simples aventureiro, e suas viagens, como sua independência em relação aos laços sociais, não passam de casos um tanto extremos de tendências normais na sociedade moderna como um todo, pois, ao transformar a procura do lucro num motivo básico, o individualismo econômico aumentou em muito a mobilidade individual.

Dessa forma, a ilha deixa de ser um mero espaço de isolamento e passa a representar a mentalidade capitalista nascente. O protagonista age como um verdadeiro empreendedor moderno, visto que planeja, calcula riscos e administra recursos baseado no trabalho disciplinado, projetando na ilha os princípios do capitalismo em formação, como o individualismo e a racionalidade econômica. Essa lógica pode ser evidenciada quando Robison passa a se perceber como proprietário absoluto do território e senhor dos que nele habitam:

A minha ilha agora estava povoada e eu me achava muito rico em súditos. Uma reflexão feliz, que eu fazia frequentemente, era que eu parecia um rei. Primeiro de tudo, todo o país era minha propriedade, então eu tinha o direito inquestionável de domínio da região. Em segundo lugar, o meu povo estava perfeitamente submisso eu era senhor e legislador absoluto, todos deviam suas vidas a mim e estavam prontos para dar a vida por mim, se houvesse ocasião para isso. Notável, também, é que eu tinha apenas três súditos e eles eram de três religiões diferentes o meu servo Sexta-feira era protestante, o pai dele era pagão e canibal e o espanhol era papista, ou católico -, contudo, eu permitia liberdade de consciência em todos os meus domínios, mas isso, de propósito (Defoe, 2019, p.254).

Assim, observa-se a associação entre propriedade privada, poder político e dominação social. Crusoé legitima sua autoridade a partir da posse da terra, reproduzindo assim a lógica colonial e capitalista europeia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises de *O Mercador de Veneza*, de Shakespeare, e *A Vida e as Aventuras de Robison Crusoé*, de Daniel Defoe, evidenciam as profundas transformações econômicas, sociais e morais provocadas pela transição do mercantilismo para o capitalismo nascente. Em ambas as obras, a centralidade do comércio, do crédito e da acumulação de riquezas reflete a reorganização das estruturas sociais.

Na obra de Shakespeare, essas relações manifestam-se por meio da sociedade mercantil veneziana, retratada pelo autor como importantes meios de circulação de riqueza e de consolidação do poder econômico, em que principalmente o comércio marítimo e a prática da usura, embora condenada religiosamente, era amplamente utilizados para o funcionamento da economia urbana.

Em contrapartida, a obra de Defoe desloca essa lógica para o plano individual ao retratar o protagonista como um sujeito moldado pela racionalidade econômica moderna. Isolado em uma ilha, Robison, ao assumir o papel de um indivíduo empreendedor, organiza o espaço e o transforma em um ambiente totalmente voltado para a acumulação de bens, refletindo os princípios do capitalismo nascente.

Dessa forma, enquanto Shakespeare retrata os conflitos sociais e morais do sistema mercantil, Defoe enfatiza a formação do indivíduo burguês e a consolidação da mentalidade econômica capitalista.

REFERÊNCIAS

DEFOE, Daniel. **A vida e as aventuras de Robinson Crusoé**. Tradução de Silvio Antunha. Jandira, SP: Ciranda Cultural, 2019.

DEFOE, Daniel. **Robinson Crusoé**. Tradução de Sérgio Flaksman. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2014.

GREENBLATT, Stephen. **Renaissance self-fashioning: From More to Shakespeare**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NEVES, José Roberto de Castro. O Mercador de Veneza: O Abuso de Direito. In: **Medida por Medida por medida: o Direito em Shakespeare**. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

SHAKESPEARE, William. **O mercador de Veneza**. Tradução de Bárbara Heliodora. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2016.

SHAKESPEARE, William. **O mercador de Veneza**. Adaptado por Júlio Emílio. Jandira, SP: Principis, 2021.

WATT, Ian. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

**A TEATRALIDADE DO DIÁLOGO EM ORGULHO E PRECONCEITO:
LINGUAGEM, IDENTIDADE E PODER NAS INTERAÇÕES SOCIAIS DE JANE
AUSTEN**

Paula Vanessa Penha Vale (UEMA) ¹

Rebeca Lopes Andrade (UEMA) ²

Izabela Carolina Barros Souto (UEMA) ³

RESUMO: Em *Orgulho e Preconceito* (1813), Jane Austen constrói relações interpessoais complexas, que são expressas principalmente por meio do diálogo. A dramatização dessas interações, conforme observada no uso da linguagem, não apenas reflete as tensões sociais e individuais, mas também confere uma dramaticidade teatral à narrativa, criando um espaço de confronto e negociação das identidades dos personagens. Este estudo busca analisar como Austen utiliza o diálogo como um mecanismo de construção das relações, explorando como o ritmo, a escolha das palavras e o contexto das conversas permitem que se desenrolem os conflitos centrais da obra. De acordo com Bakhtin (1981), o diálogo é um elemento vital para a formação da identidade, pois as palavras revelam a construção de significados através do outro. Em Austen, esse conceito se reflete nas interações entre personagens como Elizabeth Bennet e Fitzwilliam Darcy, cujos confrontos verbais, carregados de tensão e ambiguidades, tornam-se o motor da evolução de suas relações. A “dramaticidade teatral”, como termo aqui empregado, remete à construção de cenas que, embora não apresentem uma encenação física, evocam o drama psicológico e emocional dos personagens. A teoria de Goffman (1959), sobre a interação social e o conceito de “face”, também é central para entender como as personagens navegam em suas posições sociais e emocionais através do diálogo. O uso de diálogos em cenas de confronto entre classes sociais ilustra o fenômeno de negociação de poder, como sugere Bourdieu (1996), que analisa as relações sociais e culturais em torno do capital simbólico. A comunicação verbal em *Orgulho e Preconceito* se torna, portanto, uma ferramenta crítica para Austen, onde a teatralidade das palavras reflete as ambições, os preconceitos e as transformações pessoais dos indivíduos dentro da sociedade.

Palavra-chave: Jane Austen; *Orgulho e Preconceito*; Diálogo; Bakhtin.

1 INTRODUÇÃO

1 Graduada da Universidade Estadual do Maranhão do curso de Letras Português, Inglês e suas Literaturas. E-mail: paulaelav@gmail.com.

2 Graduada da Universidade Estadual do Maranhão do curso de Letras Português, Inglês e suas Literaturas. E-mail: llarebecaandrade.22@gmail.com.

3 Professora orientadora. Professora Especialista do departamento de Letras e Pedagogia da UEMA campus Santa Inês. E-mail: izabelasouto@gmail.com.

Em *Orgulho e Preconceito*, Jane Austen elabora um enredo em que as personagens adentram na mobilidade social da época, construindo relações interpessoais complexas que se desenvolvem por meio do diálogo. As conversas entre as personagens não funcionam apenas como recurso estrutural da narrativa, mas como mecanismo central de construção psicológica e social. A partir dessa perspectiva não apenas evidencia tensões sociais e individuais, mas também imprime à narrativa uma dimensão de teatralidade, criando um espaço simbólico de confronto, negociação e redefinição identitária.

Uma vez que sua frase inaugural, “É uma verdade universalmente reconhecida que um homem solteiro, possuidor de uma boa fortuna, deve estar precisando de uma esposa”, funciona como o *ethos* da obra, estabelecendo os valores sociais que orientam a narrativa. Construindo, por meio dos diálogos, um conjunto de traços, comportamentos, valores e costumes que contribuem para a formação da identidade dos personagens.

Dessa forma, o presente estudo busca analisar de que modo a teatralidade dos diálogos em *Orgulho e Preconceito*, de Jane Austen, revela o romance como espaço de disputa simbólica, constituindo-se como mecanismo de construção das relações interpessoais e de expressão das tensões sociais e emocionais que atravessam a narrativa.

Objetivando, ainda, interpretar, a partir das formulações de Pierre Bourdieu, especialmente no que se refere ao conceito de capital simbólico, os diálogos que evidenciam disputas de poder nas interações entre diferentes classes sociais representadas na obra. Além disso, pretende-se examinar, à luz da teoria do dialogismo proposta por Mikhail Bakhtin, como o diálogo contribui para a formação das identidades dos personagens na relação com o outro, evidenciando a dimensão relacional e dinâmica da constituição subjetiva no romance.

Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de cunho qualitativo, de natureza bibliográfica, partindo da leitura de *Orgulho e Preconceito*, de Jane Austen, com a finalidade de analisar os mecanismos dialógicos que estruturam as relações interpessoais na narrativa. A investigação fundamenta-se em estudos teóricos acerca do dialogismo, da interação social e das relações de poder, a partir das contribuições de Mikhail Bakhtin, Erving Goffman e Pierre Bourdieu.

Desse modo, a comunicação verbal na obra consolida-se como eixo estruturante da narrativa, na medida em que a teatralidade dos diálogos explicita ambições, preconceitos e deslocamentos subjetivos no interior da sociedade representada. A linguagem, portanto, não atua apenas como meio de expressão, mas como espaço de disputa simbólica e de constituição identitária, revelando a complexidade das relações sociais encenadas no romance.

2 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADO

2.1 Dialogismo e interação social: fundamentos teóricos em Bakhtin e Goffman

O pressuposto que orienta este trabalho é o da constituição relacional do sujeito, segundo o qual o sujeito, e consequentemente a personagem, não se constrói de forma autônoma, mas a partir da exterioridade do outro. Partindo desse princípio, conforme a teoria bakhtiniana decorrem conceitos fundamentais como exotopia, acabamento estético, dialogismo e gêneros do discurso, que estruturam a compreensão da criação literária e da produção de sentido. Estes conceitos são mobilizados como instrumentos que orientam a leitura da obra literária aqui investigada, permitindo compreender de que modo a constituição do herói se articula às relações sociais, históricas e discursivas que atravessam sua trajetória narrativa. Nesse sentido, tais pressupostos fundamentam a análise do romance *Orgulho e Preconceito* (1813), de Jane Austen, possibilitando examinar a formação da protagonista a partir de sua inserção no contexto social e moral da Inglaterra do final do século XVIII e do início do século XIX.

Segundo Mikhail Bakhtin (1997), o processo de criação de uma personagem provém diretamente da consciência do autor, entendida não apenas como capacidade cognitiva, mas também como envolvimento psicológico, experiências vividas e visão de mundo. Como afirma o teórico:

De acordo com uma relação simples, o autor deve situar-se fora de si mesmo, viver a si mesmo num plano diferente daquele em que vivemos efetivamente nossa vida; essa é a condição expressa para que ele possa completar-se até formar um todo, graças a valores que são transcendentais à sua vida, vivida internamente, e que lhe asseguram o acabamento. Ele deve tornar-se outro relativamente a si mesmo, ver-se pelos olhos de outro. A bem dizer, na vida, agimos assim, julgando-nos do ponto de vista dos outros[...] (Bakhtin, 1997, p.35).

Dessa forma, o autor ocupa uma posição externa que lhe permite conferir forma ao herói e aos demais personagens, organizando-os a partir de uma visão de conjunto da narrativa. Nesse contexto, Bakhtin esclarece que essa posição externa, denominada exotopia, constitui o fundamento do acabamento estético do herói. Apenas o outro, situado fora da vivência imediata do “eu”, é capaz de conferir forma, limite e sentido à existência do personagem. Assim, a relação estética se estabelece a partir dessa exterioridade constitutiva, na qual o “eu” molda o “outro” dentro de um contexto necessariamente finito e histórico. É essa transposição da consciência criadora do autor que possibilita a articulação entre o desenvolvimento individual do herói e o tempo histórico, deslocando o autor da função de quem confere um acabamento definitivo para a de quem acompanha o personagem em seu processo de formação.

É a partir dessa concepção que se pode compreender o romance de formação (*Bildungsroman*), explicitamente entendido aqui como um efeito estético do dialogismo e do inacabamento do sujeito. Em oposição aos romances de estrutura estática, o romance de formação apresenta o herói como um ser em desenvolvimento, cuja constituição se dá ao longo do tempo e em interação com o contexto social. Nessa perspectiva, a identidade do herói não se encontra pronta, mas se constrói progressivamente, orientada por experiências, conflitos e relações que incidem sobre sua forma narrativa. Em *Orgulho e Preconceito*, esse processo manifesta-se na trajetória de Elizabeth Bennet, cuja formação subjetiva se desenvolve por meio do confronto com normas sociais, julgamentos morais e relações interpessoais que tensionam suas percepções iniciais e conduzem à reelaboração de sua identidade. O inacabamento, portanto, configura-se como um princípio estético fundamental, uma vez que o herói permanece aberto ao tempo, ao outro e à história, impossibilitando qualquer forma de conclusão identitária definitiva.

Esse processo manifesta-se na trajetória de Elizabeth Bennet, cuja formação subjetiva se desenvolve por meio do confronto com normas sociais, julgamentos morais e relações interpessoais que tensionam suas percepções iniciais e conduzem à reelaboração de sua identidade. Em determinado momento da narrativa, Elizabeth expressa claramente a imagem negativa que construiu de Darcy a partir de suas primeiras interações, evidenciando como sua percepção é marcada pelo julgamento inicial:

Desde o começo, posso dizer que quase desde o primeiro momento em que nos conhecemos, seus modos, que incutiram em mim a profunda crença em sua arrogância, sua presunção e seu desdém egoísta pelos sentimentos dos outros deram origem a um alicerce de desaprovação sobre os quais eventos posteriores construíram uma aversão tão imutável (Austen, 2020, p. 226).

Esse posicionamento evidencia o modo como a personagem interpreta o outro a partir de experiências parciais e socialmente mediadas, revelando um processo de construção identitária ainda em transformação. Um momento decisivo para essa reconfiguração ocorre quando Darcy apresenta sua versão dos acontecimentos, oferecendo uma nova perspectiva sobre fatos anteriormente interpretados por Elizabeth. Em sua carta, a personagem afirma:

De duas transgressões de natureza muito distinta, e sem dúvida de diferente magnitude, a senhorita me acusou ontem à noite. [...] Da severidade dessa culpa [...] eu espero me salvaguardar no futuro, quando o seguinte relato de minhas ações e motivações tiver sido lido (Austen, 2020, p.229).

Esse episódio evidencia o funcionamento do dialogismo na narrativa, uma vez que o sentido dos acontecimentos não é fixo, mas emerge do confronto entre diferentes vozes e perspectivas.

Seguindo essa lógica, consolida-se o dialogismo, princípio segundo o qual autor, herói, texto e leitor se encontram vinculados em uma cadeia discursiva contínua. Todo enunciado se configura como resposta a enunciados anteriores e como antecipação de reações futuras, o que evidencia o caráter relacional e histórico da linguagem. O sentido, portanto, não se encontra no discurso isolado, mas origina-se do confronto entre vozes socialmente situadas.

Essa dimensão social do dialogismo é ampliada quando Bakhtin aborda os gêneros do discurso, ressaltando que, tanto nas esferas da vida cotidiana quanto da vida oficial, a situação social e a posição do destinatário repercutem diretamente na comunicação verbal. Conforme afirma o autor, a estrutura da sociedade em classes introduz nos gêneros e nos estilos uma diferenciação “que se opera de acordo com o título, a posição, a categoria, a importância conferida pela fortuna privada ou pela notoriedade pública, pela idade do destinatário e, de modo correlato, de acordo com a situação do próprio locutor (ou escritor)” (Bakhtin, 1997, p. 322). Dessa forma, o discurso literário não pode ser compreendido como neutro ou isolado, uma vez que dialoga constantemente com valores, hierarquias e condições históricas concretas.

No romance de Austen, essas relações sociais manifestam-se frequentemente por meio de diálogos que revelam as expectativas sociais associadas

ao casamento e à posição social. Logo no início da narrativa, o diálogo entre o Sr. e a Sra. Bennet evidencia essas pressões sociais:

Que bobagem, como você pode falar assim? [...] é muito provável que venha a se apaixonar por uma delas, portanto você precisa visitá-lo assim que ele chegar.

— Não vejo motivo para isso. Você e as meninas podem ir [...] pois, como você é tão bonita quanto qualquer uma delas, o sr. Bingley pode preferir você (Austen, 2020, p.19).

A cena evidencia como os enunciados dos personagens são atravessados por valores sociais específicos, sobretudo aqueles relacionados ao casamento, à posição econômica e às expectativas dirigidas às mulheres no contexto histórico retratado.

É a partir dessa compreensão que se estabelece a aproximação com a produção de Erving Goffman (1988). Embora situado no campo da sociologia e sustentado por uma perspectiva dramatúrgica da vida cotidiana, o pensamento de Goffman converge com o dialogismo ao conceber a interação social como um processo relacional, no qual o sujeito se constitui a partir de expectativas, respostas e ajustes mútuos. Conforme afirma o autor, “Para os propósitos deste estudo, interação (isto é, interação face a face) pode ser definida, de forma aproximada, como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros quando estão na presença física imediata” (Goffman, 1956, p.8).

A incorporação das concepções de Goffman justifica-se por permitir analisar como o sujeito constrói sua imagem diante do outro nas interações sociais, complementando a perspectiva bakhtiniana. Nesse aspecto, a atuação social descrita por Goffman aproxima-se do conceito de gênero discursivo em Bakhtin, uma vez que ambos pressupõem adequação à situação, ao interlocutor e às normas sociais em vigor. Do mesmo modo, a noção de *fachada*, entendida como a produção de uma imagem inteligível ao outro, pode ser associada ao acabamento estético, já que ambas se realizam a partir de um ponto de vista externo, confirmando a impossibilidade de uma autoconstituição finalizada do sujeito.

No romance de Jane Austen, a constituição da protagonista evidencia como o desenvolvimento individual se realiza em constante diálogo com o olhar do outro, com as convenções sociais e com as expectativas impostas às mulheres de seu tempo. O desenvolvimento de Elizabeth e Darcy culmina em um momento em que ambos reconhecem a transformação de seus sentimentos e percepções. Ao declarar-se novamente, Darcy afirma: “A senhorita é generosa demais para brincar comigo. Se

seus sentimentos forem os mesmos do último abril, diga-me agora mesmo. Minhas afeições e desejos não mudaram, mas uma palavra sua me silenciará para sempre a esse respeito” (Austen, 2020, p.405).

A cena evidencia o resultado do processo formativo vivido pelos personagens, no qual o reconhecimento do outro e a revisão das primeiras impressões tornam possível uma nova configuração das relações interpessoais. Assim, tanto na literatura quanto na vida social, o sujeito revela-se como uma construção relacional e histórica, cuja identidade se forma na interseção de olhares, discursos e expectativas, reafirmando a centralidade do outro como condição fundamental para a produção de sentido e para a configuração estética do herói.

2.2 *Habitus* e capital cultural: contribuições teóricas de Pierre Bourdieu

Howard S. Babb (1962) observa que as palavras-título da obra, “orgulho” e “preconceito”, não será atribuída exclusivamente a nenhum personagem pois é perceptível a intencionalidade de Austen de envolver seus leitores na indagação de quem seria o portador de tal orgulho e preconceito, usando um “discurso indireto livre” imergido em sentimentos, pensamentos e autoexame que são totalmente influenciados por uma gramática social compartilhada da época.

Nesse aspecto, sob a perspectiva de Pierre Bourdieu, os diálogos presentes no romance podem ser compreendidos como uma forma de espaço social, que expressam uma disputa simbólica, na qual cada indivíduo busca afirmar, negociar e defender sua posição e interesses dentro da sua estrutura social. Quando Babb (1962), menciona a ideia de uma gramática social compartilhada estendida ao próprio mundo de Austen, imergimos imediatamente no conceito de *habitus* fundado por Bourdieu, possibilitando estabelecer uma aproximação de ambos os conceitos.

Enquanto a gramática social compartilhada se refere a um conjunto de normas e comportamentos aprendidos e internalizados a partir do meio social que se está inserido, o *habitus*, segundo Bourdieu (2018), irá complementá-lo atribuindo a relação entre o “externo” e “interno”, internalizando os fatos sociais e atribuindo-os aos seus pensamentos e ações. Somado a isso, para Bourdieu (2018, p. 101) o *habitus* não age sozinho, tratando-se de que:

Bourdieu não está sugerindo que somos autômatos pré-programados que agem de acordo com as implicações de nossa formação. Em vez disso, as práticas são o resultado do que ele chama “uma dupla relação obscura” (Bourdieu & Wacquant, 2005 [1992: 102]) ou de uma “relação inconsciente” (Bourdieu, 1983a: 93 [1980: 119]) entre um *habitus* e um campo. Formalmente, Bourdieu (2007: 97 [1979: 112]) resume essa relação como a seguinte equação: [(*habitus*)(capital)] + campo = prática (Bourdieu, 2018, pag. 101).

Mediante a isso, os diálogos austenianos são nutridos por diferentes conceitos de Bourdieu, como: as formas de capital (econômico, social, cultural), *habitus*, violência simbólica e o poder simbólico. Assim, as interações entre os personagens tornam-se espaços para disputa de poder, nos quais cada indivíduo busca afirmar, negociar e defender sua posição e interesses dentro da sua estrutura social.

Ademais, os espaços sociais, apresentados no romance, funcionam como o caracterizador de hierarquias, valores e modos de vida dos personagens, transpondo relações de classe, gênero e poder. Costurando as cenas, nota-se a dicotomia entre o campo e a cidade, além da existência do contraste dos campos em que Elizabeth e Darcy vivem, revelando que a forma de falar, o tom e o vocabulário variam conforme os espaços e posições sociais apresentados.

2.3 Diálogo e Poder

Jane Austen constrói sua narrativa por meio dos diálogos dos personagens, em que seus relacionamentos são produzidos “do tipo face a face”, como pontua Claudia L. Johnson e Clara Tuite (2011), sendo eles expressados a partir de gestos, olhares e confrontos. Determinando ainda que:

[...] por trás de tudo isso, tempo todo, a romancista está observando, fisicamente registrando e refletindo. Nisso se resume toda a sua postura - a gramática de sua moralidade. No entanto, embora seja uma comunidade inteiramente conhecida, nos termos essenciais do romance, trata-se de uma comunidade concreta, escolhida de modo muito seletivo (Johnson; Tuite, 2011, p. 113).

Os diálogos construídos na obra atuam como mecanismo central de construção de tensões sociais, individuais e emocionais das personagens, revelando disputas de poder e capital simbólico nas relações entre classes sociais. De acordo com Butler (1975), Austen ainda não vinculava seus diálogos a um aspecto de evolução moral, mas sim para expor hierarquias e comportamentos.

Embora Jane Austen escreva diálogos sutis e reveladores em uma performance juvenil como Catharine, provavelmente composta em 1793, ela ainda não vincula essa técnica de representação dramática de valores na fala com um crescimento na compreensão de sua heroína. Essa conexão específica não é enfatizada em nenhum dos romances iniciados antes de 1800. Os estilos verbais de personagens secundários não são considerados um índice de valor moral, mesmo em um romance tão verbalmente seguro como *Orgulho e Preconceito* (Butler, 1975, p. 145).

Entendendo o diálogo, em *Orgulho e Preconceito*, como uma prática social, percebe-se que as construções das relações entre os indivíduos nascem a partir dessa socialização. Bourdieu (2018) ressalta a importância do funcionamento da linguagem como instrumento de poder e corrobora que cada interação entre os personagens contribui para determinar uma disputa entre diferentes tipos de capital, sendo imprescindível no processo de inclusão no meio social. Para o autor, a língua não é só um meio de comunicação, mas um instrumento de poder.

Bourdieu (1989, pag. 61) propõe que *habitus* é como um *modus operandi*, em que o indivíduo é guiado por experiências sociais. Em suas palavras, “o *habitus* é um conhecimento adquirido e um haver, um capital, indicando a disposição incorporada, quase postural”. Em *Orgulho e Preconceito*, os personagens revelam seu *habitus* por meio do seu modo de falar, correspondendo ao grupo social a que pertencem. Exemplos disso podem ser observados nos diálogos de Lady Catherine de Bourgh e Mr. Darcy com seus discursos autoritários, influenciados por seus capitais simbólicos.

O mesmo princípio fundamentou a formulação do conceito de campo, entendido como um espaço social de relações objetivas. Bourdieu (2018) afirma que era necessário examinar o espaço social em que as disputas ocorrem, um espaço estruturado por posições sociais, compostos por múltiplos campos (arte, literatura, pintura, filosofia, política). Na obra de Austen, predomina o campo social e matrimonial, em que *status*, etiqueta, prestígio, modo de falar funcionam como instrumento dessa legitimação simbólica.

Um exemplo desse funcionamento sucede no diálogo entre Miss Bingley e Mr. Darcy, que reproduz um discurso de hierarquia social. Após Elizabeth Bennet caminhar vários quilômetros para visitar sua irmã doente, ela chega à casa dos Bingley com a barra do vestido suja de lama.

Caminhar cinco quilômetros, ou seis, ou sete, ou o que quer que seja, com lama até as canelas, e sozinha, inteiramente sozinha! O que ela poderia querer com isso? Isso mostra um tipo de independência pretensiosa e abominável, uma indiferença ao decoro bem interiorana. — Só mostra afeição

pela irmã, algo muito agradável — disse Bingley. — Sr. Darcy, temo que toda essa aventura tenha afetado bastante sua admiração pelos belos olhos dela — observou a srta. Bingley, meio que sussurrando. — De modo algum — replicou o cavalheiro. — O exercício só os deixou mais vivos (Austen, 2011, p. 140).

A censura de Miss Bingley mobiliza o *habitus* aristocrático, valorizando o decoro para desqualificar Elizabeth e impor normas de distinção. Essa atitude configura violência simbólica, pois naturaliza padrões sociais elitistas ao sugerir que sua conduta é inadequada por sua origem e posição. Contudo, Darcy relativiza essa tentativa de deslegitimação ao valorizar o gesto de Elizabeth, reconhecendo nela outro tipo de capital simbólico, ligado à espontaneidade e afeto. Assim, o diálogo expõe como hierarquias sociais são mantidas e contestadas pela linguagem.

Outro conceito relevante para a análise é o poder simbólico. É o poder de ditar uma visão de mundo como legítima, definido pelo autor como “um poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989, p. 7).

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, «uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (Bourdieu, 1989, p. 9).

Esse conceito é visto no primeiro pedido de casamento feito a Elizabeth por Sr. Darcy, em que seu discurso revela um tom autoritário e hierárquico, pois ele destaca que, apesar de sua condição social inferior, estaria disposto a aceitá-la como esposa. Aqui, o discurso não apenas comunica sentimentos, mas manifesta poder simbólico, definindo lugares possíveis dentro do campo.

Lutei em vão. De nada adianta. Meus sentimentos se recusam a se deixar dominar. A senhorita deve me permitir lhe dizer quanto a admiro e a amo ardentemente. Elizabeth não conseguiria manifestar seu assombro. Encarou-o, ruborizada, hesitante e muda. Ele considerou essa reação encorajamento suficiente, e a confissão de tudo o que estava sentindo, e que havia muito tempo sentia por ela, seguiu-se imediatamente. Ele falou bem, mas detalhou outros sentimentos além daqueles de seu coração, e não foi mais eloquente no assunto da ternura do que no do orgulho. Sua consciência da inferioridade dela — que era uma degradação —, dos obstáculos familiares, que sempre haviam sido um obstáculo ao afeto, foram detalhados com um ardor que parecia se dever à importância social que ele estava ferindo, mas era muito improvável que tal detalhamento favorecesse seu pedido (Austen, 2011, p. 313).

Uma vez que sua fala, embora estruturada como elogio, reforça a hierarquia de classes ao destacar a “inferioridade” social de Elizabeth, aqui, o discurso

não apenas comunica sentimentos, mas manifesta poder simbólico, definindo lugares possíveis dentro do campo. O pedido de Darcy revela o exercício de poder, pois, ao declarar seu amor, ele ressalta a “inferioridade” social de Elizabeth, tentando naturalizar a hierarquia entre ambos. Seu discurso mobiliza seu capital simbólico para legitimar a desigualdade, apresentando o casamento como concessão. A reação surpresa de Elizabeth marca sua resistência a essa lógica, rompendo com o *habitus* aristocrático que Darcy tenta impor.

Pode-se assim construir um modelo simplificado do campo social no seu conjunto que permite pensar a posição de cada agente em todos os espaços de jogo possíveis (dando-se por entendido que, se cada campo tem a sua lógica própria e a sua hierarquia própria, a hierarquia que se estabelece entre as espécies do capital e a ligação estatística existente entre os diferentes haveres fazem com que o campo econômico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos (Bourdieu, 1989, p. 135).

Os personagens de *Orgulho e Preconceito* exercem diferentes tipos de capital simbólico. Darcy, por exemplo, possui um vasto capital econômico, cultural e social, enquanto Elizabeth Bennet, embora não possua tanto capital econômico, é uma personagem rica em diferentes outros capitais, como o cultural e o social. Além disso, o conceito de capital simbólico é definido por Bourdieu (1989, p. 135) como “a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital”, tal conceito é central para compreender as relações sociais representadas na obra de Austen.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jane Austen desenvolve sua narrativa sobretudo por meio dos diálogos entre as personagens, estruturando relações que se configuram no contato direto, “face a face”, manifestadas por gestos, olhares e embates verbais. Nesse sentido, a linguagem em *Orgulho e Preconceito* ultrapassa a dimensão meramente estética ou literária. Os diálogos funcionam como eixo central da trama, pois é por meio deles que se constroem as tensões sociais, subjetivas e afetivas, evidenciando conflitos, hierarquias e disputas por reconhecimento e capital simbólico nas interações entre diferentes grupos sociais.

Nessa perspectiva, a linguagem da obra não se limita a uma expressão literária. Todd (1945) aponta que os ecos e diálogos entre os romances de Austen aumentam o tom de comédia e a complexidade da narrativa, ao mesmo tempo em

que abrem espaço para possibilidades de sentimento e ação. O autor também sugere que não há uma única visão moral ou sociopolítica na obra que não possa ser investigada. Assim, os discursos presentes no romance dialogam com os conceitos discutidos por teóricos, especialmente no que se refere às relações de poder e distinção social.

Dessa forma, a leitura de *Orgulho e Preconceito* evidencia que a obra de Jane Austen ultrapassa os limites de um romance sentimental para se afirmar como uma sofisticada representação das dinâmicas sociais de seu tempo. Ao articular diálogo, espaço social e relações interpessoais, o texto literário revela mecanismos sutis de distinção, legitimação e disputa simbólica, aproximando-se das reflexões de Pierre Bourdieu, Mikhail Bakhtin e Erving Goffman sobre linguagem, poder e interação social. Assim, o romance demonstra que as escolhas afetivas e matrimoniais não se configuram apenas como decisões individuais, mas como práticas atravessadas por estruturas sociais que organizam hierarquias, valores e posições no interior do campo social.

A análise desenvolvida permite compreender que *Orgulho e Preconceito* não apenas representa a sociedade inglesa do século XIX, mas a problematiza ao expor as engrenagens simbólicas que sustentam distinções e expectativas sociais. Ao evidenciar que os conflitos afetivos e morais estão imbricados a disposições sociais e estratégias de reconhecimento, o romance confirma a atualidade de sua leitura crítica. Assim, a obra de Jane Austen permanece relevante porque revela que as relações humanas, ainda que mediadas pelo sentimento, são atravessadas por estruturas de poder, linguagem e representação que continuam operando nas dinâmicas sociais contemporâneas.

Em suma, os três autores convergem ao conceber a identidade como resultado de processos relacionais mediados pelo olhar do outro, pela linguagem e pelas estruturas sociais. Assim, enquanto Bakhtin enfatiza a constituição dialógica do sujeito no plano discursivo e estético, Bourdieu explicita as condições sociais que regulam a legitimidade das vozes e a eficácia simbólica dos enunciados. A contribuição de Goffman, por sua vez, situa-se no nível microssocial das interações face a face, permitindo observar como o sujeito administra sua imagem diante do outro por meio de performances ajustadas às expectativas do contexto. A articulação desses autores possibilita, portanto, uma abordagem integrada do romance de *Orgulho e Preconceito*, compreendendo-o como um espaço em que linguagem, poder,

identidade e sociabilidade se entrecruzam na constituição do herói e na produção de sentido.

Diante dessas considerações, outras perspectivas de análise podem ser exploradas em pesquisas futuras. Entre elas, destaca-se o estudo das emoções e das formas de sociabilidade no romance *Orgulho e Preconceito*, de Jane Austen. Nesse sentido, a análise pode investigar como os personagens administram suas emoções tanto no espaço público quanto no privado, ajustando suas atitudes às expectativas da sociedade. Essa abordagem permite aproximar a leitura do romance das reflexões de Erving Goffman sobre as interações face a face e das ideias de Pierre Bourdieu sobre as dinâmicas simbólicas que organizam as relações sociais, ampliando as possibilidades de interpretação da obra.

REFERÊNCIAS

AUSTEN, Jane. **Orgulho e preconceito**. Tradução de Julia Romeu. Ilustrações de Naná Sodré. São Paulo: Antofágica, 2020.

BABB, Howard S. **Jane Austen's novels: the fabric of dialogue**. Ohio State University Press, 1962.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.

BAKHTIN, Mikhail M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Organização de Augusto Ponzio e Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGE. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BORDIEU Pierre. **Conceitos fundamentais** / editado por Michael Grenfell; tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

BUTLER, Marilyn. **Jane Austen and the War of Ideas**. Oxford: Clarendon Press, 1975.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOFFMAN, Erving. **The Presentation of Self in Everyday Life**. Edinburgh: University of Edinburgh, Social Sciences Research Centre, 1956.

JOHNSON, Claudia L.; TUIE, Clara (Ed.). **A companion to Jane Austen**. John Wiley & Sons, 2011.

TODD, Janet. **The Cambridge Introduction to Jane Austen**. American history, v. 1861, n. 1900, 1945.

A REPRESENTAÇÃO DA CHUVA NO CONTO A ÚLTIMA CHUVA DO PRISIONEIRO, DE MIA COUTO

Ana Beatriz Marques Pereira¹

Evelly Gabriella Pinheiro de Araujo²

Elijames Moraes dos Santos Muniz³

RESUMO: A literatura africana é amplamente conhecida por trazer diversas representações sobre sua cultura e lutas, na intenção de criar sua própria marca e identidade. Para além disso, vemos a representação da natureza e/ou fenômenos naturais como fatores históricos que ressignificam o modo de olhar elementos simples. Portanto, o trabalho tem como objetivo analisar, por meio de trechos, as várias interpretações que o fenômeno natural da chuva apresenta no conto “A última chuva do prisioneiro”, de Mia Couto, e seus possíveis significados. Para alcançar o objetivo estabelecido, foram desenvolvidas leituras com o intuito de atingir uma melhor compreensão do *corpus* da pesquisa, além da construção de uma tabela para melhor visualização da temática trabalhada. Assim, o presente trabalho possui uma natureza descritiva e explicativa, por meio da qual serão desenvolvidos os procedimentos bibliográficos. Para tanto, usaremos como materiais teóricos os textos *A água e o sonho*, de Bachelard (1998), *Os arquétipos e o inconsciente*, de Jung (1976) e *Tradutor de ondas e de sonhos: o contista Mia Couto, a fluidez simbólica da água*, de Ribeiro; Thimóteo (2018) e *Literatura e sociedade*, de Candido (2006).

Palavras-chave: Representação; Fenômeno natural; Chuva; Literatura.

1 INTRODUÇÃO

A literatura africana, conhecida amplamente como literatura de denúncia ou desabafo vem com o intuito de (re)construir a identidade muito abalada, pelo contexto histórico, dos africanos e seus descendentes. Ao discutir sobre o assunto, entramos em inúmeras realidades possíveis que, a partir de seus nuances, vem disponibilizar uma pequena experimentação do que foi vivido e do que é vivido diariamente.

Sua cultura, há muito censurada, na verdade, se demonstra cheia de pluralidades, que trazem religiões, culinária, hábitos e costumes que perduram até

¹ Acadêmico do Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Zé Doca.

² Acadêmico do Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Zé Doca.

³ Docente do curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão, campus Zé Doca

hoje, mesmo que de forma modificada, já que, historicamente, esse comportamento teria sido significativamente reprimido durante a colonização portuguesa, tanto na África, quanto no Brasil (a qual referimo-nos a escravidão)

Diante de tanta história, e apesar de tanta história, atualmente os autores africanos usufruem cada vez mais de seu direito: o direito de escrever, com suas próprias palavras, sua própria vida, refletindo todo o impacto de tudo que foi vivido por seus ancestrais. Grandes nomes da literatura africana, como Mia Couto, Chimamanda Ngozi Adichie e José Craveirinha, vêm adicionando cada vez mais um peso maior para a identidade a construção de sua identidade, utilizando a simbologia a seu favor, por exemplo.

Não obstante, quando falamos de Mia Couto e a sua simbologia, queremos trazer a ideia de elementos da natureza como recurso não só apenas estilísticos, mas que transbordam significados. Em seu conto *A última chuva do prisioneiro*, objetivamos observar qual a representação do fenômeno natural em que a condensação do vapor de água na atmosfera obedece a gravidade: a chuva. Para tanto, faz-se necessário o uso de materiais teóricos como os de Bachelard (1998), Jung (1976), Ribeiro; Thimóteo (2018) e Candido (2006).

2 MIA COUTO

Para além da voz que exala autenticidade, ao redor do globo coleciona leitores de gerações distintas, não surpreendendo ser reconhecido pelo *Prêmio Nacional de Ficção da Associação dos Escritores Moçambicanos* e o *Prêmio Camões*, também carrega o título de autor moçambicano com mais obras traduzidas, ainda sendo o mais divulgado no exterior.

Em sua jornada tanto como poeta quanto como contista, Mia Couto ocupa grandes espaços na literatura não só moçambicana ou africana, mas também mundial. Sendo uma das maiores referências de escrita literária lusófona, António Emílio Leite Couto faz parte da construção de identidade de todo um povo desde a publicação de *Raiz de Orvalho* ainda no início da década de 80.

Por meio da arte escrita, tornou-se sinônimo de nacionalismo, sempre carregando a reflexão “De onde vem a dificuldade em nos pensarmos como sujeitos da História? Vem sobretudo de termos legado sempre aos outros o desenho de nossa

própria identidade” (Couto, 2009, p. 31), assim sendo, um dos maiores exemplos de representação cultural, no qual participa do compartilhamento da exaltação de cultura, língua e identidade nacional moçambicana.

Dessa forma, no contexto de um país recém-liberto da colonização, em que a história existia apenas contando uma pequena e ligeira parcela de fatos, Mia Couto foi/é uma das principais formas de globalizar a erudição tanto de seu país, quanto de todo um continente, seus habitantes e antepassados, mantendo vivo o saber e exortando a distribuição de toda uma bagagem cultural.

3 A ÚLTIMA CHUVA DO PRISIONEIRO

O conto tem início com um prisioneiro em sua cela, suplicando como um louco por chuva. Prometia dinheiro em troca, que era tudo que tinha, apenas por uma grande quantidade de gotas grossas. Ele reflete como era bom estar na cadeia, já que era uma forma de “fugir” do mundo afora e do mundo real.

Ele aprendera a ler, escrever, sua escola havia sido na cela. Sempre que era solto, arrumava algum pretexto que o fizesse voltar à vida a que já estava tão habituado, ao lugar que era seu porto “seguro”. Mas, depois de um tempo, o lugar tornou-se definhado, parecendo o verdadeiro inferno. Os próprios policiais e bandidos roubavam uns aos outros. O mundo estava feio por dentro e por fora.

O prisioneiro conta que, de onde ele vem, nem a palavra cadeia existia, porque os portugueses que a adicionaram no vocabulário deles, e, nas primeiras vezes que foi preso, dizia para sua mãe que era para ajudar os policiais, já que era uma pena não ter ninguém para usá-la.

Ele relembra que, enquanto criança, era chamado por sua mãe para ir de encontro com a chuva, uma vez que ela acreditava que a água da chuva tinha o poder de lavar a alma, era como se fosse um ritual que o ligava com sua mãe. E, durante uma das idas à cela, ela morreu. O homem pediu para sair e vê-la, mas não foi atendido, o que resultou em uma pequena fuga da prisão.

Mesmo assim, depois de se despedir da mãe, regressou à cadeia. Já de volta, ele fez lucro com revistas de mulheres nuas e guardou o seu dinheiro que de nada valia, já que era um filho de ninguém, como ele mesmo se intitulava. E, na véspera de sua morte, ele volta a pedir chuva para que possa ser lavado e escute a voz de sua mãe novamente.

Pensado no escritor nigeriano Ken-Saro-Wiwa, o conto *A Última Chuva do Prisioneiro* circulava em revistas e jornais desde o ano de 1996, mesmo tendo sido publicado só quase duas décadas depois na coletânea *Contos do Nascer da Terra*, em 2014. Surgiu em meio à recente independência de Portugal, e ainda de uma Guerra Civil que perdurou mais de uma década. Nesse período, Moçambique enfrentava o desafio de (re)encontrar e escrever sua identidade e história, mas dessa vez como protagonistas de sua própria nação, assim dando início ao movimento de “moçambicanidade”, em que o principal objetivo era a cultura e o povo de seu país ser exaltada.

3.1 A Chuva

O conto nos faz refletir não apenas considerando o contexto histórico, mas também seus recursos. A chuva tornou-se o ponto chave. Um fenômeno natural tão comum, mas ao mesmo tempo tão difícil no tempo da seca ultrapassa seu significado mais científico. Ela não é mais apenas a condensação de vapor concentrada na atmosfera, agora é um momento, uma espécie de ritual que inunda o protagonista. Especula-se que a chuva é, enfim, um processo de cura da alma, como um curativo espiritual, que a lava e o reconecta com a mãe, como um verdadeiro cordão umbilical.

Devido ao desfecho da mãe do prisioneiro, somos levados a pensar que a chuva é como a palavra saudade. E, levando em consideração que “Todos os acontecimentos mitologizados da natureza, tais como o verão [...], as estações chuvosas etc., não são de modo algum alegorias destas experiências objetivas, mas sim, expressões simbólicas do drama interno e inconsciente da alma” (Jung, 2016, p.22), dessa forma, para o personagem, saudade da chuva significa também saudades da mãe. O momento ou o elemento em questão, foram transformados em uma espécie de metáfora, que denunciam o desejo do autor de forma mais simbólica e profunda.

Interpreta-se também uma crítica social a sociedade, pois ao dizer “Que caia um muitão de chuva, até chover dentro de mim, pingar-me os tectos da cabeça, me aguar o coração e eu sentir que Deus me está lavando das poeiras que a vida me sujou.” (Couto, 2014, p.27), a “sujeira” a que o protagonista se refere pode remeter às adversidades do convívio social, já que ele dizia que até a cadeia - que antes era um

local "seguro" para si - agora também se tornara corrupta. Corrupto dentro e fora da cela, acreditamos que o autor quis retratar, em forma de crítica, a vida do personagem na prisão.

Levando em consideração que "A água é o símbolo mais comum do inconsciente" (Jung, 2016, p. 36), nos contos *De como o velho Josias foi salvo das águas* (1986), *Chuva: A abensonhada* (1994), além dos livros *A Chuva Pasmada* (2004) e *Tradutor de Chuvas* (2011), Mia Couto apresenta uma extensa e frequente relação com a água e a chuva, uma característica em comum com o conto discutido. Isso traz a conotação de pureza quando imaginamos o elemento água. Ela é limpa, o que contrasta com a ideia de "sujeira" difundida no texto, e nos reflete como um espelho quando parada. Ou seja, esse fenômeno possui, também, uma sensação de quase misticidade.

Nessa perspectiva, pode-se notar que a chuva tem ainda o papel de "agente" e "veículo" na visão de Ribeiro e Thimóteo (2018), em que sugerem a chuva como "agente" à medida que transportaria de volta à infância e "veículo", ao passo que é objeto de desejo. Dessa forma, a infância como fase da vida é apenas uma metáfora sobre a necessidade de uma "chuva" que Moçambique precisava ainda na época de colônia. O que novamente nos traz a ideia de chuva e saudade, saudade da mãe, da identidade do país e de sua própria. Pensar sobre isso significa refletir sobre o que faltava e falta até hoje.

Assim, pensando que "[...] a arte é social nos dois sentidos: depende a ação de fatores do meio, que exprimem na obra em efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais." (Candido, 2006, p. 19). Diante de tantos momentos de repressão e sofrimento – que agora passam por uma reparação histórica – o autor Mia Couto usa seus recursos para além do estilístico, com o intuito de refletir sobre simbologia e a própria Moçambique, seu lugar de origem.

Para difundir ainda mais nossa pesquisa montamos um quadro com todas as citações da personagem acerca da chuva para visualizar melhor suas falas, logo em seguida comentando sobre.

Quadro 1: Citações e comentários sobre a chuva

CITAÇÕES	COMENTÁRIOS
----------	-------------

“Lhe entrego dinheiro, prometo, tenho dinheiro fora. Não duvide: são cifras, maquinas e quantidades. Tenho e tenho. E dou-lhe tudo, totalmente. Mas me traga chuva, uma porção de chuva boa, grossa e gorda. Estou doido? Por causa de querer que chova aqui, dentro da prisão? Pode ser, pode ser loucura. Mas a loucura é a única que gosta de mim. O senhor que é um inventor de realidades, me faça esse favor. Me invente, rápido, uma urgente chuvinha.”	Mesmo que não fosse possível comprar um fenômeno da natureza, o autor retrata o desespero do personagem. Demonstrando que daria tudo o que tem em troca de um momento tão especial. Se questionar de loucura não só demonstra que o personagem que reconhece seu próprio estado, mas permite-o que peça, de forma iludida, que a chuva seja “inventada” dentro da cela. Esse trecho, apenas no começo do conto, evidencia o apelo do protagonista.
“Mais acontecia era quando chovia. Minha mãe me acorria, me sacudia, me suspendia. — “Começou a chuva, filho, corre lá para fora!” Era o contrário das restantes mães que chamavam seus meninos a recolher assim que tombavam as primeiras gotas. Fosse a que hora, mal chuviscava, ela me despertava, me despia e me empurrava para fora de casa. Minha mãe acreditava que a chuva é água de lavar alma. Nunca ela deve ser desperdiçada. Disso me lembro, a chuva tintilando, eu tiritando...”	Neste trecho, há um constraste, a mãe do prisioneiro acreditava que a água teria o poder de lavar o que há na parte profunda de cada indivíduo: sua alma. Diferentemente das mães convencionais que escondiam os filhos no primeiro sinal de água. Abrimos os questionamentos: Será que a origem das mães comparadas em questão teria a mesma cultura da mãe do prisioneiro?
“Agora, deixei de pedir. Desisti. A única coisa que eu quero é chuva. Chover-me em cima de mim, molhar-me, charcoar-me. Eu nasci na arrecadação da paisagem, num lugar bem desmapeado do mundo.	O personagem comenta sobre suas origens, um lugar seco, empoeirado, e até “desmapeado”, sugerindo que é um tanto desconhecido, pobre de chuva, e que por isso considera esse

Tudo em volta eram securas, poeiras e romoinhos. Chuva era sinal dos deuses, sua escassa e rara oferta.”	acontecimento natural raro como uma bênção.
“Eu tenho essa única saudade. Que caia um muião de chuva, até chover dentro de mim, pingar-me os tectos da cabeça, me aguar o coração e eu sentir que Deus me está lavando das poeiras que a vida me sujou. E assim diluviado, eu escute, entre o ruído das gotas nos telhados, a voz de minha mãe me farolando:”	Demonstrando fé em um ser místico, o prisioneiro expressa uma vontade de lavar o corpo e a alma, como se fizesse parte de um ritual de passagem, em que ao final ele e a mãe iriam se encontrar.
“E agora que estou falando, imagine, doutor, estou já sentindo em meus braços o doce roçar das folhinhas da planta que me protege do rebentar do peito, logo hoje que é véspera de eu ser sentenciado no suspenso da corda. Como se essa corda me conduzisse para onde minha mãe me espera, sentada na berma de um chuveiro. Como se esse nó de força fosse o meu cordão desumbilical. Me invente uma última chuvinha, doutor...”	Nesse ponto, o personagem sonha em voz alta, refletindo sobre o futuro, esperando seu destino inevitável, mas com esperança de que algo bom lhe aconteça: a chuva. Ele usa o jogo de palavras em que se refere à corda da força como um “cordão desumbilical”, no qual tem um papel contrário ao do cordão umbilical (que marca nossa passagem para o início da vida), enquanto a corda o acompanha para o seu fim.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Assim, vemos que

“As relações entre o artista e o grupo se pautam por esta circunstância e podem ser esquematizadas do seguinte modo: em primeiro lugar, há necessidade de um agente individual que tome a si a tarefa de criar ou apresentar a obra; em segundo lugar, ele é ou não reconhecido como criador ou intérprete pela sociedade, e o destino da obra está ligado a esta circunstância; em terceiro lugar, ele utiliza a obra, assim marcada pela sociedade, como veículo das suas aspirações individuais mais profundas.” (Candido, 2006, p.35)

Isso significa que o autor tem o livre arbítrio para dispor de recursos que vão ajudá-lo a mostrar sua própria interpretação de mundo, esta que, ao ser

contemplada, criará novas versões e abrirá novos horizontes da criação e da interpretação. Este trabalho torna essencial esse compartilhamento de horizontes, ampliando a capacidade do indivíduo de refletir e reparar determinadas ações que antecederam essa história, criando um ciclo vicioso que enriquecerá ainda mais a literatura e a formação de uma nova bagagem social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensamos que o conto faz parte de uma criação não obstante e singular, ele retrata a vida de alguém que poderia ser entendido como “sem significância” ou “sem valor”, mas são justamente esses pequenos detalhes de história que trazem verossimilhança e aproximação do leitor e personagem. Um fenômeno natural comum, de certa forma, protagoniza o conto e faz dele quase um personagem. Este evento leva o leitor a refletir sobre como a cultura é diversa e possui uma interpretação para cada pequeno detalhe.

Entendemos a chuva como uma reflexão, um ritual, uma lembrança que perdurou na vida do personagem e que o perseguiu até a véspera de sua morte, trazendo um peso emocional e social que engradece o conto. Um detalhe tão comum se transformou em um verdadeiro objeto de desejo, que no caso, visaria em trazer algum tipo de “salvação” ao sofrimento do personagem. O elo que unia o prisioneiro com a mãe, assim como um cordão umbilical, permitiria que o personagem pudesse “partir em paz”, se libertando de tudo aquilo que já passou e libertando-se da sujeira que existia em si próprio.

Por fim, vale ressaltar que conhecer a literatura africana significa conhecer a história contada pela segunda versão, sem desmerecer ou invalidar a pluralidade da literatura e da língua. O sofrimento vivido não será apagado de forma alguma, mas é dever de todos, inclusive de nós mesmos, enriquecer ainda mais a nossa cultura e reparar as sequelas decorrentes dos fatos históricos vividos. Esta é a nossa chuva.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

COUTO, Mia. A última chuva do prisioneiro. In: COUTO, Mia. **Contos do nascer da Terra**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 23-30.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** e outras Interinvenções. Lisboa, Editorial Caminho, (2009).

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução de Maria Luiza Appy e Dora Mariana Ribeiro Ferreira da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. Edição digital. ISBN 978-85-326-4531-9.

RIBEIRO, Janete dos Santos; THIMÓTEO, Saulo Gomes. Tradutor de ondas e de sonhos: o contista Mia Couto e a fluidez simbólica da água. **Repositório Digital da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)**, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4532/1/JANETE%20DOS%20SANTOS%20RIBEIRO.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2026.

**A VIRTUDE E OBEDIÊNCIA FEMININA ENTRE A MEGERA DOMADA, DE
WILLIAM SHAKESPEARE E OS CASTELOS DE ATHLIN E DUNBAYNE, DE ANN
RADCLIFFE**

Naiara Misquita da Silva (UEMA) ¹

Maria Valéria Viana Sousa (UEMA) ²

Izabela Carolina Barros Souto (UEMA) ³

RESUMO: Esta pesquisa propõe uma leitura comparada entre *A Megera Domada*, de William Shakespeare, e *Os Castelos de Athlin e Dunbayne*, de Ann Radcliffe, com o intuito de investigar as representações da virtude e da obediência feminina como instrumentos de manutenção da ordem patriarcal entre os séculos XVI e XVIII. Embora distintas em gênero e época, sendo um, uma comédia elisabetana e o outro, um romance gótico-sentimental, ambas as obras elaboram narrativas em que o comportamento feminino é julgado segundo ideais de docilidade, pureza e submissão. A partir dessa leitura, encontrou-se o problema em compreender de que modo Shakespeare e Radcliffe, ainda que inseridos em contextos socioculturais diferentes, contribuem para a consolidação do modelo de mulher virtuosa idealizado pela moral patriarcal. Sendo assim, temos como objetivo analisar a representação da virtude e da obediência feminina nas duas obras, identificando suas continuidades e transformações ao longo do tempo. De modo mais específico, examinaremos as estratégias narrativas e discursivas utilizadas por Shakespeare e Radcliffe na construção das figuras femininas subjugadas à autoridade masculina e discutiremos a relação entre gênero, moralidade e poder, observando como as obras refletem e/ou tensionam a ideologia patriarcal de seus contextos históricos. O artigo fundamenta-se na crítica literária comparada, de base histórico-cultural, com apoio nos estudos de gênero e representação. Servem de referencial teórico os aportes de Judith Butler, Susan Gubar e Sandra Gilbert e Virginia Woolf, além da perspectiva do “anjo do lar” que nasce no século XIX como espelho dos séculos anteriores. Os resultados esperados indicam que tanto Shakespeare quanto Radcliffe reproduzem e problematizam o discurso da obediência feminina, revelando que a “virtude” é, antes de tudo, uma construção social destinada a legitimar o poder masculino sob diferentes formas estéticas e históricas.

Palavras-chave: A megera domada; Os castelos de Athlin e Dunbayne; Virtude feminina; Crítica Literária.

¹ Graduando(a) do Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Universidade Estadual do Maranhão – MA. E-mail: naiaramisquitadasilva@gmail.com

² Graduando(a) do Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Universidade Estadual do Maranhão – MA. E-mail: mariawall1046@gmail.com

³ Professora Especialista e orientadora no departamento de Letras, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: izabelasouto@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A literatura, ao longo de diferentes eras, tem refletido os papéis sociais atribuídos às mulheres, em certas situações, reforçando ideias sobre virtude, subserviência, obediência e até hierarquia que moldaram a posição feminina. Embora as mulheres tenham desempenhado funções importantes na agricultura, na administração do lar e até em algumas áreas de poder religioso, a sua existência, em essência, era controlada por homens, o que exemplificava a submissão e a dependência que influenciavam suas virtudes e deveres sociais.

Nesse contexto, *A Megera Domada* (1594), de William Shakespeare, e *Os Castelos de Athlin e Dubayne* (1789), de Ann Radcliffe, oferecem representações diferentes, mas que se complementam sobre o feminino e seu papel na sociedade dominada pelos homens. Enquanto Shakespeare aborda, de maneira cômica e satírica, o processo de domesticação de uma mulher obstinadamente rebelde, Radcliffe exalta a virtude feminina como símbolo da pureza, da sensibilidade e da moralidade da mulher.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo principal analisar a representação da virtude e da obediência feminina nas duas obras, identificando suas continuidades e transformações ao longo do tempo.

Como base teórica foram utilizados os conceitos de Judith Butler, que problematiza as construções performativas do gênero; e Sandra Gilbert e Susan Gubar, que abordam as vozes e silenciamentos das mulheres na tradição literária. Além disso, a perspectiva do “anjo do lar”, conceito surgido no século XIX como ideal feminino, serve como um espelho para compreender os valores e expectativas herdados dos séculos anteriores, fundamentando a reflexão sobre as continuidades e rupturas na representação da virtude e obediência femininas nas obras analisadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A construção da virtude e da obediência feminina na cultura patriarcal

A representação da virtude e submissão feminina em *A Megera Domada* e *Os Castelos de Athlin e Dubayne* demonstram as diversas maneiras que a literatura

dos séculos XVII e XVIII entendeu as funções das mulheres nos sistemas sociais dominados por homens. Em Shakespeare, a moralidade feminina é associada à obediência no contexto do matrimônio, um arranjo social imposto pela autoridade masculina. A personagem Catarina, que a princípio é retratada como uma figura rebelde, é "dominada" por Petrucchio através de um processo que revela a tensão entre resistência e conformidade. Isso é evidenciado no seguinte trecho:

Justamente, querida Catarina, no teu leito. Mas deixando de lado todo o nosso palavreado, falaremos claramente. Consentiu vosso pai no casamento; combinamos o dote. E agora, ainda que não queirais, terás de desposar-me. Podeis crer-me, Quetinha: eu sou o marido que vos convém. Por esta luz o juro, que me permite ver a tua beleza- essa beleza que me deixa de tal modo rendido- outro marido que não seja eu, não poderás ter nunca, pois eu nasci para domar-te, para transformar a Quetinha rezingueira numa Quetinha mansa e tão amável como as Quentinhas donas de seus lares. Teu pai vem vindo agora não te insurjas, pois quero Catarina para esposa. (A Megera Domada - Ato I, cena I, p.62)

Em "A Megera Domada", Shakespeare mostra de maneira clara a dominação masculina através da figura de Petruchio, que impõe um controle direto e autoritário sobre Catarina, convertendo sua teimosia em obediência como uma condição para a virtude feminina reconhecida socialmente. A submissão é percebida não só como um ideal ético, mas como um meio de preservar o domínio patriarcal, onde a virtude feminina está associada à habilidade de se submeter ao controle masculino. Contudo, essa obra também oferece uma perspectiva crítica, pois a suposta obediência de Catarina pode insinuar uma forma estratégica de resistência ou uma ironia em relação às normas de gênero da época, revelando uma tensão entre poder e a autonomia feminina.

Segundo Judith Butler (2016), a "submissão feminina" não se trata de algo específico, mas, sim, de um resultado das normas sociais de gênero que são continuamente reencenadas e fortalecidas na sociedade. Butler defende que gênero é algo performativo, significando que é formado a partir da repetição de ações, gestos e comportamentos que geram uma falsa percepção de uma identidade de gênero estável e natural. O seguinte trecho:

Segundo as estruturas elementares de parentesco, as mulheres são o objeto da troca que consolida e diferencia as relações de parentesco, sendo ofertadas como dote de um clã patrilinear para outro, por meio da instituição casamento [...]. Em outras palavras, a noiva funciona como termo relacional entre grupos de homens, ela não tem identidade, e tampouco permuta uma identidade por outra. Ela reflete a identidade feminina, precisamente por ser o lugar de sua ausência (Butler, 2016 p.61-62).

A visão sobre a "virtude" e a "obediência" das mulheres mudou muito ao longo do tempo e entre diferentes culturas, passando de normas antigas de submissão para uma compreensão moderna centrada na liberdade, integridade ética e igualdade de direitos. Historicamente, em várias sociedades dominadas por homens, a virtude das mulheres foi profundamente associada à submissão e à modéstia.

Em *Os Castelos de Athlin e Dunbayne*, a feminilidade é ligada à ética, dignidade e força moral em meio a um cenário agressivo e tumultuado nas Terras Altas da Escócia. Nas obras de Radcliffe, personagens femininas, como a Condessa Matilda e outras heroínas, são retratadas como protetoras da honra da família e da estrutura social. Tal afirmação fica evidente no trecho a seguir:

Minha filha — declarou a condessa — não abrirá mão de sua tranquilidade por um compromisso vão e ignóbil. Ela deverá valorizar o mérito onde quer que o encontre, mas se lembrará da obrigação que deve a sua família e a si mesma, ao contrair uma aliança para apoiar ou diminuir uma antiga consequência de sua família. A oferta de um homem dotado com tantas qualidades aparentes como o conde Saintmorin, e cujo berço é igual ao nosso, garante um futuro muito promissor de felicidade, para ser rapidamente rejeitado (Radcliffe, 2008, p.79).

A obediência das mulheres é marcada por uma intensa resistência e a habilidade de agir com a capacidade de resolver problemas frente aos desafios, refletindo princípios do romantismo gótico que valorizam a virtude como uma força interna e a coragem.

Ao analisarmos a virtude e a obediência das mulheres em relação à autoridade masculina, em *A Megera Domada*, de Shakespeare, e *Os Castelos de Athlin e Dunbayne*, de Radcliffe, observamos uma elaborada interação de controle, subordinação e oposição. Nessas histórias, a virtude feminina é muitas vezes formada pela habilidade da mulher de se adaptar às normas sociais de obediência, as quais sustentam o domínio masculino dentro do ambiente doméstico e social.

Assim, a conexão entre a virtude e a submissão das mulheres, juntamente com a autoridade dos homens nessas obras, se relaciona com a formação histórica do sistema patriarcal, no qual a submissão feminina simboliza a manipulação e o controle social exercido pelos homens. A virtude é vista tanto como uma aceitação das regras patriarcais quanto como uma área que permite possíveis negociações e resistências, mostrando que a dominação masculina depende da obediência feminina, mas também enfrenta conflitos que destacam a autonomia das mulheres. Essa tensão é fundamental para entender as interações de gênero nas literaturas clássicas e as maneiras como o poder se apresenta e é contestado nos contextos familiar e social.

2.2 Gênero, poder e discurso na literatura: a mulher entre submissão e resistência

A literatura tem sido um espaço de construção e reprodução de discursos sobre gênero e poder, permitindo compreender como a representação da mulher reflete e questiona as estruturas sociais que definem o seu papel. “A literatura produzida por mulheres é aquela que envolve o gênero humano, aborda temas universais e que se diferencia por meio do ponto de vista, de temas abordados, de universos criados e, principalmente, do meio social da qual se origina e das condições antropológicas, socioeconômicas e culturais” (Teixeira, 2008, p. 48).

Em virtude da política do patriarcalismo, a mulher foi silenciada e excluída socialmente ao longo da história, tendo sua capacidade intelectual sempre colocada em questionamento. Virginia Woolf (1931) descreve seu início como literária, relatando os fantasmas que ia ter que combater, como a fantasma que colocara o nome de um famoso poema “O Anjo do Lar” simbolizando como as mulheres deveriam agir perante a sociedade, para serem ao menos notadas.

[...] Talvez não saibam o que quero dizer com o Anjo do Lar. Vou tentar resumir. Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. [...] – em suma, seu feitiço era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura[...]

A descrição retratada por Virginia Wolf sobre “Anjo do Lar” evidencia um modelo de feminilidade baseado na abnegação, na docilidade e na ausência de vontade própria, valores historicamente associados à idealização da mulher no contexto patriarcal. Nesse sentido, enquanto Catarina é “domada” por desafiar a autoridade masculina, as mulheres de Radcliffe são valorizadas pela docilidade, ou seja, ambas são valorizadas por suas figuras femininas submissas: “anjos do lar”. Com isso, enquanto obras patriarcais reforçavam o “Anjo do Lar” como modelo ideal de feminilidade submissa, altruísta e destituída de vontade própria, autoras como Virginia Woolf buscaram desconstruir essa imagem, revelando a opressão escondida sob a aparência de virtude e transformando a literatura em um ato de resistência.

Shakespeare, em sua obra *A Megera Domada*, apresenta uma mulher que, inicialmente, desafia os padrões de comportamento esperados pela sociedade patriarcal, mas que, ao longo da narrativa, é conduzida a uma aparente domesticação

e conformidade, refletindo a força disciplinadora do discurso masculino sobre o feminino.

[...] Eu posso conseguir-lhe uma mulher
Rica o bastante, jovem e bonita,
Criada como cabe a uma fidalga.
O seu defeito – e desse um só já basta –
É ser malditamente insuportável,
Desmedida em grossura e teimosia...
Com ela, se eu ‘stivesse sem tostão,
Nem por minas de ouro me casava. [...]’
(Shakespeare, 2011, p.37).

É possível perceber, a partir da fala masculina, que a rejeição de Catarina não está relacionada a atributos físicos ou sociais, uma vez que ela é descrita como rica, jovem, bonita e criada com os padrões esperados para uma fidalga. O incômodo masculino reside, sobretudo, em seu temperamento “insuportável”, marcado pela teimosia e pela recusa em se submeter, podendo ser compreendido à luz da leitura proposta por Gilbert e Gubar, segundo a qual mulheres que incorporam comportamentos associados à ação, à assertividade e à autonomia são percebidas como “monstruosas” por romperem com os limites impostos à feminilidade tradicional. “Da mesma maneira, assertividade, agressividade — todas características de uma vida masculina de ‘ação significativa’ — são ‘monstruosas’ em uma mulher precisamente porque são ‘não femininas’ e, portanto, inadequadas para uma vida gentil de “pureza contemplativa”¹ (Gilbert; Gubar, 1984, p.23, tradução nossa).

Portanto, a personalidade de Catarina é caracterizada como um “defeito”, no discurso masculino revelando a intolerância da sociedade patriarcal diante de mulheres que expressam autonomia e resistência. Dessa forma, a fala demonstra que, para os homens, uma mulher só é considerada desejável quando pode ser controlada e moldada segundo expectativas de docilidade e obediência, e, Catarina, ao romper com esse modelo, passa a ser vista como excessiva e inadequada, o que legitima, ao longo da narrativa, o processo de sua “domesticação” como tentativa de restaurar a ordem patriarcal ameaçada por sua independência.

O processo de “domesticação” de Catarina, em *A Megera Domada*, representa de maneira simbólica as estratégias patriarcais de controle do comportamento feminino, por meio de práticas de privação e manipulação, nas quais a submissão é concebida como virtude conjugal. Nesse sentido, Petróquio busca

¹ “Similarly, assertiveness, aggressiveness – all characteristics of a male life of “significant action” – are “monstruos” in women precisely because “unfeminine” and therefore unsuited to a gentle life of “contemplative purity”.”

moldar Catarina a um ideal de obediência que reflete as normas sociais da Inglaterra elisabetana, recorrendo, inclusive, à privação física, como quando a mantém em jejum, a fim de afirmar sua autoridade e impor disciplina

Catarina – Quanto mais me maltrata, mais me humilha. Como! Casou comigo, para à fome fazer-me perecer? Os mendicantes que à casa chegam de meu pai recebem a esmola desejados; e se negada lhes for, mui facilmente noutras portas encontrarão piedade. Eu, no entanto, que me vi forçada nunca, de fome estou morrendo, desfaleço de tão vígil estar. Fico acordada com pragas; alimento-me de grilos. E o que mais me magoa nisso tudo é fazer ele tudo sob capa do amor mais atencioso, parecendo que, se eu viesse a dormir ou a alimentar-me cairia logo doente, ou perecera sem maiores delongas. Por obséquio, vai buscar-me alimento; a qualidade não importa; é bastante ser saudável (Shakespeare, 2011, ATO IV, cena III, p.105).

Com isso, ao longo da peça, Catarina passa a perceber que, dentro da ordem patriarcal que a cerca, a submissão pode funcionar como uma estratégia para a obtenção de algum grau de poder e estabilidade, assumindo exteriormente o papel de esposa obediente, e se adaptando às expectativas sociais impostas às mulheres, utilizando a conformidade como forma de sobrevivência e negociação de sua posição no casamento. Portanto, a transformação de Catarina evidencia o modo como a literatura elisabetana representava o ideal de submissão feminina como virtude, reforçando a estrutura hierárquica de poder entre os gêneros.

Em *Os Castelos de Athlin e Dunbayne*, Ann Radcliffe constrói personagens femininas marcadas pela sensibilidade, virtude e obediência, mas também pela inteligência e pela capacidade de resistência moral diante da opressão masculina:

Ela aparentava ter em torno de vinte anos, sua estatura era média, extremamente delicada, e muito elegantemente formada. O vigor de sua juventude tinha a sombra de uma melancolia leve e pensativa, que transmitia uma expressão de seus lindos olhos azuis, extremamente interessantes. Suas feições escondiam-se parcialmente na beleza luxuriante de seus cabelos ruivos; toda graça feminina brincava em volta dela; e a simples dignidade de seu ar declarava a pureza [...] (Radcliffe, 2008, p. 51).

A partir da construção da personagem Laura, mantida prisioneira juntamente com sua mãe em um castelo sob o domínio de um barão, projeta a imagem de um ideal feminino associado à delicadeza, à pureza moral e à sensibilidade contida. Diferentemente de Shakespeare, Radcliffe sugere, ainda que sutilmente, espaços de emancipação dentro das limitações impostas à mulher de seu tempo, apontando para um discurso que começa a tensionar a ordem patriarcal. A descrição, sobre Luara é feita por meio de atributos físicos e morais idealizados, reforçando um modelo de feminilidade pautado na virtude e na obediência, mesmo em um contexto marcado pela opressão e pelo confinamento.

Radcliffe elabora figuras femininas que, embora submetidas à lógica patriarcal, são valorizadas por manterem a docilidade e o autocontrole, aproximando-se do arquétipo do “Anjo do Lar”. Ademais, a autora destaca a capacidade de resistência moral dessas personagens, como se observa na figura da Baronesa, mãe de Laura, que, mesmo diante da ameaça de perder sua liberdade de forma definitiva, mantém-se firme em sua postura de resistência, buscando proteger seus direitos continuamente oprimidos:

ela —, de que minhas afirmações sobre as terras em questão são justas; assim como sei muito bem o valor da integridade para dar crédito às suas corajosas declarações; elas servem somente para revelar-me a maldade de seu caráter, cruel e ganancioso; cuja avareza sem limites, que esmaga as barreiras da justiça e da humanidade, apodera-se dos direitos de uma viúva indefesa e da parte de uma órfã que não se opõe. Isso, meu senhor, também lhe é permitido; elas não podem mais se defender; mas não pense em tirar vantagem de mim com uma declaração sofista de direito, ou de fazer brilhar a tirania da sua conduta com as cores da justiça; o artifício fica sob a força desesperada de seu caráter, e não é enganoso o suficiente para enganar o discernimento da virtude. Não tenho como escapar de ser sua prisioneira; mas nunca, meu senhor, entregarei em suas mãos aquele testamento que é o laço preciso dos meus direitos e o último e triste registro da afeição de meu falecido lorde (Radcliffe, 2008, p. 60).

Assim, a fala da baronesa destaca de modo contundente a relação entre gênero, poder e discurso na literatura, evidenciando como a dominação masculina se sustenta não apenas pela força física, mas também pelo uso estratégico da linguagem e das instituições de poder. Mas, embora a Baronesa se encontre em uma posição de submissão material privada de liberdade e juridicamente vulnerável, sua fala revela uma forma de resistência discursiva, da qual denuncia a tirania, a avareza e a injustiça do barão, pois a personagem mobiliza a palavra como instrumento de enfrentamento simbólico, recusando-se a legitimar a autoridade masculina que a oprime. Diante disso, essa dualidade evidencia que, mesmo inseridas em estruturas patriarcais que limitam sua autonomia, as mulheres encontram na linguagem um espaço possível de resistência, situando-se entre a submissão imposta e a afirmação moral de sua subjetividade.

3 METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, tendo como objeto de estudo a análise comparativa das obras *A Megera Domada*, de William Shakespeare, e *Os Castelos de Athlin e Dunbayne*, de Ann Radcliffe, buscando

compreender como os autores abordam suas críticas à virtude e obediência feminina. Desta forma, a pesquisa foi desenvolvida por meio de leitura e análise das próprias obras literárias, além disso, a análise baseou-se, principalmente, nas reflexões de Judith Butler, em *Problemas de Gênero*, em diálogo direto com os textos literários examinados.

Como referência bibliográfica foram utilizados autores como Sandra Gilbert e Susan Gubar, Virginia Woolf, entre outros que permitiram o embasamento teórico necessário para a fundamentação da pesquisa. O estudo envolveu a escolha cuidadosa e a interpretação crítica das fontes, com foco nos conceitos de virtude e submissão feminina, que guiaram a investigação. Segundo Lakatos e Marconi (2021):

Pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos a de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações (Marconi; Lakatos, 2021, p. 158).

Na comparação, foram considerados temas, aspectos culturais e sociais presentes nas obras, buscando pontos em comum e diferenças no comportamento feminino em relação à virtude e à obediência. A pesquisa bibliográfica forneceu uma base teórica consistente e permitiu refletir criticamente sobre o controle e a resistência feminina nas histórias.

Assim, a metodologia possibilitou uma compreensão mais profunda das representações da virtude e da obediência feminina na literatura, enriquecendo o debate teórico e crítico sobre o papel da mulher nas obras analisadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou, em uma leitura comparada entre *A Megera Domada*, de William Shakespeare, e *Os Castelos de Athlin e Dunbayne*, de Ann Radcliffe, que embora distintas em gênero e época, sendo um, uma comédia elisabetana e o outro, um romance gótico-sentimental, ambas as obras elaboram narrativas em que o comportamento feminino é julgado segundo ideais de docilidade, pureza e submissão. Assim, a moralidade feminina foi construída sob um olhar patriarcal, em que ao longo da história, as mulheres só eram vistas com compaixão ou dignidade se se encaixassem nos padrões impostos pelos homens, ou seja, se fossem “puras”, “submissas” e “obedientes”.

Nesse sentido, as obras como *A Megera Domada* e *Os Castelos de Athlin e Dunbayne*, onde a conduta feminina é constantemente medida pela obediência e pela pureza moral, está muito presente. Em Shakespeare, Catarina é punida por desafiar a autoridade masculina, sendo “domada” até se conformar ao ideal de esposa submissa, mas em Radcliffe, as heroínas são valorizadas por sua docilidade e virtude, reforçando o modelo de feminilidade aceitável na sociedade patriarcal. Diante disso, a resistência surge quando essas personagens revelam, por meio de suas atitudes ou de sua própria consciência, os limites e contradições desse sistema moral, denunciando o controle simbólico imposto sobre as mulheres e reivindicando novas possibilidades de existência e representação.

A análise comparativa entre *A Megera Domada* e *Os Castelos de Athlin e Dunbayne* são exemplos de formas de conceber a virtude feminina que estão historicamente enraizadas no controle masculino. Na obra de Shakespeare, a virtude feminina, frequentemente, se forma sob a imposição da obediência dentro de um casamento, de modo que a aparente submissão de Catarina serve tanto como conformidade social quanto como um espaço potencial para uma avaliação crítica da dominação de gênero. Essa característica dual demonstra que, na comédia elisabetana, aquilo que parece ser virtude é, simultaneamente, uma questão de negociação de poder e uma crítica sutil das limitações impostas às mulheres.

A leitura comparativa das duas obras destaca que a virtude da mulher, no encontro entre subordinação e liberdade, serve como uma perspectiva para entender as dinâmicas de poder que moldam as relações de gênero na literatura clássica. Tanto Shakespeare quanto Radcliffe proporcionam, cada um em seu estilo, uma linguagem para abordar a conflitante relação entre submissão e rebeldia, entre a preservação da ordem social e a descoberta de oportunidades de ação que possibilitam desafiar ou modificar essa estrutura.

Portanto, tanto Shakespeare quanto Radcliffe reproduzem e problematizam o discurso da obediência feminina, revelando que a “virtude” é, antes de tudo, uma construção social destinada a legitimar o poder masculino sob diferentes formas estéticas e históricas.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: **Feminismo e subversão da identidade**. Civilização Brasileira: 2016.

GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. **The madwoman in the attic**: The woman writer and the nineteenth-century literary imagination. Yale University Press, 2020.

RADCLIFFE, Ann. **Os castelos de Athlin e Dundayne**. Pedrazul Editora, 2008.

SHAKESPEARE, William. **A megera domada**. Tradução Barbara Heliodora. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. **Escrita de mulheres e a (des)construção do cânone literário na pós-modernidade**: cenas paranaenses. Guarapuava, PR: Unicentro, 2008.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre, RS: L&PM, 1931.

DOS PORÕES DA HISTÓRIA À CENA CONTEMPORÂNEA: UMA GENEALOGIA DO CORPO FEMININO NEGRO EM MARIA FIRMINA DOS REIS E CONCEIÇÃO EVARISTO

Francisco Silva Oliveira (UEMA) ¹

Magna Kheytt Mascarenhas dos Santos (UEMA) ²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo estabelecer uma análise comparativa entre a literatura feminina negra do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e o conto *Do lado do corpo, um coração caído*, de Conceição Evaristo. Este estudo é relevante, pois o corpo feminino negro foi historicamente conduzido ao silenciamento social, econômico e político, exposto de maneira aberta e direta em ambas as obras, anteriormente mencionadas, ainda que tenham um espaço temporal bastante amplo (1859- 2017). Para a fundamentação teórica recorreu-se aos estudos de Bell Hooks (2019), Franz Fanon (2020) e de Grada Kilomba (2019). A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica que se propôs a refletir sobre os pontos em comum nas referidas obras que deram origem a este artigo. Dessa forma, pode-se afirmar que Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo buscam dar voz aos corpos negros e denunciar o silenciamento imposto historicamente às mulheres.

1 INTRODUÇÃO

A literatura histórica é construída com base em narrativas que buscam representar determinado contexto social, período/dado histórico ou ainda questões políticas que foram relevantes em determinado tempo e/ou lugar sem, no entanto, desconsiderar o que a torna literatura, a forma como os enredos são construídos e como os personagens são representados distanciam a arte literária dos registros históricos.

Em relação aos personagens, são eles que dão vida ao enredo com seus grandes feitos, amores avassaladores, vivências marcadas pelos dilemas humanos que os aproximam do leitor. Eles são construídos com base na sociedade em que estão inseridos, uns são adequados socialmente outros buscam romper com as convenções sociais e há ainda aqueles, que foram totalmente ou parcialmente apagados, silenciados ou estereotipados socialmente.

¹ Graduado em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA.

² Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, Mestre em Letras pela Universidade Federal do Maranhão- UFMA, e-mail: mascarenhasmagna@gmail.com

É sobre o terceiro grupo que este artigo convida ao diálogo, mais especificamente o corpo feminino negro, que teve sua história reduzida ao silenciamento, apagamento, ora pelo sistema escravocrata, ora pelo patriarcalismo. É nesse contexto de resgate e denúncia que se dá o presente estudo: uma genealogia do corpo feminino negro que se estende dos primórdios da literatura feminista negra à cena literária da atualidade.

O artigo tem como objetivo estabelecer a análise comparativa entre o romance *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis e o conto *Do lado do corpo, um coração caído* (2017) de Conceição Evaristo. Separadas por mais de um século, as autoras ligam-se pela temática da opressão de gênero e resistência do corpo feminino negro.

A relevância deste trabalho está no fato de que o corpo, em especial o da mulher negra, é historicamente conduzido ao silenciamento, sendo objetificado, dessa forma, conduzido à exploração massiva. A distância temporal entre a produção de Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo permite tocar de forma aberta e direta nessa temática, evidenciando a permanência e a evolução das estratégias de resistência na literatura. Se Maria Firmina dos Reis, no século XIX, ousou dar voz aos escravizados, Conceição Evaristo, por meio da sua filosofia da *escrevivência*, dá continuidade a essa tarefa, expondo a violência que recai sobre o corpo feminino negro na contemporaneidade, mas com outros requintes de crueldade.

Para a fundamentação teórica desta pesquisa, recorreu-se aos estudos cruciais do feminismo negro e da teoria pós-colonial. A base analítica é sustentada pelo conceito de marginalidade e engajamento proposto por Bell Hooks (2019), pela análise da desumanização do corpo colonizado de Franz Fanon (2020) e, essencialmente, pela abordagem da performance da violência, invisibilidade e silenciamento proposto por Grada Kilomba (2019). A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica, que examina de maneira clara os pontos em comum e o diálogo entre as referidas obras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Corpo, a História e o Silenciamento

O corpo negro historicamente foi marcado pela imposição, humilhação e a falta de liberdade como um triste legado escravocrata resultante das ações coloniais violentas europeias. Essas ações marcaram o curso histórico, junto à vivência de centenas de milhares de pessoas negativamente, pois lhes foram impostas a submissão. No entanto, ser subalterno não significou submissão, pois a luta pela reafirmação do direito de ser e existir se deu através das fugas, revoltas e criação de quilombos. Segundo Franz Fanon:

Então nos coube enfrentar o olhar branco. Um peso fora do comum passou a nos oprimir. O mundo real disputava o nosso espaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração do seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é uma atividade puramente negacional. (Fanon, 2020, p. 78)

O europeu colonizador apenas impôs a sua vontade, reafirmando a sua soberania branca sobre o corpo negro, passível à dominação e opressão.

A historiografia diz que os africanos foram trazidos de suas terras para o Brasil durante o período colonial que se deu a partir de 1534. Desta época até a contemporaneidade, diversas histórias, vidas e vozes foram sistematicamente conduzidas a um limbo tortuoso e tornaram-se vítimas do Colonialismo e Imperialismo, sobre o que Kilomba (2019) assim discorre: “Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos em pedidos dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes” (Kilomba, 2019, p. 23).

O período colonial do Brasil foi dos mais cruéis com essas pessoas, principalmente com as mulheres, que são vistas como seres abaixo dos subalternos, que Spivak em sua obra “Pode o subalterno falar?” (2010), explica que não, pois é impossível para as mulheres falar ou recuperar sua voz e, mesmo que elas tivessem tentado com toda sua força e violência, sua voz ainda não seria escutada ou compreendida pelos que estão no poder.

O engajamento das mulheres negras no ativismo, mesmo seguindo a chamada “onda feminista” hegemônica, que era formada majoritariamente de mulheres brancas e de classe média, não foi suficiente para retirá-las da condição de marginalidade social e teórica. Essa exclusão constitui o ponto central da crítica formulada por Bell Hooks em sua obra seminal, *Teoria Feminista: Da Margem ao Centro* (2018). Hooks aponta que o movimento feminista da segunda onda se articulava em torno das necessidades e experiências de um único grupo racial e de classe, falhando drasticamente em contemplar as mulheres negras.

Bell Hooks descreve essa exclusão como a manifestação de uma segregação interna no próprio movimento feminista. A "margem", segundo ela, é o lugar de residência do oprimido, mas também um espaço de resistência e de crítica, pois oferece uma perspectiva mais clara e abrangente sobre as estruturas de dominação impostas historicamente.

A autora expõe o argumento racista, comum entre algumas ativistas brancas da década de 1970, de que as mulheres negras não necessitavam serem inclusas no movimento. Essa visão desconsiderava a opressão racial e de classe, alegando que, devido ao histórico de trabalho forçado e remunerado das mulheres negras, o direito de trabalhar já lhes conferia uma espécie de "liberdade" e emancipação suficiente. Tais argumentos, no entanto, ignoravam a existência do racismo e do sexismo na vida das mulheres negras, deixando claro que o foco do feminismo hegemônico era a emancipação sexual e profissional da mulher branca de classe média, e não a revolução completa contra o sistema opressor baseado no racismo, sexismo e classismo. Dito isso, o movimento precisava sair da marginalização e ir ao centro, ou seja, ter a experiência da mulher negra como ponto de partida para a construção de uma teoria e prática verdadeiramente libertadoras.

2.2 Contexto histórico-literário: o Brasil do século XIX e o silenciamento autoral

O Brasil do século XIX, cuja economia e estrutura social eram alimentadas pela escravidão, estabeleceu um cânone literário Romântico que era predominantemente masculino, branco e elitista (Silva, 2013). Neste ambiente, a autoria de uma mulher, e mais especificamente da mulher negra, era sistematicamente marginalizada. As mulheres eram confinadas ao papel de musa ou coadjuvante nos textos masculinos, jamais como sujeitos criadores e intelectuais, pois a sociedade lhes negava o acesso pleno à educação e aos meios de publicação (Muzart, 2000). A publicação de qualquer obra por uma mulher negra configurava um ato de rebeldia contra essa política de apagamento histórico.

A emergência de Úrsula, em 1859, sob o pseudônimo "Uma Maranhense", configurou um ato de profunda insurgência e transgressão literária. Maria Firmina dos Reis utilizou o gênero romance, um veículo de grande circulação na época, para romper com a regra, até então intacta, do silenciamento autoral, abrindo espaço no

discurso oficial (Duarte, 2016). Ela subverteu as expectativas do Romantismo, que tendia a retratar a escravidão de forma idealizada ou paternalista, injetando na narrativa uma perspectiva abolicionista e humanista inédita e radical para o período.

A emergência de uma voz autônoma, que questionava a moralidade da escravidão a partir de uma posição marginalizada, representava uma ameaça à ideologia da identidade nacional oitocentista, pautada na exaltação da branquitude e na omissão da violência. O uso do pseudônimo por Reis demonstra o alto custo da visibilidade imposto às mulheres que ousavam entrar na esfera pública da escrita para contestar o sistema escravista.

Apesar de sua importância fundadora para a literatura afro-brasileira, a obra de Maria Firmina dos Reis foi rapidamente esquecida e só resgatada pela crítica e historiografia a partir da década de 1970. Este apagamento histórico é a prova cabal da força do aparato de silenciamento do cânone (Lira, 2022).

2.3 A emergência de Úrsula: O protagonismo e a representação inicial do corpo feminino negro e escravizado (análise de trechos-chave).

A obra *Úrsula*, da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, é um romance datado do período do romantismo brasileiro. Reis, pelo fato de ser negra e, principalmente, mulher, optou por colocar a descrição da autoria de sua obra como "Uma Maranhense".

O foco do presente trabalho será a personagem preta Susana, que irá contar todas as suas desventuras, desde a sua vida como uma princesa e mãe na África, até os maus-tratos sofridos durante a vinda para o continente americano e, por fim, o início da sua vida como mulher negra escravizada, marcada por vários abusos psicológicos e físicos os quais vão afetar de forma profunda e dolorosa essa mulher que foi apenas mais uma entre milhares de mulheres que foram historicamente torturadas durante o período colonial

A representação do corpo feminino negro e escravizado é central, sendo a velha Susana o ponto focal da denúncia. Seu corpo e sua memória funcionam como um arquivo vivo dos horrores da escravidão. Susana narra sua origem nobre, a dor do sequestro e a brutalidade da travessia: Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos..." (Reis, 1988, p. 117). Este trecho é uma das

primeiras representações detalhadas e viscerais da violência do tráfico negreiro na literatura nacional.

O depoimento de Susana desafia diretamente a lógica escravocrata ao conferir ao negro uma identidade e ancestralidade anteriores ao cativeiro (Quadros, [s.d.]). O corpo feminino, frequentemente hipersexualizado ou reduzido à força de trabalho, aqui é apresentado como um símbolo de dignidade, trauma e saudade da terra natal. O foco de Reis está na dor indizível e na desintegração familiar, elementos que transformam a personagem negra em uma testemunha incontestável da injustiça, um protagonismo moral e narrativo.

A denúncia pioneira de Úrsula reside no poder dessa primeira voz que se ergue contra o aparato opressor, articulada através da memória do corpo de Susana (Silva, 2017). Reis não vale a pena ser a primeira a denunciar historicamente os abusos da escravidão, junto com a reclamação pela dignidade feminina negra no Brasil, o que acaba por garantir uma subjetividade e verdade da realidade dos sujeitos negros que agora são finalmente registradas na literatura.

Reis não busca ser a primeira a denunciar historicamente os abusos da escravidão, mas sim a reclamar pela dignidade feminina negra no Brasil. Isso acaba por garantir uma subjetividade e a verdade da realidade dos sujeitos negros, que agora são finalmente registradas na literatura.

2.3 À cena contemporânea: Conceição Evaristo e a reescrita da dor e da resistência

Em contos como os de *Do Lado do Corpo, um coração Caído*, a autora desvia-se da representação do cânone literário que confina a figura negra à submissão e ao silêncio. Em vez disso, a materialidade dos problemas carnis, como cicatrizes, cansaço, fome e, crucialmente, a morte, funciona como uma linguagem que evidencia a injustiça cometida durante os séculos de escravidão legalizada.

Desta forma, o corpo, na obra de Evaristo, transcende o papel de apenas só mais uma vítima passiva da história e se mostra como uma testemunha viva de memória e um instrumento de resistência política. A autora constrói uma narrativa que, ao focar nas experiências da mulher negra, busca resgatar a voz e a ancestralidade que foram violentamente silenciadas. A autora sustenta que sua literatura deve ser construída a partir da vivência, historicidade do próprio e do discurso das mulheres

negras, visando que a história não seja apenas a relatada pelo poder hegemônico, mas sim a lembrança e a denúncia da luta de seu povo.

Nossa escrevivência, não pode ser lida como história para ninar os da casa-grande, e sim para acordá-los dos seus sonos injustos. A nossa escrevivência é a voz, a vez e a coragem de assumirmos a autoria da nossa própria história (Evaristo, 2017, p. 28).

Na obra de Conceição Evaristo *Do lado do corpo, um coração caído*, é apresentado o enredo onde uma mãe chora pela perda da sua filha, a qual é um corpo negro feminino e trans. A escrita crua de Evaristo levanta a discussão a respeito da identidade de gênero e transfobia, pois são debates sobre o corpo feminino negro dentro da contemporaneidade. Além disso, através de uma análise, é possível perceber a violência histórica e estrutural que também é levada à discussão a respeito do transfemicídio.

A maternidade e o luto negro são uns dos temas centrais que nortearão a perspectiva do leitor segundo a "escrevivência". A escrevivência, termo cunhado por Evaristo, é uma estética e poética que transcreve a escrita negra como um ato de resistência, que faz notar-se para não morrer. É uma escrita que surge do local de vivência e memória da mulher negra e se configura como um ato político de insurgência contra o silenciamento. Partindo desse ponto, Evaristo fala das suas vivências e da vivência histórica do corpo feminino negro através da escrita.

"Conheço esse corpo, saiu de mim. Planto-me aqui, eu sentinela de um corpo assassinado que não consegui guardar. Essa é minha menina. Tenho dor. Meu peito explode. Quem matou minha menina? O pai? Eu? Vocês?" (Evaristo, 2018, p. 39).

As experiências traumáticas, desde o navio negreiro (a diáspora) até as violências cotidianas e a precariedade da vida contemporânea, são gravadas nas personagens. A memória não é apenas um conceito abstrato ou psicológico; ela é corporificada. Ao exhibir a forma física violentada, Evaristo a eleva à condição de testemunha histórica irrefutável, transformando o silêncio imposto pelo cânone em um grito literário. Este ato de escrita sobre esses corpos é um potente gesto político que resgata a dignidade e a subjetividade das personagens, conduzindo o leitor ao confronto com a história de opressão a partir da perspectiva de quem a viveu na própria pele.

Com esse evidenciamento através da literatura já corporificada, Evaristo avança para a crítica social, trazendo um posicionamento discursivo mais contemporâneo. O corpo trans, já abordado na obra, ratifica a permanência do *status* do indivíduo negro no papel de submissão e aberto a ser violentado, enquanto traz à tona toda a vulnerabilidade que é uma herança histórica que essas pessoas pretas carregam em sua pele.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, e *Do lado do corpo, um coração caído* (2018), de Conceição Evaristo, confirma a tese de que a literatura se mostra como um meio palco vital de resistência, rastreando e mapeando uma genealogia do corpo feminino negro que vai dos porões da história até a cena contemporânea.

Em "*Úrsula*", o corpo negro é visto a partir do trauma escravocrata. A obra, pioneira, funciona como o registro fundador, onde a voz feminina negra surge para humanizar o sujeito escravizado. O corpo, ali, é um corpo recluso, atravessado pela dor, pela separação familiar e pelo controle patriarcal. No entanto, a obra já demonstra a resistência ao registrar a subjetividade e a afetividade no luto, na maternidade e no amor, como atos de insubmissão.

Já em "*Do lado do corpo, um coração caído*", o corpo feminino negro ressurge na contemporaneidade abordando a negritude e a transexualidade. Evaristo, através da escrevivência, retira o corpo da reclusão histórica e o expõe publicamente, um assassinato. A violência não é mais apenas a da escravidão, mas a da interseccionalidade (raça, classe, gênero e sexualidade) que culmina no transfeminicídio. A obra transforma o luto da mãe em uma voz que acorda e sacode a sociedade para a injustiça, confirmando que a literatura é a arma de memória que impede o silenciamento.

Em suma, Maria Firmina lança as bases da denúncia, retirando o corpo negro da invisibilidade; Conceição Evaristo assume essa herança e a radicaliza, expandindo a luta por dignidade para a totalidade dos corpos negros dissidentes, sejam eles feminismo, masculino e trans. Dessa forma, se pode afirmar que a literatura é o espaço onde a vida se impõe à necropolítica.

Ao se pensar na luta das pessoas negras, em específico na situação da mulher na sociedade brasileira, nota-se uma série de lacunas a serem preenchidas para que elas possam viver com igualdade e equidade. A história aponta os problemas oriundos do racismo, o qual Kilomba (2019) denuncia que nega a subjetividade e a humanidade a essas pessoas, além de perpetuar um sentimento de não pertencimento, consequentemente tornando esses corpos vulneráveis.

O percurso bibliográfico e analítico deste trabalho, que traçou a genealogia do corpo feminino negro dos porões da história à cena contemporânea, permitiu-nos alcançar conclusões significativas. Ao investigar o romance *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis com o conto *Do lado do corpo, um coração caído* (2018) de Conceição Evaristo, confirmamos que a literatura feminista negra opera como um poderoso interruptor do silenciamento histórico.

A distância temporal entre as produções não dá cabo ao problema, mas o intensifica: percebe-se que a negação da subjetividade e humanidade, conceito central em Kilomba (2019) e Fanon (2020), é o fio condutor da violência sofrida por essas personagens. Firmina dos Reis, no alvorecer da literatura brasileira, já anunciava as vivências do corpo feminino negro como lugar de sofrimento e resistência. Evaristo, por sua vez, atualiza esse grito, mostrando que o corpo ainda é o território de luta contra o racismo estrutural, mas com outras ramificações do mesmo problema.

Dessa forma, deve-se promover ativamente movimentos quem clamam pela igualdade e lutam contra o racismo, como afirma Djamila Ribeiro: “Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É preciso ser antirracista.” (Ribeiro, 2019, p. 19)

Em suma, este estudo bibliográfico-comparativo demonstra que Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo não apenas denunciam o silenciamento, mas oferecem um projeto de resistência por meio da palavra. A maior contribuição da pesquisa reside em sublinhar a unidade temática e política entre as autoras, reafirmando a importância da memória histórica para a luta por igualdade e equidade. Assim, será possível organizar-se para minimizar os efeitos das políticas que ainda castigam esses corpos e conduzem aos porões do silenciamento.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: século XIX. Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

EVARISTO, Conceição. Do lado do corpo, um coração caído. In: CRAVEIRO, Beatriz Leal (Org.). **Livre**. Belo Horizonte: Moinhos, 2018. p. 33-39

EVARISTO, Conceição. Vozes-mulheres: poesia. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

HOOKS, Bell. **Feminist theory**: from margin to center. Cambridge, MA: South End Press, 1984.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIRA, Priscila Lemos. A escrita revolucionária de Maria Firmina dos Reis – a mina!. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 49, p. 297–313, jul./dez. 2022.

MUZART, Zahidé L. (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**: antologia. 2. ed. Florianópolis: Mulheres, 2000. 2 v.

QUADROS, Dênis Moura de. Maria Firmina dos Reis e suas contribuições para a escrita feminina negra. **Trem de Letras**, Alfenas, n. 4, [s.d.].

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Paulo: Principis, 2020

SILVA, Régia Agostinho da. Maria Firmina dos Reis e sua escrita antiescravista. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 3, n. 2, p. 43–58, 2017. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/8137>.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

O GÓTICO COMO CRÍTICA SOCIAL EM *ABADIA DE NORTHANGER*, DE JANE AUSTEN

Laiane Moraes Miguins (UEMA) ¹

Lauanda Cibelly Rocha Portela (UEMA) ²

Izabela Carolina Barros Souto (UEMA) ³

RESUMO: Este artigo pretende articular a obra *A Abadia de Northanger* (1818), de Jane Austen, em seu diálogo entre a ironia e imaginação gótica a um contexto de reflexão social que este cânone literário inglês ocupa. Em vez de simplesmente rejeitar ou satirizar o gênero, Austen incorpora os elementos góticos narrativos, como o castelo, o mistério, a heroína em perigo, por exemplo, para explorar tensões entre ficção e realidade, mostrando as experiências femininas no final do século XVIII e início do XIX. A trajetória de Catherine Morland, jovem leitora fascinada por romances góticos, revela como o imaginário literário pode tanto aprisionar quanto oferecer instrumentos para compreender a opressão, as desigualdades de gênero e os limites impostos às mulheres na sociedade patriarcal. A pesquisa proposta investiga como *A Abadia de Northanger* reconfigura o gótico em chave de crítica social, evidenciando as contradições entre medo, desejo, submissão, tradição e modernidade. Dessa forma, pretende-se utilizar a crítica literária feminista e os estudos sobre o romance gótico, com Michael Gamer (2002), para compreender o gótico como espaço de ansiedades culturais; Wollstonecraft (2016), na dimensão da escrita feminina e da ironia como resistência; Claudia Johnson (1988), que ressalta a política implícita na obra de Austen; e Vasconcelos (2021), que analisa as convenções narrativas e sua desconstrução. Portanto, ao considerar *A Abadia de Northanger* não apenas como um exercício de paródia, mas como intervenção literária e cultural, a pesquisa busca compreender como Austen transforma o gótico em instrumento de crítica, questionando tanto os limites da ficção quanto as estruturas sociais de seu tempo.

Palavras-chave: Northanger Abbey; Romance gótico; Crítica literária feminista; Crítica social; Representação feminina.

1 INTRODUÇÃO

O livro *A Abadia de Northanger* (1818 [2021]), de Jane Austen, é considerado um romance gótico do século XVIII. Nesse sentido, “Austen pode

1 Acadêmica do curso de Letras Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. E-mail: moraeslaiane1@gmail.com.

2 Acadêmica do curso de Letras Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. E-mail: lauandaportela@outlook.com.br.

3 Professora Esp. Izabela Carolina Barros Souto. Professora orientadora do artigo, na Universidade Estadual do Maranhão - Campus de Santa Inês. E-mail: izabelasouto@gmail.com.

descartar 'alarmes' sobre máquinas góticas comuns - tempestades, armários, cortinas, manuscritos - com diversão alegre, mas os alarmes sobre a figura gótica central, o pai tirânico, ela conclui, são proporcionais à ameaça que eles realmente representam" (Johnson, 1988, p.35, tradução nossa)¹. Diante disso, o autor apresenta uma interpretação acerca do modelo da escrita da autora, pautando como Jane Austen subverte os elementos góticos utilizados na construção crítica social presente no livro.

Nesse viés, pretende-se mostrar como a atividade masculina característica em *A Abadia de Northanger* é a medição, uma fixação autoritária de limites - de quilometragem, de tempo, de dinheiro e, no caso de Henry, de palavras (Johnson, 1988, p.38, tradução nossa)². Com base nessa perspectiva, o estudo visa analisar como *A Abadia de Northanger* (1818 [2021]), de Jane Austen, transforma o gótico em crítica social e as desigualdades de gênero; outrossim, identificar elementos góticos e satírico usados na obra e examinar como Catherine Morland reflete os limites impostos às mulheres. A partir dessas considerações, problematiza-se a seguinte questão: como *A Abadia de Northanger* ressignifica os elementos do romance gótico para construir uma crítica social voltada às desigualdades de gênero na sociedade inglesa do século XVIII?

Em vista disso, a crítica presente na narrativa sugere que romance gótico é utilizado como estratégia literária para apresentar as tensões sociais e questionar as estruturas de gênero presentes na sociedade inglesa da época. Diante disso,

A crítica especializada assume que a literatura fantástica ressurgiu em pleno vigor em fins do século XVIII sob as vestes dos enredos góticos, expressando o sentimento de ambivalência e paranoia em relação ao outro em famosas novelas e contos que traziam para um primeiro plano os conflitos entre o bem e o mal e o carnal e o espiritual, por exemplo (Messias, 2016, p. 35).

A partir dessa afirmação é possível entender como os enredos góticos se configuram como um espaço de transformações sociais, morais e culturais, no qual o medo e o sobrenatural ressignificam os conflitos do século XVIII.

Nesse viés, a autora apresenta o contexto da sociedade vigente, em que é visto olhar satírico do comportamento social, haja vista que Jane Austen apresenta tal

¹ Austen may dismiss "alarms" concerning stock gothic machinery-storms, cabinets, curtains, manuscripts with blithe amusement, but alarms concerning the central gothic figure, the tyrannical father, she concludes, are commensurate to the threat they actually pose. (Johnson, 1988, p.35).

² The characteristic masculine activity in *Northanger Abbey* is measurement, a fiatlike fixing of boundaries of mileage, of time, of money, and in Henry's case, of words. (Johnson, 1988, p.38).

perspectiva na construção do enredo da narrativa. Nessa conjuntura, os objetivos do artigo abordam o que Sandra Guardini Vasconcelos (2007) afirma sobre Jane:

De Fielding, herdou o olhar crítico do narrador que observa suas personagens se moverem no mundo das convenções sociais e as retrata com ironia de quem as vê à distância e pelo lado de fora. O riso e a perspectiva irônicos, o desprezo pela pretensão e hipocrisia revelam semelhanças de atitude entre os dois romancistas... Ao combinar qualidades de Richardson e Fielding à sua marca pessoal, Jane Austen iria conduzir o gênero por novos rumos (Vasconcelos, 2007, p. 221).

Dessa maneira, a obra *A Abadia de Northanger* contempla tais perspectivas, por isso a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e de cunho qualitativo, uma vez que procurou compreender como gótico apresenta a crítica social na escrita de Jane Austen. Com isso, as discussões teóricas partiram dos estudos de Michael Gamer (2002), Claudia Johnson (1988), Wollstonecraft (2016), Morland. Robert Humer (1984) e Vasconcelos (2014), visto que o gótico se torna instrumento de crítica, questionando tanto os limites da ficção quanto as estruturas sociais de seu tempo. Portanto, em consonância com os objetivos específicos, fundamenta-se teoricamente os seguintes temas: elementos góticos e satíricos na construção narrativa de *A Abadia de Northangere* a Representação dos Limites Femininos por meio da Personagem Catherine Morland, em “*A Abadia de Northanger*”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Elementos góticos e satíricos na construção narrativa de *A Abadia de Northanger*.

O romance *A Abadia de Northanger* (1818 [2021]), de Jane Austen, assumiu uma singularidade dentro da história literária, com a união de gêneros distintos, que se complementam, o gótico e a sátira, com a pegada da crítica social tão presente nas obras de Austen. O gótico até o final do século XVIII não tinha uma definição do que era, apesar de estar entrelaçado com o sucesso de diversas obras da época.

De acordo com Jerold E. Hogle *apud* Barros (2020, p.03):

O gótico atua como uma “manipulação cênica” dos objetos e cenários da História, “divorciando” tais artefatos de suas fundações e convertendo-os em *bric-a-brac*, signos descolados de sua substância original (...) marcado pela falsificação e esvaziamento do signo, que seria, até os dias de hoje, bastante popular na produção ficcional do Ocidente.

Jane construiu através da sátira uma leitura das convenções sociais da época, em divergência com outros autores que tratavam apenas de mistérios e elementos sobrenaturais. A subversão do medo e do sobrenatural servem como instrumentos de crítica moral e psicológica. Michael Gamer (2012, p. 87) diz que “focar na história da recepção e produção dos textos góticos é, portanto, chegar a um sentido mais dinâmico e heterogêneo do ‘gótico’ do que aquele que pode ser alcançado através da construção de uma genealogia apenas do romance gótico.”

Austen utiliza desses moldes apenas para página após página desconstruir toda a ideia do que era o gótico. A sua protagonista, Catherine Morland, é uma jovem entusiasta do romance gótico, além de possuir uma grande imaginação, que sonha com o mundo pelos olhos da fantasia e não da realidade, ao chegar na abadia sonha em desvendar todos os mistérios que possui, desde a sua chegada na casa:

A impaciência de Catherine por avistar a abadia, que por algum tempo fora esquecida pela conversa dele sobre assuntos muito diferentes, voltou com força total, e cada curva da estrada era esperada com um assombro solene que revelaria um vislumbre de seus sólidos muros de pedra cinza[...] mas a construção era tão baixa que ela se viu atravessando os grandes portões da guarita e chegando à propriedade de Northanger sem nem mesmo ter visto uma chaminé antiga. não sabia se ficava surpresa, mas havia algo nesse modo de se aproximar que ela certamente não esperava (Austen, 2021, p. 176).

É possível observar que mesmo com a decepção de que a casa é diferente do que imaginava e que os mistérios com o qual sonhava não passavam disso, sonhos. Entretanto uma esperança ainda é alimentada “mas havia algo nesse modo de se aproximar que ela certamente não esperava”, com isso mostra que em meio à decepção com a realidade ainda há esperanças para que haja de fato algo para ser desvendado.

É perfeitamente claro que o gótico está nitidamente relacionado com o romantismo, mas é mais fácil afirmar esse facto do que o provar de forma clara e convincente. Existe uma suspeita persistente de que o gótico é uma relação pobre e provavelmente ilegítima do romantismo, e uma consequente tendência para tratá-lo dessa forma. Há quem, de facto, queira negar completamente essa relação (Robert Hume, 1Michael Gamer, 2002, p. 85).

As experiências vividas por Catherine, na Abadia, evidenciam as tensões e críticas, como o confronto entre realidade e fantasia, quando as histórias deixam de ser fictícias e passam a atrapalhar a vida real. Catherine Morland passa a mostrar que o gótico é apenas um entretenimento no qual é permitido o questionamento da sua percepção sobre a realidade, uma vez que tudo que é narrado, pode ser feito de formas imaginárias, onde muitas vezes o clímax do “mistério” é quebrado:

Catherine havia esperado que seus sentimentos fossem abalados, e eles de fato foram. Primeiro ela foi tomada pelo assombro e pela dúvida. Logo depois, sentiu uma nesga de bom senso que lhe deu algumas pitadas de vergonha. Ela não podia estar mais enganada com relação a todo o resto! [...] Aqueles aposentos, para os quais ela havia dado uma data muito antiga, uma disposição muito terrível, na verdade se revelaram uma das partes que o pai do general mandou construir. Havia outras duas portas [...] mas ela não sentiu vontade de abrir algumas delas (Austen, 1818, p. 216).

Nesse episódio, Jane desconstrói todos os elementos góticos, através das suas sátiras, Catherine chega para evidenciar as críticas abordadas na obra, satirizando os exageros que o tema carrega. Ademais, em paralelo ao momento em que Morland passar a “resolver os mistérios de Northanger”, também se inicia o um processo de autoconhecimento, onde começa a sua jornada de amadurecimento e divisão sobre um mundo utópico e real.

A autora leva o leitor a explorar a própria mente e fantasias, sobre o que de fato é verdadeiro ou não na obra. Retratando os impactos que o gótico tem no imaginário popular afetando o senso crítico e reflexivo dos seus leitores.

2.2 A representação dos limites femininos por meio da personagem Catherine Morland em *A Abadia de Northanger*

A escrita de *A Abadia de Northanger* (1818) aborda como a mulher enfrenta os limites impostos pela sociedade patriarcal da época. Isso é exposto por meio das ações e experiências impostas à personagem Catherine Morland, com isso a protagonista, aos olhos dos homens na narrativa, pode ser vista como “fraca e passiva, porque tem menos força física que o homem; e assim infere que ela foi feita para agradar e ser subjugada por ele” (Wollstonecraft, 2016, p. 107).

Diante do exposto, a subversão do poder masculino na obra é evidenciada em diversos trechos, pois, Catherine é constantemente reprimida em seus discursos. Nesse sentido, pode-se analisar o seguinte trecho:

Às vezes penso - disse Catherine, duvidando - se as senhoras escrevem cartas muito melhores que os cavalheiros! Isto é, não penso que a superioridade esteja sempre do nosso lado.
 - Até onde tive oportunidade de julgar, parece que o estilo usual particularidades. de escrever cartas entre as mulheres é impecável, exceto em três particularidades.
 - E quais são elas?
 Uma deficiência geral de assunto, uma total falta de atenção aos pontos e uma ignorância muito frequente da gramática. (Austen, 2021, p.20-21).

Com isso, a conversa da protagonista com a personagem Tilney revela a restrição diante o posicionamento de fala de Catherine, mostrando que “a fala feminina nunca é totalmente reprimida na ficção de Austen, mas, em vez disso, é ditada para espelhar ou tranquilizar o desejo masculino” (Johnson, 1988, p.37, tradução nossa)¹. Dessa maneira, Austen revela que os limites impostos às mulheres são controlados e subjugados pelo olhar do homem, o qual alimenta o sentimento de superioridade do sexo masculino na sociedade patriarcal da época.

Ainda mais, vale destacar o poder do patriarcado, que atua como força opressora e limitadora das interpretações femininas na narrativa. Diante disso, pode-se perceber a repressão da voz feminina no contexto das leituras realizadas pelas mulheres na obra, uma maneira de evidenciar o discurso controlador masculino. Nessa conjuntura, esse argumento pode ser observado na seguinte conversa entre Catherine e Thorpe na obra:

- Já leu Os mistérios de Udolpho, senhor Thorpe?
Os mistérios de Udolpho! Oh, Senhor! Eu não. Nunca leio romances, tenho outras coisas a fazer.
Catherine, humilhada e envergonhada, ia se desculpar por sua pergunta, mas ele a impediu, dizendo:
- Os romances são muito cheios de tolices e coisas no gênero.
Não houve nenhum decentemente aceitável desde Tom Jones, exceto O monge. Eu o li outro dia mas, como todos os outros, são as coisas mais idiotas já criadas.
- Acho que iria gostar de Udolpho, se o lesse. É muito interessante.
- Eu não, com certeza! Não, se fosse ler algum, seria da senhora Radcliffe. Seus romances são bem divertidos. Vale a pena lê-los. Há alguma diversão e naturalidade neles.
Udolpho foi escrito pela senhora Radcliffe disse Catherine, com alguma hesitação, pelo medo de envergonhá-lo. (Austen, 2021, p. 46-47).

Desse modo, Claudia L. Johnson (1988) entende que:

O aforismo de Henry descreve as condições da propriedade feminina como elas foram tradicionalmente concebidas e reafirmadas ao longo da década de 1790 por defensores conservadores da modéstia feminina. As mulheres, por tais relatos, não iniciam suas próprias escolhas, mas são receptoras das dos homens (Johnson, 1988, p.36, tradução nossa)².

Nesse viés, a voz masculina limita o espaço da mulher na obra, sempre transparecida nos diálogos que a protagonista tem com personagens do sexo oposto. Assim como acontece com a leitura do livro Os Mistérios de Udolpho (1794), de Ann

¹ Female speech is never entirely repressed in Austen's fiction, but instead is dictated so as to mirror or otherwise reassure masculine desire. (Johnson, 1988, p.37).

² Henry's aphorism describes the conditions of female propriety as they had been traditionally conceived, and as they were reasserted throughout the 1790s by conservative advocates of female modesty. Women, by such accounts, are not initiators of their own choices, but rather are receivers of men's. (Johnson, 1988, p.36).

Radcliffe, realizada por Morland e reprimida por Thorpe, reafirmando que homens não leem romances: “nunca leio romances, tenho outras coisas a fazer”. Nessa perspectiva, destaca a desigualdade de gênero e a subordinação sobre o papel das mulheres na obra. Portanto, as limitações sofridas por Catherine são vistas como “a resposta de uma mulher dependente à opressão econômica e ao patriarcado” (Vasconcelos, 2021, p. 148).

3 METODOLOGIA

O presente artigo tem caráter bibliográfico cuja abordagem busca explicações para os fenômenos na compressão das críticas ao gótico presente na obra *A Abadia de Northanger* (1818 [2021]) da escritora inglesa Jane Austen.

Esse projeto busca unir informações para que possa despertar o interesse do público-alvo. De acordo com Lakatos e Marconi (2021), “considera-se uma pesquisa científica aquela que envolve “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades precisas” (Lakatos e Marconi, 2021, p. 43).

Esta pesquisa é do tipo bibliográfico no qual são utilizados materiais já publicados. No entanto, é necessária dedicação do acadêmico, a fim de que possa executar seu projeto de pesquisa. Ademais, assim não sendo repetições de trabalhos anteriores, mas sim, busca-se apresentar uma nova abordagem sobre a linha pesquisada.

Para Lakatos e Marconi (2021):

Pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações (Lakatos; Marconi, 2021, p. 158).

Em suma, este tipo de pesquisa tem como base a seleção de trabalhos relevantes, que apresentam estudos significativos, no qual estejam diretamente ligados ao tema abordado, garantindo um maior aprofundamento na fundamentação teórica à análise proposta.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Abadia de Northanger, embora ainda seja uma leitura divertida hoje, foi divertido de uma maneira bem diferente para seus primeiros leitores, pelo seu formato paródico - tradicional do período -, mas também sobre o teor de sua sátira. Os resultados obtidos nas análises do *corpus* deste artigo, revelam que Catherine Morland é um instrumento questionador dos limites impostos pelo poder imaginário, assim relacionado à condição de submissão às normas patriarcais.

Os elementos góticos encontrados no romance têm como intuito a sátira dos costumes, onde as tensões não são masmorras, fantasmas ou castelos, como Catherine imagina e, sim, a própria sociedade. Como podemos notar através do trecho em que a própria personagem ironiza o seu poder imaginário:

Catherine às vezes se assustava com suas próprias conjecturas, e por vezes desejou, ou temeu, ter ido longe demais. Mas as suspeitas eram respaldadas por evidências que tornavam impossível ignorá-las. Catherine achava que a cena terrível se desenrolava bem diante do lado do pátio em que estava, e ocorreu a ela que, se observado atentamente, alguns raios de luz do lampião do general poderiam brilhar através de uma das janelas mais baixas enquanto ele ia para a prisão da esposa (Austen, 2020, p. 210).

O gótico transforma-se por meio do humor em uma crítica, onde o medo e o suspense evocados pela protagonista não são o verdadeiro perigo. Retratando como a jovem distorce os fatos para sempre se encaixar em suas fantasias, assim reforçando a sátira e a ironia da obra.

As frustrações vividas pela personagem, com cenas em que a falta de recursos se mostra apenas como uma utopia de Morland. Robert Humer (1984) diz que a relação entre o romantismo e o gótico é considerada “pobre e ilegítima”, onde muitas vezes uma é desconsiderada ou ignorada no debate crítico sobre a literatura do século XIX.

Jane Austen traz de volta essa frágil relação em formato de sátira, em que de um lado fica o mundo real e do outro o imaginário, criticando a mistura dos dois mundos. Gamer reforça essa ideia ao afirmar que a compressão do gótico se deve à sua produção e recepção. *A Abadia de Northanger* confirma a teoria de Gamer com um modelo onde há uma divergência da realidade.

Na cena em que Catherine é corrigida pelo senhor Tilney sobre o modo como uma mulher escreve uma carta, e em outro momento as leituras realizadas pela jovem dama são desprezadas e até mesmo invalidadas. Tal ato exemplifica a afirmação de Mary Wollstonecraft (2016) de que as mulheres eram vistas como seres

frágeis, passivas e que o seu único dever era agradar e ser submissa aos seus maridos.

Nesse sentido Rita Terezinha Schimidt (2017, p. 81) expressa que:

A afirmação da identidade da “mulher” a partir de sua reconstrução pelo eixo identidade/subjetividade, o que significou da imagem a um imaginário até então encoberto e silenciado; nesse imaginário, o amor, a sexualidade, o corpo, o desejo, o trabalho, a maternidade, a amizade, a memória e a nacionalidade adquirem novos sentidos, traçam novas paisagens, recompondo o outro lado da história e levantando, nesse processo, a questão da relação entre linguagem, poder e resistência.

Desse modo, é possível observar o amadurecimento da jovem, descobrindo os seus limites e a sua identidade a partir dos choques e frustrações vividas. Assim, Jane Austen não apenas transforma o gótico em sátira, mas também transmuta a sátira em uma crítica social, onde a resistência feminina é vista quase como um ato de rebeldia, moldadas por uma sociedade patriarcal e cruel quando se trata de romances escritos por mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de *A Abadia de Northanger*, de Jane Austen, a partir dos estudos de Morland, Robert Humer (1984), Claudia L. Johnson (1988), Michael Gamer (2002-2012), Sandra Guardini Vasconcelos (2014) e Wollstonecraft (2016) retrata como Jane Austen por meio da união do gótico e da sátira construiu uma crítica moral e social da sociedade do século XVIII. Por meio de Catherine Morland, a autora desconstrói o imaginário gótico, com a transformação do medo e mistério em reflexão e ironia, evidenciando os limites que eram impostos às mulheres pelo patriarcado com o uso do humor e ironia como resistência, questionando as estruturas de poder e reafirmando o papel da mulher como um sujeito pensante.

O confronto entre fantasia e realidade conduz Catherine a um processo de amadurecimento e autoconhecimento, onde Austen representa na atitude de Morland a liberdade da mulher, que era limitada até mesmo em suas interpretações literárias. *A Abadia de Northanger* ultrapassa o romance gótico e se torna uma reflexão sobre a condição feminina, a autonomia intelectual e a força crítica da escrita de Jane Austen.

Dessa forma, o romance evidencia as limitações sociais femininas, principalmente quando diz respeito na parte intelectual e na liberdade de expressão, ou seja, tudo que para elas havia “permissão” para fazer eram ser bonitas, saber

cozinhar, saber cuidar da casa e servir aos maridos. Isso é nítido na personagem de Catherine, uma vez que em todas as suas interações com um homem, ela assume o papel de uma mulher submissa na qual é constantemente contrariada em suas escolhas. Jane Austen utiliza a voz feminina como ironia ao contestar e criticar essa submissão

Portanto, a obra *A Abadia de Northanger* transcende a barreira da parodia gótica, o romance atua de maneira reflexiva da crítica social de como o imaginário atua dentro da subjetividade, e a condição feminina dentro da sociedade envolta de um modelo patriarcal. Ao unir humor, críticas e ironia, Austen, por meio da sua escrita, reafirma a sua força através de questionamentos culturais e sociais, fortalecendo a discussão sobre a liberdade intelectual das mulheres

REFERÊNCIAS

AUSTEN, Jane. **Orgulho e preconceito**. Trad. Carol Choivatto Rio de Janeiro: Antofágica, 2021.

AUSTEN, Jane. **A Abadia de Northanger**. [S.l.]: Tricaju, 2020. E-book Kindle.

BARROS, Fernando Monteiro de. O Gótico e a vampirização da história. **Organon**, v. 35, n. 69, p. 1-14, 2020.

HOGLE, Jerrold E. (ed.). **The Cambridge Companion to Gothic Fiction**. Cambridge, U.K.; New York: Cambridge University Press, 2002.

JOHNSON, Claudia L. **Jane Austen: women, politics, and the novel**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo

MESSIAS, Adriano. **Miolo Todos os Monstros**. São Paulo: EDUC, 2016.

SCHMIDT, Rita Terezinha. **Descentramentos/Convergências: ensaios de crítica feminista**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **A Formação do romance Inglês: Ensaio Teóricos**. São Paulo: FAPESP, 2007.

VASCONCELOS, S. G. T. Uma escultura entalhada em marfim. In: AUSTEN, J. **Orgulho e preconceito**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. Edição comentada do clássico feminista. Trad. Ivânia Pocinho Motta. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

NOÇÕES DE LIBERDADE FEMININA EM *EMMA*, DE JANE AUSTEN

Izabela Carolina Barros Souto ¹

RESUMO: A obra *Emma* (1815), de Jane Austen, revela não apenas as sutilezas da vida social da Inglaterra Georgiana, mas também como conceitos de liberdade são construídos por meio da linguagem e dos diálogos entre os personagens. Esta pesquisa propõe investigar como a protagonista Emma Woodhouse articula sua autonomia através do discurso, e de que modo a interação verbal com figuras como Mr. Knightley, Harriet Smith e outros personagens permite observar limites e possibilidades da mulher na época. Como argumenta Claudia L. Johnson (1995), a ficção de Austen não pode ser dissociada das questões de poder, gênero e moralidade, pois suas heroínas negociam constantemente entre as convenções sociais e o desejo de emancipação. Da mesma forma, A. Walton Litz (1965) ressalta que Austen, ao explorar o uso da ironia e do diálogo, expõe as tensões entre individualidade e dever social. Assim, a pesquisa pretende mostrar como Emma exerce uma forma de liberdade discursiva ao interpretar, intervir e, muitas vezes, manipular as narrativas em torno de si. Linda Bree (2009) reflete a transformação da subjetividade feminina no romance inglês. A análise, portanto, busca compreender como a noção de liberdade em *Emma* não se dá em termos absolutos, mas em negociações linguísticas, marcadas pelo jogo entre controle social, desejo individual e reconhecimento mútuo.

Palavras-chave: Jane Austen; *Emma*; Emancipação Feminina; Sociedade Georgiana.

1 INTRODUÇÃO

A publicação de *Emma*, em 1815, consolidou a posição de Jane Austen como uma das principais observadoras da vida social da Inglaterra georgiana. Ambientado na pequena comunidade fictícia de Highbury, o romance acompanha Emma Woodhouse, jovem pertencente à elite rural que, dotada de inteligência, imaginação e considerável autonomia financeira, passa a exercer influência sobre as relações sociais e afetivas de seu círculo. Embora, frequentemente, descrita como uma comédia de costumes, a obra ultrapassa a simples representação do cotidiano, revelando, por meio da ironia narrativa e da centralidade do diálogo, as complexas negociações entre liberdade individual, expectativas sociais e papéis de gênero que

¹ Mestranda em Letras: Estudos Literários pela Universidade Estadual do Maranhão. Professora do departamento de Letras e Pedagogia da UEMA campus Santa Inês.

estruturavam a sociedade inglesa do início do século XIX. Nesse sentido, a narrativa permite observar como a linguagem se torna um espaço privilegiado de construção de subjetividade e de exercício de poder.

A partir dessa perspectiva, o problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em compreender de que modo a protagonista Emma Woodhouse articula sua autonomia por meio do discurso e das interações verbais, e como tais interações revelam os limites e as possibilidades da liberdade feminina na sociedade georgiana. Ao longo da narrativa, Emma participa dos diálogos sociais, mas além disso, os interpreta, reorganiza e, em muitos momentos, tenta conduzir os destinos dos demais personagens, como Harriet Smith e Mr. Knightley. Dessa forma, o romance sugere que a liberdade feminina não se manifesta apenas em ações concretas, mas também na capacidade de interpretar e influenciar narrativas sociais por meio da linguagem.

Diante desse problema, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como a noção de liberdade em Emma se manifesta através do discurso da protagonista e das interações dialógicas presentes na narrativa. Como objetivos específicos, pretende-se: (1) examinar de que maneira Emma utiliza a linguagem como posicionamento social; e (2) investigar como os diálogos entre a protagonista e outros personagens evidenciam tensões entre autonomia individual e normas sociais que regulavam o comportamento feminino no período.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, interpretativa e de caráter literário-crítico, baseada na análise textual do romance e em diálogo com estudos críticos sobre o romance inglês e a representação da subjetividade feminina. O referencial teórico mobiliza contribuições fundamentais da crítica literária contemporânea. Claudia L. Johnson (1995) sustenta que a ficção de Austen está profundamente vinculada às discussões sobre poder, moralidade e gênero, evidenciando como suas heroínas negociam constantemente entre convenções sociais e desejos de autonomia. A. Walton Litz (1965), por sua vez, destaca o papel da ironia e do diálogo na obra de Austen como mecanismos que expõem as tensões entre individualidade e dever social. Já Linda Bree (2009) analisa o romance inglês como espaço de transformação da subjetividade feminina, demonstrando como a literatura participa da construção de novos modelos de identidade e agência para as mulheres.

A partir desse diálogo teórico, a análise proposta busca demonstrar que a liberdade em Emma não se apresenta como um estado absoluto ou plenamente

realizado, mas como um processo de negociação discursiva, no qual a protagonista exerce certa autonomia ao interpretar, questionar e reorganizar as narrativas sociais ao seu redor. Desse modo, conclui-se que a obra de Austen evidencia como a linguagem se torna um instrumento fundamental para a construção da subjetividade feminina, revelando que a emancipação possível no contexto georgiano emerge menos de rupturas radicais e mais de complexos jogos de interpretação, persuasão e reconhecimento mútuo dentro das estruturas sociais existentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Emma e as interações sociais

Segundo Antônio Cândido (2021, p. 29), “as orações de um texto projetam um mundo bem mais fragmentário do que a nossa visão já fragmentária da realidade”. Em *Emma* (1815), Jane Austen nos apresenta uma personagem que segundo ela teria dito “Vou tomar uma heroína que ninguém além de mim gostará muito”. Mas, por que a única personagem a nomear uma obra sua não seria adorada pelo público? Para responder essa pergunta, o melhor é analisarmos as primeiras palavras da obra: “Emma Woodhouse, bela, inteligente e rica, com um lar confortável e uma natureza alegre, parecia reunir algumas das melhores bênçãos da vida; e vivera quase vinte e um anos no mundo com muito pouco a afligi-la ou irrita-la” (Austen, 2020, p. 73).

A crítica literária contemporânea tem ressaltado que o romance *Emma* representa um momento singular na obra de Jane Austen, sobretudo pela complexidade com que articula moralidade, imaginação e consciência social. A. Walton Litz (1965) observa que, nesse romance, Austen alcança uma síntese estética entre leveza narrativa e reflexão moral que havia sido buscada em suas obras anteriores. Tal observação evidencia que a obra não se limita à representação social da Inglaterra georgiana, mas constitui um espaço narrativo onde a subjetividade da heroína se constrói por meio de tensões entre imaginação, moralidade e autoconhecimento.

O movimento básico de Emma é da ilusão para o autorreconhecimento, da ilusão para a realidade. Os três principais estágios do drama, correspondendo aproximadamente aos três volumes do romance, dizem respeito à “cegueira” de Emma para as verdadeiras naturezas do Sr. Elton, Frank Churchill e,

finalmente, do Sr. Knightley; mas todos esses erros de julgamento são funções de sua falta fundamental de autocompreensão (Litz, 1965, p. 133).¹

A protagonista é descrita como uma “imaginista”, cuja tendência a projetar narrativas sobre os outros personagens conduz a sucessivos erros de julgamento. Esse processo não apenas estrutura o desenvolvimento psicológico da personagem, mas também revela o modo como a linguagem e a interpretação das interações sociais constituem um campo de negociação entre fantasia e realidade.

“Eu própria arranjei o casamento. Arranjei o casamento quatro anos atrás; e vê-lo acontecer e provar que estava certa, quando tantas pessoas disseram que o sr. Weston jamais se casaria de novo, é capaz de me consolar por qualquer coisa”. [...]

“Não compreendo o que você quer dizer com ‘sucesso’”, disse o sr. Knightley. “Sucesso implica esforço. [...] Mas, se ter arranjado o casamento, como você diz, significa apenas que o planejou, que um dia, quando não tinha nada para fazer, disse para si mesma: ‘Acho que seria uma coisa muito boa para a srta. Taylor se o sr. Weston se casasse com ela’, e depois repetiu a mesma coisa de tempos em tempos, por que fala em sucesso? (Austen, 2020, p. 80–81).

Além disso, Litz enfatiza que o romance internaliza debates filosóficos recorrentes na tradição do século XVIII, como as tensões entre razão e sentimento ou entre imaginação e entendimento. Em *Emma*, tais conflitos não são apenas ideias abstratas, mas aparecem incorporados na própria experiência da protagonista e nas relações que ela estabelece com os demais personagens, sobretudo com Mr. Knightley. Assim, o diálogo entre Emma e Knightley funciona como um espaço crítico dentro da narrativa, no qual a imaginação da heroína é confrontada com uma perspectiva moral mais equilibrada. Esse contraste evidencia que a liberdade da protagonista não pode ser compreendida como autonomia absoluta, mas como resultado de um processo contínuo de aprendizado e autorreflexão.

Outro aspecto fundamental para a compreensão do romance é o papel da linguagem e do jogo verbal na construção da narrativa. Linda Bree (2009) observa que Emma se distingue por sua concentração na vida cotidiana de uma pequena comunidade rural, onde a ação dramática é substituída por interações sociais aparentemente banais, como conversas, encontros e pequenas intrigas.

Em *Highbury*, rotina e repetição estão na ordem do dia. A heroína, Emma Woodhouse, “bonita, inteligente e rica” como ela é, tem de fato “muito pouco” – possivelmente muito pouco – “para afligi-la ou irritá-la”: sua família vive nos arredores da aldeia há gerações e ela está agora, desde os casamentos de sua irmã e (o evento que leva à ação do romance) de sua preceptora,

¹ The basic movement of *Emma* is from delusion to self-recognition, from illusion to reality. The three major stages in the drama, corresponding roughly to the novel's three volumes, concern Emma's “blindness” to the real natures of Mr. Elton, Frank Churchill, and finally, Mr. Knightley; but all these errors of judgement are functions of her fundamental lack of self-understanding (tradução livre).

permanentemente fixada em Hartfield cuidando de seu pai inválido e engajada em uma estreita rodada de atividades sociais e de caridade (Bree, 2009, p. 134).¹

Nesse contexto, o espaço de Highbury funciona como um microcosmo social em que as relações entre diferentes famílias e classes sociais são mediadas principalmente pela comunicação e pela interpretação dos discursos.

A casa pertencia a comerciantes. A sra. E srta. Bates ocupavam o sobrado; e ali, naqueles aposentos de tamanho muito modesto que eram tudo o que tinham, as visitantes foram recebidas com muita cordialidade e até gratidão; com a velhinha tranquila e arrumada, que estava sentada com o seu tricô no canto mais quente, querendo até o lugar para a srta. Woodhouse, e sua filha mais ativa e cuidados e gentilezas, agradecimentos pela visita, preocupação com seus sapatos, perguntas ansiosas sobre a saúde do sr. Woodhouse, comunicações alegres sobre a da mãe e bolo sobre o aparador (Austen, 2020, p. 240).

A centralidade da linguagem torna-se ainda mais evidente quando se observa o papel dos jogos de palavras e dos enigmas presentes no romance. Bree ressalta que tais elementos não são meros entretenimentos narrativos, mas mecanismos que revelam discrepâncias entre o que é dito e o que realmente se pretende comunicar.

A principal manipuladora das palavras e seus significados no romance é, obviamente, a própria Emma. Emma é vivaz e inteligente, com uma mente brilhante e às vezes brutal, e tem uma imaginação vívida – o narrador a chama de “imaginista” (vol. 3, cap. 3). No entanto, cercada pelo respeito de seus inferiores sociais e pelo afeto de sua família, mas com pouco estímulo mental fora dela, Emma tornou-se intelectualmente preguiçosa. Suas boas intenções de menina se refletiam em impressionantes listas de “coisas a fazer” e não na execução do programa de atividades descrito; ela tem habilidades em arte e música, mas nunca praticou o suficiente para atingir seu potencial (Bree, 2009, p. 135).²

Desse modo, o romance explora as ambiguidades da linguagem e demonstra como os significados podem ser manipulados pelos personagens, especialmente pela própria Emma. Ao interpretar charadas, trocadilhos e diálogos

¹ In Highbury, routine and repetition are the order of the day. The heroine, Emma Woodhouse, “handsome clever and rich” as she is, has indeed “very little” – possibly too little – “to distress or vex her”: her family has lived on the outskirts of the village for generations and she is now, since the marriages of her sister and (the event that prompts the action of the novel) her governess, permanently fixed at Hartfield taking care of her invalid father, and engaging in a narrow round of social and charitable activities (tradução livre).

² The chief manipulator of words and their meanings in the novel is of course Emma herself. Emma is lively and intelligent, with a bright and sometimes brutal mind, and a vivid imagination – the narrator calls her an “imaginist” (vol. 3, ch. 3). However, surrounded by the respect of her social inferiors and the affection of her family, but with little mental stimulation outside herself, Emma has become intellectually lazy. Her good intentions as a girl were reflected in impressive “To do” lists rather than in carrying out the program of activities described; she has abilities in art and music, but has never practiced enough to fulfill her potential (tradução livre).

sociais, a protagonista frequentemente projeta suas próprias expectativas sobre os acontecimentos, revelando tanto sua inteligência quanto suas limitações interpretativas.

Nesse sentido, Bree destaca que Emma atua como uma verdadeira mediadora discursiva dentro da narrativa, pois sua imaginação e sua posição social lhe permitem reorganizar constantemente as narrativas que envolvem os outros personagens. Entretanto, essa capacidade interpretativa não é neutra. Ao manipular situações e tentar influenciar os destinos de Harriet Smith ou de outros membros da comunidade, Emma demonstra como a linguagem pode se tornar um instrumento de poder social. Dessa forma, o romance revela que o discurso não apenas reflete a realidade social, mas também participa ativamente de sua construção.

Emma não podia ter dúvidas de que havia posto a imaginação de Harriet na direção certa e elevado com grande eficiência sua jovem vaidade, pois a achou decididamente mais sensível do que antes ao fato de o sr. Elton ser um homem extraordinariamente bonito, com modos muito agradáveis (Austen, 2020, p. 116).

Bree observa que Emma reprime seus próprios pensamentos e opiniões para manter as normas de polidez exigidas pela sociedade georgiana. Esse aspecto revela que a liberdade discursiva da personagem é sempre limitada pelas expectativas sociais que regulam o comportamento feminino. Assim, o romance mostra que a autonomia da protagonista se manifesta dentro de um sistema de restrições sociais que exige constante autocontrole e negociação.

Durante algum tempo Emma se divertiu, sem pensar em nada além das motivações imediatas; mas, quando começou a compreender melhor como era a família, outros sentimentos surgiram. Havia entendido errado, imaginando que era uma mãe, uma filha, um filho e a mulher dele que viviam todos juntos; mas quando soube que o sr. Martin que fazia parte dessa narrativa, e que sempre era mencionado com aprovação por sua grande afabilidade ao fazer isto ou aquilo [...] (Austen, 2020, p. 99).

A dimensão política dessa representação da subjetividade feminina foi amplamente discutida por Claudia Johnson (1988), que interpreta Emma como um romance profundamente envolvido com questões de poder e autoridade feminina. Para a crítica, a protagonista desafia as expectativas tradicionais da feminilidade ao exercer uma posição de liderança dentro de sua comunidade. Diferentemente de muitas heroínas do romance do período, Emma não depende economicamente do casamento e já possui autonomia social e financeira, o que lhe permite ocupar um lugar de autoridade incomum para uma mulher da época.

Se Austen entra no cânone porque parecia negar ou desvalorizar sua autoridade, Emma tem sido a heroína que os críticos adoram repreender

precisamente porque nunca lhe ocorre pedir desculpas pelo controle que assume sobre os destinos dos outros. Como Emma é frequentemente acusada das mesmas transgressões – de ser “arrogante, pretensiosa e controladora” ou “narcisista e perfeccionista” - das quais os críticos tentaram diligentemente isentar Austen, vale a pena considerá-las detalhadamente. A absolvição de uma e a acusação - às vezes indulgente e às vezes não - da outra derivam de um profundo desconforto com a autoridade feminina, e a própria autoridade feminina é o tema de Emma (Johnson, 1988, p. 122).¹

Johnson argumenta que essa independência explica a recepção ambígua da personagem pela crítica literária, pois muitos leitores interpretaram sua autoconfiança como arrogância ou pretensão. Segundo a autora, tais reações refletem um desconforto cultural com a ideia de autoridade feminina, já que Emma assume o direito de interferir nos destinos alheios sem recorrer à legitimação masculina. Assim, a personagem se torna um ponto de tensão entre as estruturas patriarcais da sociedade georgiana e a possibilidade de uma subjetividade feminina autônoma.

Outro aspecto destacado por Johnson é que Emma possui uma independência incomum dentro do universo social do romance:

Eu não tenho nenhum dos incentivos que as mulheres costumam ter para se casar. Se eu me apaixonasse, com efeito, seria diferente! Mas nunca me apaixonei; esse não é o meu jeito ou a minha natureza; e acho que isso jamais acontecerá. E, sem amor, decerto seria tola de alterar uma situação como a minha. Não me falta dinheiro, nem ocupação, nem posição; acredito que poucas mulheres casadas sejam tão senhoras da casa dos maridos quanto eu sou de Hartfield; e jamais, jamais poderia esperar ser tão verdadeiramente amada e importante, ser sempre a primeira e estar sempre certa aos olhos de qualquer homem como sou e estou aos olhos de meu pai (Austen, 2020, p. 163–164).

Essa declaração revela que a personagem já ocupa um espaço de poder dentro da hierarquia social de Highbury, o que lhe permite agir com relativa liberdade. No entanto, essa posição também gera tensões, pois sua autoridade desafia as expectativas tradicionais de submissão feminina.

Jane Fairfax era órfã, filha única da filha mais nova da sra. Bates. O casamento do tenente Fairfax, do regimento de infantaria, com srta. Jane Bates tivera sua época de fama e prazer, esperança e interesse; mas nada restava dele agora, a não ser a lembrança melancólica de que o marido morreria no exterior enquanto lutava na guerra; de que a viúva, pouco depois, sucumbira à tuberculose e à dor; e essa moça (Austen, 2020, p. 248).

1 If Austen enters the canon because she seemed to deny or devalue her authority, Emma has been the heroine critics have loved to scold precisely because it never occurs to her to apologize for the control she takes over the destinies of others. Because Emma is often charged with the same transgressions – being “arrogant, self-important, and controlling” or “narcissistic and perfectionist” – from which critics diligently attempted to exempt Austen, it is worth considering them at some length. The absolution of one and the arraignment – sometimes indulgent and sometimes not – of the other alike derive from a profound discomfort with female authority, and female authority itself is the subject of Emma (tradução livre).

Além disso, Johnson ressalta que o romance explora uma forma de organização social em que o poder feminino pode coexistir com a estrutura hierárquica da sociedade inglesa. Em *Emma*, várias figuras femininas exercem influência dentro da comunidade, e a própria protagonista é reconhecida como uma das pessoas mais relevantes de Highbury. Assim, o romance abraça a ordem social vigente, porém investigando como as mulheres podem ocupar posições de autoridade dentro dessa estrutura.

Contudo, a autoridade de Emma não é apresentada como irrestrita. Johnson observa que o romance enfatiza repetidamente a importância da opinião pública e das normas sociais na regulação do comportamento da protagonista (Johnson, 1988, p.11. Mesmo possuindo poder social, Emma precisa respeitar as expectativas de sua comunidade, o que limita suas ações e impõe uma dimensão ética ao exercício de sua autoridade.

O sr. Knightley podiam brigar com ela, mas Emma não foi capaz de brigar consigo mesma. Ele estava tão aborrecido que demorou mais do que o normal para voltar a Hartfield; e, quando os dois afinal se encontraram, sua expressão grave mostrou que ela ainda não havia sido perdoada. Emma lamentou, mas não conseguiu se arrepender. Ao contrário, as aparências gerais dos dias seguintes tornaram seus planos e ações cada vez mais justificados e encantadores aos seus olhos (Austen, 2020, p. 146).

Nesse contexto, o episódio de Box Hill assume um papel crucial no desenvolvimento moral da personagem. Ao ridicularizar Miss Bates, Emma ultrapassa os limites da polidez social e é posteriormente repreendida por Mr. Knightley, momento que marca uma transformação significativa em sua consciência moral. Johnson interpreta esse episódio como uma demonstração de que o poder social exige responsabilidade ética, pois a protagonista percebe que sua posição privilegiada implica deveres em relação aos outros membros da comunidade.

“Emma, eu preciso mais uma vez falar com você da maneira como estou acostumado a fazer: um privilégio mais suportado do que permitido, talvez, mas eu ainda preciso fazer uso dele. Como pôde ser tão insensível com a srta. Bates? Como pôde fazer uma graça tão insolente com uma mulher das características, idade e posição dela? Emma, eu jamais teria acreditado” (Austen, 2020, p. 487).

Dessa forma, o romance evidencia como a autonomia feminina na Inglaterra georgiana se constrói dentro de limites históricos e sociais específicos, sendo mediada principalmente pela linguagem e pelas relações de reconhecimento entre os indivíduos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como Sandra Guardini Vasconcelos (2020, p. 23) ressalta no prefácio de *Emma*, na edição da Penguin Companhia, “as personagens femininas estão em situações de vulnerabilidade: jovens e velhas, ricas, remediadas ou pobres, casadas ou solteiras, elas ocupam o centro das preocupações de Austen (...) Rica e herdeira, Emma é uma exceção”.

A análise desenvolvida ao longo desta pesquisa permitiu compreender que o romance *Emma* (1815), de Jane Austen, constrói uma reflexão complexa sobre liberdade, poder e subjetividade feminina por meio das dinâmicas discursivas estabelecidas entre seus personagens. Ao situar a narrativa na pequena comunidade de Highbury, Austen transforma o cotidiano aparentemente banal da vida social em um espaço privilegiado de observação das formas pelas quais a linguagem estrutura relações de autoridade, interpretação e reconhecimento. Nesse contexto, a protagonista Emma Woodhouse destaca-se como uma personagem cuja autonomia não se manifesta apenas em suas condições sociais privilegiadas, mas sobretudo em sua capacidade de interpretar e intervir nas narrativas que organizam a vida coletiva ao seu redor.

Ao longo do romance, a protagonista interpreta constantemente as intenções e sentimentos dos outros personagens, tentando organizar suas relações afetivas e sociais de acordo com suas próprias leituras da realidade. No entanto, como evidenciado pela crítica literária, esse processo é frequentemente marcado por equívocos e projeções imaginativas que revelam tanto a inteligência quanto as limitações da personagem. A trajetória narrativa de Emma pode, portanto, ser compreendida como um percurso de aprendizagem no qual a imaginação inicial é gradualmente equilibrada por um processo de autoconhecimento e reconhecimento das consequências de suas ações.

Nesse sentido, a interação da protagonista com personagens como Mr. Knightley, Harriet Smith e Miss Bates desempenha um papel fundamental na construção desse aprendizado moral e social. Os diálogos estabelecidos ao longo da narrativa funcionam como momentos de confronto entre diferentes perspectivas, permitindo que Emma revise suas interpretações e compreenda melhor os limites de sua própria autoridade.

Assim, o romance demonstra que a autonomia feminina representada pela personagem não se define pela ausência de restrições sociais, mas pela capacidade de negociar tais restrições dentro das estruturas existentes.

A independência econômica e social da protagonista a coloca em uma posição incomum para uma mulher do período georgiano, permitindo-lhe exercer influência dentro de sua comunidade. O romance mostra que o exercício do poder social implica responsabilidade ética e sensibilidade em relação aos outros membros da comunidade. A crítica de Mr. Knightley no episódio de Box Hill, por exemplo, evidencia a necessidade de que a posição privilegiada de Emma seja acompanhada por um senso de responsabilidade moral.

Sendo assim, a linguagem e o diálogo desempenham papel central nesse processo, pois é por meio deles que as relações sociais são interpretadas, questionadas e transformadas. Portanto, Emma oferece uma representação sofisticada da construção da subjetividade feminina no romance inglês do início do século XIX. Ao explorar as tensões entre imaginação, discurso e ordem social, Austen demonstra que a liberdade da protagonista emerge não da ruptura com a sociedade, mas da capacidade de refletir criticamente sobre suas próprias interpretações e responsabilidades dentro dela. Dessa forma, a obra permanece relevante para os estudos literários contemporâneos ao revelar como as relações entre linguagem, poder e gênero participam da formação das identidades individuais e coletivas.

REFERÊNCIAS

AUSTEN, Jane. **Emma**. São Paulo: Penguin Companhia, 2020.

BREE, Linda. Emma: Word Games and Secret Histories. In: **A Companion to Jane Austen**. Hoboken: Wiley and Blackwell, 2009.

CANDIDO, Antonio. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2021.

JOHNSON, Claudia L. Emma: "Woman, lovely woman reigns alone". In: **Jane Austen: Women, Politics, and the Novel**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

LITZ, A. Walton. The Limits of Freedom: Emma. In **Jane Austen: A study of her artistic development**. London: Chatto and Windus, 1965.

VASCONCELOS, Sandra Guardini. Uma Multidão em uma Sala Apertada. In: **Emma**. São Paulo: Penguin Companhia, 2020. p. 7–28.

ENTRE PENTES E PRATOS: O DESPERTAR DA IDENTIDADE NEGRA EM OS NOVE PENTES D'ÁFRICA E EM EU NÃO VOU MAIS LAVAR PRATOS

José Honorato de Sousa Filho (UEMA) ¹

Mariana Alice Silva de Lima (UEMA) ²

Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira (UEMA) ³

RESUMO: O presente artigo propõe uma reflexão sobre o processo de afirmação e valorização da identidade negra na literatura contemporânea brasileira, a partir das vozes femininas de Cidinha da Silva e Cristiane Sobral. As obras analisadas revelam trajetórias de resistência e autoconhecimento, nas quais o pente e o prato se configuram como símbolos que transcendem o cotidiano e assumem significados políticos e identitários. Nesse contexto, busca-se responder à seguinte pergunta norteadora: como o despertar da identidade negra é representado nas vozes femininas de Cidinha da Silva e Cristiane Sobral? Na tentativa de responder esse questionamento, estabeleceu-se como objetivo geral, analisar como o processo de despertar da identidade negra é representado nas obras *Os nove Pentes D'África* e *Não vou mais lavar os pratos*. De forma específica, pretende-se: (i) investigar de que modo os elementos simbólicos como o pente e o prato funcionam como metáforas de resistência, ruptura e reconstrução de si; (ii) compreender como as experiências narradas expressam o processo de reconhecimento e valorização da identidade negra; e (iii) discutir a negritude nas obras analisadas. A metodologia adotada é de caráter bibliográfico, com abordagem qualitativa, possibilitando uma leitura crítica das obras à luz de referenciais teóricos sobre literatura negra, identidade e resistência. Para tanto, o aporte teórico desse estudo está fundamentado nos estudos de Souza (1983); Silva (2025) e Muganga (2009), cujas reflexões contribuem para pensar literatura, memória, negritude, coletividade e resistência. Assim, conclui-se que as autoras, por meio de suas narrativas, reafirmam a potência da escrita feminina negra como instrumento de libertação, autoconhecimento e reconstrução simbólica do sujeito. Além disso, evidencia-se a urgência de reconhecer-se como negro, compreender a própria história e assumir a negritude como força política e existencial capaz de enfrentar o racismo estrutural e suas consequências históricas, sociais e subjetivas.

Palavras-chave: Identidade; Negritude; Autorreconhecimento; Resistência.

¹ Graduando em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus Pedreiras. Bolsista de Iniciação Científica (BIC- 2025-2026). E-mail: jh.honoratofilho@gmail.com

² Graduanda em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) Campus Pedreiras. Bolsista Primeiros Passos na Ciência (2025). E-mail: marianaalicesilvadelima@gmail.com

³ Doutor em Letras - área de concentração: Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Professor Adjunto I de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus Pedreiras. E-mail: @rubeniloliveira50@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A literatura negra tem conquistado maior visibilidade nas últimas décadas, afirmando-se como um espaço de valorização de experiências e identidades historicamente silenciadas. Ainda assim, sua presença no cânone literário permanece limitada, reflexo de uma tradição que privilegiou perspectivas excludentes. Nesse sentido, como afirma Moura (2020), o cânone “surge exatamente para negar a existência do negro, quer social, quer esteticamente” (Moura, 2020, p. 25). Diante desse cenário, a literatura negra se consolida como um importante instrumento de resistência e reexistência, ao tensionar estruturas excludentes e promover a valorização de vozes, narrativas e estéticas que foram historicamente marginalizadas.

Entre os diversos temas que atravessam essas produções literárias, destaca-se o processo de construção e afirmação da identidade negra, frequentemente marcado por experiências de invisibilização e racismo. Nesse percurso, elementos do cotidiano podem assumir forte dimensão simbólica, tornando-se metáforas de processos sociais mais amplos. Objetos aparentemente simples, como o pente ou o prato, por exemplo, podem carregar significados relacionados à ancestralidade, ao trabalho, à opressão e, sobretudo, à possibilidade de ruptura com estruturas impostas.

Dentro desta perspectiva que se inserem as obras *Os nove pentes d'África* (2015), de Cidinha da Silva, e *Não vou mais lavar os pratos* (2010), de Cristiane Sobral. Em ambas, as narrativas evidenciam experiências marcadas por processos de autorreconhecimento e afirmação da identidade negra, especialmente a partir de vivências cotidianas que revelam tensões sociais e raciais. Ao mobilizar símbolos ligados ao corpo, ao trabalho e à ancestralidade, as autoras constroem discursos que dialogam com a resistência e com a valorização da negritude.

Diante disso, este artigo tem como objetivo geral analisar o despertar da identidade negra nas obras elencadas anteriormente, observando de que maneira elementos simbólicos presentes nas narrativas contribuem para a construção de discursos de resistência e afirmação identitária. Como objetivos específicos, busca-se: (i) identificar os símbolos presentes nas obras e compreender seus significados no contexto das narrativas; (ii) analisar como se configuram os processos de autorreconhecimento e construção da identidade negra nas experiências narradas; e

(iii) discutir de que modo as obras dialogam com a perspectiva da negritude e com a literatura negra contemporânea como espaço de resistência.

Ademais, a relevância deste estudo reside na possibilidade de ampliar as reflexões acerca da literatura negra, especialmente no que diz respeito às formas pelas quais narrativas literárias contribuem para a valorização de identidades historicamente marginalizadas. Além disso, ao analisar produções de escritoras negras, o trabalho reafirma a importância de reconhecer a literatura como espaço de disputa simbólica e de produção de novos olhares sobre a experiência negra.

Finalmente, para alcançar tais objetivos, o artigo está organizado em três seções principais: inicialmente, discute-se a dimensão simbólica de elementos do cotidiano presentes nas obras, com destaque para o pente e o prato; em seguida, analisa-se o processo de autorreconhecimento e construção da identidade negra nas narrativas; por fim, aborda-se a relação entre negritude, escrita feminina negra e resistência no contexto da literatura contemporânea.

2 O PENTE E O PRATO: SÍMBOLOS DO COTIDIANO COMO METÁFORAS DE RESISTÊNCIA

Em *Os nove pentes d'África*, de Cidinha da Silva, a narradora conduz o leitor pela trajetória de Francisco, um já idoso escultor, descrito por ela como alguém “nascido no ofício de esculpir” (Silva, 2015, p. 5). A partir dessa habilidade, o avô passa a talhar diferentes pentes, cada um cuidadosamente desenhado e destinado a um de seus nove netos. Essa atitude realça o conhecimento profundo que o avô possuía, tanto das experiências já vividas, como também daquilo que os netos poderiam ainda viver, afinal ele os “conhecia como a palma da mão” (p.9).

Ao narrar o valor desse objeto, a própria voz narrativa destaca que “o pente era portador de vários significados, principalmente para quem os recebia” (Silva, 2015, p. 9). Mais do que simples objetos, esses pentes carregam histórias e memórias que remetem à ancestralidade africana, funcionando como marcas de pertencimento e transmissão cultural entre as gerações. Nesse sentido, cada pente produzido por Francisco ultrapassa sua função utilitária passando a representar um elo simbólico entre passado, presente e futuro da família e, desta forma, ao longo da narrativa, os pentes deixam de ser apenas utensílios utilizados para pentear o cabelo e passam a simbolizar vínculos profundos com a herança cultural africana.

Vale ressaltar que a presença de elementos que remetem à ancestralidade africana na narrativa pode ser compreendida como uma forma de resistência cultural. De acordo Munanga (2015), a construção da identidade negra está diretamente ligada ao reconhecimento e à valorização das heranças culturais africanas, deslegitimadas em sociedades estruturadas pelo racismo. Sob essa direção, recuperar e ressignificar símbolos associados à cultura afrodescendente constitui um movimento de enfrentamento às narrativas que buscaram invisibilizar essas identidades. Assim, ao atribuir aos pentes um valor simbólico que os vincula à memória e à ancestralidade, a narrativa reafirma a importância da cultura afrodescendente como elemento fundamental na construção da identidade negra e na resistência aos processos históricos de apagamento.

Sob essa ótica, se em Cidinha da Silva (2015), há mobilização dos pentes como símbolos que evocam ancestralidade, memória e pertencimento, em *Não vou mais lavar pratos*, de Cristiane Sobral, o prato assume função central na representação de relações históricas de subalternização. No poema, o ato de lavar pratos ultrapassa a dimensão de uma simples atividade doméstica e passa a simbolizar a posição social atribuída às mulheres negras. Ao afirmar que não lavará mais pratos, a voz poética anuncia um gesto de ruptura com esse lugar imposto, transformando o objeto cotidiano em marca de resistência e afirmação de autonomia.

A resistência torna-se ainda mais evidente quando a voz poética afirma: “Não lavo mais pratos. / Li a assinatura da minha lei áurea / escrita em negro maiúsculo, / em letras tamanho 18, espaço duplo” (Sobral, 2022, p. 23). Nesse trecho, a recusa em lavar pratos se configura como um gesto de posicionamento político e de resistência diante das estruturas subalternizantes. Por conseguinte, ao mencionar a “lei áurea”, estabelece-se um diálogo simbólico com o processo histórico da abolição da escravidão, ressignificando-o a partir de uma perspectiva de autonomia e consciência. Desse modo, a libertação anunciada no poema não se apresenta como uma concessão externa, mas como um ato de afirmação da própria voz poética, que reivindica o direito de romper com papéis sociais historicamente impostos.

Diante disso, a resistência expressa nas obras estende-se ao campo da produção literária. Ao passo que abordam experiências marcadas pelo racismo e pela subalternização, autoras negras transformam a literatura em um espaço de enfrentamento das estruturas excludentes. Como afirma Cuti, “a literatura, pois, precisa de forte antídoto contra o racismo nela entranhado. Os autores nacionais,

principalmente os negros-brasileiros, lançaram-se a esse empenho, não por ouvir dizer, mas por sentir, por terem experimentado a discriminação em seu aprendizado" (Cuti, 2010, p. 13). Assim, ao mobilizarem símbolos do cotidiano para discutir memória, trabalho e identidade, as autoras constroem uma escrita que atua como instrumento de resistência e de afirmação da presença negra na literatura.

3 AUTORRECONHECIMENTO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

O processo de autoafirmação da identidade negra constitui um caminho essencial para a exaltação da história, da cultura e da herança ancestral afro-brasileira. Durante muito tempo, a sociedade brasileira foi marcada por estruturas sociais que silenciaram as experiências e as vozes da população negra. A formação da identidade negra está intimamente ligada a um processo de auto-reconhecimento, que envolve a aceitação, a ocupação de espaço e a consciência do próprio pertencimento étnico-racial.

Esse movimento não acontece de forma imediata, como afirma Stuart Hall (2006), ao salientar que a identidade é construída historicamente, se constrói a partir de vivências sociais, trajetórias históricas e manifestações culturais. Nesse sentido, compreender-se enquanto sujeito negro implica também um processo de enaltecimento da própria história, da herança ancestral e das expressões culturais que moldam essa identidade. Conforme analisa Kabengele Munanga:

[...] a identidade negra não nasce do simples fato de tomar consciência da diferença de pigmentação entre brancos e negros ou negros e amarelos. A negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental "branco" reuniu sob o nome de negros. (Munanga, 2015, p.12).

A análise apresentada por Munanga (2015) demonstra que a formação da identidade negra está profundamente vinculada a um processo de tomada de consciência histórica e cultural. Nessa direção, tal percepção ultrapassa a simples constatação das diferenças raciais, configurando-se como um reconhecimento da própria trajetória, da herança ancestral e das vivências coletivas que marcam os sujeitos negros. Essa abordagem torna-se claramente visível nas obras *Os Nove Pentes d' África* e *Não Vou Mais Lavar os Pratos*, nas quais a afirmação identitária aparece de maneira significativa ao longo dos textos.

Na obra *Os Nove Pentes D'África*, essa retomada de identidade ocorre com a aceitação de si, ao aceitar os traços, os jeitos e, principalmente, o cabelo, pois, com isso também aceitam sua ancestralidade, mesmo não sendo um processo fácil, os netos de Francisco veem que através de um simples pente de madeira talhado por seu avô, há uma quebra de padrões, que sempre foram empregados a eles, já que o negro viu-se obrigado a se impor aos padrões do homem branco, e tê-lo como modelo de identidade (Souza, 1983, p. 46).

Durante a narrativa, a reconstrução identitária manifesta-se nas vivências dos netos de Francisco, especialmente em Zazinho. Ao lidar com as tranças e com o próprio cabelo, o personagem passa a enxergar esse elemento como parte fundamental de sua identidade e de sua ligação com a ancestralidade. Esse momento revela um processo de reconhecimento e valorização da estética negra, rompendo com padrões historicamente impostos. Nesse sentido, “enquanto desmancha as tranças, Zazinho vai sentindo o cabelo avolumar-se nas mãos e imagina os fios soltos como pensamentos desenrolados, antenas conectadas ao universo” (Silva, 2015, p. 47).

Essa ligação com o próprio cabelo marca um momento expressivo de reconhecimento e valorização de sua identidade. Ao perceber seus fios como parte integrante de si e como elemento carregado de significados, o personagem passa a compreender sua aparência como símbolo de pertencimento e ancestralidade, rompendo gradualmente com os padrões que historicamente buscaram desqualificar a estética negra. Esse posicionamento fica evidente quando o personagem afirma que pretende manter seu cabelo natural por um tempo, pois deseja “curtir o cabelo black por uns tempos e enquanto isso ele cresce mais, dá para tramar uns dreads maiores e mais bonitos” (Silva, 2015, p. 47).

Nesse sentido, esse processo de aceitação faz com que o homem negro se torne parte da negritude, pois ele passa a assumir uma posição dentro desse movimento de afirmação identitária. Como afirma Munanga (2015), a tomada de consciência surge de uma condição histórica comum a todos aqueles que foram vítimas da inferiorização e da negação da humanidade pelo mundo ocidental; por isso, a negritude deve ser compreendida também como uma afirmação e construção de uma solidariedade entre aqueles que compartilham essa mesma história.

Esse processo de conscientização também se evidencia no poema *Não Vou Mais Lavar os Pratos*, de Cristiane Sobral, onde ocorre uma ruptura simbólica

com as imposições sociais historicamente destinadas às mulheres negras. Ao declarar que “depois de tantos anos alfabetizada, aprendi a ler” (Sobral, 2022, p. 22), o eu lírico revela que a leitura ultrapassa o mero domínio da escrita e passa a representar um despertar crítico e um processo de autorreconhecimento. Esse fragmento evidencia justamente o instante da ruptura: o sujeito passa a perceber sua própria realidade e a questionar as estruturas que o mantinham preso a determinados papéis sociais.

Esse movimento representa um momento de mudança: ao adquirir consciência de si, o sujeito rompe com a lógica de silenciamento e passa a afirmar sua própria voz e existência. Assim, a leitura e o saber tornam-se instrumentos de libertação e de reconstrução identitária. Nesse contexto, o gesto de recusa presente no poema ganha potência simbólica, pois expressa a negação de um destino historicamente imposto e a afirmação de novas formas de ser e existir. Como observa Bell Hooks (2019a, *apud* Silva, 2025), perceber-se negro é também tornar-se sujeito, capaz de definir suas próprias realidades, estabelecer identidades e nomear suas histórias. Dessa forma, a declaração final do eu lírico: “Está decretada a Lei Áurea” (Sobral, 2022, p. 23) ressignifica a ideia de liberdade, indicando não apenas uma emancipação histórica, mas sobretudo um processo de libertação consciente e individual.

4 NEGRESCRITA FEMININA E RESISTÊNCIA

A partir das discussões apresentadas nos tópicos anteriores, torna-se possível compreender que os símbolos mobilizados nas narrativas não apenas evidenciam experiências de resistência, mas também apontam para processos de afirmação da identidade negra por meio da escrita de mulheres negras, aqui compreendida como *negrescrita*. Ao trazer para o centro da narrativa experiências historicamente silenciadas, essas escritoras rompem com estruturas que, por muito tempo, limitaram a presença feminina e negra no campo literário. Miriam Alves destaca que “ser mulher e escritora no Brasil é romper com o silêncio, a ‘não-fala’ e transpor os espaços que definem procederes e funções preestabelecidas” (Alves, 2011, p. 183). Conduzidos pela visão da autora, entende-se que a escrita de mulheres negras constitui-se como um gesto de ocupação de espaços historicamente negados, permitindo que novas perspectivas e experiências sejam inseridas no campo literário.

Sob esse ponto de vista, a escrita dessas autoras também pode ser compreendida a partir da noção de autorrepresentação no campo literário. De acordo Dalcastagnè (2007), a literatura brasileira foi historicamente marcada pela predominância de determinados grupos sociais no lugar de autores, o que resultou em representações limitadas de sujeitos socialmente marginalizados. Assim, quando mulheres negras passam a ocupar o espaço da escrita, amplia-se a diversidade de vozes presentes na literatura e também assumem a possibilidade de narrar suas próprias experiências e perspectivas.

Nessa mesma direção, a dimensão da autorrepresentação também se evidencia no comentário presente na orelha da obra *Os nove pentes d'África*. Ao refletir sobre a narrativa, Chico César afirma que “os pentes são pontes de compreensão entre o que somos nós negros brasileiros agora e [...] os tais ancestrais africanos” (César, 2010, orelha do livro). A observação do autor reforça a maneira como a obra estabelece um diálogo entre passado e presente, aproximando a experiência contemporânea da memória ancestral africana. Desse modo, a narrativa constrói um percurso de reconhecimento identitário que conecta gerações e reafirma a ancestralidade como elemento fundamental na formação da identidade negra, aspecto que atravessa a escrita de Cidinha da Silva.

O observado por Chico César ao prefaciар a obra de Cidinha da Silva também dialoga com o entendimento de negritude formulado por Aimé Césaire (2020) e posteriormente retomado por Kabengele Munanga. Ao afirmar que os pentes funcionam como pontes entre os negros brasileiros do presente e seus ancestrais africanos, evidencia-se uma perspectiva que valoriza a ligação com a ancestralidade e com a herança cultural africana. Tal compreensão aproxima-se da concepção de identidade apresentada por Munanga (2015), para quem assumir a identidade negra significa reconhecê-la com orgulho e afirmar, “de cabeça erguida: sou negro”, transformando um termo historicamente marcado pelo desprezo em fonte de pertencimento e dignidade (p. 50).

Além disso, a relação entre resistência e literatura em Sobral pode ser analisada a partir das reflexões de Bosi (2002), que identifica na produção literária a presença da resistência tanto como tema quanto como forma. No trecho do poema: “Ah, / esqueci de dizer. Não vou mais. / Resolvi ficar um tempo comigo. / Resolvi ler sobre o que se passa conosco. / Você nem me espere. Você nem me chame. Não vou” (Sobral, 2022, p. 22), a resistência manifesta-se, inicialmente, no plano temático,

ao evidenciar a decisão da voz poética de interromper uma relação marcada por imposições e limites. Contudo, essa resistência também se inscreve na própria estrutura do texto, sobretudo na repetição enfática da negação “não vou”, que funciona como marca discursiva de ruptura. Dessa maneira, o poema constrói, simultaneamente no conteúdo e na forma, um gesto de recusa que reafirma a autonomia da voz poética diante das estruturas que buscaram silenciá-la.

Dessa forma, as obras de Cidinha da Silva e Cristiane Sobral evidenciam como a escrita de mulheres negras se estabelece como um espaço de elaboração estética e posicionamento crítico no campo literário. Ao construir narrativas a partir de experiências historicamente marginalizadas, as autoras tensionam discursos hegemônicos e ampliam os modos de representação presentes na literatura brasileira. Nesse movimento, suas produções literárias não apenas inserem novas vozes no cenário literário, mas também reafirmam a escrita como um instrumento de contestação, reflexão e afirmação da presença de mulheres negras como sujeitas de suas próprias narrativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou responder à questão central sobre como o despertar da identidade negra é representado nas vozes femininas de Cidinha da Silva e Cristiane Sobral, a partir da análise das obras *Os Nove Pentes d'África* e *Não Vou Mais Lavar os Pratos*. Para isso, definiu como objetivo geral compreender de que maneira o processo de afirmação da identidade negra se expressa nessas narrativas, estabelecendo também metas específicas voltadas à investigação dos elementos simbólicos presentes nos textos, à compreensão das experiências de reconhecimento e valorização da negritude e à discussão da identidade negra no âmbito das produções literárias examinadas.

A análise das obras *Os nove pentes d'África*, de Cidinha da Silva, e *Não vou mais lavar os pratos*, de Cristiane Sobral, evidencia como aspectos do cotidiano podem adquirir intensa dimensão simbólica na literatura negra contemporânea. As obras ensinam sobre a importância do reconhecimento de si, mostrando caminhos para valorizar as próprias características, a história e a ancestralidade negra. Ao mobilizarem objetos como o pente e o prato, as narrativas transformam experiências

aparentemente simples em metáforas de resistência, memória e afirmação identitária, revelando processos de ruptura com estruturas historicamente marcadas pelo racismo e pela marginalização.

Nesse percurso, torna-se claro que a construção da identidade negra está diretamente vinculada a um processo de autoconhecimento e de valorização da ancestralidade, conforme discutem autores como Kabengele Munanga. Assim, mais do que uma condição biológica, a identidade negra configura-se como um movimento de consciência e pertencimento. Nesse sentido, ser negro não se limita ao tom de pele distinto do padrão branco, mas refere-se também a um processo de tornar-se: um reconhecimento consciente da própria história, da ancestralidade e da identidade escolhida para ser afirmada.

Assim, as obras analisadas demonstram que a literatura produzida por mulheres negras se consolida como um importante espaço de resistência e de afirmação identitária. Ao trazer para o centro da narrativa experiências historicamente marginalizadas, as autoras ampliam as possibilidades de representação no campo literário e reafirmam a escrita como instrumento de contestação, memória e valorização da presença negra na literatura brasileira contemporânea. Dessa forma, suas produções literárias fortalecem a autorrepresentação e contribuem para ampliar as vozes e perspectivas presentes na literatura brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Miriam. A Literatura Negra Feminina no Brasil – Pensando a Existência. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 181–190, 2011. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/280>. Acesso em: 12 mar. 2026.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Noémia de Sousa. São Paulo: Veneta, 2020.
- CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro. 2010.
- DALCASTAGNÈ, Regina. **A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 18– 31, dez. 2007.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraci Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019a.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Perspectiva S.A, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SILVA, Cidinha da. **Os nove pentes d'África**; ilustrado por Iléa Ferraz. Belo horizonte: Mazza Edições, 2015.

SILVA, Havilla Cristina Costa da. **Negritude e consciência de si em O Beijo na Parede (2013) e O Averso da Pele (2020), de Jeferson Tenório**. 2025. 133f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2025.

SOBRAL, Cristiane. **Não vou mais lavar os pratos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2022.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ENTRE ENCANTAMENTO E CRITICIDADE: CAMINHOS DA LITERATURA INFANTIL PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Maria Rita Lima dos Santos (UEMA) ¹

Daniel Lucas dos Santos Lima (UEMA) ²

RESUMO: O presente artigo discute a importância da literatura infantil como mediadora na formação do leitor crítico e sensível, considerando-a instrumento essencial para o desenvolvimento da autonomia, da reflexão ética e da criatividade no ensino de Língua Portuguesa. Parte-se da compreensão de que a leitura literária, quando introduzida de forma lúdica e significativa, contribui para a construção de valores e para o fortalecimento da identidade cultural das crianças. A pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, fundamenta-se em teóricos como Lajolo (1993), Mesquita (1999), Bettelheim (1998), Marchão (2011), Portugal (2009) e Zilberman (2005), que refletem sobre o papel humanizador e educativo da literatura. A análise evidencia que o contato precoce e sistemático com obras literárias de qualidade possibilita à criança interpretar o mundo e a si mesma, despertando a criticidade e promovendo o exercício da empatia e do diálogo. Assim, a literatura infantil ultrapassa o caráter estético e recreativo, configurando-se como prática social e pedagógica de formação cidadã. A mediação docente, nesse processo, deve ocorrer em ambiente de liberdade, diálogo e valorização da diversidade cultural e linguística, conforme defendem Marchão (2011) e Portugal (2009). Conclui-se que a literatura infantil, ao integrar emoção, ética e imaginação, atua como um potente instrumento de humanização, contribuindo para a constituição de leitores críticos e participativos no contexto escolar contemporâneo.

Palavras-chave: Literatura infantil; Formação do leitor; Ensino de Língua Portuguesa; Criticidade.

1 INTRODUÇÃO

A leitura e a escrita, no contexto escolar contemporâneo, assumem funções que transcendem a simples aquisição de competências linguísticas: configuram-se como práticas culturais e sociais que promovem o desenvolvimento crítico, ético e emocional do sujeito. Entre os diversos gêneros que compõem o universo da leitura, a literatura infantil ocupa um lugar privilegiado por articular o encantamento da

¹ Acadêmica do Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão.

² Acadêmico do Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão.

imaginação à formação da consciência crítica. Nesse sentido, o texto literário destinado às crianças não deve ser compreendido apenas como entretenimento, mas como um meio de construção de sentidos, de ampliação da sensibilidade estética e de consolidação de valores humanos. A leitura literária, ao integrar emoção, reflexão e linguagem, possibilita que o pequeno leitor em formação compreenda o mundo e a si mesmo, exercitando sua autonomia intelectual e sua capacidade de empatia.

A escola, enquanto espaço de mediação cultural, tem papel decisivo na promoção do acesso à literatura e na formação de leitores que sejam capazes de interpretar criticamente as múltiplas vozes presentes nos textos. Conforme Marchão (2011), o sistema educativo precisa adaptar-se às transformações sociais e culturais do mundo contemporâneo, promovendo práticas pedagógicas que articulem ética, criatividade e liberdade de pensamento. Nesse contexto, o ensino de Língua Portuguesa deve ir além da abordagem normativa da língua, incorporando a literatura como instrumento de humanização e de reflexão sobre a realidade. A leitura literária se torna, assim, uma via de encantamento e criticidade dois eixos complementares que permitem à criança construir vínculos afetivos com o texto, desenvolver a imaginação e reconhecer-se como sujeito de linguagem e de cultura.

O contato precoce com o livro de qualidade amplia o repertório lexical, estimula a criatividade e fortalece o senso de identidade. Para Portugal (2009), cabe ao educador atuar como mediador sensível e responsivo, capaz de conduzir a leitura de modo a respeitar a liberdade interpretativa e promover a autonomia. Nessa perspectiva, o texto literário assume uma função ética e estética, possibilitando a formação integral do sujeito e contribuindo para a constituição de cidadãos críticos, criativos e conscientes de seu papel social.

O objetivo geral deste estudo é investigar de que modo a literatura infantil contribui para a formação do leitor crítico no ensino de Língua Portuguesa, compreendendo-a como prática pedagógica, estética e humanizadora. Como objetivos específicos, busca-se: analisar o papel da literatura infantil na construção da sensibilidade e da reflexão ética; discutir a importância da mediação docente na formação de leitores críticos e autônomos; examinar como o encantamento e a fruição estética podem coexistir com a criticidade na experiência leitora; e refletir sobre a relevância da leitura literária para a formação cidadã no ambiente escolar.

A justificativa desta pesquisa fundamenta-se na urgência de ressignificar o ensino da leitura no contexto escolar brasileiro, frequentemente restrito a práticas

mecânicas e avaliativas. Ao propor a literatura infantil como eixo formador, pretende-se destacar seu potencial de transformar a relação da criança com a linguagem, promovendo a compreensão de si e do outro. A literatura, nesse sentido, atua como espelho e janela; espelho, ao refletir as experiências humanas e os valores sociais; janela, ao abrir horizontes de imaginação e de pensamento crítico. Dessa forma, a leitura literária consolida-se como prática emancipadora, capaz de contribuir para a formação integral do sujeito e para a democratização do acesso à cultura.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, de natureza analítico-interpretativa, que se apoia em referenciais teóricos de autores como Lajolo (1993), Arroyo (2011), Mesquita (1999), Bettelheim (1998), Marchão (2011), Portugal (2009) e Zilberman (2005). A partir do diálogo entre essas perspectivas, busca-se compreender como o ensino de Língua Portuguesa pode integrar a literatura infantil como ferramenta pedagógica e formativa, estimulando o encantamento e a criticidade no processo de leitura. Assim, o presente estudo inscreve-se na defesa de uma prática educativa que una estética, reflexão e sensibilidade, reafirmando o papel da literatura infantil na construção do leitor crítico e na valorização da experiência literária como meio de formação humana.

2 DA MORAL À IMAGINAÇÃO: O PERCURSO HISTÓRICO DA LITERATURA INFANTIL

A literatura infantil, enquanto manifestação artística e educativa, não surgiu apenas como forma de entretenimento, mas como um instrumento socialmente construído para atender às necessidades de formação moral, intelectual e emocional das crianças. Sua consolidação acompanha transformações históricas e culturais, refletindo os valores de cada época e a posição que a infância passou a ocupar na sociedade. Nos séculos XVIII e XIX, com a ascensão da burguesia e o fortalecimento da instituição familiar, a criança passou a ser vista como um ser em desenvolvimento, merecedora de atenção, cuidado e educação específicos. Nesse contexto, a literatura destinada ao público infantil assumiu papel formador, sendo utilizada como meio de difusão de comportamentos e valores que visavam à integração da criança no modelo social vigente.

De acordo com Lajolo e Zilberman (1999), a leitura tornou-se uma prática social diretamente vinculada à vida familiar burguesa, momento em que o livro passou a desempenhar função educativa e moralizadora. As autoras afirmam que “ser leitor, papel que, enquanto pessoa física, exercemos, é função social, para a qual se canalizam ações individuais, esforços coletivos e necessidades econômicas” (Lajolo; Zilberman, 1999, p. 14). Nesse sentido, a literatura infantil surge em meio a esse novo paradigma de sociedade, em que a infância passa a ser compreendida como fase crucial da formação do indivíduo e, portanto, alvo de discursos pedagógicos e morais. A obra literária, antes restrita ao público adulto, ganha contornos didáticos, moralizantes e instrutivos, sendo utilizada como instrumento de consolidação da ideologia burguesa e dos valores familiares.

Mauad (1999), ao analisar a produção literária oitocentista no Brasil, observa que predominava uma literatura de caráter universal e moralista, voltada à infância e à juventude, marcada por princípios de virtude, obediência e altruísmo. Essa literatura formadora tinha como propósito “educar pelo exemplo”, oferecendo à criança modelos de conduta e de civilidade, alinhados aos ideais de uma sociedade em modernização. Assim, o texto literário assumia função disciplinadora, refletindo a crença de que a leitura seria capaz de moldar o comportamento e o caráter do futuro cidadão. Contudo, ao longo do século XX, a literatura infantil passou por uma significativa ressignificação estética e pedagógica. Ela deixa de se limitar a um caráter moralizador para se afirmar como espaço de imaginação, crítica e liberdade criativa. Como explica Mesquita (1999, p. 13),

a literatura procura pôr perante os olhos da criança alguns fragmentos de vida, do mundo, da sociedade, do ambiente imediato ou longínquo, da realidade exequível ou inalcançável, mediante um sistema de representações, quase sempre com uma chamada à fantasia.

A partir dessa perspectiva, o texto literário passa a ser visto como campo simbólico que estimula a criança a pensar, sentir e questionar, ampliando sua compreensão do real e sua capacidade de julgamento crítico.

Dessa forma, o contato precoce e sistemático com o livro de qualidade revela-se uma etapa decisiva no processo formativo infantil. A leitura literária, ao mesmo tempo que encanta, desperta o intelecto e desenvolve a sensibilidade estética, permitindo que a criança se reconheça como sujeito ativo na construção do conhecimento. Através das histórias, ela vivencia experiências imaginárias que contribuem para a compreensão da realidade, para o fortalecimento da empatia e para

o amadurecimento emocional. A literatura, portanto, não se restringe apenas ao prazer do entretenimento, mas assume um papel profundamente educativo, auxiliando a criança em seu processo de (auto)conhecimento e de inserção social. Veloso (2005) reforça essa visão ao afirmar que a ficção ajuda e auxilia de maneira natural a criança entender e compreender o mundo:

O que as histórias contam à criança permite um estilhaçar de paredes de vidro que a limitam, levando-a a penetrar num mundo que quer conquistar, mas também lançam luz em zonas obscuras do seu íntimo, clarificando dúvidas, desfazendo medos, construindo, enfim, uma identidade. (VELOSO, 2005, p. 3).

Com todo o exposto, é possível afirmar que a literatura infantil é sempre um tema atual no campo da educação, pois constitui uma das bases essenciais para a formação de leitores críticos e cidadãos conscientes. Vale ressaltar que considerar “essa” literatura como instrumento indispensável para o desenvolvimento linguístico, cultural e emocional, favorece o contato da criança com o universo simbólico da linguagem, promovendo aprendizagens que transcendem o aspecto meramente técnico da leitura. Dessa forma, tendo em vista a importância dessa temática para uma educação de qualidade, o presente artigo apresenta uma reflexão teórica a respeito das origens e da evolução da literatura infantil no Brasil, destacando sua relevância como prática formadora e humanizadora. Nesse sentido, como afirma Frantz (2001, p. 14):

Com o passar dos anos fui-me convencendo de duas coisas: primeira, uma proposta de educação que se quer de fato transformadora, competente, democrática, emancipatória, construtivista só será possível se a escola tiver sucesso no empreendimento de formar leitores; segunda, a literatura infantil, por seu caráter lúdico-mágico é o caminho natural, a chave mágica que abre a porta de entrada principal que dá acesso ao mundo da leitura e a tudo o que ela pode proporcionar.

Embora já existissem, desde a Antiguidade, narrativas e manuscritos destinados às crianças, a literatura infantil, tal como a compreendemos hoje, consolidou-se apenas a partir do século XVIII, com o fortalecimento da burguesia e o surgimento de um novo olhar sobre a infância. Nessa época, a criança passou a ser vista como um sujeito em formação, digno de atenção e de instrução moral. Conforme apontam Lajolo e Zilberman (1999), a leitura se tornou uma prática social associada ao espaço doméstico, e o livro infantil passou a desempenhar uma função educativa e moralizadora. Para as autoras, “ser leitor [...] é função social, para a qual se canalizam ações individuais, esforços coletivos e necessidades econômicas” (Lajolo; Zilberman, 1999, p. 14). Assim, a literatura infantil surgiu num contexto histórico em

que o texto literário era concebido como meio de transmissão de valores e de formação de caráter, contribuindo para a consolidação da moral burguesa e da disciplina familiar.

No Brasil, esse movimento se intensificou no século XIX, com a expansão da imprensa, a valorização da escola e a construção de uma identidade nacional. Vale ressaltar que, paralelamente à literatura de caráter universal, prevalecia uma produção voltada à infância e à juventude, de forte conteúdo moral e religioso, cujo propósito era “educar pelo exemplo” e modelar comportamentos. Essa literatura tinha como objetivo formar cidadãos obedientes, virtuosos e dedicados ao trabalho, refletindo os valores de uma sociedade em processo de modernização. Embora marcada por intenções pedagógicas, essa fase foi fundamental para o reconhecimento da criança como público leitor e para a consolidação de uma tradição literária voltada à infância.

Com o passar do tempo, entretanto, a literatura infantil ultrapassou os limites do moralismo e da instrução para afirmar-se como expressão artística e espaço de reflexão crítica. Mesquita (1999, p. 3) reconhece que a literatura, “ao colocar perante os olhos da criança fragmentos de vida, do mundo e da sociedade, mediante um sistema de representações, quase sempre com uma chamada à fantasia”, estimula a imaginação e promove o desenvolvimento do pensamento. Assim, o contato da criança com o livro de qualidade possibilita-lhe ampliar seu repertório linguístico, desenvolver a sensibilidade estética e construir um olhar crítico sobre o real. A literatura infantil, ao unir o lúdico ao simbólico, contribui para o autoconhecimento e para o fortalecimento da identidade cultural, permitindo que a criança compreenda o mundo que a cerca e, ao mesmo tempo, crie possibilidades de existência.

Pode-se ampliar essa compreensão ao afirmar que a ficção corresponde à necessidade natural da criança de compreender o mundo, ajudando-a a clarificar dúvidas, superar medos e construir uma identidade. Essa perspectiva reforça a ideia de que a literatura infantil não deve ser vista apenas como entretenimento, mas como um campo de formação intelectual, emocional e social. A leitura literária proporciona à criança a oportunidade de lidar com emoções, conflitos e dilemas de maneira simbólica, favorecendo o desenvolvimento da empatia, da criticidade e da capacidade de reflexão. Por isso, a literatura infantil desempenha uma função humanizadora: ao mesmo tempo que encanta e diverte, educa e transforma, consolidando-se como ferramenta indispensável para a formação do leitor e do cidadão.

Em síntese, compreender a evolução histórica da literatura infantil é reconhecer que ela nasce com finalidades morais, mas se transforma em um espaço de liberdade criativa, reflexão e encantamento. A literatura infantil é, simultaneamente, arte e educação, imaginação e crítica, emoção e conhecimento. Sua presença na escola representa um elo entre o prazer estético e o aprendizado significativo, promovendo a formação integral do sujeito e o fortalecimento da cidadania. Assim, ao proporcionar à criança o encontro com o texto literário, o educador não apenas ensina a ler, mas desperta no aluno o desejo de compreender, sentir e transformar o mundo que o cerca.

3 O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR DA LEITURA LITERÁRIA

A literatura infantil, gênero emergente desse mesmo contexto histórico-social, associa-se desde as suas origens à escola. É seu espaço de circulação por excelência e, ainda hoje, é nesse ambiente que a criança tem seu primeiro contato sistemático com o texto literário. Contudo, como observa Regina Zilberman, essa relação entre literatura e instituição escolar não é isenta de tensões, uma vez que:

A aproximação entre a instituição e o gênero literário não é fortuita. Sintoma disto é que os primeiros textos para crianças são escritos por pedagogos e professoras, com marcante intuito educativo. E, até hoje, a literatura infantil permanece como uma colônia da pedagogia, o que lhe causa grandes prejuízos: não é aceita como arte, por ter uma finalidade pragmática; e a presença deste objetivo didático faz com que ela participe de uma atividade escolar (Zilberman, 2005, p. 24).

A partir dessa reflexão, compreende-se que o desafio contemporâneo do professor é ressignificar o uso da literatura infantil no ensino, superando sua função meramente instrumental e reconhecendo seu potencial estético, simbólico e formativo. O mediador da leitura não deve reduzir o texto literário a uma ferramenta de alfabetização, mas sim explorá-lo como experiência de sensibilidade e de pensamento crítico. Assim, o educador atua como elo entre o texto e o leitor em formação, promovendo uma leitura que integra emoção, reflexão e liberdade interpretativa, princípios fundamentais para a formação do leitor crítico. Essa função mediadora também está relacionada ao papel da literatura como meio de autoconhecimento e compreensão do mundo. Nesse sentido, Veloso (2005, p. 3) afirma:

(...) [a criança] é um ser para quem a ficção corresponde à natural necessidade de compreender o mundo. O que as histórias contam à criança permite um estilhaçar de paredes de vidro que a limitam, levando-a a penetrar

num mundo que quer conquistar, mas também lançam luz em zonas obscuras do seu íntimo, clarificando dúvidas, desfazendo medos, construindo, enfim, uma identidade.

A partir dessa perspectiva, entende-se que o professor é quem auxilia a criança nesse processo de descoberta. Ao conduzir a leitura de forma sensível e reflexiva, o educador possibilita que a criança ultrapasse o mero encantamento narrativo e perceba, nas histórias, dimensões simbólicas da realidade. O docente, portanto, torna-se um facilitador do encontro entre o texto e o leitor, promovendo a construção de sentidos e o desenvolvimento da consciência crítica e emocional. Essa mediação também assume caráter ético e humanizador. Como destaca Bettelheim (1998, p. 12):

A criança precisa de ideias sobre como pôr a casa interior em ordem e, nessa base, conseguir dar sentido à sua vida. Precisa [...] de uma educação moral em que com subtileza apenas se lhe transmitam as vantagens de um comportamento moral, não através de conceitos éticos abstratos mas através do que parece palpavelmente acertado e portanto com sentido para a criança.

Assim, o professor deve criar condições para que a leitura literária aconteça em um ambiente de liberdade e de diálogo, onde o respeito, a empatia e a imaginação sejam valorizadas. A mediação pedagógica, ao estimular o debate e a expressão individual, contribui para que a criança construa seu próprio sistema de valores e desenvolva autonomia intelectual. O docente deixa de ser mero transmissor de conteúdos e passa a ser formador de leitores conscientes, capazes de interpretar o texto e o mundo de forma crítica.

A sociedade contemporânea atravessa uma profunda crise de valores, que se manifesta nos mais diversos âmbitos social, político, cultural e educacional e compromete não apenas o bem-estar das gerações atuais, mas também o futuro das próximas. Nesse cenário de transformações aceleradas e de enfraquecimento das relações humanas, a escola assume papel decisivo como espaço de reconstrução ética e de formação integral do sujeito. Como observa Marchão (2011), é urgente que as instituições educativas se adaptem às novas realidades impostas pela globalização, pela diversidade cultural e pela complexidade tecnológica, de modo a promover a regeneração da vida cultural e moral, resgatando princípios que favoreçam o convívio ético, o respeito e a solidariedade:

necessidade do sistema educativo se adaptar às novas realidades nacionais, enquadradas também num quadro internacional de globalização e motivadas pela diversidade cultural, pela complexidade tecnológica, pelas incertezas e instabilidades sociais, económicas e até científicas e políticas é indiscutível e aceite unanimemente. Por tal facto, recai sobre os sistemas educativos e sobre as escolas e os professores, em particular, a árdua tarefa de

regeneração da vida económica e cultural, da ressuscitação de valores e sentidos morais (...) (Marchão, 2011, p. 86).

A partir dessa perspectiva, compreende-se que o professor não atua apenas como transmissor de conhecimentos linguísticos, mas como agente cultural e formador de valores. No ensino de Língua Portuguesa, esse papel se amplia por meio da mediação da leitura literária, que oferece à criança um espaço simbólico de reflexão sobre si mesma e sobre o mundo. O texto literário, em especial o infantil, constitui-se como via privilegiada para a reconstrução de valores éticos e humanos, pois possibilita à criança o contato com situações de conflito, empatia e solidariedade, favorecendo a construção da autonomia moral e do pensamento crítico.

Ao estimular o diálogo e a interpretação, o professor contribui para que o aluno aprenda a ler não apenas as palavras, mas também o contexto social que o cerca. A literatura infantil, nesse sentido, torna-se um instrumento pedagógico que promove o despertar da consciência e a formação cidadã. A mediação docente deve priorizar práticas que incentivem o debate, a escuta e o respeito às diferenças, criando um ambiente de liberdade interpretativa e de troca simbólica. Assim, a leitura ultrapassa a função escolar tradicional e se transforma em experiência estética e ética, em que o aluno participa ativamente da construção de sentidos.

A responsabilidade ética do professor também envolve compreender que a leitura literária é, acima de tudo, um espaço de humanização. Ao interpretar histórias, personagens e situações fictícias, a criança projeta suas emoções, seus medos e seus desejos, encontrando no texto um reflexo de sua própria existência. Essa experiência contribui para o desenvolvimento emocional e para a capacidade de empatia, permitindo que o leitor em formação perceba as complexidades da vida e reconheça o outro em sua diversidade. Nesse processo, o docente atua como mediador sensível, que conduz o aluno à reflexão sem impor significados, estimulando a autonomia intelectual e o pensamento crítico.

Além disso, o professor precisa compreender que a formação do leitor crítico não se restringe à decodificação de signos linguísticos, mas implica o desenvolvimento da consciência social e da capacidade de posicionamento diante da realidade. A literatura, ao trazer à tona diferentes vozes e perspectivas, constitui-se como ferramenta pedagógica que amplia horizontes e possibilita o questionamento das estruturas de poder, dos preconceitos e das desigualdades. Assim, o papel do educador é criar pontes entre o texto literário e as experiências concretas de vida do

aluno, promovendo uma leitura que desperte tanto o encantamento quanto a criticidade.

Dessa forma, a prática docente mediada pela literatura infantil assume função essencial na formação de cidadãos ativos, criativos e reflexivos. A leitura literária, conduzida de modo ético e sensível, estimula o desenvolvimento linguístico e cognitivo, ao mesmo tempo em que promove a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento de vínculos afetivos e simbólicos. O professor, ao reconhecer o potencial humanizador da literatura, contribui para a construção de uma escola mais inclusiva, democrática e comprometida com a transformação social.

Deve-se ressaltar que o ato de ler, especialmente nos anos iniciais da escolarização, exige a proposição consciente de práticas pedagógicas que despertem o prazer pela leitura e favoreçam a construção gradual do vínculo da criança com o texto literário. Nesse sentido, a literatura infantil ocupa lugar central no processo de formação humana e intelectual, uma vez que sua matéria-prima é a palavra, elemento constitutivo do pensamento e da imaginação. Como afirma Coelho (2000, p. 10), “[...] a literatura infantil é a arte mais importante das artes, pois sua matéria é a palavra (o pensamento, as ideias, a imaginação), exatamente aquilo que distingue ou define a especificidade do humano [...]”. A partir dessa concepção, compreende-se que a leitura literária, quando inserida de modo sistemático no cotidiano escolar, contribui para o desenvolvimento da linguagem, da sensibilidade estética e da capacidade reflexiva da criança, tornando-se fundamental para sua formação como sujeito crítico.

O contato com narrativas literárias possibilita à criança compreender, simbolicamente, os sentimentos que perpassam sua relação com o mundo. As histórias favorecem a elaboração de experiências emocionais próprias da infância, como medos, afetos, perdas, curiosidades e desejos, além de estimularem a imaginação, o brincar simbólico e a construção da identidade. Nesse processo, a criança projeta-se nos personagens, recria situações e experimenta diferentes formas de ser e agir, ampliando sua percepção da realidade. Essa dimensão formativa da literatura infantil é reforçada por Cunha (1974, p. 45), ao afirmar que:

A Literatura Infantil influi e quer influir em todos os aspectos da educação do aluno. Assim, nas três áreas vitais do homem (atividade, inteligência e afetividade) em que a educação deve promover mudanças de comportamento, a Literatura Infantil tem meios de atuar.

Desse modo, a leitura literária revela-se como prática educativa integral, que articula razão, emoção e ação.

Por meio das histórias, a criança tem acesso a outros tempos, espaços e modos de organização social, entrando em contato com diferentes visões de mundo e sistemas de valores. Ainda que de forma implícita, a literatura infantil introduz saberes relacionados à história, à filosofia, à ética, à política e à convivência social, respeitando o tempo e a maturidade do leitor em formação. Considerando que os anos iniciais do ensino constituem a base do processo educativo, é nesse momento que se estabelecem os fundamentos da relação da criança com a leitura e com o conhecimento. Conforme destaca Góes (2012, p. 47), “O desenvolvimento da leitura entre crianças resultará em um enriquecimento progressivo no campo dos valores morais da cultura da linguagem e no campo racional. O hábito da leitura ajudará na formação da opinião e de um espírito crítico”. Assim, a leitura literária contribui para a construção do pensamento autônomo e para o fortalecimento da criticidade desde a infância.

A literatura infantil também desempenha papel relevante no desenvolvimento emocional e criativo da criança, ao possibilitar a expressão de sentimentos e a compreensão de experiências subjetivas. Ao ouvir e interpretar histórias, o leitor em formação amplia sua capacidade de empatia e passa a reconhecer emoções próprias e alheias, atribuindo-lhes significado. Nesse sentido, Muneveck (2010, p. 24) afirma que “A literatura é importante para o desenvolvimento da criatividade e do emocional infantil”, uma vez que as narrativas literárias trabalham questões existenciais típicas da infância e contribuem para a construção gradual do equilíbrio emocional.

Durante o processo de alfabetização, a literatura infantil assume ainda uma função motivadora, pois desperta na criança o interesse pela leitura e evidencia a função social da escrita. Ao perceber que os textos carregam sentidos, histórias e possibilidades de interpretação, o aluno compreende a importância de aprender a ler. A alfabetização, entendida como etapa de apropriação do sistema de escrita, encontra na literatura um apoio significativo, pois associa a aprendizagem do código ao prazer da leitura. Conforme define Soares (2006, p. 15), “Alfabetizar significa adquirir a habilidade de decodificar a língua oral em língua escrita [...]”. No entanto, quando articulada à leitura literária, essa aprendizagem ultrapassa a decodificação, contribuindo para a formação de leitores capazes de compreender, interpretar e atribuir sentido aos textos.

A leitura literária, quando mediada de forma sensível e planejada, constitui-se como prática essencial para a inserção das crianças no universo da linguagem e da imaginação. Nesse sentido, o professor precisa reconhecer que cada aluno carrega experiências, ritmos de aprendizagem e contextos socioculturais distintos, o que exige uma atuação pedagógica atenta e flexível.

A observação constante das práticas adotadas em sala de aula permite ao docente avaliar seus efeitos e redimensionar estratégias, garantindo que todos os alunos tenham acesso efetivo à literatura e que nenhum seja excluído do processo formativo. Essa postura evidencia o compromisso do educador com uma prática inclusiva, que compreende a leitura como direito e como possibilidade de formação integral.

A leitura em voz alta realizada pelo professor configura-se como uma estratégia fundamental nesse processo, pois cria situações significativas de escuta, atenção e interação com o texto literário. Conforme orienta o documento oficial, “A leitura pelo professor de textos escritos, em voz alta, em situações que permitem a atenção e a escuta das crianças [...] fornece às crianças um repertório rico em oralidade e em sua relação com a escrita” (Brasil, 1998, p. 135).

Essa prática amplia o contato das crianças com diferentes estruturas linguísticas, estilos narrativos e modos de organização do discurso, favorecendo não apenas o desenvolvimento da oralidade, mas também a compreensão leitora e o interesse pela leitura autônoma.

A partir dessas experiências, a literatura infantil consolida-se como espaço legítimo de formação do leitor no ambiente escolar. No entanto, para que esse processo seja efetivo, é imprescindível que o texto literário não seja apresentado como uma obrigação escolar desvinculada do prazer e da imaginação. O educador deve criar condições para que a leitura seja associada à fruição estética, à curiosidade e à possibilidade de criação de mundos simbólicos, nos quais a criança possa experimentar emoções, ações e personagens. Dessa forma, o prazer de ler emerge da liberdade interpretativa e do encantamento proporcionado pela narrativa, e não da imposição de tarefas mecânicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que os caminhos da literatura infantil para a formação do leitor no ensino de Língua Portuguesa passam, necessariamente, pela mediação consciente do professor, pela valorização da diversidade dos alunos e pela construção de práticas que articulem oralidade, imaginação e reflexão. Ao assegurar que a leitura literária seja vivenciada como experiência significativa e prazerosa, a escola contribui para a formação de leitores críticos, sensíveis e participativos, capazes de atribuir sentidos aos textos e de relacioná-los às suas vivências e à realidade social que os cerca.

As atividades sempre devem colocar as crianças em situações mais próximas da realidade do ato de ler, nas diversas circunstâncias, utilizando as diferentes estratégias para a leitura, em busca dos sentidos dos textos. A criatividade de cada professor é o limite” (Barbosa, 1990, p. 140).

A reflexão proposta por Barbosa sintetiza, de modo significativo, os princípios que nortearam este estudo: a compreensão da leitura como prática social, situada e mediada, e o reconhecimento do papel central do professor na construção de experiências leitoras significativas. Ao longo deste artigo, evidenciou-se que a literatura infantil, quando trabalhada de forma sensível, crítica e contextualizada, constitui-se como um dos caminhos mais potentes para a formação do leitor no ensino de Língua Portuguesa, especialmente nos anos iniciais da escolarização.

A análise histórica da literatura infantil demonstrou que, embora marcada inicialmente por um viés moralizante e pedagógico, essa produção literária passou por transformações estéticas e conceituais que ampliaram seu potencial formativo. Ao deslocar-se de uma função meramente instrutiva para uma dimensão artística, simbólica e humanizadora, a literatura infantil passou a favorecer o desenvolvimento da imaginação, da sensibilidade estética e da reflexão crítica, sem perder de vista seu diálogo com a realidade social da criança. Esse percurso histórico reforça a ideia de que o texto literário infantil não deve ser reduzido a instrumento didático, mas compreendido como espaço de construção de sentidos e de ampliação do olhar sobre o mundo.

Nesse processo, o professor assume papel fundamental como mediador da leitura literária. Conforme discutido, a mediação docente não se limita à seleção de obras ou à condução de atividades, mas envolve a criação de ambientes de leitura pautados na liberdade interpretativa, no diálogo e no respeito à diversidade de experiências dos alunos. Ao aproximar a criança de situações reais de leitura, seja por meio da leitura em voz alta, do reconto, da dramatização ou da escuta sensível, o

educador possibilita que o aluno se reconheça como sujeito leitor, capaz de atribuir sentidos ao texto e de relacioná-lo às suas vivências pessoais e sociais.

Os resultados teóricos apresentados também indicam que a literatura infantil contribui de maneira decisiva para a formação ética, emocional e cidadã da criança. Ao lidar simbolicamente com conflitos, medos, afetos e dilemas humanos, o texto literário promove o desenvolvimento da empatia, da autonomia moral e da consciência crítica. Nesse sentido, o encantamento proporcionado pela narrativa não se opõe à criticidade; ao contrário, constitui-se como condição para que a criança se envolva com a leitura e, a partir desse envolvimento, construa reflexões mais profundas sobre si mesma e sobre o mundo.

Além disso, constatou-se que a literatura infantil desempenha papel relevante no processo de alfabetização e no desenvolvimento da competência leitora. Quando associada ao prazer e à significação, a aprendizagem do sistema de escrita ultrapassa a decodificação mecânica e se transforma em prática de compreensão, interpretação e produção de sentidos. Assim, a leitura literária favorece não apenas o domínio da linguagem, mas também a formação de leitores críticos, capazes de posicionar-se diante dos textos e da realidade social.

Dessa forma, os caminhos da literatura infantil para a formação do leitor no ensino de Língua Portuguesa passam, inevitavelmente, pela valorização da criatividade docente, pela adoção de práticas pedagógicas inclusivas e pela compreensão da leitura como experiência estética, ética e social. Cabe à escola e, especialmente, ao professor, garantir que a literatura esteja presente no cotidiano escolar como direito da criança e como possibilidade de formação integral.

Conclui-se, portanto, que a literatura infantil, ao articular encantamento e criticidade, constitui-se como instrumento essencial para a humanização do ensino e para a formação de leitores sensíveis, reflexivos e participativos. Ao promover o encontro entre a criança e o texto literário em situações reais de leitura, a prática pedagógica contribui para a construção de sujeitos capazes de ler o mundo com imaginação, consciência e responsabilidade, reafirmando o papel da literatura como fundamento da educação linguística e cidadã.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, J. J. Alfabetização e leitura. São Paulo: Cortez, 1990.
- BETTELHEIM, B. **Psicanálise dos Contos de Fadas**. Lisboa: Bertrand Editora, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial curricular para educação infantil**: linguagem oral e escrita. Brasília: MEC; SEF, 1998.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2000.
- CUNHA, M. A. A. **Como ensinar Literatura Infantil**. 4. ed. São Paulo: Discubra, 1974, p. 45.
- FRANTZ, Maria Helena Zancan. **O ensino da literatura nas séries iniciais**. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2001. Coleção Educação.
- GÓES, L. P. **Introdução à Literatura para crianças e jovens**. São Paulo: Paulinas, 2010.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- MARCHÃO, A. & CORREIA, R. **Observação e Cooperação Supervisionada – Ficha de Unidade Curricular**. Porto Alegre: Escola Superior de Educação de Porto Alegre, 2011.
- MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 137-176.
- MESQUITA, A. **A Estética da Recepção na Literatura Infantil**. Série Ensaio, Vila Real: UTAD, 1999.
- PORTUGAL, G. **Para o educador que queremos, que formação assegurar?** Exedra, 2009, p. 9-24. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/docs/01/9-24.pdf>.
- SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- VELOSO, R. M. (2005). Não-receita para escolher um bom livro. In: **Palavras Andarilhas**. Disponível em: http://195.23.38.178/casadaleitura/portalebta/bo/porta1.pl?pag=abz_ot_detalhe&id=24. Acesso em: 2 dez. 2012.
- ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

O OLHAR EUROPEU SOBRE O ‘OUTRO’ E O EXOTISMO EM AS VIAGENS DE GULLIVER, DE JOHNATHAN SWIFIT E ANTÔNIO E CLEOPATRA, DE SHAKESPEARE

Sofia Moraes Cutrim (UEMA) ¹

Nalbert dos Santos Brito Lima (UEMA) ²

Izabela Carolina Barros Souto (UEMA) ³

RESUMO: A literatura inglesa reflete as tensões entre identidade europeia e alteridade cultural. Neste contexto, *Antônio e Cleópatra*, de William Shakespeare, e *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, oferecem representações emblemáticas do “outro”, seja o Oriente sedutor e ambíguo de Cleópatra, sejam os povos exóticos e imaginários encontrados por Gulliver. A partir dessa leitura se encontra como problema para este estudo compreender como o olhar europeu constrói e exotiza a diferença cultural, consolidando hierarquias entre civilização e barbárie. Sendo assim, pretende-se analisar as formas de representação do “outro” em ambas as obras, observando como o exotismo serve como instrumento de crítica ou reafirmação do poder eurocêntrico. Portanto, serão examinados os discursos de alteridade e orientalismo presentes nas duas narrativas e investigado como as estratégias literárias de cada autor produzem distintas perspectivas sobre o estrangeiro e o império. A pesquisa baseia-se na leitura comparativa e na análise discursiva de cunho histórico-literário, fundamentada em teóricos como Edward Said, sobre a construção cultural do Oriente; Homi Bhabha, com o conceito de hibridismo e ambivalência; e Mikhail Bakhtin, no diálogo entre vozes culturais e sociais que constituem o texto literário. Espera-se, como resultado, demonstrar que, embora Shakespeare e Swift revelem certa consciência crítica sobre o poder imperial, ambos permanecem presos a uma visão essencialmente eurocêntrica do mundo. Suas obras reforçam, ainda que de forma ambígua, a superioridade moral, política e cultural da Europa sobre o “outro”, reproduzindo o imaginário colonial e a hierarquização entre civilização e diferença que marcaram o pensamento europeu dos séculos XVI e XVIII.

Palavras-chave: Alteridade cultural; Representação do “outro”; Orientalismo; Exotismo.

1 INTRODUÇÃO

O romance de Jonathan Swift, *As Viagens de Gulliver*, publicado em 1729 e a obra *Antônio e Cleópatra*, produzida pelo dramaturgo William Shakespeare em

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. E-mail: sofialetasuema@gmail.com

² Graduanda do curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. E-mail: naiaramesquitadasilva@gmail.com

³ Professora, especialista e orientadora no departamento de Letras, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. E-mail: izabelasouto@gmail.com

1607, retratam uma visão eurocêntrica em contato com outras culturas fora do ocidente e da Europa. Além disso, ambas as obras foram produzidas entre o período dos séculos XVII e XVIII, no prévio contexto desses períodos o principal meio de transporte ainda eram as embarcações. Com isso, as representações desses lugares fora da Europa são colocadas de forma exótica em ambas as obras, já que, esse olhar colonialista é um dos elementos encontrados tanto na obra de Swift quanto de Shakespeare.

Diante desse cenário, devemos observar o modo de pensamento do autor em sua obra literária, que, segundo Foucault (2001, *apud* Lima, 2020, p. 15) “Essa noção do autor constitui um momento crucial da individualização na história das ideias, dos conhecimentos das literaturas e também na história e das ciências”. O contexto social em que ambas as obras foram elaboradas em datas distintas, a obra *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, foi efetuada em um período em que a Inglaterra passou por grandes transformações tanto sociais quanto econômicas, no século XVIII, isso ofereceu um plano de fundo ideal para a construção de obra satírica devido às animosidades que a Inglaterra estava passando.

Em relação a Shakespeare, no século XVII, testemunhou momentos semelhantes: uma Inglaterra em expansão; transição de governo, além da ascensão de uma monarca mulher; esses acontecimentos sociais presentes em ambos os séculos estão presentes nas obras e refletem o desenvolvimento da era Moderna e uma nova visão de outras civilizações. Diante disso, foi composta a seguinte questão norteadora que irá conduzir este artigo: como o olhar europeu constrói e exotiza a diferença cultural, consolidando hierarquias entre civilização e barbárie? Sendo que, é notável a existência de uma construção mental fruto do eurocentrismo em que contém uma óptica do autor sobre o “outro”, e isso vem a se tornar uma discussão, esse pensamento eurocêntrico que os autores possuem.

Ademais, o objetivo geral deste artigo científico visa analisar as formas de representação do “outro” em ambas as obras, observando como o exotismo serve como instrumento de crítica ou reafirmação do poder eurocêntrico. Para tal ação serão propostos dois objetivos específicos: examinar os discursos de alteridade e orientalismo presentes nas duas narrativas; investigar como as estratégias literárias de cada autor produzem distintas perspectivas sobre o estrangeiro e o império.

Portanto, a escolha desse tema justifica-se devido à rica referência de valor cultural encontrado nas duas obras e a relevância da influência que ambas possuem

a respeito da representação do “outro”, tanto em *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, quanto em *Antônio e Cleópatra*, de Shakespeare. Dessa forma, estudar esses textos literários, irá proporcionar uma aprendizagem desse discurso narrativo cultural e a diferença de identidade presente em cada obra.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O “outro” e o poder eurocêntrico na literatura inglesa

O “outro” na literatura é geralmente apresentado a partir da perspectiva do autor, que é moldada pelos valores culturais, políticos e sociais de sua civilização. Assim, a representação do estrangeiro raramente é dada de forma neutra: ela é moldada pelas expectativas, estereótipos, e visões dominantes. Como afirma Bhabha (1998, p. 76): “A demanda da identificação — ser para um Outro — implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade”.

Nesta linha de análise, nas obras analisadas, *Antônio e Cleópatra* e *As Viagens de Gulliver*, percebe-se que o olhar ocidental é predominante, pois ambos os escritores recorrem a referências europeias para descrever o que é considerado “estrangeiro”. Dessa forma, “a filosofia ocidental, e talvez toda a filosofia, constituiu-se em torno de um sujeito único. Durante séculos, não se imaginou que poderiam haver sujeitos diferentes” (Irigaray, 2002, p. 01). Assim, o exotismo apresentado nas duas obras revela diferenças culturais e relações de poder existentes na estrutura dessas narrativas.

O exotismo seria a qualidade de algo ser exótico, podendo significar algo como “o gosto” pelo estrangeiro ou a representação com *glamour* e romantismo de culturas distantes. O exotismo, no entanto, vai funcionar como uma ferramenta de representação que vai transformar o estrangeiro em algo dramático, reduzindo-o a imagens simples, e isso é feito muitas vezes de acordo com a expectativa do autor. Sob tal ótica do exotismo, cria-se um discurso colonial para representar o “outro”, sendo descrito por Bhabha, no qual:

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. [...] o discurso colonial produz o colonizado como uma realidade social que é ao mesmo tempo um “outro” e ainda assim inteiramente apreensível e visível (Bhabha, 1998, p. 111).

Contudo, o exotismo vai funcionar como o modo de olhar que não apenas descreve o ser estrangeiro, mas o fabrica e o constrói segundo a necessidade do autor e transforma essas diferenças culturais em representações carregadas de: sedução, ameaça ou irracionalidade. Conforme essa maneira, isso vai reforçando hierarquias e justificando as relações de poder. Esse modo pode ser observado nas obras analisadas. Em Shakespeare, o Egito é descrito como o espaço de sensualidade e com excesso sentimental, compondo uma imagem bem orientalizada que atende ao imaginário romano-ocidental. Como reflete Said:

O Oriente era praticamente uma invenção européia e fora desde a Antigüidade um lugar de episódios romanescos, seres exóticos, lembranças e paisagens encantadas, experiências extraordinárias [...]. [...] Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material européia. O Orientalismo expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais (Said, 2007, p. 19).

Perante essa reflexão, a peça de teatro de William Shakespeare, a figura Cleópatra sofre várias representações idealizadas, principalmente na perspectiva de submissa e dependente do amor de Antônio. Como podemos observar na *Cena V*, onde Cleópatra descobre que Antônio se casa com Otávia e, após a notícia, a rainha do Egito fica emocionalmente vulnerável:

CLEÓPATRA: Castigada estou sendo por isso. Retirai-me daqui. Vou desmaiar. Não, não é nada. Oh! Iras! Charmian! Bondoso Alexas, vai atrás desse homem e procura saber como é Otávia, que idade tem, seus gostos, sem que deixe de dizer de que cor tem os cabelos. Traz logo a resposta (Shakespeare, 2013, p. 43).

Essa comparação carregada de ciúmes e desejo de posse, é uma demonstração extraordinária da insegurança feminina tradicional, que foi formada pelo discurso ocidental, onde a mulher exótica e estrangeira tem emoção excessiva.

Portanto, a cena em que Cleópatra fica aflita, quase desmaiando e pedindo informações sobre Otávia, fortifica um olhar ocidental que vai representar com muita melancolia amorosa, Cleópatra sendo incapaz de ter autocontrole. Sua forma vulnerável: “Retirai-me daqui. Vou desmaiar [...]. Vai atrás desse homem e procura saber como é Otávia”. Não é construída a partir de sua interioridade ou da real verdade, mas da forma como o olhar romano a fixa como personagem movida pela paixão. Como é apontado por Said (2007), o Oriente é uma invenção ocidental marcada por uma imagem de sedução, irracionalidade e dramaticidade. Assim, a rainha do Egito é produzida como o “outro”, tal como Bhabha descreve como visível, apreensível e simplificada, em estereótipos que servem para narrativa dominante.

Continuando, em *As Viagens de Gulliver*, a representação do “outro” e o exotismo são bem presentes. Embora venha assumir uma função diferente da que foi observada em Antônio Cleópatra. Jonathan Swift vai utilizar o exotismo para criticar, ironizar e inverter as hierarquias culturais europeias através da sátira. Assim, cada povo que foi encontrado por Gulliver (Liliputianos, Brobdinagnagianos, Laputianos e Houyhnhms) é construído como “outro”, não por sua realidade cultural, mas pela necessidade da narrativa de expor as hipocrisias da sociedade inglesa.

Dessa maneira, a passagem em Liliput, Swift vem mostrar como o estrangeiro é submetido a rígidas formas de controle, revelando como o olhar eurocêntrico produz o “outro” como sujeito vigiado, administrado e potencialmente perigoso. Embora, nessa viagem Gulliver supere fisicamente os habitantes locais, já que é um gigante, ele é reduzido a uma figura passiva de obrigações. Isso aparece de forma explícita quando o imperador de Liliput impõe condições para sua permanência:

Sua Majestade altíssima propõe ao Homem Montanha os seguintes artigos, dos quais, como preliminar, será obrigado a fazer a ratificação por juramento solene: I. O Homem Montanha não sairá dos nossos vastos Estados sem nossa permissão escrita e autenticada com o nosso selo grande. II. Não terá a liberdade de entrar na nossa capital sem nossa ordem expressa, a fim de que os habitantes sejam avisados duas horas antes para permanecerem encerrados em suas casas [...] (Swift, 2007, p. 35).

Esses “artigos” funcionam como leis coloniais direcionadas a Gulliver, que, apesar de vir do mundo europeu, ocupou a posição de colonizado: alguém que deve ser vigiado, controlado e obrigado a fazer para qualquer ação que é ordenada pelos seus superiores. A relação de poder também é invertida, sendo que é comum o europeu exercer domínio sobre o outro, como afirma Said (2007, p. 19) que existe “a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus”. Mas, Swift representa o europeu como aquele que precisa se submeter as regras de uma sociedade estrangeira. Essa demonstração revela um fato, onde o olhar colonial é sempre construído e pode ser “desmontado” quando a posição de superioridade é deslocada para inferior.

Assim, essa inversão revela aquilo que Bhabha denomina de “híbrido colonial”, que é uma condição marcada pela ambivalência e instabilidade de identidades. Como explica esse mesmo autor que “o híbrido colonial é a articulação do espaço ambivalente onde o rito do poder é encenado no espaço do desejo” (Bhabha, 1998, p. 163). Portanto, Gulliver ocupa simultaneamente o lugar de

autoridade europeia e da submissão colonial aos povos que visitou, dessa maneira evidenciando que o discurso imperial não é tão estável, mas atravessado por contradições que revelam a dependência do colonizador em relação ao “outro”.

Para concluir, ao colocar Antônio e Cleópatra e *As Viagens de Gulliver* lado a lado, percebe-se que ambas as obras trabalham dentro do mesmo sistema de construção do “outro”, ainda que por caminhos distintos. Shakespeare vai reproduzir e reforçar um imaginário orientalista que fixa o oriente como espaço de submissão. Said afirma “o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (Said, 2007, p. 16). Já Swift, ao contrário, utiliza a representação do estrangeiro para revelar as contradições internas do eurocentrismo e suas ferramentas de dominação. Desse modo, juntas elas demonstram que o “outro” não é apenas tema literário, mas mecanismo de poder.

2.2 O estrangeiro e o império nas tramas de Shakespeare e Swift

A utilização da literatura como estratégia de representação do “outro” é evidente, tanto na obra de William Shakespeare, quanto na de Jonathan Swift. Além disso, devemos nos atentar para outros aspectos estruturais e importantes dentro das obras, que se tornam fundamentais para analisarmos como a utilização da simbologia e a representação por parte de uma visão ocidental vai contribuir para o olhar sobre o “outro” de forma exótica em relação à sua cultura e sociedade.

Diante disso, é notável esse olhar do “outro” em ambas as obras, no que se refere ao estrangeiro. Na peça de Shakespeare, em alguns trechos significativos retirados do manuscrito que fortifica a nossa tese, por exemplo, a forma com que Antônio descreve as características da personalidade de Cleópatra para seus compatriotas “o gênio dela, incontrolável, César, feito de impaciência – à qual juntava esperteza política – Eu confesso lhe inquietações” (Shakespeare, 2014, p. 46).

Assim, essa caracterização de Cleópatra na perspectiva ocidental abre margem para um debate sobre a construção desse imaginário a respeito do “outro” e a subordinação de forma hierárquica existente na obra de Shakespeare, já no tocante à obra de Swift, essas temáticas ficam mais claras, na história como ela é representada pelo autor. Durante uma das viagens de Gulliver para Laputa, Gulliver faz descrições críticas a respeito dos habitantes da cidade: “As pessoas caminhavam

rápido nas ruas, tinham um certo aspecto selvagem, olhos fixos e geralmente vestiam trapos” (Swift, 2020, p. 279).

Diante desse cenário, podemos notar esse discurso ocidental em relação ao outro ou estrangeiro, no qual o ocidente possui um olhar eurocêntrico e o discurso literário articula essa visão limitada. Para Edward Said (2007), o discurso literário europeu desempenhou papel central na consolidação do imaginário imperial, porque a escrita ajudou a organizar simbolicamente a relação entre o Ocidente e o “outro”. O autor afirma que:

Toda a minha idéia sobre esse sistema não é que seja uma desfiguração de alguma essência oriental coisa em que não acredito nem por um momento, mas que opere como as representações em geral fazem, para determinado fim, segundo uma tendência, num específico cenário histórico, intelectual e até econômico. Em outras palavras, as representações têm propósitos, são efetivas a maior parte do tempo, realizam uma ou muitas tarefas (Said, 2007, p. 198).

A partir disso, torna-se claro o uso da literatura como um instrumento discursivo, instrumento esse utilizado para moldar a forma de representação do “outro”. Dessa forma, os aspectos culturais também são regidos de forma vinculada ao eurocentrismo por meio de recursos narrativos. Na obra de Shakespeare, essa compreensão ocidental em relação a outra cultura, nesse caso, o Oriente Médio, onde boa parte da história se passa, a figura de Cleópatra é tratada como exagerada e colocada no centro de diversos conflitos. Com isso, essa tensão cultural entre o Ocidente e o Oriente é retratada através de Cleópatra, como uma figura exótica e ambígua. É perceptível, pela forma de tratamento que ela recebe da sociedade grega, esse choque cultural no seguinte trecho, em que Eros e Agrippa discutem sobre a presença de Cleópatra no Ocidente:

Eu vou contar-lhes. A barca em que sentava, trono ardente, queimava as águas; era de ouro a popa; as velas púrpura e tão perfumadas que estavam tontos de paixão os ventos; eram de prata os remos bem-ritmados que, ao som das flautas, faziam as águas batiam correr mais depressa amando os golpes. Quanto a ela, nenhum retrato a iguala: recostada em seu dossel brocado todo de ouro mais que a própria Vênus que, em sonhos, deixa pobre a natureza seu lado, meninos quais cupidos, sorriam, tendo abanos multicores, com cujo vento abrasava o que arejavam, refazendo o desfeito (Shakespeare, 2014, p. 52).

Diante disso, tanto nas perspectivas de Shakespeare e Swift, ambos vão trazer essa reflexão simbólica do outro e sua imagem perante a sociedade, sendo assim, observamos que o império e o estrangeiro possuem simbologia que sofrem modificações, tanto o contexto social e histórico e a literatura tem esse peso nesse processo. De acordo com Said (2007), o poder da literatura está justamente nessa

capacidade de moldar o real através da linguagem e da imaginação. Segundo Said (2007) destaca, o poder da literatura está justamente nessa capacidade de moldar o real através da linguagem e da imaginação. Segundo ele:

O Oriente como representação na Europa é formado ou deformado por uma sensibilidade cada vez mais específica a uma região geográfica chamada “o Oriente”. [...] O orientalista fornece à sua própria sociedade representações do Oriente (a) [...] que respondem a certos requisitos culturais, profissionais, nacionais, políticos econômicos da época (Said, 2007, p. 198).

Essa representatividade do “outro” revela um olhar de superioridade do Ocidente, resultante de um imaginário imperial homogêneo. Em *As Viagens de Gulliver*, esse cenário torna-se ainda mais evidente devido às ironias presentes no texto. Em diversos momentos, a relação do europeu que observa o estrangeiro é explorada e, em algumas passagens, o “outro” é representado de forma exótica sob a perspectiva do protagonista.

Essas perspectivas eurocêntricas ficam ainda mais claras na segunda viagem de Gulliver à região de Brondingnag. Ao decorrer da aventura, Gulliver discute com o rei a respeito dos grandes feitos da sociedade inglesa, no qual, segundo Gulliver, o rei não concorda com algumas ideias e pensamentos europeus e chega a dizer ao rei: “O desprezo que sua majestade demonstra pela Europa e pelo resto do mundo não condiz com suas excelentes qualidades intelectuais” (Swift, 2030, p. 201). Mas, no fim, Gulliver começa a notar que a sociedade do ocidente é falha depois do debate com o rei: “Meu amor pela verdade não permitiria que eu escondesse essa parte da história, obviamente fiquei muito ressentido pelo rei ridicularizar meu nobre amado país” (Swift, 2020, p. 215).

Resumindo, o rei se mostrou muito surpreso com meu relato histórico. Para ele, a história da Inglaterra consistia em “muitas conspirações, rebeliões, assassinatos, massacres, revoluções, banimentos, atos de avareza, hipocrisia, perfídia, crueldade, raiva, loucura, ódio, inveja, luxúria, malícia e ambição” (Swift, 2020, p. 210).

Para Edward Said (2007), o discurso literário europeu já desempenhou um papel central na consolidação do imaginário imperial, com isso, essas contradições se aproximam ao pensamento de Homi Bhabha (1998), o qual descreve esse aspecto e discursos como ambivalência do discurso colonial; o autor explica que:

Discurso do colonialismo inglês pós-iluminista fala frequentemente com uma língua que é bipartida, e não falsa. [...] A intenção épica da missão civilizadora muitas vezes produz um texto rico nas tradições do trompe-l’oeil, da ironia, da mímica e da repetição (Bhabha, 1998, p. 12).

Tanto William Shakespeare quanto Jhonatan Swift utilizam essa simbologia eurocêntrica, com a ajuda de recursos literários, para a construção do imaginário

europeu em relação ao estrangeiro, do qual muitas vezes o “outro” é representado de forma exótica e com contradições a respeito de suas estruturas sociais e econômicas.

3 METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, que busca analisar a forma de representação do “outro” em uma leitura comparativa com base em *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, e *Antônio e Cleópatra*, produzido por William Shakespeare. Em ambas as obras, a literatura ocidental constrói um imaginário sobre a cultura e uma descrição exótica sobre a sociedade do “outro” de forma hierárquica no discurso colonial. Além disso, foi realizado um levantamento e estudo de obras críticas literárias e artigos sobre estudos acadêmicos que discutem essa perspectiva eurocêntrica em relação à literatura, cultura e formas que a Europa lida com a sociedade de outras nações. Como referência bibliográfica foram utilizados autores como Homi Bhabha (1998), Edward Said (2007), Foucault (2001), entre outras que permitiram o embasamento teórico necessário para a fundamentação da pesquisa. Portanto, o material coletado foi organizado e confrontado com a teoria, com o objetivo de construir a análise crítica apresentada nesse trabalho. Segundo Lakatos e Marconi (2021):

Pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações de certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações (Marconi; Lakatos, 2021, p. 158).

Os procedimentos metodológicos foram divididos da seguinte forma: inicialmente foi feita análise crítica sobre os personagens cada obra, incluindo as simbologias e características que carregam; além disso, procurou-se, assim, compreender o cenário social e cultural e a intenção satírica evidenciadas dentro da obra. E a revisão bibliográfica, que foi de fundamental importância, pois forneceu o embasamento teórico necessário para sustentar a interpretação da obra.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das análises e resultados obtidos, é possível observar que ambas as obras expressam discussões sobre os aspectos culturais acerca da visão do “outro”, uma ambivalência cultural moldada nas perspectivas do olhar europeu como destaca Bakhtin (1975), as obras literárias são elaboradas de acordo com o contexto social e histórico e não de forma isolada: “A literatura é parte inseparável da cultura, não pode ser entendida fora do contexto pleno de toda a cultura de uma época” (Bakhtin, 1975, p. 11), com essa compreensão podemos aprofundar de forma mais consistente a análise completa das duas obras.

A presença de uma visão eurocêntrica como aponta Edward Said, principalmente as formas de representação em ambas as obras, esses aspectos podem ser apresentados em umas das viagens de Gulliver quando em umas das duas aventuras a Brondingnag, nesse reino Gulliver vai apresentar ao rei uma visão conceitual e idealizada da Inglaterra, porém, é refutado pelo rei sobre a real situação dos valores da sociedade europeia, comprovando a ideia do “outro” ser uma construção mental de maneira exótica e modificada pelo olhar ocidental seguindo os valores eurocêntricos.

Sobre esses valores e a visão exótica construída pelo ocidente, Said (2007, p. 53) argumenta que

O meu ponto, entretanto, é enfatizar que o orientalista, tanto quanto qualquer um no Ocidente europeu que tenha pensado ou vivenciado o oriente, executou esse tipo de operação mental. Mas ainda mais importantes são o vocabulário e o imaginário limitados que se impõem como consequência.

Ou seja, não é apenas uma tentativa de compreender o “outro”, mas sim a visão de como esse “outro” é representado a partir de um olhar limitado.

Essa limitação, consequentemente, reforça uma alteridade cultural marcada pelo orientalismo, em que estão contidas um discurso literário, é a modificação do imaginário que essas obras apresentam sobre a simbologia do “outro”, tendo como base uma visão remodelada sobre as camadas sociais a partir de uma visão colonialista onde o uso de estratégias literárias utiliza esse discurso ocidental de forma soberana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura, ao longo dos séculos, tem revelado muito mais do que histórias e personagens. Ela expõe o modo como uma cultura enxerga o mundo e a si mesma.

Como afirma Peruzzo (2011, p. 11), onde “a própria leitura traz diversas possibilidades de interessar-se por novos conhecimentos, que antes, eram desconhecidos ou sem relevância.” Ou seja, a literatura sendo uma leitura rica em conhecimento carrega esses novos conhecimentos e visões sobre o “outro”.

A partir dos resultados obtidos nessa pesquisa, é possível concluir como a literatura inglesa, por meio de *Antônio e Cleópatra*, de Shakespeare e *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, constrói o “outro” a partir do olhar eurocêntrico. Essas obras, mesmo que diferentes, o estrangeiro como personagem é apresentado pela visão do exotismo, da diferença e da hierarquia cultural. Assim, essa perspectiva reflete como as relações de poder influenciam nas características dos contextos históricos em que essas obras foram produzidas.

Em Shakespeare, a figura de Cleópatra é marcada por traço de sensualidade excesso emocional e ambiguidade, reforçando uma visão que associa o oriente à fragilidade e ao desejo. Porém, Roma é associada à racionalidade e ao desejo de domínio sobre o oriente através da personagem Cleópatra. Essa construção faz evidência de como a imaginação europeia projeta estereótipos sobre o “outro”, utilizando como representação a forma de submissão do estrangeiro à sua própria superioridade cultural.

Já em Jhonatan Swift, a sátira funciona como instrumento de crítica a civilização europeia. As sociedades visitadas por Gulliver são construídas como espelhos que representam a hipocrisia da Europa, permitindo ao autor questionar através do humor e absurdo, os valores políticos, morais e sociais ingleses. No entanto, mesmo que ocorra essa crítica, a cultura europeia continua sendo o ponto de referência, demonstrando que a crítica não rompe totalmente a lógica eurocêntrica, mas a revela em sua complexidade e contradição.

Dessa forma, os resultados obtidos e as análises feitas nesse trabalho, confirmaram o objetivo inicial da pesquisa. A construção do “outro” nessas obras não se dá de forma neutra, mas passa por um discurso de poder, dominação e exotização cultural, conforme discutido pelos teóricos como Edward Said e Homi Bhabha. Nesse viés, podemos concluir que tanto *Antônio e Cleópatra* quanto *As Viagens de Gulliver*, demonstraram como a literatura atua como instrumento de produção e reprodução de representações culturais, contribuindo para a consolidação de visões hierarquizadas entre o que significa ser uma sociedade civilizada e uma sociedade barbárie, entre o que é uma periferia e centro, ou quem é o Oriente e Ocidente para o mundo.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Botcharov. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Fundamentos de metodologia científica**. 9 ed. São Paulo: Atlas 2021.

IRIGARAY, L. A questão do outro. **Labrys – Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1-2, p. 1-12.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Nova Edição. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia de Bolso, 2003.

SHAKESPEARE, William. **Antônio e Cleopatra**. Martin Claret: 2007.

SWIFT, Johnathan. **As Viagens de Gulliver**. Editora Principis, 2020.

A MANIPULAÇÃO SOCIAL EM *RICARDO III*, DE WILLIAM SHAKESPEARE E EM *EVELINA*, DE FRANCES BURNEY

Andressa Vitória Rodrigues da Silva (UEMA) ¹

Fernanda Paula da Silva (UEMA) ²

Izabela Carolina Barros Souto (UEMA) ³

RESUMO: O artigo pretende realizar uma análise comparativa e interpretativa entre Ricardo III, de William Shakespeare, e Evelina, de Frances Burney, tendo como ponto central a manipulação social como instrumento de ascensão e sobrevivência em contextos distintos de poder. Ambas as obras, separadas por quase dois séculos, revelam sujeitos que negociam identidades e percepções em sociedades regidas por hierarquias rígidas, ou seja, o mundo político elisabetano e o universo moral do século XVIII. Através dessa percepção, o problema que orienta esta investigação se baseia em como a manipulação social é representada em Ricardo III e Evelina como estratégia de inserção e domínio em contextos de opressão e vigilância social. Para responder a essa indagação, pretende-se analisar as formas de manipulação social como expressão da tensão entre aparência e essência na constituição do sujeito moderno, buscando examinar o uso da performance e da dissimulação nas trajetórias de Ricardo e Evelina, observando seus efeitos sobre a estrutura social e compreender como as práticas de manipulação revelam diferentes modos de poder (político, no caso de Ricardo, e moral, no caso de Evelina). A pesquisa é de caráter qualitativo, com suporte teórico em Erving Goffman, Stephen Greenblatt, Judith Butler, Michel Foucault e Nancy Armstrong. O diálogo entre essas perspectivas permite articular as noções de performance, poder e controle social. Espera-se demonstrar que tanto Shakespeare quanto Burney evidenciam a manipulação como mecanismo de resistência e de ascensão em sociedades de intensa vigilância, revelando o nascimento de um sujeito moderno que se constrói pela aparência e pela adaptação às normas do olhar social.

Palavras-chave: Ricardo III; Shakespeare; Evelina; Frances Burney.

1 INTRODUÇÃO

A literatura consiste em um espaço de representação e análise das dinâmicas sociais, pois possibilita observar como os sujeitos são moldados por

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. E-mail: andressavitoriar032@gmail.com

² Graduanda do curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. E-mail: fernandapauladasilva8@gmail.com

³ Professora orientadora. Professora especialista do departamento de Letras e Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão do campus Santa Inês. E-mail: izabelasouto@gmail.com

normas, valores e relações de poder em diferentes contextos históricos. Nesse sentido, através de seus personagens e enredos, obras de distintos períodos da literatura permitem compreender como as práticas sociais e os comportamentos refletem as estruturas de suas épocas. Assim, obras de literatura inglesa como *Ricardo III*, de William Shakespeare, escrita durante o século XVI, e *Evelina*, de Frances Burney, publicada no século XVIII, apesar de serem separadas por quase dois séculos, ambas se tornam espelhos de diferentes períodos da sociedade inglesa e abordam, em suas narrativas, a manipulação social como um elemento central na trajetória dos protagonistas.

Desse modo, o questionamento que norteia a pesquisa é: como a manipulação social é representada em *Ricardo III* e *Evelina* como estratégia de inserção e domínio em contextos de opressão e vigilância social? Como objetivo geral, buscou-se analisar as formas de manipulação social como expressão da tensão entre aparência e essência na constituição do sujeito moderno. Além disso, os objetivos específicos consistiram em examinar o uso da performance e da dissimulação nas trajetórias de Ricardo e Evelina, observando seus efeitos sobre a estrutura social; compreender como as práticas de manipulação revelam diferentes modos de poder (político, no caso de Ricardo, e moral, no caso de Evelina).

Nessa perspectiva, selecionamos como suporte teórico as contribuições de Goffman (2002), Greenblatt (2004), Butler (2013), Foucault (2013) e Nancy Armstrong (1987), cujas abordagens possibilitaram a análise das relações entre as obras e os principais conceitos abordados ao longo do artigo. Esse estudo justifica-se pela relevância de realizar uma análise comparativa que evidencia temáticas sociais recorrentes e que estão presentes nas obras *Ricardo III* e *Evelina*. Além disso, a pesquisa contribui para a ampliação do acervo de estudos em língua portuguesa na área de literatura inglesa. Desse modo, este artigo está dividido em cinco seções: introdução; referencial teórico, onde apresentam-se os principais teóricos e seus conceitos que norteiam o estudo; a terceira contém a metodologia da pesquisa, ou seja, como ela foi desenvolvida; a quarta apresenta a análise dos resultados comparativos entre as duas obras, *Ricardo III* e *Evelina*, e a quinta refere-se às considerações finais em relação à pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ascensão e declínio de Ricardo III

Lançada durante o século XVI, a peça *Ricardo III*, de William Shakespeare foi inspirada na história do Duque de Gloucester, que se tornou o último rei inglês da dinastia Plantageneta. Segundo Silva (2021) pode-se afirmar que a peça foi escrita sob a influência da Rainha Elizabeth, com o objetivo de servir como propaganda positiva dos Tudors, que buscavam fortalecer a nova dinastia, retratando o rei deposto anteriormente como um tirano.

Desse modo, ao longo da peça, Ricardo é retratado como um homem ambicioso, disposto a fazer as mais diversas vilanias para conseguir se tornar rei. Sua principal justificativa para ser tão cruel é a sua aparência, que o destina, segundo ele, a uma vida de sofrimento. Em seu primeiro monólogo, Ricardo justifica suas ações:

Mas eu, que não fui moldado para jogos nem brincos amorosos, nem feito para cortejar um espelho enamorado. Eu, que rudemente sou marcado, e que não tenho a majestade do amor para me pavonear diante de uma musa furtiva e viciosa, eu, que privado sou da harmoniosa proporção, erro de formação, obra da natureza enganadora, disforme, inacabado, lançado antes de tempo para este mundo que respira, quando muito meio feito e de tal modo imperfeito e tão fora de estação que os cães me ladram quando passo, coxeando, perto deles [...] E assim, já que não posso ser amante que goze estes dias de práticas suaves, estou decidido a ser ruim vilão e odiar os prazeres vazios destes dias (Shakespeare, 2013, p. 6).

Torna-se necessário destacar que a história se desenvolve durante a idade média e durante esse período, qualquer defeito físico, como ter um ombro bem mais alto que o outro ou um braço ressequido, era tido como “indício de deformação moral” (Heliodora, 2014, p. 66). Assim, Ricardo utiliza como justificativa para seus atos a rejeição social que sofre devido à sua deformidade física, mais precisamente a uma deficiência na coluna. Ademais, o seu plano para se tornar rei foi estabelecido desde o primeiro momento da peça, tendo como primeiro passo o assassinato do rei Henrique VI. Após isso, o segundo passo foi a criação de uma profecia que culminou na morte de seu próprio irmão, como pode-se observar em seu monólogo:

Armei conjuras, tramas perigosas, por entre sonhos, acusações e ébrias profecias, para lançar o meu irmão Clarence e o Rei um contra o outro, num ódio mortífero, e se o Rei Eduardo for tão verdadeiro e justo quanto eu sou sutil, falso e traiçoeiro, será Clarence hoje mesmo encarcerado devido a uma profecia que diz será um “gê” o assassino dos herdeiros de Eduardo (Shakespeare, 2013, p. 6).

A profecia criada por Ricardo, e que resultou na prisão e morte de Clarence, era que um indivíduo cujo nome começava com a letra “gê” seria o assassino dos herdeiros do Rei Eduardo IV, o qual acreditou na profecia, e por o nome de batismo

de Clarence ser “George”, ou seja, iniciado com a letra “G”, ele concluiu que Clarence seria o traidor, o que levou à sua prisão na Torre. Mas não foi Eduardo que ordenou a morte de Clarence e sim Ricardo, que pretendia eliminar mais um herdeiro do trono.

Vale destacar que a construção de Ricardo como vilão não se limita aos assassinatos que ele comete durante a peça, mas se manifesta também na forma como ele se comunica com o público, principalmente por meio dos monólogos que expõem seus planos e ironizam os demais personagens. E esse recurso torna o personagem cativante, mesmo que ele seja moralmente condenável. Nesse sentido, Greenblatt (2004) destaca que Shakespeare elabora peças de moralidade, situadas em um paralelo entre a tragédia e a comédia, pois, apesar do final trágico, a comicidade e a ironia presentes ao longo da história contribuem para aproximar o público da peça.

Com a morte de Clarence, o plano de Ricardo avança para a morte do rei Eduardo IV, que também é assassinado. Após seu falecimento, o duque busca eliminar os parentes da Rainha Isabel. Mais precisamente Rivers, Grey e Vaughan, os quais ele considerava inimigos. Ademais, busca também seduzir a Lady Anne sobre o caixão de Henrique VI, convencendo-a de que o assassinato de seu esposo Eduardo foi cometido por amor a ela: “A vossa formosura foi causa de tal efeito, a vossa formosura que me perseguia em sonhos a fim de me dar cargo da morte do mundo inteiro para que pudesse uma hora só viver sobre o vosso suave peito” (Shakespeare, 2013, p.11).

Após conquistá-la e casar-se com ela, Ricardo adquire mais poder político, além de prestígio familiar. Seu próximo passo, então, foi se livrar do Lorde Hastings, o qual foi decapitado por se recusar a apoiar os planos de Ricardo de assassinar os príncipes, filhos de Eduardo IV, que estavam na ordem de sucessão do trono. Todavia, mesmo sem o apoio de Hastings, Ricardo segue com o plano: inicialmente, ele tranca os príncipes em uma torre e logo após ordena o assassinato, pois, como ele fala: “são dois grandes inimigos, do meu repouso adversários e turvadores do meu doce sono” (Shakespeare, 2013, p.62). Para concretizar sua crueldade, Ricardo contrata um assassino de aluguel, que realiza o serviço.

Então, por falta de herdeiros e por se mostrar como um homem confiável diante de todos, Ricardo é coroado. Mas, durante esse período, ele trai até mesmo o seu principal aliado, Buckingham, negando-se a passar para ele as terras que havia prometido: “Não estou hoje em humor de dar” (Shakespeare, 2007, p. 63), diz ele ao

ser cobrado por Buckingham. A partir desse momento, Buckingham se vira contra Ricardo, que ordena sua execução. Em seguida, desejando consolidar o seu reinado, o rei forja a morte de sua esposa Anne e planeja se casar com a própria sobrinha Isabel, filha de Eduardo IV, para aumentar o seu poder político.

O fim de seu plano ambicioso ocorre na Batalha de Bosworth Field. Na véspera desse evento, Ricardo, que “ultrapassou todas as fronteiras que delimitam o caráter e a compaixão e deixou-se levar por um desejo particular de prejudicar qualquer um que cruzasse o seu caminho” (Silva, 2021, p.32), é atormentado pelos fantasmas de todas as suas vítimas, sofrendo assim um colapso mental, pois é tomado por culpa:

Ó covarde consciência, como me atormentas! As luzes ardem azuis, é a meia noite dos mortos. [...] Todos os pecados diferentes, todos cometidos em cada grau, se ajuntam diante o juiz todos bradando: "Culpado, culpado!" Em desespero cairei. Não há criatura que me ame, e se eu morrer, ninguém me lamentará... E porque o fariam, se eu próprio em mim próprio por mim próprio não encontro dó? Cuido que as almas de todos os que assassinei vieram a minha tenda, e cada qual me ameaçou que amanhã a vingança tombaria sobre a cabeça de Ricardo (Shakespeare, 2013, p.83).

Enquanto os fantasmas amaldiçoam Ricardo em seu sonho, eles também aparecem para Richmond, seu rival de batalha, desejando sua vitória. Segundo Heliodora (2018), essa batalha representa o confronto entre o bem e o mal e é parte central da peça, uma vez que foi escrita com o propósito de difamar Ricardo III e enaltecer a nova dinastia, da qual Richmond fazia parte. No final, Ricardo o enfrenta, porém é derrotado e morto. Richmond, então, põe fim ao reinado de Ricardo, iniciando uma nova era na Inglaterra.

2.2 Evelina e a formação feminina no século XVIII: normas sociais, vulnerabilidade e integração social

Publicado em 1778, *Evelina*, de Frances Burney, conta a história de uma jovem inexperiente que foi recém introduzida no cenário social londrino do século XVIII. Através da forma epistolar, Burney relata os desafios, sentimentos e transformações que marcam a trajetória da protagonista, caracterizando a obra como um relato de formação, isto é, um *Bildungsroman* (Ramos, 2022).

Além disso, por meio dessa obra, Burney tece críticas de forma sutil às normas sociais e de gênero que moldavam a vida das mulheres durante o século XVIII. Tais normas estavam baseadas em uma divisão que delimitava quais

comportamentos e práticas eram considerados próprios do universo feminino. Nesse sentido, Armstrong (1987, p. 17, tradução nossa) afirma: “somos ensinados a dividir o mundo político em dois e a separar as práticas que pertencem ao domínio feminino”. E em Evelina, as restrições impostas à protagonista decorrem de um sistema que educa as mulheres para ocupar um espaço no qual suas ações são reguladas e avaliadas de acordo com expectativas específicas de gênero.

A história de Evelina se inicia a partir da permissão concedida pelo seu guardião, Reverendo Villars, para que a jovem vá para Londres, sob a companhia de Mrs. Mirvan. Todavia, para Evelina, essa não se torna apenas uma simples viagem, pois como foi criada de forma protegida em Berry Hill, no interior da Inglaterra, ao visitar Londres, ela se depara com um cenário diferente, isto é, uma sociedade marcada pela violência e pelas normas sociais rígidas, principalmente as voltadas para as mulheres. Em suas cartas, enviadas para Villars durante a viagem, é possível observar o seu medo diante das normas sociais e de comportamento: “Mas, realmente, eu acho que deve haver um livro, das leis e costumes à moda, apresentado a todos os jovens, em sua primeira introdução à companhia pública” (Burney, 2019, p.97). A protagonista percebe, então, que não domina os códigos necessários para se inserir adequadamente nos ciclos sociais que agora frequenta.

E isso evidencia as limitações de sua educação frente às exigências da vida social londrina. Como destaca Falzon (2015, p. 02, tradução nossa) “Em Berry Hill, o guardião de Evelina Anville lhe dá uma educação sólida, embora não sofisticada. A boa criação da menina, no entanto, se mostra uma preparação insuficiente para os desafios que ela terá de enfrentar no mundo”.

Assim, por ser inexperiente e educada num meio protegido, não possui muita noção dos perigos que a sociedade pode apresentar, o que a torna suscetível a desrespeitos, julgamentos e até mesmo a comportamentos predatórios por parte dos homens. Pode-se observar isso na cena em que Evelina é moralmente e fisicamente importunada pelo Sr. Clement:

Ele me puxou em direção a ele enquanto falava. Eu estava terrivelmente apavorada e mal pude dizer: ‘Não, senhor, não — de modo algum: apenas Mrs. Mirvan — penso que ela ficará apreensiva.’ ‘De onde vem este alarme, meu mais querido anjo? O que pode temer? Minha vida está à sua devoção e pode a senhorita, então, duvidar de minha proteção?’ E dizendo isto ele, apaixonadamente, beijou a minha mão. Nunca, em toda a minha vida, me senti tão aterrorizada. Separei-me à força dele, e, colocando minha cabeça para fora da janela, gritei alto para que o homem parasse. Onde então estávamos, não sei; mas não vi um ser humano ou teria pedido por ajuda (Burney, 2019, p. 114).

O fato de Evelina ter aceitado entrar na carruagem com um homem que ela não confiava, expressa bem a sua inexperiência. Além disso, durante toda a obra a protagonista é incomodada frequentemente por galanteios invasivos, o que, além de ser incomodo, poderia prejudicar sua imagem, uma vez que não era bem-visto pela sociedade uma dama que aceitasse cortesias de mais de um parceiro. Como afirma Falzon (2015) o mundo que Evelina encontra em Londres a expõe à vulgaridade dos ignorantes e ao julgamento daqueles que se imaginam respeitáveis. Assim, cada um de seus gestos pode ser interpretado moralmente, e cada erro, pode comprometer sua reputação.

Além de inexperiente, Evelina é afetada pela ausência do reconhecimento paterno. No contexto do século XVIII, o nome do pai era essencial para garantir proteção e status social. Como afirma Isaacson (2012, p. 03, tradução nossa):

Ao longo do romance, Evelina enfrenta dificuldades na sociedade em grande parte devido à falta de um nome legítimo (patriarcal) e, por causa dessa falta de tutor ou homônimo legal, ela deve transitar pelos espaços públicos sem a proteção de um homem.

Assim, por não possuir o sobrenome de seu pai biológico, a jovem circula na sociedade em uma posição vulnerável. Então, para sobreviver a esse ambiente, ela precisa aprender a interpretar e reproduzir as regras sociais que moldam as interações e o comportamento feminino. Segundo Isaacson (2012) à medida que Evelina se adequa às normas sociais e domina os modos adequados de se comunicar, ela passa a ser capaz de manifestar sua inteligência e de se defender quando necessário. Desse modo, a sua aceitação social é consequência da necessidade de se construir uma identidade performativa capaz de protegê-la da vulnerabilidade causada por sua origem e pela sociedade.

No final da obra, Evelina é reconhecida pelo seu pai e se casa com Lord Orville, um homem respeitado e de boa família. Esses acontecimentos, garantem a integração completa de Evelina na sociedade, pois além de receber um nome paterno, também se casa com um homem de prestígio.

Embora esse final possa ser interpretado como uma reafirmação da ordem patriarcal, não exclui o fato de que ela chegou a esse resultado por sua capacidade e esforço para conseguir reproduzir as normas sociais. Nesse sentido, como observa Ramos (2022, p. 91), o romance busca “despertar a consciência [...] para a relativa autonomia que se alcança com a percepção dos limites e das possibilidades que ainda existem dentro desses espaços”. Ou seja, devido às características literárias do

período, não havia como Evelina obter outro final, senão o casamento. Assim, a jovem que antes se sentava “como uma cifra, a quem ninguém pertencia e por quem ninguém era notada” (Burney, 2002, p. 233) passa a ocupar um lugar de respeito dentro da sociedade.

3 METODOLOGIA

O presente artigo consiste em um estudo de natureza básica e de cunho descritivo. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52), a pesquisa descritiva é aquela em que “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles”. Desse modo, esse estudo classifica-se assim, uma vez que ele objetiva descrever e interpretar elementos literários e sociais presentes nas obras analisadas, sem que haja a interferência dos pesquisadores.

Para a concretização da pesquisa, realizou-se um estudo aprofundado de revisão bibliográfica, o qual consiste no levantamento e na análise de material já publicado como livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos (Prodanov; Freitas, 2013). Nessa perspectiva, selecionamos como suporte teórico as contribuições de Goffman (2002), Greenblatt (2004), Butler (2013), Foucault (2013) e Nancy Armstrong (1987), cujas abordagens possibilitaram a análise das relações entre as obras e os principais conceitos abordados ao longo do artigo.

Por fim, a análise dos dados foi conduzida por meio de uma leitura crítica e interpretativa das obras *Evelina* (1778) e *Ricardo III* (1592), em articulação com os referenciais teóricos selecionados.

4 ANÁLISE DE DADOS

A performance, abordada por Goffman (2002), é utilizada como estratégia de ascensão social tanto em *Ricardo III*, de Shakespeare, quanto em *Evelina*, de Frances Burney, pois em ambas as obras, os protagonistas moldam seus comportamentos diante do olhar alheio para alcançar seus respectivos objetivos. Nesse sentido, como afirma Goffman (2002, p. 15):

Quando um indivíduo chega diante de outros suas ações influenciarão a definição da situação que se vai apresentar. Às vezes, agirá de maneira completamente calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter.

Esse conceito aplica-se principalmente ao personagem Ricardo III, pois sua ascensão política dependeu da sua capacidade e controlar a impressão que os outros teriam de sua imagem, de modo que, ao longo da obra, ele não utiliza a força bruta, mas a dissimulação para derrubar seus adversários.

Ao longo da peça, Ricardo apresenta ao público a sua real personalidade, isto é, de um homem cruel, capaz de fazer o necessário para conseguir o que quer.

Todavia, diante de outros personagens, o duque performa uma máscara de homem bom, piedoso e confiável. Como pode-se observar em sua fala: “E assim cubro a minha infâmia manifesta com estranhos farrapos das Sagradas Escrituras, e semelho a um santo, quando faço de diabo o mais que posso.” (Shakespeare, p. 19).

Percebe-se então, como o duque atua perante os outros como um homem bom ao mesmo tempo em que comete os assassinatos. Ademais, Goffman (2002), destaca dois tipos de *performers*: o sincero e o cínico. O sincero acredita nas impressões que cria, enquanto o cínico busca manipular essas impressões. Dessa forma, *Ricardo III* pode ser classificado como cínico, pois, de forma consciente, utiliza a dissimulação para modificar a percepção que seus adversários e aliados tem de si e de sua realidade.

Esse contraste entre as intenções ocultas de Ricardo e a imagem manipulada diante dos outros engloba o que Goffman (2002, p. 12) chama de distinção entre “a expressão que ele transmite e a expressão que emite”. A primeira produz uma impressão controlada, enquanto a segunda diz respeito aos sinais que são emitidos naturalmente e que são reveladores de suas verdadeiras intenções. Em *Ricardo III*, é possível observar ambas as expressões:

Eu faço o mal, e sou o primeiro a queixar-me. Os secretos agravos que amiúde vou tecendo faço que outros tomem deles penoso cargo. Clarence, a quem eu, decerto, lancei na escuridão, eu o lastimo frente a muitos galináceos, nomeadamente Derby, Hastings, Buckingham (Shakespeare, 2013, p. 19).

Nesse monólogo, observa-se a expressão que ele transmite, pois Ricardo tem consciência de sua maldade e sua dissimulação, e o mesmo mal que comete, é o mal que repudia diante dos outros, para que assim possa manter a imagem de bom homem. Todavia, apesar de estar sempre buscando controlar as impressões que

causa, não pode evitar que haja desconfianças acerca de seus comportamentos naturais. Nesse sentido, nem todos os personagens caem em sua manipulação, como pode-se observar na fala da Rainha Margaret, direcionada a Ricardo: “Fuja, demônio! Por demais me lembro eu deles: mataste na Torre meu marido Henrique, e Eduardo, meu filho, em Tewkesbury”. Margaret, que teve seu esposo e filho assassinados por Ricardo, é a única personagem isenta das manipulações do duque, pois conhece bem a sua natureza maléfica e as suas verdadeiras intenções.

A cena mais evidente de sua manipulação é o cortejo a Lady Anne, onde Ricardo a seduz sobre o corpo do Rei Henrique VI. Anne, o amaldiçoa e o chama de “demônio imundo” (Shakespeare, 2007, p. 9). Contudo, Ricardo a manipula virando a culpa da maldade para a beleza dela, usando sua dissimulação para se impor, como um “ousado galanteador em uma falácia contundente” (Silva, 2021, p. 38). Desse modo, através da manipulação e de suas encenações, Ricardo constrói o seu poder enquanto oculta suas intenções violentas.

Em *Evelina*, a performance ocorre de forma diferente, pois enquanto Ricardo buscava poder, Evelina buscava apenas a aceitação social, uma vez que, como jovem de origem indefinida, precisou aprender a construir uma imagem social que lhe permitisse ser aceita e respeitada na sociedade londrina do século XVIII.

E aqui eu concluo minhas cartas de Londres — e sem qualquer arrependimento; posto que sou demasiada inexperiente e ignorante para conduzir a mim mesma com propriedade nesta cidade, onde tudo é novo para mim, e muitas coisas são incompreensíveis e confusas (Burney, 2024, p. 59).

A partir dessa fala de Evelina, é possível observar o seu senso de inferioridade e a sua estranheza diante das novidades que estava vivendo e das normas sociais que lhe eram desconhecidas. Nesse sentido, Butler (2003) destaca que a ação do gênero pressupõe uma performance repetida, caracterizada por ser uma reiteração e pela aparência de substância. Nessa lógica, gestos corporais, falas e práticas sociais de mulheres e homens “constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero” (*Ibid*, p. 200). Nesse sentido, Evelina, que é caracterizada por possuir comportamentos grosseiros para uma mulher, e que foi recém introduzida em espaços sociais sofisticados, precisa aprender e repetir esses gestos para ser aceita como uma dama. O que, segundo a protagonista, é um processo difícil, uma vez que sente a necessidade de possuir um manual de boas maneiras (Burney, 2013, p. 97).

Assim, ela precisa policiar seu comportamento e controlar suas palavras, gestos e até mesmo a própria identidade familiar, pois seu sobrenome “Anville” foi

criado com o objetivo de encobrir a sua origem ilegítima e de lhe conferir respeito em meio à sociedade. Nesse processo, Evelina pode ser entendida como o que Goffman (2002) chama de atriz sincera, isto é, a performer que acredita nas próprias impressões. Isso acontece porque Evelina não está conscientemente criando uma personalidade, mas sim tentando moldar a sua para se adequar às normas estabelecidas.

O trecho que narra sua primeira dança em sociedade evidencia sua tentativa e dificuldade de se encaixar nesses padrões sociais. Nessa cena, Evelina, por não conhecer todas as regras, recusa o pedido de Mr. Lovel, mas logo em seguida aceita o convite de Lord Orville, o que causa uma impressão negativa nos outros convidados, pois as regras de etiqueta daquele período proibiam aceitar um segundo parceiro depois de se recusar o primeiro. Todavia, por não saber disso, Evelina sente-se constrangida:

Uma confusa ideia, agora pela primeira vez, adentrou minha cabeça de algo que eu ouvira sobre as regras de uma reunião; mas eu nunca estivera em uma antes — dançara apenas na escola — e tão frívola e imprudente eu era, que eu sequer havia considerado a inconveniência de recusar um parceiro e depois aceitar outro (Burney, 2013, p. 41).

Nesse momento, manifesta-se, assim como em *Ricardo III*, a distinção de Goffman (2002, p. 12) entre a expressão que o indivíduo transmite e a expressão que emite. A expressão que Evelina queria transmitir era a de parecer elegante; porém, ao aceitar outro parceiro imediatamente, ela emitiu sinais que os outros convidados interpretaram como falta de etiqueta, o que a colocou numa posição constrangedora. Ademais, Evelina também utiliza a dissimulação quando tenta preservar sua imagem, se distanciando de seus parentes maternos que julga serem grosseiros:

Durante a última dança eu percebi que Sir Clement Willoughby estava próximo à porta da galeria. Eu estava extremamente vexada e teria dado o mundo para ter evitado ser vista por ele: minha maior objeção era da apreensão de que ele ouviria Miss Branghton me chamar de prima. — Temo que o senhor pense que esta jornada a Londres tenha me tornado muito orgulhosa; mas, de fato, esta família é tão grosseira e vulgar que eu deveria estar igualmente envergonhada de tal conexão no país ou em qualquer lugar (Burney, 2013, p. 109).

Nesse momento, ela busca se distanciar de sua família materna, porque além da vergonha que sente deles, fica com receio de que outros descubram detalhes sobre a sua origem familiar incerta, o que pode comprometer sua reputação. Todavia, mesmo buscando ocultar sua origem familiar, Evelina continua sendo classificada como a atriz sincera abordada por Goffman (2002), pois acredita que essas escolhas são necessárias para proteger sua reputação e sua moral.

Por fim, a carta de Villars, que seu pai de criação escreve sobre o ideal moral que se espera que Evelina performe ao longo de sua ascensão social:

Possas tu, ó criança de meu seio! Possas tu, nesta mudança de situação, experimentar nenhuma mudança de disposição! [...] Possam tuas maneiras, linguagem e conduta, todas evidenciar aquela modesta equanimidade e alegre gratidão, que não meramente merece, mas dignifica prosperidade! (Burney, 2024, p. 229).

Nesse sentido, através das palavras de Mrs. Villars, é possível observar os princípios que a sociedade espera que a protagonista detenha: modéstia, humildade e a equanimidade. Assim a sociedade exige que, mesmo depois de casada, Evelina continue reproduzindo a sua performance de mulher modesta, para conseguir se manter dentro do ideal feminino esperado.

Ademais, tendo como aporte teórico os pressupostos de Foucault (2013), é possível observar diferentes formas de poder e dominação que atravessam a narrativa de *Ricardo III* e de *Evelina*. Conforme afirma Foucault (2013, p. 102), “Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade.” Nesse sentido, há diferentes formas de dominação dentro da sociedade, que se manifestam através de poderes distintos.

No caso de *Ricardo III*, o poder é político e soberano. isto é, uma forma de dominação que se exerce sobre territórios, bens e leis (Foucault, 2013). Ricardo articula sua ascensão por meio da manipulação para conseguir alcançar a posição mais alta desse poder e assim conseguir controlar o reino. Em *Evelina*, por outro lado, o poder manifesta-se de forma disciplinar. Como afirma Foucault (2013, p. 62),

A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. E o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder.

Desse modo, Evelina tornou-se alvo de um poder que não se impôs pela força direta, mas pela vigilância constante, pela normalização dos comportamentos e pela interiorização das normas sociais. Nesse sentido, os gestos, a linguagem, a moral e a identidade social da protagonista são constantemente avaliadas e corrigidas. Portanto, a dissimulação de Evelina não visa à dominação dos outros, mas funciona como uma estratégia de inserção e sobrevivência social em um regime de vigilância moral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as formas de manipulação social como expressão da tensão entre aparência e essência na constituição do sujeito moderno, a partir de uma análise comparativa das obras *Ricardo III*, de William Shakespeare, e *Evelina*, de Frances Burney.

A comparação entre as obras evidenciou que embora *Ricardo III* e *Evelina* estejam inseridos em estruturas sociais diferentes, ambos utilizam a manipulação como resposta adaptativa às estruturas de controle, de modo que Ricardo transformou a dissimulação em arma política contra a opressão soberana, enquanto Evelina buscou se adequar à legitimação moral e social.

Conclui-se, assim, que a manipulação não se apresenta apenas como um recurso negativo, mas como uma estratégia social que possibilita aos sujeitos negociar espaços e identidades dentro de sistemas marcados pela opressão e normatização rígida de corpos e comportamentos. Além disso, por evidenciar a função da aparência, da performance e da dissimulação na construção dos personagens, esse estudo contribui para reflexões acerca dos processos sociais de formação do sujeito moderno.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Nancy. **Desire and domestic fiction: a political history of the novel**. New York; Oxford: Oxford University Press, 1987.

BURNEY, Frances. **Evelina**. Tradução de Gabriela Alcoforado. Vitória, ES: Pedra Azul Editora, 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminista e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FALZON, Charmaine. Freedom and Captivity in Frances Burney's *Evelina*. **Symposia Melitensia**, Malta, n. 10, p. 91–102, 2015.

ISAACSON, Kja. Polite Language and Female Social Agency in Frances Burney's *Evelina*. **Lumen**, p. 73-89, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GREENBLATT, Stephen. **Will in the world: how Shakespeare became Shakespeare**. London: Random House, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Emani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Beatriz Rodrigues. **Evelina, de Frances Burney: romance de educação**, 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Jonildo Gomes da. **Releitura Histórica de Ricardo III. Shakespeare e a Psicologia do Vilão**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em LetrasInglês) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SHAKESPEARE, William. **Ricardo III**. Tradução de Bárbara Heliodora e Ana Amélia de Queiroz C. de Mendonça. Edição especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

MANSFIELD PARK E O REFLEXO DAS TENSÕES COLONIAIS NA OBRA DE JANE AUSTEN

Janiele da Silva Oliveira (UEMA) ¹

Jhobert Sousa Cunha (UEMA) ²

Izabela Carolina Barros Souto (UEMA) ³

RESUMO: Esta pesquisa analisa *Mansfield Park* (1814), de Jane Austen, sob a perspectiva das relações entre domesticidade inglesa e o projeto imperial britânico em expansão no século XIX. O romance, frequentemente lido como um estudo de moralidade e hierarquia social, contém uma dimensão histórica e política que ganha relevo quando se observa a ligação da família Bertram com as plantações em Antígua, fonte de sua riqueza e manutenção do estilo de vida em *Mansfield Park*. Essa conexão liga o texto no contexto mais amplo do colonialismo britânico, ainda que Austen o mencione apenas de modo alusivo e quase silencioso. A pesquisa começa da relação com a crítica literária e os estudos pós-coloniais. Edward Said, em *Cultura e Imperialismo* (1993), aponta *Mansfield Park* como um exemplo paradigmático de como o romance inglês constrói representações do império ao mesmo tempo em que as oculta. Já Gayatri Spivak contribui para a discussão sobre a ausência de vozes colonizadas no romance, enquanto críticos como Claudia Johnson em *Jane Austen: Women, Politics and the novel* (1988) ajuda a situar a obra no debate político e ideológico de sua época. Dessa forma, pretende-se demonstrar que *Mansfield Park* não deve ser lido apenas como um romance de costumes, mas como texto que evidencia a interdependência entre a ordem doméstica inglesa e os mecanismos coloniais de exploração. A pesquisa busca evidenciar, ainda, como o silêncio narrativo sobre a escravidão e o trabalho colonial constitui, paradoxalmente, um testemunho eloquente do papel do império na formação da identidade cultural britânica.

Palavras-chaves: Colonialismo britânico; Domesticidade inglesa; Jane Austen; Estudos pós-coloniais.

1 INTRODUÇÃO

O romance *Mansfield Park* (1814), de Jane Austen, ganha novas interpretações quando analisado à luz das relações coloniais e econômicas que sustentam a sociedade inglesa do século XIX. Longe de ser apenas uma

¹ Graduanda da Universidade Estadual do Maranhão do curso de Letras Português, Inglês e suas Literaturas. E-mail: janieleoliveira000@gmail.com

² Graduando da Universidade Estadual do Maranhão do curso de Letras Português, Inglês e suas Literaturas. E-mail: jhobertcunha@gmail.com

³ Professora orientadora. Professora Especialista do departamento de Letras e Pedagogia da UEMA campus Santa Inês. E-mail: izabelasouto@gmail.com

representação da vida aristocrática e dos valores morais da época, a obra revela, de forma sutil e indireta, a interdependência entre o lar britânico e o império colonial, especialmente nas referências à propriedade de Sir Thomas Bertram nas Índias Ocidentais. Essa relação, embora mencionada de modo discreto, expõe as contradições entre a virtude doméstica e os mecanismos de exploração que garantiam o conforto da elite inglesa.

Esta pesquisa parte da seguinte problemática: como *Mansfield Park*, tradicionalmente lido como romance de costumes, articula e ao mesmo tempo silencia as questões coloniais, revelando a interdependência entre o espaço doméstico inglês e o império? A partir dessa questão, o estudo tem como objetivo geral demonstrar que o romance não deve ser compreendido apenas como uma obra moral e familiar, mas como um texto que evidencia o papel do império na formação da identidade cultural britânica. Como objetivos específicos, este estudo busca analisar como o romance incorpora e oculta o império em sua narrativa e situar a obra no contexto político e ideológico de sua época.

O referencial teórico mobilizado neste artigo para atender a esses objetivos apoia-se em diferentes autores que abordam o tema sob perspectivas complementares. Vladimir Nabokov (1973) observa que, mesmo ambientado em um período de intensas transformações políticas e econômicas, *Mansfield Park* se mantém voltado à ordem doméstica e moral, enquanto apenas “fracas lufadas de brisa comercial” revelam a presença do império. Spivak (1942) descreve que não se trata de mostrar “como as coisas realmente eram”, mas de revelar como explicações da realidade se consolidam como padrão. Homi K. Bhabha (1998) amplia essa discussão ao explicar que o discurso colonial constrói o “outro” como sujeito subalterno, naturalizando o domínio e justificando a exploração.

Nesse contexto, as teorias pós-coloniais ajudam a entender como o poder colonial aparece de modo discreto na literatura. Ballestrin (2013) destaca que o pós-colonialismo analisa as marcas do império que continuam nos discursos culturais. McLeod (2010) mostra que essa dominação também ocorre por meio de representações que moldam a imagem do “outro”. Já Césaire (2006) lembra que a colonização não foi benfeitoria, mas exploração e pilhagem. Juntos, esses autores permitem ler *Mansfield Park* percebendo o império não só no que é dito, mas principalmente no que permanece silenciado.

Deidre Le Faye (2002) reforça esse ponto ao mostrar que a riqueza da família Bertram depende diretamente da produção colonial em Antígua, onde o uso da mão de obra escravizada era essencial para manter o luxo da vida inglesa. De modo semelhante, Edward Said (1993), em *Cultura e Imperialismo*, afirma que os Bertram não existiriam sem o tráfico de escravizados e sem o poder econômico dos proprietários coloniais, tornando visível o vínculo entre moralidade inglesa e economia imperial.

Autores como Devoney Looser (2021) e Galeno (2023) destacam ainda o silêncio narrativo de Austen diante da escravidão como uma possível forma de crítica indireta à hipocrisia da elite britânica, enquanto Claudia L. Johnson (1988) ressalta que, embora Austen não aborde abertamente o tema, insere em *Mansfield Park* sinais de inquietação moral diante da escravidão e da dependência colonial.

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e bibliográfico, sendo fundamentada na leitura crítica e interpretativa do romance *Mansfield Park* (1814), de Jane Austen. O estudo busca compreender como a narrativa literária expressa, de forma implícita, as relações entre a vida doméstica inglesa e o contexto imperial do século XIX, observando as marcas do colonialismo presentes no texto. Desse modo, busca-se evidenciar que *Mansfield Park* ultrapassa o caráter de um simples romance de costumes, revelando, por meio de seus silêncios e sutilezas narrativas, a complexa relação entre domesticidade, poder e colonialismo no imaginário britânico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ordem doméstica e o contexto histórico de *Mansfield Park*

Em seu livro *Lições de Literatura*, Vladimir Nabokov (1973) analisa o cenário histórico em que se desenvolve *Mansfield Park*, de Jane Austen, evidenciando as tensões políticas e sociais do início do século XIX. Enquanto Fanny Price vive em um ambiente calmo e restrito à vida doméstica da aristocracia rural, o mundo fora de *Mansfield Park* enfrenta profundas transformações. O rei Jorge III, já mentalmente debilitado, era substituído nas funções de governo por seu filho, o príncipe regente. Ao mesmo tempo, Napoleão Bonaparte expandia seu poder na Europa, e os Estados Unidos, liderados por Thomas Jefferson, sofriam os efeitos de um embargo comercial decorrente dos conflitos entre França e Inglaterra:

Fanny Price, a jovem heroína do romance, tem dezoito anos à época. Chegou a Mansfield Park em 1800, aos dez anos. Estava então no trono o rei Jorge III, figura bem estranha que reinou de 1760 a 1820, um período bastante longo ao fim do qual o bom homem passava a maior parte do tempo imerso na insanidade, tendo o regente, outro Jorge, assumido o poder. Em 1808, Napoleão estava no auge do poder na França, enquanto Jefferson, nos Estados Unidos, acabara de conseguir que o Congresso passasse a Lei de Embargo, proibindo os navios norte-americanos de zarpar para portos sujeitos ao bloqueio britânico e francês (Nabokov, 1973, p.46).

A citação de Nabokov lembra que Mansfield Park acontece num momento em que o mundo estava virado de cabeça para baixo, com guerras, disputas políticas e o império britânico crescendo cada vez mais. Mesmo que o romance pareça só falar da vida tranquila dos Bertram, essa calma depende justamente dessa expansão imperial que sustentava a economia inglesa. Assim, quando Fanny chega a Mansfield Park em 1800, ela já entra num ambiente moldado por essa lógica do império. Nabokov mostra, portanto, que a história dela não está isolada do contexto global da época.

Mesmo diante desse contexto conturbado, Austen (2021) mantém o foco narrativo na rotina e nos valores morais da sociedade inglesa, quase alheia às grandes mudanças globais. Nabokov (1973) observa que apenas leves indícios do comércio e da economia colonial atravessam a história, como nas menções aos negócios de Sir Thomas nas Antilhas. “E, como a própria situação de Sir Thomas tornou-se menos favorável do que antes, por algumas perdas recentes em sua propriedade nas Índias Ocidentais [...]” (Austen, 2021, p. 27).

Essa sutileza revela a distância entre a vida ordenada da elite britânica e os sistemas de exploração que sustentavam sua estabilidade, mostrando como a paz aparente de Mansfield Park dependia, de forma silenciosa, das estruturas coloniais do império inglês. “Mas os ventos da História mal são sentidos no isolamento de Mansfield Park, embora algumas fracas lufadas de brisa comercial soprem quando sir Thomas faz negócios nas Antilhas Menores” (Nabokov, 1973, p. 46).

Ou seja, enquanto o lar aparece como um espaço de ordem e moralidade, ele é mantido pelo lucro gerado em regiões marcadas pela exploração e pela escravidão. No romance *Mansfield Park* (2021), essa ideia pode ser percebida na própria descrição da residência da família Bertram, cuja grandiosidade evidencia a posição social e econômica da família “A grandeza da casa a impressionava, mas não o suficiente para consolá-la. Os cômodos eram amplos demais para ela locomover-se com facilidade. Temia estragar tudo o que tocava e se arrastava pelos cantos com

terror constante de uma coisa ou de outra.” (Austen, 2021, p.19). Assim, o que parece ser um ambiente moralmente puro está profundamente ligado ao sistema colonial britânico, ainda que de forma indireta.

Segundo Homi K. Bhabha (1998), o discurso colonial constrói o colonizado como “outro” inferior, legitimando o domínio e sustentando relações de poder que organizam a vida social. No romance, o silêncio de Sir Thomas e a distância física de Antígua funcionam como uma forma de representar indiretamente o controle imperial, tornando visível, ainda que de maneira discreta, o papel do império na vida cotidiana da elite inglesa. Nessa lógica, como observa Césaire (2006), a colonização não se sustentava por ideais humanitários, mas por práticas de exploração e pilhagem, o que reforça que esse mesmo sistema econômico e simbólico opera silenciosamente em *Mansfield Park*. A ausência de personagens colonizados, por exemplo, não apaga o império da narrativa, mas o torna onipresente e invisível, servindo como pano de fundo que garante o conforto e a autoridade da família Bertram.

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração intrusão. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formas sociais diferentes, sistemas diversos de colonização, e assim por diante), estou me referindo a uma forma de governamentalidade que, ao delimitar uma “nação sujeita”, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade (Bhabha, 1998, p.111).

Dessa forma, nota-se que a presença do império vai além das menções explícitas a territórios ou negócios. A lógica colonial permeia silenciosamente as relações de autoridade e a manutenção do *status* da família Bertram, influenciando decisões, comportamentos e estruturas sociais sem precisar se manifestar diretamente. Isso evidencia como Austen (2021), ainda que focada no cotidiano doméstico, insere seu romance em um contexto global de poder e dominação, no qual o conforto e a ordem da elite inglesa estão profundamente ligados a sistemas de exploração externos.

2.2 O império e a formação da identidade cultural britânica

Em *Jane Austen: The World of Her Novels* (2003), Dreidre LeFaye nos apresenta o contexto histórico e social que inspirou *Mansfield Park*, relacionando a história criada por Austen com a realidade da Inglaterra no começo do século XIX. A

autora explica como a cidade e os costumes retratados refletem o modo de vida da elite inglesa, sustentada por uma economia baseada na exploração colonial.

Um dos personagens centrais, Sir Thomas Bertram, tem sua fortuna vinda não só das terras agrícolas de Mansfield, mas também das plantações em Antígua, no Caribe. Essa ligação entre a riqueza da família e o uso de mão de obra escravizada nas colônias traz à tona uma crítica sutil, mostrando que por trás da tranquilidade do ambiente doméstico existia um sistema injusto e desigual.

Nunca nos é revelado exatamente qual é a renda anual de Sir Thomas Bertram, mas para sustentar esse estilo de vida, provavelmente seriam necessárias cerca de 10.000 libras por ano. Parte dessa renda provém da agricultura da propriedade de Mansfield, mas o restante vem das plantações em Antígua, onde a produção lucrativa dependia do uso de mão de obra escrava (Deidre Le Faye, 2002, p.234).

Ou seja, a vida confortável em Mansfield Park dependia diretamente de um sistema de exploração que garantia os lucros da nobreza inglesa. A renda de Sir Thomas, que devia girar em torno de 10 mil libras por ano, era parcialmente sustentada pelo trabalho escravo nas plantações das Antilhas. Nesse período, o movimento abolicionista liderado por William Wilberforce já lutava pelo fim do tráfico de escravos, o que resultou na lei de 1807, proibindo essa prática nas colônias britânicas. Essas mudanças ameaçavam o modo de vida das famílias ricas, e Austen, mesmo sem abordar isso de forma direta, deixa transparecer essas tensões através de pequenas referências e preocupações dos personagens.

Na vida real, o Comitê Antiescravista, liderado por William Wilberforce e outros cristãos evangélicos, vinha fazendo campanha desde 1787 pelo fim do tráfico de escravos nas possessões britânicas, e o Parlamento aprovou um projeto de lei abolindo o tráfico de escravos em março de 1807, que entraria em vigor em maio de 1808. O corte do fornecimento constante de mão de obra não remunerada de novos escravos teria sérias repercussões para os proprietários de plantações em poucos anos. A Sra. Norris percebe rapidamente: "Os recursos de Sir Thomas ficarão bastante limitados se a propriedade em Antígua tiver um rendimento tão baixo". Portanto, não é surpreendente que, em setembro de 1807, "Sir Thomas tenha considerado conveniente ir ele mesmo a Antígua, para melhor organizar seus negócios"; ele leva seu filho mais velho, Tom, com ele, "na esperança de afastá-lo de algumas más companhias em casa" (Deidre Le Faye, 2002, p. 234).

Quando Sir Thomas decide viajar para Antígua para cuidar de seus negócios, isso representa muito mais do que uma simples viagem, simboliza a conexão entre o conforto da Inglaterra e o sofrimento nas colônias. A fala da Sra. Norris. " - Pois, veja, os recursos de Sir Thomas ficarão bem restritos se a propriedade de Antígua continuar a render tão pouco" (Austen, 2021, p.32). Ela comenta sobre a possível queda na renda da família, revela o medo da elite em perder seus privilégios

com o fim do tráfico de escravos. Assim, *Mansfield Park* vai além de um romance sobre costumes e moralidade, ele mostra, de forma discreta, as contradições de uma sociedade que se dizia virtuosa, mas que dependia da exploração para manter seu estilo de vida.

Deidre Le Faye (2002) também mostra que a riqueza de muitas famílias inglesas no século XIX vinha dos lucros obtidos nas colônias, principalmente nas Índias Ocidentais. Desde o século XVII, era comum que os filhos mais novos da nobreza fossem para essas regiões tentar enriquecer com plantações e exportações de produtos agrícolas para a Inglaterra. Essa prática cresceu ainda mais depois da Guerra Civil Inglesa, quando muitos monarquistas derrotados fugiram para as colônias para escapar do governo puritano de Cromwell. Com o tempo, esse tipo de investimento se tornou uma importante fonte de renda para a elite inglesa, sustentando o conforto e o estilo de vida retratados nos romances de Jane Austen.

Na época em que Jane Austen escrevia, muitas famílias inglesas tinham investimentos semelhantes nas Índias Ocidentais, porque desde o início do século XVII os filhos mais novos tinham ido para lá tentar fazer fortuna desenvolvendo plantações e exportando as colheitas resultantes de volta para o Reino Unido; a Guerra Civil, em meados do século, aumentou o número, quando os monarquistas derrotados fugiram para as Índias Ocidentais para escapar da nova república puritana de Cromwell em casa (Le Faye, 2002, p. 235).

A observação de Deidre Le Faye mostra que a ligação entre a elite inglesa e as colônias não era exceção, mas uma prática comum e estrutural da época, ao lembrar que muitos jovens buscavam fortuna nas Índias Ocidentais desde o século XVII. Esse movimento se intensificou após a Guerra Civil, quando até questões políticas internas empurraram ingleses para investir nas colônias. Com isso, fica claro que o império era tanto um projeto econômico quanto social, moldando o estilo de vida das famílias retratadas por Austen.

LeFaye também ressalta sobre a escolha de Jane Austen em mandar o personagem Sir Thomas Bertram para as Índias Ocidentais. Austen (2021) poderia ter dado a ele propriedades dentro da própria Inglaterra, por exemplo, enviá-lo para um lugar distante criava mistério e tornava seu retorno a *Mansfield Park* mais surpreendente.

Jane poderia ter dotado Sir Thomas Bertram com outras propriedades em outras partes do Reino Unido, mas isso teria sido insatisfatório em termos de enredo, pois ele poderia então ter escrito com antecedência para anunciar seu retorno em um determinado dia. Ela precisava enviá-lo para longe de *Mansfield Park*, a fim de tornar seu retorno um evento imprevisível. As Índias Ocidentais eram obviamente a resposta lógica para seu propósito e um

destino que seria aceito como razoável por seus leitores contemporâneos (Le Faye, 2002, p. 235).

Visto por esse ângulo, *Mansfield Park* aparece como um romance que conversa diretamente com a realidade econômica e social mostrada por Deidre Le Faye. As escolhas de Austen como atrelar a riqueza dos Bertram às plantações nas Índias Ocidentais não servem só para criar tensão narrativa, mas para expor a dependência da elite inglesa do sistema colonial. A viagem de Sir Thomas reforça essa conexão, mostrando que o conforto em Mansfield tem raízes em relações de exploração distantes. Mesmo sem abordar tudo de forma explícita, Austen deixa pistas que revelam essas contradições. No fim das contas, o romance expõe o quanto a exploração que mantinha essas propriedades era velada pela moralidade da época.

2.3 O silêncio como estratégia narrativa e crítica social

Maria do Carmo Galeno (2023, p. 35-36) discorre sobre o silêncio de personagens ricos e ligados à escravidão, como na conversa entre Fanny e Edmund em *Mansfield Park*. Em determinado momento, Edmund comenta: “Seu tio está disposto a se sentir satisfeito a seu respeito em todos os aspectos, e eu só gostaria que você conversasse mais com ele. Você é uma das pessoas que menos falam nas conversas noturnas do nosso grupo.” Fanny responde que tenta conversar mais, citando inclusive sua pergunta sobre o tráfico de escravos, mas Edmund observa que ainda esperava que ela tivesse feito mais questionamentos. Fanny conclui, refletindo sobre a situação: “E eu ansiava por fazê-lo, mas estava um silêncio tão mortal!” (Austen, 2021, p.201). Esse silêncio, que à primeira vista parece apenas um traço de comportamento, pode ser entendido como uma crítica ao jeito como as pessoas privilegiadas da época ignoravam a injustiça e o racismo.

Devoney Looser (2021) comenta que esse silêncio pode ser visto como uma denúncia, e não como uma defesa dos brancos que escolhiam se calar diante das desigualdades. Assim, o que parece apenas uma escolha narrativa de Austen pode esconder uma mensagem mais profunda sobre o incômodo e a hipocrisia da sociedade de seu tempo. “Essa linha sobre o silêncio deles pode ser uma denúncia e não uma defesa aos brancos privilegiados que permanecem indiferentes ao racismo e à injustiça” (Looser, 2021, p. 3-4).

Nessa perspectiva, Galeno (2023) estabelece um diálogo entre Looser e Edward Said, mostrando como cada um vê de forma diferente a postura de Jane Austen em relação à escravidão. Para Said (2011), Austen não critica diretamente o império ou a escravidão porque vivia em uma sociedade que aceitava esse sistema, mesmo que ela pessoalmente não o apoiasse. Já Looser (2021) diz que não dá para afirmar com certeza se a família de Austen era contra ou a favor da escravidão, mas que, ao longo do tempo, suas opiniões provavelmente mudaram junto com as transformações da sociedade inglesa. Essa troca de pontos de vista ajuda a entender que, mesmo sem tratar do tema de forma aberta, Austen pode ter deixado pistas sutis de reflexão e desconforto em suas obras.

Said afirma que a escritora falha alguns aspectos das colônias britânicas porque ela também: "pertencia a uma sociedade que tinham escravos" (Said, 2011, p. 126). Para Looser, não se pode dizer que a família Austen era escravocrata assim como também não se pode afirmar que era abolicionista; o que se nota conforme os registros, é que a família foi mudando junto com a história (Galeno, 2023 p.37).

Edward Said (2011) reforça essa ideia ao dizer que a família Bertram, de *Mansfield Park*, só podia manter seu padrão de vida por causa do tráfico de pessoas escravizadas, da produção de açúcar e do poder dos proprietários de colônias. Embora Antígua apareça pouco na história, Said mostra que essas menções têm muito peso simbólico pois representam a base econômica e moral que sustentava o conforto e o *status* social dos personagens.

Os Bertram não teriam existido sem o tráfico de escravizados, o açúcar e a classe dos proprietários coloniais [...] além disso, aponta as aparições de Antígua "Antígua de Sir Thomas prontamente adquire uma densidade um pouco maior do que as discretas e reticentes aparições que faz nas páginas de *Mansfield Park*" (Said, 2011, p.118).

Assim, mesmo sem falar abertamente sobre a escravidão, Austen deixa que o tema apareça de forma indireta, como um eco do mundo real, revelando as contradições e os silêncios de uma sociedade construída sobre a exploração. O realismo literário de Austen, por sua vez, permite essa sutileza crítica.

2.4 A crítica pós-colonial e o realismo em Austen

Em seu livro *O demônio da teoria: literatura e senso comum* (1999), Antoine Compagno lembra que tratar a literatura apenas como reflexo do real é uma ilusão, pois as palavras e convenções textuais não reproduzem a realidade diretamente.

O realismo foi considerado, conseqüentemente, como um conjunto de convenções textuais, quase da mesma natureza que as regras da tragédia clássica ou do soneto. Essa exclusão da realidade é declaradamente excessiva: as palavras e as frases não podem ser assimiladas a cores e formas elementares. Em pintura, as convenções da representação são diversas, mas a perspectiva geométrica é mais realista que outras convenções. Não se trata, pois, nem de aprovar nem de refutar essa rejeição da referência, mas de compreender porque e como ela se expandiu com tanto sucesso, e porque o dialogismo de Mikhail Bakhtine não foi suficiente para reintroduzir uma dose de realidade social e humana. O realismo foi considerado, conseqüentemente, como um conjunto de convenções textuais, quase da mesma natureza que as regras da tragédia clássica ou do soneto” (Compagnon, 1999, p.108).

Ao apresentar *Mansfield Park* como um romance de costumes, Austen mantém a aparência de normalidade doméstica, enquanto insinua o comércio colonial, as viagens a Antígua e as tensões do tráfico de escravizados. Essa parcialidade do realismo faz com que a obra revele de forma indireta as contradições da sociedade inglesa, mostrando que o conforto e o *status* da elite dependem da exploração colonial, sem precisar explicitar ou dramatizar a escravidão no romance.

Nesse sentido, compreender essas tensões exige recorrer às discussões pós-coloniais que ajudam a iluminar como essas estruturas se mantêm nos discursos literários. De acordo com Ballestrin (2013), o termo “pós-colonialismo” pode ser entendido de duas formas: uma relacionada ao período histórico que se inicia após a descolonização dos países do chamado terceiro mundo, especialmente na África e na Ásia, marcado por movimentos de independência e emancipação frente ao imperialismo; e outra vinculada a um conjunto de abordagens teóricas, sobretudo dos campos literário e cultural, que ganharam destaque em universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra a partir da década de 1980.

Nessa mesma linha, McLeod (2010) destaca que entender o discurso colonial é essencial para pensar o pós-colonialismo, porque mostra como a dominação não acontece só pela força, mas também pelas formas de representar e perceber o outro. Para o autor, essas representações ajudam a manter a superioridade do colonizador como algo natural, fazendo com que os povos colonizados acabem seguindo as regras impostas pelo poder colonial. Essa perspectiva mostra por que a literatura é tão importante nesse debate, ela também participa da construção e da crítica dessas formas de controle.

A partir dessa ideia de que a representação também é uma forma de poder, Spivak (1942) descreve que, não se trata de mostrar “como as coisas realmente eram”, mas de revelar como explicações da realidade se consolidam como padrão.

Nesse sentido, o silêncio de personagens privilegiados frente à escravidão destacado por Devoney Looser (2021) funciona como uma denúncia velada da hipocrisia da elite. Austen não aborda explicitamente a escravidão, mas cria condições para que o leitor perceba a interdependência entre a ordem doméstica inglesa e o império.

Não se trata de uma descrição de "como as coisas realmente eram" ou de privilegiar a narrativa da história como imperialismo como a melhor versão da história. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas (Spivak. 1942. p. 48).

Diante disso, dá para perceber que *Mansfield Park* (2021) funciona como um ponto de encontro entre o realismo discutido por Compagnon e as tensões coloniais destacadas pelos estudos pós-coloniais. Austen foca na vida doméstica, mas deixa escapar sinais das estruturas imperiais que sustentam esse cotidiano. Isso reforça a ideia de Spivak de que a literatura não mostra "como as coisas eram", e sim como certas explicações viram padrão. O silêncio sobre a escravidão, como observa Looser, revela a hipocrisia de uma elite dependente do império. Assim, o romance evidencia que o realismo também participa dessas disputas simbólicas. E é nessa sutileza que Austen expõe a ligação entre o lar inglês e o projeto colonial.

2.5 A crítica de Claudia Johnson: entre o doméstico e o colonial

Segundo Claudia L. Johnson (1988), *Mansfield Park*, de Jane Austen, mostra que as questões coloniais presentes no romance foram, por muito tempo, deixadas de lado pelos estudiosos da autora. De acordo com Johnson, essa falta de atenção tem relação com a ideia, bastante difundida, de que Austen não se interessava por temas públicos ou políticos, preferindo tratar apenas da vida privada e doméstica. No entanto, a pesquisadora aponta que o livro traz sinais claros de uma preocupação com o tema da escravidão, especialmente através da personagem Fanny Price, que em certo momento demonstra curiosidade e chega a perguntar a Sir Thomas sobre o tráfico de escravizados.

Surpreendentemente, até muito recentemente, o assunto da escravidão nos romances de Austen recebeu pouca atenção da crítica, uma omissão que deve derivar, pelo menos em parte, da premissa consagrada pelo tempo da indiferença de Austen a questões de interesse "público". A própria Fanny tem curiosidade sobre a escravidão. Mas, embora ela pareça favorecer escritores famosos por simpatias abolicionistas, como Johnson e Cowper, não há razão para supor que, quando ela pergunta a Sir Thomas "sobre o tráfico de escravizados" (MP 198), ela critica a instituição ou se sente desconfortável com o papel dele nela (Johnson, 1988, p.14).

Mesmo sendo uma cena breve e sem resposta, ela levanta questões importantes e mostra que o assunto não é totalmente ausente na obra. Johnson (1988) lembra, porém, que isso não significa que Fanny critique abertamente o sistema escravista, sua atitude revela mais uma curiosidade contida, típica de alguém limitado pelas convenções sociais de seu tempo. Em outro ponto de sua análise, Johnson destaca que Austen não chega a descrever como Sir Thomas tratava os escravizados em suas propriedades nas Índias Ocidentais, mas o simples fato de ele ter uma fazenda lá já é bastante revelador.

Austen não nos fornece detalhes sobre o tratamento dado por Sir Thomas aos escravizados nas Índias Ocidentais, mas o fato da propriedade em si serve não apenas para revelar a fonte da renda que sustenta a imponente dos Bertram, mas também, mais importante, para iluminar a natureza da bondade de Sir Thomas para com Fanny (Johnson, 1988, p.15).

A autora mostra que essa riqueza colonial é o que sustenta o conforto e o prestígio da família Bertram, e esse detalhe aparentemente secundário acaba expondo uma contradição: a moral e a respeitabilidade da casa inglesa dependem, na verdade, do trabalho forçado nas colônias. Assim, *Mansfield Park* (2021) acaba evidenciando, mesmo que de forma discreta, as relações entre o lar britânico e o império escravista, mostrando como a vida “civilizada” da elite inglesa estava diretamente ligada à exploração colonial. Johnson (1988), portanto, interpreta o romance como uma crítica sutil às bases sociais e econômicas da época, revelando as tensões entre moralidade, poder e dependência colonial no universo criado por Austen.

2.6 Império e Domesticidade

Em *Mansfield Park* (2021), Jane Austen cria um universo aparentemente fechado e pacífico, centrado na moralidade e nas relações familiares da aristocracia rural inglesa. Como observa Vladimir Nabokov (1973), esse ambiente doméstico existe em contraste com o mundo externo, marcado por guerras e instabilidade política: “Mas os ventos da História mal são sentidos no isolamento de *Mansfield Park*, embora algumas fracas lufadas de brisa comercial soprem quando Sir Thomas faz negócios nas Antilhas Menores” (Nabokov, 1973, p.46).

Essa “brisa comercial” mencionada por Nabokov é a presença velada do império quase invisível, mas fundamental para sustentar a ordem e o conforto da

família Bertram. Assim, Austen constrói uma ironia, o lar britânico, símbolo de virtude e estabilidade moral, depende da exploração colonial para existir. O que parece um simples “romance de costumes” revela, nas entrelinhas, um retrato ideológico da Inglaterra imperial.

Homi K. Bhabha (1998) explica que o discurso colonial cria o “outro” o colonizado como inferior, naturalizando as relações de dominação. Em *Mansfield Park*, esse “outro” não aparece fisicamente, ele é silenciado. O silêncio de Sir Thomas sobre Antígua e a ausência de detalhes sobre a escravidão não significam neutralidade, mas revelam o modo como o império é naturalizado na vida doméstica inglesa. O silêncio funciona como um mecanismo ideológico: apaga-se a violência da escravidão para manter a imagem moral da elite britânica intacta. “O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados [...] a fim de justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e intrusão” (Bhabha, 1998, p.111).

Segundo Deidre Le Faye (2002), a riqueza de Sir Thomas Bertram advém diretamente de suas plantações nas Índias Ocidentais, sustentadas por trabalho escravizado: “Parte dessa renda provém da agricultura da propriedade de Mansfield, mas o restante vem das plantações em Antígua, onde a produção lucrativa dependia do uso de mão de obra escrava” (LeFaye, 2002, p.234). Dessa forma, a casa de Mansfield Park torna-se metáfora do império britânico: a fachada moral e civilizada repousa sobre uma base de violência e exploração. A decisão de Austen de enviar Sir Thomas a Antígua reforça essa conexão simbólica, ele precisa “ir cuidar dos negócios”, e essa viagem revela o elo entre o doméstico e o colonial.

O comentário da Sra. Norris sobre os lucros das plantações mostra o medo de uma possível perda de privilégios com a abolição do tráfico (1807), evidenciando como o conforto da elite dependia diretamente do sistema escravista. Assim, Austen insere discretamente no enredo as transformações sociais e econômicas do início do século XIX.

Devoney Looser (2021) interpreta o “silêncio” das personagens diante da escravidão como uma denúncia implícita “Essa linha sobre o silêncio deles pode ser uma denúncia e não uma defesa aos brancos privilegiados que permanecem indiferentes ao racismo e à injustiça” (Looser, 2021, p.3-4). O silêncio de Fanny e Sir Thomas não é mera omissão, mas um espelho da hipocrisia da elite britânica.

Edward Said (1993, p. 118) amplia esse pensamento ao afirmar que os Bertram não existiriam sem o tráfico de escravizados e o açúcar colonial, apontando que Antígua adquire “uma densidade simbólica” nas entrelinhas da narrativa: “Os Bertram não teriam existido sem o tráfico de escravizados, o açúcar e a classe dos proprietários coloniais.” Assim, Austen revela, ainda que de forma velada, as contradições morais do império uma sociedade que se diz virtuosa, mas é sustentada pela exploração de outros povos.

A presença do império em *Mansfield Park* (2021) não é apenas econômica, mas cultural. Le Faye (2002) explica que desde o século XVII o enriquecimento através das colônias fazia parte do imaginário da elite inglesa. Austen, ao naturalizar esse fato na biografia de Sir Thomas, reflete como o império já estava integrado à identidade britânica, possuir terras no Caribe era sinal de prestígio e civilização. Esse “modo de vida” colonial moldou os valores, as crenças e a moralidade da aristocracia, uma identidade construída sobre a exploração. Assim, o império não está fora da Inglaterra, ele é parte constitutiva de sua cultura doméstica.

Antoine Compagnon (1999) explica que o realismo literário não reproduz a realidade diretamente, mas a constrói através de convenções. Austen, portanto, utiliza o realismo doméstico como estratégia ao mostrar o cotidiano moralizado dos Bertram, ela deixa que o leitor perceba, nas margens do texto, o que sustenta essa moralidade. “O realismo foi considerado [...] um conjunto de convenções textuais [...] que não refletem o real diretamente.” (Compagnon, 1999, p.108)

Spivak (1942, p. 48) reforça que não se trata de mostrar “como as coisas realmente eram”, mas de revelar como as narrativas dominantes moldam o que é aceito como verdade. Austen, ao silenciar a escravidão, não a apaga, ela mostra como o império se normaliza na vida cotidiana inglesa. “Trata-se de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas.”

Claudia L. Johnson (1988) chama atenção para a cena em que Fanny pergunta a Sir Thomas sobre o tráfico de escravizados uma passagem breve, mas significativa: “A própria Fanny tem curiosidade sobre a escravidão [...] quando ela pergunta a Sir Thomas ‘sobre o tráfico de escravizados’ (MP 198)” (Johnson, 1988, p.14). Essa pergunta, embora sem resposta, quebra o silêncio doméstico e introduz no romance a questão colonial.

Johnson (1988, p. 15) argumenta que, mesmo sem condenar abertamente o sistema, Austen expõe o paradoxo moral, a bondade de Sir Thomas para com Fanny é sustentada pela mesma estrutura que oprime outros seres humanos. “A propriedade em si serve [...] para iluminar a natureza da bondade de Sir Thomas para com Fanny.” Assim, Fanny funciona como consciência moral, seu desconforto e sua curiosidade revelam o incômodo subjacente à ordem britânica.

Mansfield Park não deve ser lido apenas como um romance de costumes, mas como uma obra que expõe, ainda que de modo sutil, a relação entre a ordem doméstica inglesa e os mecanismos coloniais de exploração. O lar britânico, com sua aparência de moralidade e harmonia, está sustentado por uma economia escravista e imperial. O silêncio, a distância e a naturalização do império na narrativa funcionam como estratégias críticas, permitindo que Austen revele as contradições da sociedade que descreve.

Assim, o romance evidencia como o império foi fundamental para a formação da identidade cultural britânica, e como o cotidiano doméstico e a violência colonial coexistem de forma simbiótica. O realismo de Austen, longe de ser apolítico, torna-se um meio de crítica, a casa de Mansfield Park é, ao mesmo tempo, o coração e o reflexo do império.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de Mansfield Park, de Jane Austen, a partir dos estudos de Vladimir Nabokov (1973), Homi K. Bhabha (1998), Deidre Le Faye (2002), Edward Said (1993), Devoney Looser (2021) e Claudia L. Johnson (1988), permite compreender que o romance ultrapassa a visão tradicional de uma simples história de costumes. Embora a narrativa pareça girar em torno da moral e da vida doméstica da elite inglesa, ela também revela e, ao mesmo tempo, encobre as relações coloniais que sustentavam aquela sociedade.

Ao longo da obra, Austen não discute abertamente o tráfico de escravizados nem as atividades de Sir Thomas nas Antilhas, mas essas referências discretas como aponta Nabokov funcionam como sinais de que o conforto e a estabilidade de Mansfield Park têm origem na exploração colonial. O silêncio que paira sobre as colônias não é ausência, mas uma presença velada, como destacam Le Faye

e Said, ao mostrarem que a riqueza dos Bertram se apoia na produção escravista. Desse modo, a aparente serenidade do lar inglês carrega o peso das desigualdades que o sustentam.

O pensamento de Homi Bhabha contribui para entender como o discurso colonial produz a imagem do “outro” para legitimar o domínio imperial, o que se reflete, em *Mansfield Park*, na maneira como a narrativa organiza poder e silêncio. Já Devoney Looser e Galeno interpretam esse silêncio como uma forma indireta de crítica, e não de conformismo, mostrando que Austen cria um espaço de reflexão sobre a hipocrisia e o desconforto moral da sociedade britânica. Claudia Johnson, por sua vez, observa que o interesse de Fanny Price pelo tema da escravidão rompe o silêncio e introduz um questionamento ético dentro do universo doméstico que a cerca.

Com base nesses referenciais, ficou evidente que *Mansfield Park* não deve ser visto apenas como um romance de costumes, mas como uma obra que expõe a ligação entre o espaço doméstico e os mecanismos coloniais de poder e exploração, revelando o papel do império na formação da identidade cultural britânica. Austen, ao mesmo tempo em que retrata a moral e a estabilidade familiar, sugere as contradições de uma sociedade sustentada pela escravidão e pelo domínio colonial.

Em síntese, *Mansfield Park* se mostra uma narrativa ambígua e complexa; por um lado, reflete os valores da Inglaterra do século XIX, por outro, lança luz sobre as contradições ocultas dessa mesma sociedade. Ao associar a vida doméstica à realidade do império, Austen denuncia de maneira sutil as estruturas econômicas e morais que sustentavam o poder britânico, revelando que o conforto e a virtude da elite dependiam, silenciosamente, das tensões coloniais que o romance apenas insinua, mas nunca ignora.

REFÊRENCIAS

AUSTEN, Jane. **Mansfield Park**. Editora Principis: 2021.

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 11, p.89-117, ago. 2013.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CÉSAIRE, Aimé (2006). **Discurso sobre el colonialismo**. Madrid: Ediciones Akal.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Ed. UFMG. Belo Horizonte: 1999.

FAYE, Deirdre Le. **Jane Austen: the world of her novels**. New York: Harry N. Abrams, 2002.

GALENO, Maria do Carmo Balbino. **Subversivas vozes femininas em Jane Austen: das publicações na Inglaterra regencial à circulação, tradução e recepção no Brasil**. 2023. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

JOHNSON, Claudia L. **Jane Austen: women, politics, and the novel**. New York: Library of Congress, 1988.

MCLEOD, John. **Beginning postcolonialism**. 2. ed. Nova York: Macmillan University Press, 2010.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Ed. UFMG. Belo Horizonte: 2010.

A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO NO AMBIENTE ESCOLAR: DESAFIOS E CAMINHOS PARA UMA LEITURA SIGNIFICATIVA

Jhobert Sousa Cunha (UEMA) ¹

Janiele da Silva Oliveira (UEMA) ²

Italo Ramon Francisco de Melo Lima Ximenes (UEMA/UFPA) ³

RESUMO: O presente artigo discute os desafios e possibilidades do ensino da leitura crítica no ambiente escolar, com foco na formação de leitores reflexivos e participativos. Parte-se da problemática de como as práticas pedagógicas em Língua Portuguesa podem contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes, considerando as limitações estruturais, metodológicas e culturais enfrentadas pelas escolas. O estudo tem como objetivo geral analisar de que maneira a leitura, especialmente a literária, pode ser uma ferramenta eficaz para fomentar a criticidade nos alunos. Entre os objetivos específicos, destacam-se: refletir sobre o papel da escola e do professor na mediação da leitura; identificar os entraves que dificultam a leitura crítica, como a desvalorização da literatura no currículo; e apontar estratégias metodológicas alinhadas às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM). A pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com respaldo teórico em autores como Volóchinov (2017), Bakhtin (1997), Zilberman (2012), Cosson (2014), Silva (2022), Todorov (2009), Farias (2014) e outros, além dos documentos oficiais que regem a educação básica. Ao longo do artigo, serão discutidas também as práticas de multiletramentos e o papel da leitura literária na construção de sentidos e no fortalecimento da identidade crítica dos estudantes. Conclui-se que a escola, por meio de uma atuação consciente e planejada, pode transformar a leitura em uma prática emancipadora, capaz de preparar os alunos para interações mais éticas, criativas e conscientes no mundo contemporâneo.

Palavras-chaves: Leitura crítica; Leitura literária.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduando da Universidade Estadual do Maranhão do curso de Letras Português, Inglês e suas Literaturas. E-mail: jhobertcunha@gmail.com

² Graduanda da Universidade Estadual do Maranhão do curso de Letras Português, Inglês e suas Literaturas. E-mail: janieleoliveira000@gmail.com

³ Professor orientador. Graduado em Letras Inglês/Português e respectivas literaturas pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras PPGLetras UEMA, área de concentração Teoria Literária. Doutorando em Letras pelo programa de Pós-graduação em Letras PPGL UFPA, área de concentração Estudos Literários. E-mail: italoramomelo@outlook.com.

A presente pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, pois busca compreender a formação do leitor crítico e os desafios que as escolas enfrentam para desenvolver a leitura crítica. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, voltada para a compreensão dos sentidos atribuídos à leitura e ao ensino da literatura no contexto escolar. O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica, com base em autores como Volóchinov (2017), Bakhtin (1997), Zilberman (2012), Lotman (1978), Cosson (2014), Silva (2022), Todorov (2009), Farias (2014), além de documentos oficiais da educação, como a BNCC (2017/2018) e o DCTM (2019). A partir dessas leituras, o estudo busca refletir sobre práticas que contribuam para a formação de leitores mais críticos e para o fortalecimento da leitura no ensino de Língua Portuguesa.

Nesse cenário, surge a seguinte problemática: como as práticas pedagógicas no ensino de Língua Portuguesa podem contribuir para a formação de leitores críticos, diante dos desafios estruturais e metodológicos enfrentados pelas escolas? Diante dessa questão, este trabalho tem como objetivo geral analisar de que forma o ensino da leitura, especialmente a literária, pode fomentar o desenvolvimento da leitura crítica no ambiente escolar, considerando os desafios e diretrizes curriculares.

Para tanto, propõem-se como objetivos específicos: discutir o papel da escola e do professor na formação de leitores críticos; refletir sobre os obstáculos enfrentados no ensino da leitura crítica, como a desvalorização da literatura e a fragmentação dos textos; identificar estratégias e metodologias que favorecem uma leitura significativa e reflexiva; e relacionar as orientações da BNCC e do DCTM à prática docente voltada para a leitura crítica e multimodal.

No entanto, ao mergulhar no contexto da realidade das escolas da educação básica notam-se diversos desafios que dificultam a aplicação dessas práticas, como a escassez de materiais didáticos diversificados, a infraestrutura inadequada e, sobretudo, a permanência de abordagens tradicionais que pouco estimulam o pensamento crítico. Diante disso, a mediação do professor torna-se fundamental para fomentar conexões entre textos e contextos, possibilitando leituras mais profundas e contextualizadas, com foco na compreensão dos aspectos narrativos e contextuais das obras.

Essa discussão torna-se urgente diante de uma realidade educacional marcada por limitações estruturais, metodológicas e curriculares que, muitas vezes,

inviabilizam a construção de práticas pedagógicas mais reflexivas. A leitura crítica, compreendida como um processo interativo entre leitor e texto, é uma ferramenta essencial para a formação de sujeitos capazes de interpretar o mundo, agir sobre ele e participar ativamente da vida em sociedade. Assim, esta pesquisa propõe-se a contribuir com a valorização da leitura como prática transformadora, defendendo o papel ativo da escola na construção de leitores mais conscientes, éticos e autônomos.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Leitura crítica e seus desafios na educação

A prática de leitura e o posicionamento crítico do leitor é essencial, pois quando este consegue manter essa relação com o texto passa a ter a característica de um indivíduo ativo e reflexivo, onde é estabelecida uma interação entre leitor-texto. Dessa forma, é importante que as instituições de ensino não foquem somente na leitura decodificada, mas sim em um trabalho voltado para a leitura e senso crítico do discente, onde ele seja capaz de emitir uma opinião crítica em relação às ideias do autor. Nessa perspectiva, Volóchinov (2017) argumenta que “em cada palavra de um enunciado compreendido, acrescentamos como que uma camada de nossas palavras responsivas.”; “a compreensão busca uma contrapalavra à palavra do falante [...] (Volóchinov, 2017, p. 232).

É necessário pensar em leitura além de uma simples decodificação de palavras, mas sim como um objeto carregado de sentidos, memórias e experiências; quando o sujeito lê, se envolve subjetivamente com o texto e, nesse processo se molda uma nova identidade literária. Nesse sentido, Rildo Cosson (2014, p. 35) aborda que a leitura é “um diálogo que se estabelece com o passado e uma conversa com a experiência dos outros e que, nesse diálogo, ocorre o encontro do eu com o outro por meio dos sinais inscritos em algum lugar e que vem a ser o objeto físico da leitura.” Concordando com esse pensamento Schollhammer argumenta que:

A função da literatura transcende, dessa forma, a de provocar prazer, ainda que esse também esteja presente no ato de leitura. Ao empreender seus esforços interpretativos ou ao reconstruir o texto com o envolvimento criativo de sua imaginação, o leitor reconhece não apenas sua capacidade subjetiva de compartilhar a ficção, mas também sua condição de sujeito social, inserido em uma modelagem histórica e cultural ampla, de que seu imaginário faz parte. Dessa forma, a literatura preenche uma função antropológica que

provém da malha social e que para ela retorna, sendo responsável pela formação do sujeito (Schollhammer *apud* Rocha, 1999, p.118).

Ao abordar a leitura na escola é necessário que o educador entenda que não há só um tipo de leitura e que ela perpassa vários nichos, entre os grupos da igreja, esportivos, e grupos mais modernos, onde esses aspectos vão influenciar no processo de leitura e questionamento do estudante. Nessa perspectiva, Silva (2022) argumenta que “esse componente da leitura é importante que seja percebido pelo professor, para que possa estar aberto a receber os diferentes diálogos que são estabelecidos pelos alunos na interação com qualquer texto. Não há uma única leitura, não há “a” resposta certa para questões de compreensão de um texto” (Silva, 2022, p. 6).

Seguindo essa proposta, Bakhtin (1997) destaca que os gêneros do discurso são muito variados e quase infinitos, refletindo a complexidade das atividades humanas. Ele explica que cada área da vida cria diferentes tipos de discurso, que se transformam e se ampliam conforme as sociedades se tornam mais complexas. Esses gêneros podem ser orais ou escritos e variam bastante, desde conversas simples do dia a dia até documentos oficiais e declarações públicas, como cartas, ordens militares e relatos familiares (Bakhtin, 1997). Assim, quanto mais conhecemos e usamos bem os diferentes gêneros, mais conseguimos nos expressar com liberdade e clareza nas diferentes situações de comunicação. Isso nos ajuda a adaptar o que dizemos de acordo com o contexto, mostrando nossa forma própria de pensar e nos tornando participantes mais conscientes e ativos na construção de significados.

O educador que está ali nesse processo de ensino de literatura tem seu papel na formação da identidade social e literária do aluno, incentivando-o e mostrando o quão diverso é esse campo literário. Pois, para Todorov (2009): “[...] sendo o objeto da literatura a própria condição humana, aquele que a lê e a compreende se tornará não um especialista em análise literária, mas um conhecedor do ser humano” (Todorov, 2009, p. 92). Dessa forma, é perceptível o quanto a literatura é importante para o indivíduo, auxiliando nesse processo educacional onde pode moldar suas perspectivas e contribuir para o seu desenvolvimento como pessoa.

Vale destacar a necessidade de trabalhar os textos literários nas escolas, promovendo debates, discussões, reflexões em grupos, para que os alunos desenvolvam habilidades de leitura e senso crítico. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é importante que o leitor desenvolva a habilidade de

analisar criticamente textos de gêneros como resenhas, sinopses, programas culturais e comentários em blogs ou vlogs, com o objetivo de selecionar obras literárias e outras produções artísticas (Brasil, 2018). Farias, portanto, argumenta que:

A leitura literária é uma troca de impressões e de comentários acerca do texto. Se, ao ler um texto, vários acontecimentos vêm à tona, seria válido que as escolas criassem formas que houvesse debates, resumos, palestras e leitura em grupo para criar um clima literário na escola. É preciso formar leitores críticos no meio escolar (Farias, 2011, p. 92).

Os textos literários podem garantir ao leitor diversas interpretações que podem transcender vários aspectos, no entanto, ao analisar um texto, deve-se ter total comprometimento para não implicar em interpretações desconexas. Nesse sentido, para Zilberman “a literatura dispõe de uma organização interna, transmissora de significados que requerem atenção e interpretação” (Zilberman, 2012, p.83). Lotman nomeou essa organização de “transcodificação”, para ele “a literatura cria um sistema próprio de signos e de regras de combinação que “servem para transmitir informações particulares” (Lotman, 1978, p. 55).

Torna-se necessário frisar que a literatura, por outro lado, não é estudada em primeiro plano pelos estudantes; em grande maioria ela é transformada em uma ferramenta de suporte para o ensino de outras disciplinas. Ao ir de encontro a essa forma de abordar a literatura, Costa (2023) no seu artigo denominado “O texto literário no ambiente escolar: análise de leitura mediada”, que está incluído no livro *Leitura e ensino de literatura*, argumenta que em muitos casos a literatura é deixada de lado sem ter o aprofundamento devido, ela passa a ser transmitida para os discentes somente por meio de materiais didáticos, onde o texto literário aparece fragmentado e descontextualizado. Logo, essa abordagem contribui para que o aluno seja privado do seu direito de leitor (Costa, 2023, p.28). Alinhando-se a essa perspectiva, Costa reforça a visão de Ginzburg:

A estrutura em vigor hoje, pautada pela leitura instrumental, pelas pastas de xerox, pelo conhecimento reprodutivo, por clichês, falta de entusiasmo, trabalhos acadêmicos comprados e copiados, é uma constituição fantasmagórica. Ensino de literatura é, ou deveria ser, um espaço de debate vivo de ideias. Se o aluno não está ali para debater, quem está ali é um personagem fantasmagórico. Se o livro não está, não foi lido, não está inteiro, nem chegou perto, a cena da sala de aula é o seu funeral (Ginzburg, 2012, p.219).

Além desses empecilhos, a leitura enfrenta outros desafios, como a falta de materiais didáticos, estrutura não adequada e número limitado de professores nas instituições. No entanto, mesmo com recursos limitados, o professor e a escola exercem o papel de educar e transformar seus alunos para que eles desenvolvam as

habilidades de leitura crítica e interpretação. Para que esse processo ocorra, é imprescindível o desenvolvimento de práticas de leitura literária para formação do sujeito leitor, práticas essas que desempenham uma construção dialógica onde o aluno terá contato com a obra como um todo, esse contato faz com que o aluno desenvolva um pensamento crítico reflexivo sobre a obra a qual ele está lendo (Costa, 2023, p.37).

2.2 Leitura Crítica na Escola: Documentos norteadores

O Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM) enfatiza que o ensino de língua portuguesa se dá em um contexto de mundo cada dia mais globalizado. Diante disso, é essencial que os educandos aprendam a se posicionar criticamente, sobretudo diante dos recursos digitais. Para isso, é necessário estimular o pensamento crítico, permitindo uma interação reflexiva que fortaleça suas habilidades de argumentação e interpretação. Esse desenvolvimento torna-se possível, por meio da prática da leitura crítica, que contribui para a formação de leitores mais conscientes e preparados. Ao que se vê:

O componente curricular de Língua Portuguesa insere-se no mundo cada vez mais globalizado, informatizado e informativo. Tais características tornam imperativo que os educandos tomem um posicionamento crítico diante do processo de recepção, produção e divulgação de textos verbais e não verbais, que circulam nos diferentes contextos de interação humana. (Maranhão, 2019, p. 89).

A escola tem o papel de incentivar o aluno a desenvolver uma consciência crítica, possibilitando a ampliação de sua percepção sobre o mundo e a mobilização de conhecimento na resolução de situações-problema. Dessa forma, ele será capaz de interpretar o meio social em que está inserido, compreender as interações entre as pessoas e considerar a relação do ser humano com a natureza (Maranhão, 2019, p. 9). No entanto, o despertar da leitura crítica na escola vem pela mediação da leitura escrita e oralidade, focando não só na exploração de diferentes gêneros literários, mas também no desenvolvimento da habilidade de interpretação e posicionamento crítico diante de um texto. Dessa forma, o ensino de Língua Portuguesa se torna um meio para aprimorar a expressão e a participação ativa dos estudantes.

[...] os eixos devem priorizar a progressão dos conteúdos de forma a conduzir o estudante a uma reflexão crítica dos aspectos regulares e irregulares da língua, das convenções da escrita, além de possibilitar fluência e compreensão na leitura/escuta, na capacidade de produção, revisão e

divulgação de textos em diferentes contextos de circulação (Maranhão, p. 93, 2019).

Dessa forma, o ensino de literatura deve estar alinhado aos eixos estruturantes do currículo, garantindo a progressão dos conteúdos de maneira a desenvolver habilidades essenciais para a comunicação e a análise crítica da língua. O ensino desse componente curricular deve proporcionar ao estudante a oportunidade de acessar o conhecimento por meio da análise crítica das informações apresentadas em diversos textos, que circulam tanto no meio digital quanto fora dele.

Nesse sentido, o ensino deste componente deve viabilizar ao educando o acesso ao conhecimento, a partir da análise consciente de informações presentes nos diferentes textos, cuja circulação ocorre dentro e fora do ambiente digital; garantir a reflexão crítica em experiências reais com a linguagem verbal e não verbal e a ampliação das experiências sociais de uso da língua[...] (Maranhão, 2019, p.89).

Assim, o DCTM (2019) destaca a importância de um ensino de Língua Portuguesa que vá além da simples decodificação de palavras, incentivando a formação de leitores críticos e cidadãos capazes de analisar, argumentar e interagir conscientemente no contexto digital e social. Para atingir esse propósito, é fundamental que as escolas adotem estratégias pedagógicas inovadoras, promovam a capacitação contínua dos docentes e utilizem recursos diversos no ensino da literatura.

As práticas contemporâneas de linguagem e os novos gêneros textuais próprios da cultura digital têm desafiado as escolas a, em seus currículos, garantir ao aluno além do letramento da letra e do impresso, os novos e os multiletramentos. Isso exige práticas de ensino centradas em gêneros textuais já consagrados pelo currículo escolar (notícia, reportagem, artigo, receitas, tirinhas, charges, contos etc.) como a inserção daqueles próprios da cultura digital (gif, meme, vídeos-minuto, vlogs, etc.) para possibilitar ao aluno uma participação mais qualificada (ética, estética e política) nessas práticas de linguagem (Brasil, 2017).

Dessa maneira, a leitura crítica se consolida como uma ferramenta essencial para ampliar a compreensão de mundo dos estudantes, permitindo-lhes atuar de forma crítica e participativa na sociedade. Além disso, os avanços na linguagem e a diversidade de gêneros textuais presentes na cultura digital evidenciam a importância de as escolas incorporarem, em seus currículos, não apenas o ensino da leitura e escrita tradicional, mas também a valorização da leitura crítica.

Para atender a essa demanda social, o ensino de Língua Portuguesa deve sustentar-se em procedimentos metodológicos que, além das práticas tradicionais de interação (aqui entendidas como aquelas não mediadas pelos recursos digitais), garantam ao aluno a formação para compreender novas possibilidades de interação, concretizadas não só pela comunicação face a face, mas também pelo meio digital. Procedimentos que reforcem que nas interações sociais, os sujeitos são instituídos, cumprem papéis estabelecidos

e produzem enunciados e, por isso, o ensino de Língua Portuguesa deve propiciar formação para esse sujeito receber, produzir e divulgar com criticidade e ética os textos que circulam nas diferentes esferas sociais (Maranhão, 2019, p.94).

Diante da ampla circulação de informações nos diferentes meios, as aulas do componente curricular de Língua Portuguesa devem permitir que os alunos desenvolvam a capacidade de interpretar, questionar e refletir sobre os textos, compreendendo seus significados e contextos. Dessa forma, a escola assume um papel fundamental na formação de leitores críticos, preparados para interagir de maneira consciente e responsável com a informação e a sociedade. Assim como afirmam os PCNs (1998) do ensino fundamental, “a presença crescente dos meios de comunicação na vida cotidiana coloca, para a sociedade em geral e para a escola em particular, a tarefa de educar crianças e jovens para a recepção dos meios” (Brasil, 1998, p.89).

A escola enfrenta desafios cada vez maiores para exercer seu papel na educação das novas gerações, principalmente em um contexto onde a tecnologia digital e a mídia desempenham um papel central na sociedade. Nesse sentido, é essencial que a instituição continue promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico, incentivando os alunos a refletirem sobre as informações que existem. De acordo com a BNCC (2018):

Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes (Brasil, 2018, p.61).

Além de estimular a capacidade de questionamento e interpretação, a escola precisa se adaptar às novas formas de comunicação e aos diversos formatos midiáticos presentes no ambiente digital. Portanto, a BNCC (2018) amplia o conceito de leitura, abrangendo não apenas o texto escrito, mas também elementos visuais estáticos, como fotografias, pinturas, desenhos, esquemas e gráficos, além de imagens em movimento, como vídeos e filmes, e também sons, como músicas, que frequentemente acompanham e atribuem sentido a diversos gêneros digitais (Brasil,

2018). Isso implica não apenas compreender essas linguagens contemporâneas, mas também orientar os estudantes para que os utilizem de maneira ética, consciente e responsável.

Dessa forma a BNCC (2017) define no primeiro eixo que o ensino da leitura deve favorecer a interação entre os indivíduos, levando em conta a diversidade de gêneros textuais existentes, que extrapolam a linguagem oral e escrita. Essa abordagem inclui textos que integram a linguagem verbal com outros elementos, como imagens estáticas ou em movimento, sons, cores e diversos recursos semióticos (Brasil, 2017). Ou seja, é fundamental incluir diferentes tipos de textos, não só os tradicionais orais e escritos, mas também aqueles que combinam linguagem com imagens, sons, cores e outros recursos visuais. Essa perspectiva, conhecida como leitura multimodal, contribui para que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais ampla e crítica dos meios de comunicação contemporâneos.

Através dessas concepções, os estudantes de acordo com a BNCC (2018) irão desenvolver a habilidade (EF89LP32) que consiste em analisar os efeitos de sentido gerados pelo uso de mecanismos de intertextualidade, como referências, alusões e retomadas. Essa análise deve considerar não apenas a relação entre textos literários, mas também as conexões entre esses textos e outras formas de expressão artística como o cinema, o teatro, as artes visuais, a música e as mídias digitais, observando temas, personagens, estilos e autores. Além disso, propõe-se a reflexão sobre as relações entre o texto original e suas releituras, como paródias, paráfrases, pastiches, vídeos curtos, *trailers* alternativos e outras formas de recriação (Brasil, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do leitor crítico na escola é um desafio constante, que exige não apenas a reformulação das práticas pedagógicas, mas também o reconhecimento da leitura como um ato político, social e cultural. Como visto ao longo deste trabalho, a leitura crítica vai além da simples decodificação do texto: ela requer posicionamento, escuta ativa e produção de sentidos. Para que isso ocorra, é fundamental que o ensino da Língua Portuguesa especialmente no que diz respeito à literatura seja conduzido de forma mais sensível, dialógica e contextualizada.

A desvalorização da literatura nas práticas escolares, a fragmentação dos textos e a ausência de debates reflexivos ainda comprometem o desenvolvimento pleno dessa competência nos estudantes. No entanto, os documentos oficiais, como a BNCC e o DCTM, oferecem diretrizes que podem subsidiar práticas mais eficazes, desde que acompanhadas de formação docente contínua, metodologias ativas e valorização dos multiletramentos.

Portanto, vale destacar que este trabalho se baseou principalmente na análise de documentos oficiais e de estudos teóricos que discutem a formação do leitor crítico. Ainda assim, as reflexões e conclusões apresentadas não ficam apenas no campo teórico, podendo e sendo importante que sejam levadas para a prática em sala de aula, para que essas ideias também sejam observadas no dia a dia da escola. Nesse sentido, a pesquisa contribui para abrir caminhos para futuras propostas pedagógicas, incentivando a aplicação de práticas de leitura crítica e ampliando as discussões sobre o ensino da leitura nas diferentes etapas da educação básica.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão final. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.

COSSON, Rildo; SOUZA, Renata Junqueira de. *In*: **Letramento literário**: uma proposta para a sala de aula. <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40143/1/01d16t08.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2018.

FARIAS, Rafaela Felex. Leitura e Literatura: A construção do leitor literário. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana-SE, 2014.

LOTMAN, Iuri. **A estrutura do texto artístico**. Tradução de Maria do Carmo Vieira Raposo e António Raposo. Lisboa: Estampa, 1978.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). **Currículo do Território Maranhense**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. São Luís: SEDUC, 2019.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Fundamentos da estética do efeito. *In*: ROCHA, João Cezar de Castro (org.) **Teoria da ficção**: indagações à obra de Wolfgang Iser. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 117-130.

SILVA, Gabriel Tadeu Costa da. **Leitura-crítica**: alternativas para o último ciclo do Ensino Fundamental. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

ZILBERMAN, Regina. **Teoria da literatura I**. Curitiba: Editora IESDE, 2012.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: A REALIZAÇÃO DO GERÚNDIO NO USO COTIDIANO

Adriele Sousa Batista (UEMA) ¹

Eliúde Costa Pereira (UEMA) ²

Rikelme Nascimento Ferreira (UEMA) ³

RESUMO: O presente trabalho trata da diversidade linguística brasileira a partir da variação na realização do gerúndio, com foco na omissão do fonema /d/, considerando-se que a diversidade linguística é uma característica de todas as línguas naturais, mas que ainda é objeto de preconceito linguístico, a despeito dos avanços nos estudos sociolinguísticos e da influência de tais estudos em documentos orientadores do ensino, nos materiais didáticos e no processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, tem-se como objetivo analisar variáveis que influenciam a realização e o apagamento dessa variável linguística, partindo-se da compreensão de que esse fenômeno variável constitui manifestação da riqueza cultural e faz parte da dinâmica social que influencia o uso da língua. A fundamentação teórica baseia-se nas contribuições de Labov (2008), Bagno (1997, 2011), entre outros autores da sociolinguística, que compreendem a língua como reflexo de fatores históricos, sociais e regionais. A pesquisa apresenta caráter exploratório, envolvendo coleta de dados com base em observações no uso cotidiano, com análise dos dados seguindo abordagem quanti-qualitativa, considerando variáveis como faixa etária, escolaridade, gênero e localização (rural ou urbana). Os resultados indicam que o apagamento do fonema /d/ ocorre com maior frequência entre falantes de áreas rurais, homens e pessoas com menor escolaridade. E, com base em tais achados, defende-se a inclusão efetiva dos estudos sociolinguísticos na formação dos estudantes, em diferentes níveis de escolarização, de modo a contribuir para a diminuição do preconceito linguístico e, conseqüentemente, uma maior valorização da diversidade linguística.

Palavras-chave: Variação linguística; Sociolinguística; Gerúndio; Preconceito linguístico.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduanda em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (Campus Zé Doca). Email: adreesousabatista22001@gmail.com

² Graduando em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (Campus Zé Doca). Email: rikelmeferreira827@gmail.com

³ Doutor em Linguística (UFC), professor Adjunto na Universidade Estadual do Maranhão (Campus Zé Doca) e Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Linguagens e Ensino (GEPLÉ)-UEMA/CNPq. Email: eliudecostapereira10@gmail.com

A diversidade cultural e os costumes variados fazem do Brasil um país único e com características próprias. Dentro desse contexto, há uma grande variedade linguística, sendo que essa diversidade é oriunda do espaço sociocultural em que cada indivíduo vive, uma vez que a língua é influenciada por diversos fatores: sociais, culturais, históricos e regionais, o que explica as variações no modo de falar e também a existência de tantos dialetos e, conseqüentemente, multiplicidade linguística em nosso país.

Considerando esse contexto, o presente trabalho aborda a realização do gerúndio como variável linguística, analisando o apagamento ou a presença do fonema /d/ nas diversas circunstâncias de uso desse elemento linguístico no cotidiano social. É nítido que esse tema marca nosso cotidiano de forma constante, sendo frequente a alternância entre o uso com a presença do fonema “d”, de acordo com a norma padrão, e também com o apagamento desse fonema, em especial em situações informais, razão por que decidimos investigar esse fenômeno linguístico, bem como, os fatores condicionantes.

Desse modo, neste trabalho temos como objetivo mostrar que essas particularidades no uso do gerúndio fazem parte das variações linguísticas na língua portuguesa, em especial na realização fonológica, dependendo do contexto.

Assim, é de grande importância o estudo deste tema para entendermos melhor as situações de uso e as causas que influenciam a manutenção ou o apagamento do fonema /d/ no gerúndio, uma vez que a língua não é constituída apenas de norma culta ou gramática normativa, mas sim de diferentes normas que constituem a sua diversidade e, que, por isso mesmo, precisa ser analisada e estudada considerando toda essa riqueza, de modo a evitarmos situações envolvendo preconceito linguístico.

Nessa esteira, para atingirmos o objetivo proposto, realizamos uma pesquisa exploratória, no que tange aos objetivos, e de campo, em relação aos procedimentos, com análise dos dados seguindo abordagem quantitativa.

Quanto aos aspectos teóricos, para fundamentar a nossa investigação, recorreremos a teóricos como: Labov (2008), Bagno (1997, 2011)), entre outros estudiosos da linguística, a fim de iluminar a análise e discussão em relação aos dados coletados.

Desse modo, a presente investigação procura contribuir para a compreensão de que, no âmbito dos estudos linguísticos, não existe “certo” ou

“errado” como muitos julgam, mas sim a noção de adequado e inadequado, dependendo da situação comunicativa.

Entendemos que, com isso, podemos contribuir para sensibilizar os leitores deste trabalho quanto à importância do conhecimento sobre a variação linguística, sobretudo no contexto brasileiro, que possui dimensões continentais e é marcado pela diversidade linguística, o que, algumas vezes, causa até estranhamento por falta de conhecimento. Dessa forma, precisamos mostrar que a variação linguística é uma realidade e tem sua importância, principalmente para a cultura e identidade do país.

2 LÍNGUA, NORMA E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

A língua é um campo de grande importância dentro dos estudos sociolinguísticos. Isso se deve ao fato de ser por meio dela que podemos obter as respostas sobre questões diversas, como é do caso da diversidade linguística. Ferdinand Saussure (2006), considerado o pai da linguística moderna e um dos principais nomes quando se trata de estudos linguísticos, trata a língua como um sistema estruturado de sinais (ou signos linguísticos), e inaugura a chamada linguística estruturalista.

Saussure foi o responsável por separar a língua (*langue*) da fala (*parole*) e contribuiu para estudos futuros, tendo adotado uma perspectiva de estudo focada no aprofundamento da compreensão do sistema linguístico. Desse modo, ele apresenta a língua como um sistema de signos, sendo estes constituídos pela união de duas partes indissociáveis, o significante e o significado. Com isso, ele define a língua como um sistema social e coletivo, opondo-se à fala, de cunho individual.

Esses estudos formam o cerne das investigações linguísticas de cunho científico e também é com base neles que surge a perspectiva sociolinguística, tendo esta uma nova perspectiva de estudo da língua, pois, depois de Ferdinand Saussure, outros teóricos deram continuidade aos estudos linguísticos, levando-nos a uma visão mais ampla em relação à compreensão da linguagem. Dessa forma, os estudos linguísticos foram evoluindo e muitos outros teóricos foram seguindo novas formas de ver a língua, dando origem a novas teorias.

Nesse contexto, surge Willian Labov, que é considerado o pai da Sociolinguística variacionista, defendendo que a língua apresenta uma sintonia com o

contexto social e que este a influencia, disso decorrendo formas específicas de falar de cada indivíduo. Nesse mesmo cenário, devemos fazer menção a Eugênio Coseriu, um linguista romeno, que teve grande relevância em seus estudos e contribuiu com os estudos linguísticos ao defender que o estudo da competência linguística deve começar com o saber linguístico que o falante possui. Logo, percebemos que ele faz referências à sociolinguística, defendendo a condição do falante.

Além disso, Coseriu é o responsável por definir o conceito de norma, definindo-a como um conjunto de regras estabelecidas para utilização de uma língua em um determinado contexto social. Ele dá autonomia teórica à norma, tornando-a um conceito-chave na explicação da linguagem como prática social, histórica e coletiva.

Em uma de suas principais teorias, Coseriu (1991) divide a linguagem em três níveis. Segundo ele, é necessário distinguir três níveis de realidade na linguagem: o sistema, que é o saber linguístico em sentido estreito; a norma, que é o saber realizar de maneira tradicional o sistema; e o falar efeito, que é o falar linguístico individual.

Nesse cenário, fica claro que os estudos linguísticos evoluíram de forma significativa e a condição do falante já é levada em consideração, pois é um ponto a ser analisado para a compreensão da língua, diferente do momento em que Saussure estudava a língua, pois baseava-se apenas na estrutura dos signos e na história da língua, desprezando totalmente a situação do falante.

2.1 Variação e mudança da língua

Os estudos sobre variação e mudança linguística surgiram como uma ruptura significativa com a concepção tradicional de língua como sistema homogêneo, centrado no indivíduo e desvinculado das situações reais da comunicação em contextos sociais. A variação e mudança linguística enfatiza o papel das interações sociais, dos contextos culturais e das dinâmicas comunitárias no entendimento dos fenômenos linguísticos.

Conforme exploramos a complexidade e a diversidade da língua e sua relação com a sociedade, torna-se cada vez mais claro que a língua é mais do que um sistema rígido e cheio de complicações, passando a mostrar-nos com estudo e dedicação uma visão diferente sobre esse tema. A língua, na verdade, é um

organismo vivo e está em constante evolução, sendo modificada por alguns fatores como as interações sociais e culturais. Labov (2008) definiu a sociolinguística como o estudo da língua em seu contexto social, e essa mudança de regra ou esquema trouxe uma compreensão mais profunda da natureza da linguagem.

A variação e mudança linguística podem acontecer em todos os seus respectivos níveis, tanto fonético, fonológico, sintático e semântico. A partir disso, Labov afirma que:

A explicação da mudança linguística parece envolver três problemas distintos: a origem das variações linguísticas, a difusão e a propagação das mudanças linguísticas e a regularidade da mudança linguística. [...] Essas variações podem ser induzidas pelos processos da assimilação ou dissimilação, por analogia, empréstimo, fusão, contaminação, variação aleatória ou quaisquer outros processos em que o sistema linguístico interaja com as características fisiológicas ou psicológicas do indivíduo. (Labov, 2008, p. 19-20).

Com essa visão de variação e mudança linguística, podemos encaixar temas importantes que fazem desse processo da linguagem uma grande área de estudo. É o caso do gerúndio, cujas formas relacionais revelam nuances interessantes da dinâmica da linguística no português brasileiro. O gerúndio, por exemplo, ao apresentar variações, como o apagamento do fonema /d/ em diversas formas, demonstra como a pronúncia pode ser moldada por fatores socioculturais, regionais e estilísticos. Essa variação não ocorre ao acaso. Ela está associada a padrões de escolaridade, identidade regional, entre outros. Além disso, esse fenômeno serve como evidência empírica de que a língua está em constante transformação, refletindo as práticas comunicativas cotidianas e as relações sociais dos indivíduos.

Por isso, estudar o gerúndio sob essa perspectiva não é apenas descrever uma forma verbal, mas compreender um processo mais amplo de mudança linguística em curso, causando forte impacto nos estudos sociolinguísticos.

2.2 Realização do gerúndio como um fenômeno variacional

A Sociolinguística considera a língua como um sistema estruturado, entretanto heterogêneo, pois é repleto de variabilidade. Busca demonstrar como a variante se realiza na língua ou desaparece com o passar do tempo. É de responsabilidade da sociolinguística detectar e estudar como alguns fatores sociais

podem influenciar ou afetar a forma como um grupo ou um indivíduo fala da maneira como fala.

Estudos sociolinguísticos revelam que todos os níveis linguísticos apresentam variações, tanto no interno quanto no externo no que diz respeito à língua, contribuindo na composição de algumas variantes no falar de uma determinada comunidade de fala ou de indivíduos de uma mesma região, reforçando a ideia de que o fato social contribui fortemente nesse processo. Isso se concretiza ainda mais se levarmos em consideração a diversidade no nosso país, com todos os sotaques, dialetos e variações que nossa língua utiliza.

Na língua portuguesa, é bastante comum, em praticamente todas as regiões, pronunciar os verbos no gerúndio com a terminação [no] ao invés da forma correta (de acordo com a norma padrão) [ndo]. Esse processo ocorre muitas vezes por causa da agilidade no ato da fala, pois muitas pessoas tendem a economizar movimentos articulatórios por causa de fatores diversos, dentre os quais está o contexto informal, em que as pessoas usam de maneira intencional ou inconsciente formas linguísticas diferentes da norma padrão, dentre outros fatores que podem influenciar esse fenômeno.

O apagamento de fonema ou redução do gerúndio na área da sociolinguística tem ganhado destaque e vem sendo estudado cada vez mais, enfatizando essa questão que passa despercebida muitas vezes ou quase sempre. Autores, como Faraco (2015) e Mollica (2003), nos ajudam a entender fenômenos linguísticos dessa natureza.

Em suas obras voltadas à pedagogia, Faraco (2015) fala da variação linguística como: língua, diversidade e ensino, defendendo que o uso do gerúndio deve ser compreendido dentro da lógica da variação e da heterogeneidade linguística. Para ele, formas como: “tava estudano” ou “tô correno” não representam desvios ou erros, mas sim realizações legítimas e sistemáticas.

Ao analisar esse fenômeno, Mollica (2003) destaca que a redução do morfema [ndo] em algumas formas é um processo fonológico recorrente no português brasileiro. De certa forma, a autora aponta que o apagamento do fonema /d/ não representa um erro, mas sim um procedimento linguístico legítimo, que reflete a dinâmica da fala espontânea e a influência do contexto comunicativo. Vale lembrar que esse tipo de variação é especialmente frequente em contextos de menos monitoramento de fala, como em conversas informais com amigos. Desse modo,

compreender o apagamento do fonema /d/ no gerúndio é fundamental para uma abordagem sociolinguística.

2.3 Variação e preconceito linguístico

Como sabemos, o preconceito linguístico está fortemente ligado à variação linguística e isso abrange de forma significativa o gerúndio, por envolver diferença na fala em relação às formas linguísticas tidas como padronizadas, podendo os falantes que se valem dessa variante não canônica serem alvo de críticas e comentários preconceituosos quanto à forma de falar.

Para evitar que esse preconceito ocorra, é necessário entendermos os fatores que levam falantes a apagarem o fonema /d/ no gerúndio. Variantes como gênero, idade, naturalidade entre outros, são fatores que nos ajudam a compreender o porquê de esses e de outros fenômenos acontecerem no âmbito da língua portuguesa. Esses fatores são necessários, pois não podemos esperar de pessoas com realidades diferentes os mesmos resultados; compreendemos que pessoas com baixos níveis de escolaridade têm mais tendência a apagar o fonema “d” na realização do gerúndio.

Dessa forma, ratificamos que a variação linguística é um tema de grande relevância a ser trabalhado em sala de aula nas escolas, pois se a variação linguística é mal entendida, há um grande risco de ocorrer o preconceito linguístico e, assim, a formação linguística da população tem uma perda significativa, tendo em vista que alunos podem comprometer seu desenvolvimento educacional ao sofrerem esse tipo de preconceito.

Pensando nisso, Marcos Bagno, um famoso linguístico e escritor brasileiro, aborda temas como o preconceito linguístico e a diversidade de fala. Em uma de suas obras intitulada *A Língua de Eulália*, uma novela sociolinguística publicada em 1997, ele trata do preconceito linguístico e a maneira diferente de uma certa personagem falar. A novela é composta por três estudantes que vão visitar a tia de uma delas, uma professora aposentada que mora com uma ex-funcionária, Eulália, que se tornara sua amiga. As estudantes observam a forma diferente como Eulália fala e daí começa um estudo aprofundado a respeito das diversidades linguísticas.

Na novela, Bagno mostra como o preconceito linguístico acontece diante dessas diversidades: O preconceito linguístico é uma forma de discriminação social, que se baseia na maneira de falar das pessoas, mas que no fundo, está ligada a preconceitos de classe, cor, religião e escolaridade Bagno (1997)

Esse trecho da obra resume bem a crítica de Bagno: o julgamento no modo de falar de alguém é, na verdade, uma maneira disfarçada de julgar sua origem social, econômica ou cultural. Dessa maneira, percebemos que não é diferente em nossos dias quando se trata do uso do gerúndio – forma nominal do verbo que indica continuidade. Sabemos que essa forma nominal pode conter diversidades entre os falantes e a sociolinguística nos ajuda a entender que o apagamento do fonema /d/ é uma condição que é causada pela variação da língua dependendo do fator que leva o indivíduo a falar assim.

Pensando nessa mesma perspectiva, Faraco (2009) trata do combate ao preconceito linguístico em suas obras e defende a língua como um campo diverso que não se isola apenas na correção, e sim, da diversidade. Ele defende que a variação negativa de forma linguística por ser diferente da norma padrão é, na verdade, uma avaliação negativa do grupo social que a utiliza.

Diante disso, vemos que a crítica ao uso linguístico causa o preconceito linguístico e que a correção muitas vezes é feita com base na norma padrão, sob grupos que não têm acesso à variedade prestigiada da língua. Portanto, o apagamento do fonema /d/ no gerúndio não é um erro gramatical, mas sim uma estrutura legítima da língua portuguesa, usada em determinados contextos.

Assim, o preconceito linguístico aparece em relação ao gerúndio quando o uso deste é rotulado negativamente por questões sociais e não linguísticas, revelando uma discriminação contra quem pertence a grupos mais propensos a não utilizar o fonema /d/ dentro dessa forma nominal.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza exploratória, envolvendo pesquisa de campo, e com abordagem quantitativa. O estudo envolveu um quantitativo de vinte e um sujeitos de diferentes áreas do município de Zé Doca – MA, com foco na observação do modo de realização de uma das formas nominais dos verbos, o

gerúndio, mais especificamente, da realização ou apagamento do fonema /d/. Para tanto, levamos em consideração as seguintes variáveis independentes: faixa etária, grau de escolaridade, localidade (rural/urbana) e gênero.

A fim de iluminar a análise dos dados, realizamos uma revisão de literatura na área da Sociolinguística e correlata, recorrendo a autores explorados na fundamentação teórica, tais como: Coseriu (1991), Faraco (2009), Bagno (2001), Labov (2008), Mollica (2004).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos abaixo os resultados levantados junto aos vinte e um sujeitos que participaram da pesquisa, dos quais obtivemos as seguintes realizações de uma das formas nominais do verbo, denominada gerúndio.

QUADRO 1: Realizações da forma nominal gerúndio

REALIZAÇÕES DO GERÚNDIO				
caino	levantano	esqueceno	olhano	Carregano
entendeno	morreno	pisano	prestano	Conversando
precisano	andando	ganhano	melhorano	Melhorando
caindo	ajeitano	intesificano	mentino	Esperando
ensinando	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo

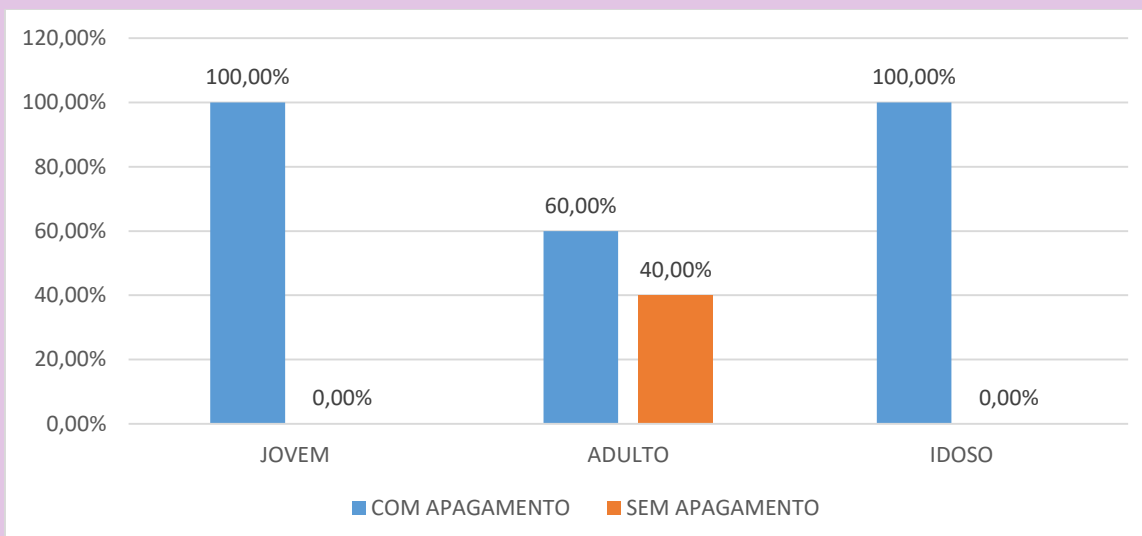
Com base nessas ocorrências, apresentamos abaixo a relação entre elas e as variáveis independentes, conforme já mencionado na metodologia, quais sejam: faixa etária, grau de escolaridade, localidade (rural/urbana) e gênero, sendo os seguintes quantitativos de sujeitos: faixa etária (jovens: três; adultos: quinze; idosos: três); grau de escolaridade (baixo: sete; médio: nove; alto: cinco); zona (rural: oito; urbana: treze); gênero (masculino: onze; feminino: dez).

De acordo com os dados apresentados acima, apenas 28,57% das ocorrências não apresentam apagamento do fonema /d/, sendo que na maioria dos

casos, 71,43%, não verificamos a presença desse fonema, o que indica que na região investigada há uma tendência à não realização.

Em relação à variável faixa etária, obtivemos os seguintes resultados:

Figura 1: Variável independente: faixa etária

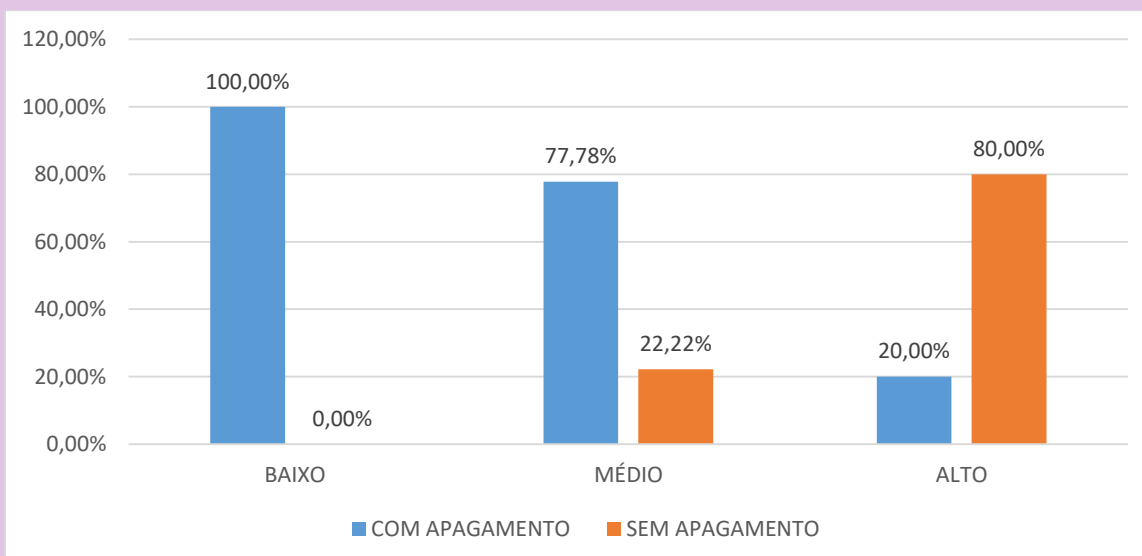


Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo.

Como observamos, no caso dos grupos jovens e idosos, houve apagamento na totalidade das ocorrências, mas no grupo de adultos, em apenas 60% isso ocorreu, sendo que 40% usando o gerúndio com a devida realização do fonema.

Apresentamos a seguir os resultados atinentes à variável independente grau de escolaridade, em relação à qual obtivemos os seguintes resultados:

Figura 2: Variável independente: grau de escolaridade

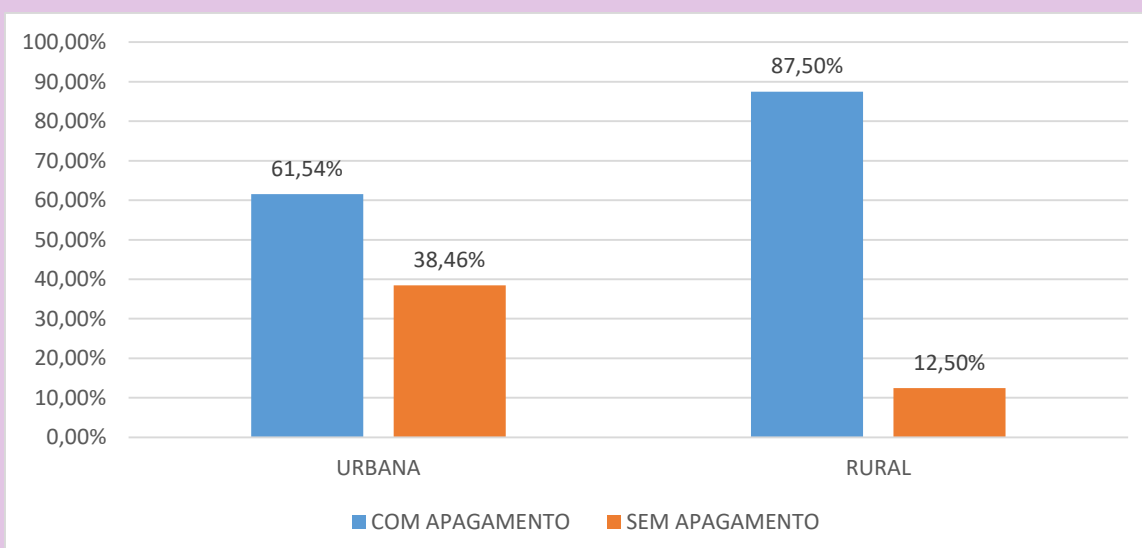


Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo

Como fica evidenciado, 100,00% dos sujeitos envolvidos na pesquisa, com baixo grau de escolaridade, ao realizarem o gerúndio fizeram o apagamento do fonema em questão, índice que baixa para 77,78%, em relação ao médio grau de escolaridade. Já no público com alto grau o índice de apagamento é baixo, apenas 20,00%. Mas isso evidencia que, mesmo nesse caso, a realização de acordo com a norma padrão não chega a 100%.

No que tange à variável localidade, considerando o âmbito urbano e rural, verificamos a seguinte situação:

Figura 3: Variável independente: localidade

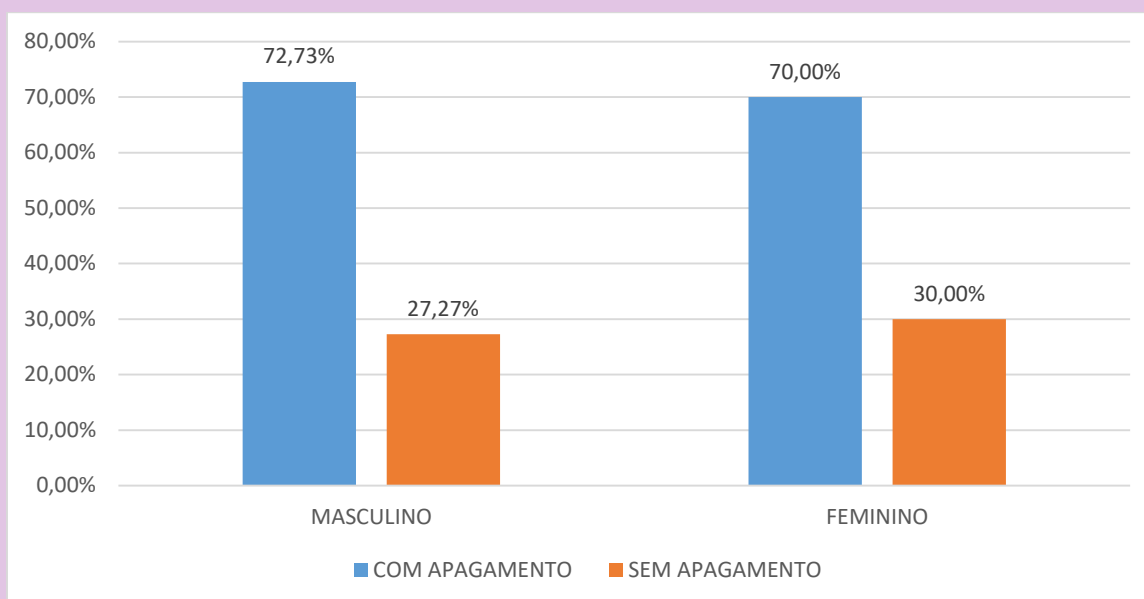


Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo

De acordo com o gráfico, o índice de apagamento entre os sujeitos que habitam na zona rural é considerável, 87,50%, próximo dos 100,00%, índice que cai entre aqueles que residem na zona urbana, o que é compreensível, entre outros fatores, porque este último público tem, por exemplo, mais oportunidades de escolarização.

Por fim, vamos apresentar os resultados relativos à variável gênero (masculino e feminino):

Figura 4: Variável independente: gênero



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo

Como fica evidenciado, o índice de apagamento é bastante considerável e fica muito próximo entre ambos os gêneros, sendo 72,73%, no caso do gênero masculino, e 70,00% quando se trata do gênero feminino.

Isso posto, retomamos a proposta deste trabalho, que consistiu em analisar a frequência do uso e do apagamento do fonema /d/ e os fatores condicionantes para ocorrência desse fenômeno. Com base nisso, ao analisarmos as informações obtidas junto aos vinte e um sujeitos, percebemos uma maior tendência ao apagamento. Isso evidencia com mais clareza que a língua não é fixa, não segue o mesmo padrão em todas as situações de uso, sendo que os resultados apresentados nos gráficos, considerando as diferentes variáveis, deixam isso muito claro, o que dialoga com Mollica (2003), ao defender a legitimidade desse tipo de apagamento no uso do gerúndio no português brasileiro.

Nesse cenário, a pesquisa também confirma o que defende Labov (2008) ao apresentar a língua como um sistema variacional, um organismo vivo que está em constante evolução, sofrendo mudanças por diversos fatores como interações sociais e culturais. Isso nos ajuda a compreender de forma mais clara que o gerúndio também sofre alterações e está em constante evolução, acompanhando as transformações da língua, de modo que as variações desempenham um papel relevante dentro do sistema linguístico. É importante entender que o gerúndio reflete variações linguísticas

e que nenhuma forma de falar é superior a outra, pois não existe “certo” ou “errado” na linguagem, mas sim adequado e inadequado, dependendo do contexto de uso.

De modo geral, como já afirmado acima, apenas 28,57% dos sujeitos usaram a forma padrão do gerúndio, ou seja, sem o apagamento do fonema /d/, enquanto 71,43% realizaram o apagamento, o que é explicável, considerando que a pesquisa foi realizada em um ambiente informal, situação em que o comum é as pessoas se valerem de formas menos monitoradas de fala.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho contribui, desse modo, para ampliar os estudos sobre variação linguística e para o entendimento da ocorrência desse fenômeno no cotidiano. Dentro dessa mesma perspectiva, esse fenômeno pode ensejar o preconceito linguístico, contrariando a sociolinguística, que estuda as diferentes formas de uso das línguas. Há uma tendência de rebaixarmos e menosprezarmos aqueles que falam de forma diferente e os julgarmos como possuidores de baixo nível de escolarização, sem considerar os fatores que levam a isso. Mas, como foi demonstrado por meio da pesquisa, podemos perceber que até mesmo pessoas com alto de nível de escolaridade também se valem de formas consideradas não padrão.

Além disso, em muitas situações, esse fenômeno ocorre pelo simples fato de, em determinadas situações, as pessoas falarem de forma rápida, deixando de monitorar sua forma de falar, o que favorece a ocorrência de fenômenos como o apagamento do fonema /d/ no uso do gerúndio, caso bastante comum no português brasileiro.

Assim, concluímos que a realização do gerúndio ocorre pela variação linguística e que a utilização ou não do fonema /d/ é um fato comum em nossa língua, sendo necessário reconhecermos a diversidade linguística que há em nosso país e percebermos que por trás de formas diferentes de falar há uma grande riqueza, as variações linguísticas, objeto de estudo da sociolinguística, que vêm contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e menos preconceituosa.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. São Paulo: contexto, 1997.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

COSERIU, Eugênio. **Competência linguística**. São Paulo: Loyola, 1991.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e ideologia*: Ática, 2009.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues de Oliveira. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

DESPALATIZAÇÃO DOS DÍGRAFOS *LH* E *NH*: uma abordagem sociolinguística das marcas fonéticas em Pedreiras e Lima Campos¹

Karina Kerolayne Amancio Sales (UEMA)²

Monica D'arc Ferreira Cruz (UEMA)³

RESUMO: A Sociolinguística desenvolveu-se em oposição à abordagem estruturalista ao estabelecer a relação entre língua e sociedade e romper com a ideia de língua como sistema imutável. Este trabalho tem como premissa analisar como a despalatização revela aspectos da identidade linguística e cultural na oralidade de Pedreiras e Lima Campos. O objetivo é analisar esse fenômeno na fala dessas localidades. Especificamente, buscou-se identificar ocorrências envolvendo os dígrafos *lh* e *nh*, bem como comparar transcrições e descrever os casos considerando fatores sociais. Trata-se de pesquisa bibliográfica e de campo, de natureza qualitativa e descritiva, fundamentada em Alkmim (2012), Bagno (2019) e Labov (2008). Foram analisados oito trechos de transcrições orais coletados por acadêmicos de Letras da UEMA, campus Pedreiras. Os resultados indicam que *lh* e *nh* são os mais afetados, configurando fenômeno recorrente que corrobora sua relação com a identidade linguística local.

Palavras-chave: Despalatização; Lima Campos; Pedreiras; Variação linguística.

1 INTRODUÇÃO

A Sociolinguística é um campo de investigação que se desenvolve em contraposição às abordagens estruturalistas fundamentadas pelo linguista e filósofo suíço Ferdinand de Saussure, pois esse ramo estabelece a relação entre língua e sociedade ao romper com a ideia de que a língua é um sistema imutável. Ela defende que as variações linguísticas são influenciadas pelo fator social e, por isso, busca analisar as múltiplas maneiras nas quais a língua se manifesta entre os falantes.

Tratando dessas variações, a despalatização é muito comum na oralidade popular e, embora seja válida linguisticamente, é muito estigmatizada. Essas

¹ Trabalho orientado por Edson Araujo Oliveira Filho, mestrando em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Bacabal, no Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLB/CCBA). Bolsista CAPES. Maranhão. E-mail: edsonaraujoprofessor@gmail.com

² Graduanda em Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa – UEMA – campus de Pedreiras. Pedreiras, Maranhão. E-mail: salesk475@gmail.com

³ Graduanda em Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa – UEMA – campus de Pedreiras. Pedreiras, Maranhão. E-mail: monicaferreira11293@gmail.com

variações demonstram que a chamada *norma-padrão* é apenas uma entre inúmeras possibilidades legítimas do uso da língua. Diante disso, a presente pesquisa busca analisar dados orais transcritos, com o intuito de contribuir para a reflexão acerca das variações linguísticas regionais e da heterogeneidade da língua.

Diante do exposto, levantou-se a seguinte problemática: como os processos de despalatização revelam aspectos da identidade linguística e cultural na oralidade popular de Pedreiras e Lima Campos? Além disso, quatro objetivos foram traçados a fim de direcionar este estudo, sendo o objetivo geral analisar a despalatização dos dígrafos como elemento da construção da identidade linguística e cultural de falantes pedreirenses e lima campenses.

De forma específica, buscou-se identificar as ocorrências de despalatização envolvendo os dígrafos *lh* e *nh* na fala popular maranhense, bem como comparar transcrições orais destacando alterações fonéticas e marcas regionais recorrentes e, por fim, descrever e analisar as ocorrências encontradas considerando fatores como escolaridade, idade, sexo, região e a marca mais recorrente nas falas. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e de campo, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva.

Para a análise do *corpus*, serão consideradas oito amostras com transcrições orais de falantes pedreirenses e lima campenses. Todos os dados foram fornecidos por acadêmicos do 3º período (2025) do curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), campus de Pedreiras.

Com ênfase no estudo de variações regionais e reduções fonéticas, esta análise é amparada pelas investigações de autores como Bagno (2019), Labov (2008) e Alkmim (2012). Por fim, para uma melhor compreensão acerca da estrutura, este trabalho é dividido em seis tópicos: introdução, percurso metodológico, referencial teórico, análise e discussão, considerações finais e, por fim, as referências bibliográficas.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e de campo, adotando uma abordagem exploratória, descritiva e qualitativa para a sua realização.

Nesse panorama, Gil (2019, p. 23) destaca que “a pesquisa qualitativa preocupa-se em compreender os fenômenos sociais a partir da perspectiva dos participantes”. Ou seja, ao se basear nesse tipo de investigação, tem-se a possibilidade de aprofundar o olhar sobre o ponto de vista dos sujeitos, abrindo espaço para uma nova compreensão dos fenômenos sociais.

Sendo assim, para investigar o que se propõe nos objetivos desta pesquisa, serão analisadas ocorrências de despalatização dos dígrafos *lh* e *nh* a partir de transcrições orais fornecidas por acadêmicos do 3º período do curso de Letras Licenciatura, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), campus de Pedreiras. Para fins comparativos, serão considerados fatores como escolaridade, sexo, idade e região dos informantes.

Todos os dados selecionados foram obtidos a partir de áudios extraídos do WhatsApp, cujas entrevistas foram realizadas pelos referidos acadêmicos em 2025, que também procederam à transcrição preservando as marcas da oralidade. Foram selecionados oito fragmentos disponibilizados em banco digital, optando-se por manter integralmente a forma como se apresentam, a fim de garantir fidelidade ao *corpus*. Às autoras deste estudo couberam a seleção dos fragmentos e a análise sociolinguística do material.

Das oito transcrições, quatro amostras foram selecionadas para compor o *corpus* referente aos falantes de Pedreiras e quatro amostras referentes aos falantes de Lima Campos, todas contendo temáticas aleatórias e sem relação entre si. Por fim, relativo ao critério de seleção das amostras, o processo ocorreu de maneira aleatória, a fim de identificar, posteriormente, quais padrões são mais frequentes entre os informantes sem que houvesse preferência por qualquer um dos fatores mencionados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos estruturalistas propostos por Saussure compreendiam a língua como um fenômeno relativamente estável e que resistia às mudanças rápidas, tornando esse fato um limitador de possibilidades para as transformações e variações voluntárias que ocorrem por parte dos falantes. Todavia, ao longo da história, surgiram especialistas, como William Labov, que ampliaram os estudos de Saussure partindo

de uma nova perspectiva, a língua sofre mudanças rápidas e elas podem ser observadas sincronicamente através do fator social.

Nessa perspectiva, conforme as ideias de Saussure registradas no Curso de Linguística Geral (2006, p. 86), destaca-se que “um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos e são esses fatores que explicam porque o signo é imutável, vale dizer, porque resiste a toda substituição”. Em outras palavras, a língua constitui-se como um sistema historicamente construído, cujas mudanças decorrem diretamente do contexto social, o que explica a sua estabilidade relativa e a resistência a mudanças abruptas.

Em contrapartida, a Sociolinguística surge a partir disso como um campo de investigação que se desenvolveu em contraposição às abordagens estruturalistas fundamentadas pelo linguista, pois esse ramo estabelece a relação entre língua e sociedade ao romper com a ideia de que a língua é um sistema imutável e que há variações constantes no seu uso. Ela defende, dessa forma, que essas variações são influenciadas pelo fator social e, por isso, busca analisar as múltiplas maneiras pelas quais a língua se manifesta entre os falantes.

Todavia, devido ao surgimento dessas variações e marcações orais presentes ao longo da história, manifesta-se o chamado *preconceito linguístico*, frequentemente disfarçado de correção ou da ideia do que é certo ou errado quando se trata da gramática normativa. Nesse viés, para Bagno (2019), o preconceito linguístico se baseia na ideia de que existe somente uma língua portuguesa digna deste nome, na qual seria a língua pautada na gramática, ensinada nas escolas e prevista nos dicionários e qualquer manifestação linguística que fugisse desses parâmetros seria considerada errada ou inadequada.

Dessa maneira, observa-se que a busca pela língua estável ou pelo efeito de congelamento dela através do tempo, iniciada com os estudos estruturalistas, acabaram promovendo, mesmo que de forma inconsciente, o preconceito linguístico na sociedade. Entretanto, autores como Faraco (2008, p. 33) defendem que “não existe língua para além ou acima do conjunto das suas variedades constitutivas, nem existe a língua de um lado e as variedades de outro”. Ou melhor, a língua não é uma entidade única e homogênea, mas sim a representação de um conjunto de variedades linguísticas que coexistem e interagem entre si.

Nesse panorama, entre as diversas variações que existem no Brasil, destaca-se a despalatização, uma manifestação muito comum na fala popular

brasileira, que, segundo Lima (2025, p. 5), configura-se como “um fenômeno fonético que ocorre devido ao enfraquecimento do contato linguopalatal, diminuindo a área de contato, encurtando-o para frente ou para trás.” Nesse processo, em decorrência do enfraquecimento da característica palatal do som, verifica-se a manifestação da redução fonética, em que um som articular considerado mais complexo é substituído por um som considerado mais simples.

Em outros termos, esse fenômeno consiste no enfraquecimento ou na simplificação articulatória do fonema palatal, de modo que, em casos de redução do dígrafo *lh*, palavras como *mulher* passam a ser pronunciadas como “muié” ou “mulé”, assim como ocorre em “nin”, em lugar de *ninho*, quando há simplificação do dígrafo *nh*. Longe de representar uma falha, esse fenômeno reflete uma das inúmeras possibilidades legítimas do uso da língua no português.

Como desdobramento desse processo, observa-se também a redução de dígrafos por apócope. A apócope, conforme aponta Rolo (2010, p. 76), “é um fenômeno fonético fonológico que consiste na perda de um fonema ou sílaba em final de uma palavra.” Tal processo evidencia uma tendência referente à simplificação articulatória presentes na fala espontânea, levando o indivíduo a suprimir determinados segmentos fonológicos. Nesse sentido, os dígrafos, de acordo com Santos (2020), representam a junção de duas letras que constituem um único fonema, podendo sofrer redução em decorrência desse fenômeno.

Quando suprimidos em uma palavra acabam se tornando uma marca na oralidade popular de um indivíduo ou uma comunidade no geral. Como exemplo da redução de dígrafo, observa-se a palavra *telha*, que pode ser pronunciada como “teia”, evidenciando a despalatização da consoante palatal representada pelo dígrafo *lh*. Já em caso envolvendo a apócope, é comum a recorrente supressão do */r/* em posição final, como é o caso de palavras como *engatinhar*, que pode ser pronunciada como “engatiá”.

Nesse contexto, Labov (2008, p. 215) diz que “o estímulo linguístico para tais estudos é primordialmente o de que dada pessoa ou grupo usa a língua x num contexto ou domínio social y”. Dessa forma, o autor, ao argumentar que a sociedade compartilha um conjunto de normas, afirma que a variação linguística não é arbitrária e que depende do contexto ou domínio social em que ela está inserida, tornando as variações voluntárias e conscientes.

Um falante, mesmo que tenha o domínio da gramática normativa, pode escolher o quê e quando se fala a depender do grau de formalidade da conversa, adequando-se ao grupo social em que estiver inserido. Todavia, fatores como o grau de escolaridade, idade, sexo e região podem contrapor a ideia destacada.

Paralelamente, Alkmim (2012) pontua que cada indivíduo é motivado a falar de uma certa maneira, sendo influenciado socialmente por dois fatores: pelas experiências sociais e pelo grau de escolaridade. Ou seja, uma pessoa que teve acesso à educação básica, tende a estigmatizar, ainda que involuntariamente, certas variações, uma vez que a escola, ao privilegiar a norma padrão, se constitui como um agente normatizador da comunicação. Em contrapartida, aqueles que não tiveram acesso à escolarização formal, desenvolvem padrões de comunicação com base naquilo que sabem ou vivenciam socialmente.

Esses aspectos corroboram o surgimento de variações voluntárias envolvendo, por exemplo, a despalatização, tornando perceptível a contribuição que ela exerce na construção da identidade linguística e cultural presente na oralidade popular de uma determinada comunidade. Alkmim (2012) ainda reforça que toda língua se configura como um sistema completo, capaz de exprimir tanto a realidade quanto os significados simbólicos vivenciados pelos falantes. Nesse sentido, o fenômeno da despalatização confirma a heterogeneidade da língua e evidencia que tais realizações constituem recursos legítimos de comunicação, assim como promovem a sensação de pertencimento sociocultural.

Vale ressaltar que essa manifestação é uma parte legítima constituinte da língua, usada como uma ferramenta facilitadora da comunicação por grupos minoritários. A imposição por um único padrão linguístico deslegitima e invisibiliza o processo histórico e social do uso de uma variação dentro de uma comunidade. Nessa premissa, torna-se explícita a heterogeneidade linguística presente na sociedade, ao se evidenciar que a norma culta/padrão é apenas uma dentre tantas outras, de modo que todas as variações e formas de comunicação são válidas linguisticamente.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE

A seguir, apresentam-se fragmentos do *corpus* analisado, com o objetivo de evidenciar ocorrências da despalatização das consoantes palatais representadas

pelos dígrafos *lh* e *nh*. Para fins de análise, consideram-se aspectos como idade, escolaridade, sexo e localidades dos informantes, a fim de observar possíveis padrões de ocorrência do fenômeno nas falas transcritas.

A transcrição abaixo apresenta o fragmento da fala de um informante (DS125) da cidade de Pedreiras (MA), com Ensino Médio completo e, na época da coleta, com 35 anos. Este trecho se torna relevante para a pesquisa, pois será destacada a despalatização dos dígrafos *lh* e *nh*.

❖ **Fragmento 1 – Informante DS125 (Pedreiras, 35 anos, Ensino Médio)**

“Bom, mia vida e uma vida muito bôa grasas a Deus, tenhu um fio e treis fias, somus uma famia abençuada, gostu de tabaiar qi eu amu fazer e de counstrução sou pedreiro i e isso.”

(Transcrição realizada por Débora Lopes, 2025).

Percebe-se que o informante, morador da cidade de Pedreiras, mesmo possuindo Ensino Médio completo, apresenta uma realização fonética marcada pela despalatização da nasal palatal /ɲ/ na palavra *minha*, realizada como “mia”. Além disso, o mesmo fenômeno ocorre na articulação do dígrafo *lh*, onde verifica-se a simplificação da palavra *trabalhar*, que passa a ser articulada como “tabaiar”.

Há, ainda, uma ocorrência dessa redução nas palavras *filhos* e *filhas*, que resultam em “fio” e “fias”. Ao estabelecer uma comparação com um informante de 69 anos, analfabeto e residente da zona rural de Lima Campos (MA), percebe-se que, em relação ao primeiro informante, o segundo não reduz os dígrafos *nh* e *lh* na maior parte do tempo, mas, ao final, ele usa a variação “trabaiando”:

❖ **Fragmento 2 – Informante RB215 (Lima Campos, 69 anos, analfabeto)**

“[...] sou trabalhador tenhu oito filhos tenhu orgulho dá família que tenhu e trabalho de roça [...]. Não tive istudo, meus filhos...faço de tudo pra meus filhos aprender um pouco, tens uns que tá trabaiando [...]”

(Transcrição realizada por Raimunda de Sousa, 2025).

Através de uma comparação entre os dois fragmentos, demonstra-se que a relação existente entre o nível de escolaridade, idade ou região não são aspectos diretamente determinantes da variação observada na fala dos dois informantes, tendo em vista que o primeiro possui uma escolaridade mais avançada que o segundo.

Observa-se também a faixa etária e a localidade de cada indivíduo, onde percebe-se que o informante DS125, além de ser mais jovem que o informante RB215

e residente da zona urbana de Pedreiras, apresenta mais variações linguísticas na fala, corroborando a ideia defendida anteriormente.

A seguir, analisou-se um fragmento onde a entrevistada apresenta a mesma regularidade acerca da supressão dos dígrafos *nh* e *lh*. A informante, com 17 anos e Ensino Fundamental completo, é residente da zona rural de Pedreiras, Povoado Maribondo:

❖ **Fragmento 3 – Informante GA225 (Pedreiras, 17 anos, Ensino Fundamental)**

“Oi, meu nome é Informante GA225, tenho 17 ano. Eu terminei o ensino fundamental faz um tempim e tô fazendu o ensino médio, desde entaum to na correria — trabaiano e ajudano em casa.”

(Transcrição realizada por Gardielle Alencar, 2025).

No fragmento, observa-se a despalatização integrando o mesmo padrão apontado anteriormente, que, em contextos regionais, costuma ser identificado oralmente e em variedades quando se trata do uso informal/ coloquial da língua. Dessa forma, em relação à variação constatada na fala da entrevistada GA225, destaca-se a redução do dígrafo *nh* na palavra *tempinho*, que varia para “tempim”, e a redução do dígrafo *lh* na palavra *trabalhando* que varia para “trabaiano”.

Na palavra *tempinho*, que na transcrição apresenta-se como “tempim”, destaca-se a substituição do fonema palatal *nh* por uma realização mais simples na fala. O mesmo ocorre na palavra *trabalhando*, que varia para “trabaiano”, sendo identificada a substituição do fonema *lh* e o acréscimo da vocálica */i/* na articulação vocal.

Através desse fragmento, o fenômeno da despalatização demonstra que as marcas de variação linguística presentes na oralidade, mesmo entre os informantes mais jovens, revelam características próprias da fala cotidiana dos informantes e das localidades investigadas, sendo importante para legitimar a comunicação estabelecida em diferentes contextos e entre falantes de faixas etárias distintas.

Ainda de forma comparativa, é apresentado o informante AC024, de Lima Campos, com 59 anos e Ensino Fundamental incompleto, mas que não apresenta variações relacionadas ao fenômeno pesquisado:

❖ **Fragmento 4 – Informante AC024 (Lima Campos, 59 anos, Ensino Fundamental incompleto)**

“[...] tenho cinquenta e nove ano é... atualmente trabalho como servidor público municipal, mas desde criança que trabalhava na roça com meus pais nunca deixei, é... parei de trabalhar [...].”

(Transcrição realizada por Andréia Lima, 2025).

A partir da análise nos dois fragmentos, observa-se que o informante AC024, em relação à informante GA225, não apresenta variações na fala que sejam relacionadas ao fenômeno da despalatização. Dessa forma, é destacada a ideia de que, novamente, no *corpus* analisado, não se observou uma relação direta das variações identificadas com o nível de escolaridade dos entrevistados.

Levando em consideração que o informante de Lima Campos apresenta um nível de escolaridade inferior ao do informante de Pedreiras, mas demonstra menos transformações na fala, explica-se, através da teoria de Labov (2008), que os falantes se adequam ao contexto social em que estão inseridos ou, de forma individual, com quem e com qual finalidade se fala.

Especificamente, Labov (2008) afirma que dada pessoa ou grupo usa uma língua específica, num contexto ou domínio social específico. Assim, assume-se que um falante pode adaptar sua linguagem conforme o contexto social e da maneira que lhe é conveniente. Um exemplo prático são as pausas na fala do informante AC024, que podem ser um indicativo para pressupor que ele estava formulando a frase da melhor forma, tendo em vista a finalidade da entrevista e a formação da entrevistadora.

Seguindo o mesmo padrão linguístico da entrevistada de 17 anos, da zona rural de Pedreiras e que faz a supressão dos dígrafos, no trecho abaixo é apresentada a informante DL325 de 30 anos, moradora da zona urbana de Pedreiras e com Ensino Médio completo:

❖ **Fragmento 5 – Informante DL325 (Pedreiras, 30 anos, Ensino Médio)**

“Oi, bom dia, tenho trinta anu vi contar aqí u pouco sobri a mia vida, gostu di trabaiair, sou grata a Deus pela mia vida qí tem abençuatedu a mia kaza i tenho só agradecer mesmu a Deus.”

(Transcrição realizada por Daiane Lopes, 2025).

Na transcrição 5, é observada a mesma regularidade em relação ao fragmento 3, a informante de 30 anos faz o uso da redução dos dígrafos *nh* e *lh* nas seguintes palavras: “mia” (*minha*) e “trabaiar” (*trabalhar*). Ela usa o mesmo padrão para dois dígrafos diferentes: a substituição deles pela vocálica /i/, conservando o resto dos fonemas. Além disso, essas ocorrências demonstram marcas de variação linguística características do português falado em contextos informais.

A substituição dos dígrafos pelo fonema /i/ indica um processo de redução fonológica que não compromete a compreensão da mensagem, mas revela particularidades da fala do informante e da comunidade linguística em que ele/a está inserido/a. Em uniformidade, o informante 6 (GS350), de 58 anos, residente da zona urbana na cidade de Lima Campos e sem nenhuma escolarização formal concluída, apresenta a mesma marcação fonética:

❖ **Fragmento 6 – Informante GS350 (Lima Campos, 58 anos, analfabeto)**

“O quieu faço, quieu num posso trabaía nu pesadu purquê adueci de ernía de discu[...] puquê eu trabaio ele roça, mar eu num to pudenu trabaia di roça.”

(Transcrição realizada por Gleiciane Alves, 2025).

Nos dois casos anteriores, o padrão permanece recorrente independentemente do nível de escolaridade dos informantes. Enquanto o primeiro possui Ensino Médio completo, o segundo não apresenta nenhuma escolarização formal concluída; ainda assim, observa-se a mesma regularidade na fala de ambos. Demonstra-se que a gramática normativa ensinada nas escolas, e prevista nos dicionários, não determina o uso linguístico na comunicação popular, tampouco interfere nas marcas regionais que caracterizam as comunidades analisadas.

Dessa forma, percebe-se que a fala dos informantes apresentam traços inerentes à realidade em que esses indivíduos estão inseridos, revelando que a linguagem se constrói e modifica-se de acordo com as práticas de comunicação consolidadas pelos falantes que fazem uso dela. Nessa premissa, para atestar a veracidade dessa concepção entre os objetos de estudo deste material, na transcrição a seguir apresenta-se um trecho da fala do Informante G425, de 24 anos, morador da zona urbana de Pedreiras e, atualmente, estudante universitário, que também apresenta a variação discutida ao longo deste estudo:

❖ **Fragmento 7 – Informante GA425 (Pedreiras, 24 anos, graduando)**

“Oi boa tarde. Meu nome é GA425 tenho vinte e quatro anos sou de Pedreiras Maranhão. Estudo na universidade Estadual do Maranhão UEMA [...] gosto de pegar passarim.”

(Transcrição realizada por Gardielle Alencar, 2025).

Observa-se que o informante GA425 preserva o segmento nasal /n/ e realiza a redução do dígrafo *nh*, suprimindo a sequência final “-ho” da palavra *passarinho*, que passa a ser registrada como “passarin” na transcrição. Esse processo pode ser interpretado, também, como um caso de apócope, uma vez que ocorre o apagamento de um segmento final da palavra, conforme discutido no referencial teórico.

Esse processo evidencia uma simplificação articulatória associada à economia fonética e à fluidez da fala espontânea. Embora o informante tenha 24 anos, resida na zona urbana de Pedreiras e esteja inserido no ensino superior, verifica-se em sua fala, a recorrência do padrão analisado ao longo deste estudo: a despalatização do *nh*.

Na última transcrição, analisa-se a fala de um informante com 73 anos, Ensino Fundamental incompleto e residente da zona rural de Lima Campos, onde observa-se que, mesmo que o informante reduza o dígrafo *lh* no caso apresentado, ele o preserva em outro momento:

❖ **Fragmento 8 – Informante BF045 (Lima Campos, 73 anos, Ensino Fundamental incompleto)**

“Olá boa noiti meu nomi é informante BF045 eu vou dizer até a data qui eu nasci foi de mil novecentu e cinquenta e doize dia dor di juli, o qui eu gordi fazer mesmu é trabalhar di roça né [...] agora nu dia doir di juli faço setenta e quatro.”

(Transcrição realizada por Bianca Feitosa, 2025).

A análise do fragmento 8 evidencia um comportamento variável na articulação do dígrafo *lh*. O falante reduz foneticamente a palavra *julho*, articulada como “juli”, adicionando a vogal “i” em substituição do dígrafo *lh*, mas, em outros momentos, ele utiliza a forma correspondente à norma padrão na palavra *trabalhar*. Desse modo, reforça-se tanto a regularidade, quanto o fato de que o fenômeno da despalatização não decorre de desconhecimento da forma normativa, mas constitui uma variação ocasionada pelo uso, pela fluidez da fala e por um padrão linguístico internalizado.

Em suma, através das análises realizadas, observa-se que, mesmo entre falantes com diferentes níveis de escolaridade, idade e regiões diferentes, é apresentado o mesmo tipo de variação linguística. Diante disso, levanta-se a hipótese de que nos dados analisados, essa ocorrência não se mostra diretamente condicionada pelos fatores mencionados. Portanto, esse fenômeno integra a identidade linguística das comunidades analisadas, configurando-se como uma forma legítima de uso da língua em determinados contextos sociais, onde os falantes, voluntariamente, utilizam a língua x, num contexto y.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar os processos de despalatização como elementos da construção da identidade linguística e cultural de falantes pedreirenses e lima campenses. Buscou-se, também, de forma específica, identificar as ocorrências de despalatização envolvendo os dígrafos *lh* e *nh* na fala popular maranhense, bem como comparar transcrições orais destacando alterações fonéticas e marcas regionais recorrentes e, por fim, descrever e analisar as ocorrências encontradas considerando fatores como escolaridade, idade, sexo, região e a marca mais recorrente nas falas.

A análise das transcrições mostrou que a despalatização das consoantes palatais representadas pelos dígrafos *lh* e *nh* ocorre tanto entre falantes da zona rural quanto da zona urbana, configurando-se como um traço recorrente da identidade linguística dos falantes de Pedreiras e Lima Campos. Identificou-se que essa variação não se mostrou condicionada de forma determinante, no *corpus* analisado, por fatores como: idade, escolaridade, sexo ou região, uma vez que foi identificada em informantes com perfis sociais distintos.

Observa-se, ainda, um padrão recorrente de simplificação articulatória, no qual as consoantes palatais representadas pelos dígrafos *lh* e *nh* tendem a ser substituídas por uma realização vocálica /i/ ou suprimidas no fluxo da fala, evidenciando um processo de economia fonética característico da oralidade popular. Além disso, a partir das transcrições, apresentou-se que esse fenômeno está relacionado ao contexto social e aos hábitos linguísticos dos informantes inseridos no contexto investigado, refletindo não apenas uma regularidade dentro do não-padrão,

mas uma busca pelo conforto ou facilidade na oralidade em empregar uma forma ao invés de outra.

Por outro lado, em certos casos pode ocorrer uma inversão de valores, aquilo que é considerado certo em um lugar, pode ser visto como errado em outro dependendo também do contexto social. Em outras palavras, a norma-padrão pode ser vista como artificial ou inadequada por falantes da zona rural e/ou de cidades pequenas, enquanto variações como a despalatização dos dígrafos tendem a ser estigmatizadas em grandes centros urbanos.

Dessa forma, as múltiplas variações existentes servem como base para analisar a cultura e a identidade linguística de uma sociedade, sendo necessárias para contribuir com a diversidade em um país com dimensões continentais como o Brasil. Portanto, é imprescindível que existam movimentos de valorização para cada expressão da língua, pois é através da oralidade que são revelados os aspectos culturais e linguísticos de uma comunidade, bem como as histórias e os saberes perpetuados pelos antepassados. Consequentemente, ignorar ou deslegitimar qualquer variação, se torna um fator contribuinte para a manutenção do preconceito linguístico em um país marcado pela diversidade.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, Tania Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. v.2. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2019.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LIMA, Ana Vitória Dias. “Aqui nós diz cuié”: uma descrição geossociolinguística do fenômeno da despalatização em Ponta de Pedras - Marajó - PA. V. 15, nº 44. Pará: **Web-Revista SOCIODIALETO – NUSPED / LALIMU**, 2025.

ROLO, Maria do Carmo Sá Teles de Araújo. **Apócope das vogais átonas [i] e [u] em duas localidades do Centro Sul Baiano: Beco e Seabra**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Fernando. 3. **classificação dos fonemas**: encontro consonantal e dígrafo. Canal Educação. 2020. Disponível em: https://www.canaleducacao.tv/images/slides/39994_d347c63bf5c54c057fa63805594711fd.pdf. Acesso: 12 out. 2025.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

A LINGUAGEM JORNALÍSTICA E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Eliúde Costa Pereira (UEMA) ¹

Letícia Dias Pacheco (UEMA) ²

Vítor Daniel de Sousa Mesquita (UEMA) ³

RESUMO: A linguagem jornalística, além de informar, exerce papel fundamental na produção de sentidos e na construção simbólica da realidade social, uma vez que organiza o discurso público, seleciona os acontecimentos e determina os modos de representação da vida cotidiana. Com base nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo discutir o discurso jornalístico como prática social e ideológica, investigando de que forma a linguagem midiática contribui para a manutenção e a naturalização de determinadas visões de mundo. A pesquisa fundamenta-se na Análise do Discurso (AD), especialmente nas contribuições de Michel Pêcheux (1990), Patrick Charaudeau (2006) e Norman Fairclough (2001), que concebem o discurso como uma prática histórica atravessada por ideologia, poder e condições de produção. Essa abordagem permite compreender que o jornalismo, mesmo quando se apresenta como neutro, opera por meio de estratégias discursivas que constroem efeitos de verdade e legitimam posições sociais. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória e bibliográfica, com abordagem qualitativa, focando nos mecanismos de construção do efeito de objetividade e imparcialidade da mídia. Os resultados apontam que os gêneros jornalísticos, tanto informativos quanto opinativos, organizam o dizer e direcionam o leitor para determinadas interpretações dos fatos, funcionando como instrumentos de mediação simbólica entre a realidade e o público, de modo que compreender o funcionamento discursivo da linguagem jornalística é essencial para a formação de leitores críticos, capazes de reconhecer os efeitos ideológicos presentes nos textos midiáticos e refletir sobre o papel social da mídia na contemporaneidade.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Mídia; Discurso jornalístico; Ideologia.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade profundamente marcada pelo fluxo contínuo de informações mediadas pela linguagem. Nesse contexto, o discurso jornalístico ocupa papel de destaque na construção da realidade social, pois informa, interpreta e

¹ Doutor em Linguística (UFC), professor Adjunto na Universidade Estadual do Maranhão (Campus Zé Doca) e Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Linguagens e Ensino (GEPL)-UEMA/CNPq. E-mail: eliudecostapereira10@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa-UEMA/Campus Zé Doca. E-mail: lddias778@gmail.com

³ Acadêmico do Curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa-UEMA/Campus Zé Doca. E-mail: vittordanielm@gmail.com

frequentemente orienta a opinião pública. Mais do que relatar fatos, o jornalismo organiza o mundo discursivamente, selecionando o que será dito, como será dito e o que será silenciado. Por isso, compreender a linguagem jornalística é essencial para desenvolver uma leitura crítica da mídia.

Nessa perspectiva, a Análise do Discurso (AD), um campo de estudo interdisciplinar, busca compreender como os sentidos são produzidos por meio da linguagem, considerando os contextos históricos, sociais e ideológicos que atravessam o sujeito e suas formas de enunciação. Longe de tratar o discurso como uma produção individual, a AD investiga como as ideologias moldam a maneira pela qual nos comunicamos em diferentes instâncias sociais, posicionando-se no entremeio entre língua, história e sujeito.

A obra *Materialidades Discursivas* (1980) marca um ponto importante no desenvolvimento da AD ao reunir as contribuições de Michel Pêcheux e outros pesquisadores franceses. Essa coletânea apresenta a análise do discurso como um campo teórico formado pela confluência entre linguística, psicanálise e história, reafirmando seu caráter heterogêneo e crítico. Pêcheux propõe uma abordagem materialista da linguagem, fundamentada no marxismo, na qual o discurso é concebido como prática social e histórica, atravessada pela ideologia.

Com base nessa perspectiva crítica, o discurso jornalístico se mostra como um campo especialmente fértil para análise, uma vez que, embora se construa com base em efeitos de objetividade e imparcialidade, está carregado de marcas ideológicas e escolhas linguísticas. Segundo Charaudeau (2006), o discurso da mídia organiza-se como um discurso de informação, mas recorre a estratégias de persuasão e construção de autoridade institucional. Fairclough (2001), por sua vez, aponta que a linguagem jornalística contribui para a manutenção ou transformação de estruturas de poder.

Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a discutir o discurso jornalístico como prática social e ideológica, investigando de que forma a linguagem midiática contribui para a manutenção e a naturalização de determinadas visões de mundo. A pesquisa fundamenta-se na Análise do Discurso (AD), especialmente nas contribuições de Michel Pêcheux (1990), Patrick Charaudeau (2006) e Norman Fairclough (2001), que concebem o discurso como uma prática histórica atravessada por ideologia, poder e condições de produção. Essa abordagem permite compreender que o jornalismo, mesmo quando se apresenta como neutro, opera por meio de

estratégias discursivas que constroem efeitos de verdade e legitimam posições sociais.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória e bibliográfica, com abordagem qualitativa, focando nos mecanismos de construção do efeito de objetividade e imparcialidade da mídia.

A organização do trabalho envolve, além desta parte introdutória, a fundamentação teórica, em que se faz uma breve apresentação sobre a Análise do Discurso, área em que se situa esta investigação, seguindo-se com uma abordagem sobre o discurso jornalístico e as funções discursivas desse tipo de discurso. Na sequência, apresentam-se a metodologia utilizada para a investigação e os resultados encontrados, bem como, as considerações finais.

2 A ANÁLISE DO DISCURSO E OS ESTUDOS DISCURSIVOS

A Análise do Discurso (AD), especialmente em sua vertente francesa, compreende o discurso como uma prática social atravessada por condições históricas, formações ideológicas e relações de poder. Diferente de abordagens que tratam a linguagem como representação transparente da realidade, a AD propõe que os sentidos não são fixos nem universais, mas produzidos a partir de posições ideológicas assumidas pelos sujeitos nas formações discursivas.

Michel Pêcheux, um dos principais teóricos dessa corrente, rompe com a ideia de sujeito autônomo e consciente. Para ele, o sujeito é constituído pela ideologia e pelos discursos que o antecedem, sendo posicionado nas redes de significação social. Em suas palavras, “o sujeito é um depósito de ideologia, sem vontade própria, e a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade” (Pêcheux, 1990, p. 82). Assim, o discurso não é apenas uma expressão individual, mas o resultado de condições de produção que o excedem.

A língua, nesse contexto, não apenas comunica, ela materializa ideologias. Pêcheux (1990, p. 8) afirma que

[...] através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata; nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível.

Essa ideia evidencia que o discurso traz sempre marcas do já-dito, do que foi silenciado e do que permanece em disputa, o que torna o sentido instável e historicamente condicionado.

Esse funcionamento ideológico está ligado ao conceito de interpelação, formulado por Althusser, segundo o qual a ideologia constitui os indivíduos como sujeitos. Segundo o autor, “o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar é o mecanismo da sujeição social [...] é um mecanismo com duplo efeito: o agente se reconhece como sujeito e se assujeita a um sujeito absoluto” (Althusser, 2001, p. 08). Esse reconhecimento do lugar social é fundamental para compreender como o sujeito, no discurso, reproduz ou contesta ideologias sem, muitas vezes, estar consciente disso.

Nessa perspectiva, o discurso é mais do que uma sequência de palavras, ele é uma prática histórica em movimento. Orlandi (1999, p. 15), ao refletir sobre essa abordagem, afirma que “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. O discurso, portanto, é visto como lugar de constituição dos sujeitos, de embates simbólicos e de disputas por sentidos.

Complementando esse olhar, Foucault (2008, p. 55) propõe que não se deve tratar os discursos apenas como conjuntos de signos, mas como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. Para ele, há algo no discurso que o torna irredutível tanto à estrutura linguística quanto ao simples ato da fala — é esse “mais” que precisa ser descrito e analisado. Ou seja, o discurso cria realidades discursivas, institui verdades e regula o que pode ou não ser dito em um dado contexto.

Portanto, na Análise do Discurso, o sentido não é transparente, mas sempre construído e atravessado por múltiplas determinações. A linguagem é entendida como um espaço de disputa simbólica, em que diferentes posições ideológicas se confrontam. O sujeito é, ao mesmo tempo, efeito e produtor do discurso. E é nesse movimento dialético entre linguagem, ideologia e história que a AD se firma como ferramenta crítica para compreender os modos de produção de sentido na sociedade contemporânea.

2.1 Gêneros jornalísticos e funções discursivas

Os gêneros jornalísticos são manifestações discursivas socialmente reconhecidas que organizam a informação e contribuem para a construção da realidade social. Na perspectiva bakhtiniana (2003), os gêneros discursivos são formas relativamente estáveis de enunciação, produzidas em contextos comunicativos específicos. No campo jornalístico, eles se configuram como práticas regulares e institucionalizadas, responsáveis por estruturar a circulação de sentidos na esfera pública.

No Brasil, os gêneros jornalísticos mais utilizados são tradicionalmente classificados em dois grandes grupos: os informativos e os opinativos. Segundo Nascimento e Sousa (s.d., p. 5), “são identificados como gêneros jornalísticos mais utilizados no Brasil os de caráter informativo como nota, notícia, reportagem e entrevista; e os opinativos: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura e carta.” Essa distinção é importante porque define não apenas os objetivos comunicativos de cada gênero, mas também as formas discursivas e as estratégias linguísticas que orientam sua produção.

A notícia, por exemplo, é concebida como o gênero mais representativo da função informativa. Entretanto, sua pretensa neutralidade e objetividade não eliminam sua dimensão ideológica. Marcondes Filho (1989, p. 13) afirma que a notícia, no contexto da indústria cultural, transforma-se em uma mercadoria: “com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo.” Esse processo revela que o conteúdo da notícia é selecionado e moldado de acordo com critérios de interesse editorial, audiência e mercado, o que compromete sua função informativa pura e a aproxima de um discurso formatado para consumo.

Além disso, como ressalta Orlandi (2005, p. 22), é necessário compreender o discurso não como uma simples realização eventual da linguagem, mas como um processo que envolve regularidade e funcionamento próprios. Segundo a autora, “o discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto.” Essa perspectiva é fundamental para entender que os gêneros jornalísticos não são neutros nem espontâneos, mas respondem a determinações sociais e históricas que atravessam a linguagem.

Por sua vez, os gêneros opinativos, como o editorial, o artigo de opinião e a coluna, assumem abertamente uma posição valorativa diante dos fatos. Eles são espaços privilegiados para a manifestação da ideologia do veículo de comunicação e, muitas vezes, dos grupos sociais que o financiam. Ainda que utilizem uma linguagem formal e aparentemente imparcial, esses textos operam com mecanismos argumentativos e escolhas lexicais que orientam o leitor a adotar uma determinada interpretação.

2.2 O discurso jornalístico: caso do editorial

O discurso jornalístico, como já mencionado, exerce papel fundamental na construção da realidade social, pois organiza os acontecimentos, hierarquiza temas e produz sentidos por meio de escolhas discursivas e ideológicas. Longe de ser neutro, ele está inserido em relações de poder e cumpre uma função estratégica ao legitimar determinadas visões de mundo. Esse funcionamento torna-se ainda mais evidente em gêneros opinativos, como o editorial, cuja função primordial é expressar a posição institucional do veículo de comunicação.

O editorial é, por natureza, um texto argumentativo e opinativo. Segundo Perfeito (2007, p. 482), “em sendo altamente argumentativo, obviamente, o editorial está classificado como um gênero discursivo da ordem do argumentar [...] apresenta ideias, justificativas, sustentações, negociações e conclusão”. Mesmo que não seja assinado por um autor específico, ele representa a voz do jornal e se destina a influenciar a opinião pública por meio de uma articulação retórica planejada.

Nesse contexto, Costa (2009, p. 2) observa que o editorial “se caracteriza por sua função persuasiva e institucional, pois traduz a opinião do jornal sobre os fatos noticiados”. Para isso, o enunciador constrói um *ethos* de autoridade e credibilidade, geralmente sustentado por uma linguagem impessoal e pelo apagamento do sujeito, evidenciando o efeito de objetividade, que dá ao texto a aparência de neutralidade, como se os argumentos apresentados fossem universais e desvinculados de interesses ideológicos. Como a autora afirma, “o apagamento do sujeito enunciador colabora para a construção de um efeito de objetividade no discurso, contribuindo para que o editorial seja lido como expressão de uma verdade impessoal e neutra” (Costa, 2009, p. 2).

Contudo, esse suposto distanciamento do locutor não significa ausência de posicionamento. Pelo contrário, o editorial articula seu ponto de vista por meio de estratégias argumentativas, tais como modalização, seleção lexical e estrutura sintática, buscando convencer o leitor da validade de sua interpretação. De acordo com Costa (2009, p. 3), o editorial organiza a argumentação com vistas a garantir o convencimento do leitor no que tange à validade da tese defendida, de modo que “a linguagem no editorial funciona como instrumento ideológico, pois ao mesmo tempo em que organiza os fatos, constrói sentidos e orienta o modo de percebê-los.”

Essas práticas demonstram como o discurso jornalístico, especialmente o opinativo, está imerso em disputas ideológicas. Como ressalta Cruz (2018, p. 48-49), “os jornais passaram a ser, além de condutores/formadores de opinião, também detentores de forças políticas e econômicas [...] por trás de suas palavras está, também, a ideologia seguida pelo próprio jornal, os interesses políticos deste e de seus financiadores”

Isso significa que, embora o jornal se apresente como mediador neutro entre os fatos e o público, sua produção discursiva está profundamente atravessada por valores e interesses que sustentam determinada formação ideológica.

Outro aspecto importante do discurso jornalístico é o recurso à intertextualidade e ao discurso citado, frequentemente utilizados como estratégias de legitimação. Como afirma Marcuschi (2008, p. 195), “é comum que sejam feitas menções à fala de terceiros ao longo do texto, geralmente destacando opiniões acerca do tema abordado. Trata-se de uma característica do domínio jornalístico”. Ao recorrer à fala de especialistas, autoridades ou personagens envolvidos na notícia, o jornal reforça seu *ethos* de credibilidade e constrói uma rede discursiva que ampara sua argumentação.

3 METODOLOGIA

Este trabalho tem origem em investigação de caráter exploratório, envolvendo pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa na análise das informações. Segundo Gil (2002), as investigações bibliográficas visam aprofundar a compreensão de um tema a partir da análise de obras teóricas já publicadas.

A investigação está ancorada na Análise do Discurso (AD), compreendida como uma prática social e histórica, atravessada por ideologia. Desse modo, a construção do referencial teórico resultou de investigação em obras de autores como Michel Pêcheux, Patrick Charaudeau e Norman Fairclough, cujas contribuições permitem refletir sobre a construção do discurso jornalístico, seus efeitos de sentido e seu papel na legitimação de ideologias.

A análise das fontes contemplou as seguintes categorias: (1) os fundamentos da AD e sua relevância para a leitura crítica da mídia; (2) os mecanismos que constroem a aparência de objetividade no discurso jornalístico; e (3) como a linguagem jornalística pode reforçar ou questionar determinadas formações ideológicas.

4 RESULTADOS

Com base na pesquisa realizada, fica evidenciado que os discursos têm o poder de criar realidades, instituir verdades e regular o dizer (Foucault, 1990). Isso porque, como diz Pêcheux (1990), tais discursos são atravessados por formações ideológicas, de modo que o sujeito está inscrito em estruturas históricas que moldam sua fala (Pêcheux, 1990).

No que tange ao discurso jornalístico, como afirma Charaudeau (2006), a mídia cria efeitos de objetividade e autoridade, mesmo quando há intenção de influenciar, sendo o discurso uma forma de ação social que legitima ou contesta estruturas de poder.

No caso específico da notícia, o conteúdo atende a critérios de interesse editorial, audiência e mercado, transormando-o em um discurso formatado para consumo (Marcondes Filho, 1989). Já o editorial realiza uma organização de argumentos de tal modo que constrói uma discursividade que se constitui como um instrumento ideológico voltado a orientar o leitor (Costa, 2009).

Nesse sentido, os gêneros jornalísticos organizam a informação e a tornam crível. A notícia constrói neutralidade por meio da forma; o editorial, por outro lado, assume uma posição institucional com argumentos cuidadosamente estruturados. Em todos os casos, há produção de sentidos que afetam a forma como o público interpreta os acontecimentos sociais.

Desse modo, é possível compreender que o discurso jornalístico ultrapassa a simples função de transmitir informações. Ele atua como uma prática social que constrói representações da realidade, influencia a opinião pública e está inserido em relações de poder e ideologia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo refletir, a partir de uma abordagem teórica, sobre o funcionamento do discurso jornalístico enquanto prática discursiva marcada por ideologia, poder e estratégias de construção de sentido. Fundamentada na Análise do Discurso, a pesquisa permitiu compreender que os textos jornalísticos não são neutros ou puramente informativos, mas carregam escolhas linguísticas e discursivas que orientam a interpretação do leitor.

Com base nos estudos de Michel Pêcheux, Patrick Charaudeau e Norman Fairclough, foi possível identificar que o discurso jornalístico opera por meio de estruturas linguísticas específicas, que moldam interpretações e reforçam determinadas visões de mundo. Além disso, os gêneros jornalísticos desempenham papel importante na organização das informações e na legitimação do discurso da mídia.

Conclui-se que o discurso jornalístico deve ser lido criticamente e entender seus mecanismos discursivos é essencial para formar leitores conscientes e capazes de identificar os sentidos produzidos, os silenciamentos operados e as visões de mundo transmitidas pela mídia.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 10. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**: a construção do acontecimento. São Paulo: Contexto, 2006. Disponível em:

https://cienciaslinguagem.eca.usp.br/Charaudeau_DiscursoDasMidias.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

COSTA, Isabel Cristina da. **Discurso e mídia**: a construção do ethos no editorial jornalístico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em: <https://www.linguisticario.letras.ufrj.br/uploads/7/0/5/2/7052840/artigo9.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2025.

CRUZ, Roselane Rodrigues da. O editorial como discurso argumentativo institucional: uma proposta de leitura discursiva. In: ARAÚJO, Vera Lúcia Lopes Nogueira de; CRUZ, Roselane Rodrigues da (Org.). **Texto e discurso em movimento**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018. p. 45–55.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Disponível em: <https://sabinemendesmoura.files.wordpress.com/2012/08/discurso-e-mudanc3a7a-social-norman-fairclough.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O jornalismo como um produto cultural**. São Paulo: Ática, 1989.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 155–196.

NASCIMENTO, Rodrigo Reis do; SOUSA, Li-Chang Shuen Cristina Silva. **Pressupostos teóricos para análise do discurso jornalístico**. [S.l.: s.n.], s.d. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/282352461>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PÊCHEUX, Michel et al. **Materialidades discursivas**. São Paulo: Pontes, 1980. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/584840140/Materialidades-Discursivas>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PERFEITO, Maria Cristina Leandro Ferreira. Gêneros do discurso e práticas sociais. *In*: ROJO, Roxane (Org.). **Escolarização e letramentos**: Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 465–491.

A VARIAÇÃO ENTRE “NÓS” E “A GENTE”: CRENÇAS E USOS NO PORTUGUÊS DE SANTA INÊS (MA)

Fernanda Paula da Silva (UEMA) ¹

Layane Kessia Sousa de Carvalho (UFMA/UEMA) ²

Andreza Luana da Silva Barros (UEMA)³

RESUMO: A variação linguística revela a diversidade, a dinamicidade e a riqueza da língua, evidenciando como o português está em permanente transformação a partir do uso concreto de seus falantes em diferentes contextos sociais. Nesse sentido, estudos que analisam o emprego dos pronomes *nós* e *a gente* tornam-se relevantes, uma vez que essas formas linguísticas refletem não apenas escolhas gramaticais, mas também aspectos identitários, socioculturais e percepções dos usuários da língua. Assim, este artigo tem como objetivo investigar as crenças e atitudes linguísticas de falantes do sexo masculino acerca da variação no uso dos pronomes *nós* e *a gente* na função de sujeito, relacionando-as às percepções sobre o uso real do português falado em Santa Inês (MA). Como aporte teórico, adotam-se os estudos de Labov (2008), Tarallo (2002), Moreno Fernández (2009) e Omena (1996 [1978]), autores que oferecem contribuições fundamentais para a compreensão dos fenômenos de variação linguística e para o campo da sociolinguística variacionista. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas baseadas em roteiro etnolinguístico e teste de percepção, ambos aplicados a informantes naturais de Santa Inês. Os participantes foram organizados em duas faixas etárias e em dois níveis de escolaridade: ensino fundamental e ensino universitário, ambos do sexo masculino. Os resultados indicam que a variante *a gente* se configura como uma marca significativa do falar santa-inesense, apresentando alta frequência no uso espontâneo dos sujeitos da pesquisa. No entanto, os informantes tendem a associar o pronome *nós* a situações de maior formalidade, o que revela uma tensão entre o uso real e as percepções normativas que orientam as escolhas linguísticas dos falantes.

Palavras-chave: Nós; A gente; Avaliação; Percepção; Santa Inês.

1 INTRODUÇÃO

A variação linguística é um fenômeno importante que ocorre em meio às línguas naturais, em especial, o português brasileiro (PB). Assim, mediante os estudos

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa (UEMA). E-mail: fernandapauladasilva8@gmail.com

² Mestre em Letras – UFMA; Professora da Universidade Estadual do Maranhão; E-mail: prof.layanecarvalho@gmail.com
– UEMA (Santa Inês)

³ Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Piauí. Professora substituta do curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão, campus Zé Doca. E-mail: andrezaluanasb@gmail.com

da Sociolinguística Variacionista, e ancorados nos pressupostos de Labov (2008 [1972]), a variação linguística é inerente à fala, uma vez que a língua não é homogênea, mas heterogênea, revelando sua diversidade por meio da oralidade.

Tarallo (2002) e Moreno Fernández (2009) apresentam contribuições significativas para a compreensão da variação linguística presente na língua, em especial no âmbito da Sociolinguística Variacionista. Reforçam que a língua não é um sistema homogêneo, mas dinâmico e heterogêneo, usado como veículo de comunicação face a face (Tarallo, 2002. p.19), o qual recebe influencia de fatores sociais, históricos e culturais. Assim, estudos que tomam como bases fenômenos de variação linguística, refletem o comportamento linguístico dos falantes, de acordo com a idade, escolaridade, sexo e contexto social.

Em meio à diversidade de variantes linguísticas presentes no Brasil, destaca-se o uso dos pronomes **nós e a gente**, especialmente na localidade de Santa Inês (MA). Nesse sentido, estudos voltados para essa temática evidenciam a dinamicidade da língua portuguesa, por meio da qual os indivíduos demonstram sua identidade, crenças e atitudes linguísticas.

A variante *a gente*, ao longo do tempo, passou por um processo de gramaticalização: originalmente pertencente à categoria dos substantivos, passou a integrar o conjunto de pronomes do PB, assim como, o primeiro pronome do plural, o *nós*. Dessa forma, autores como Omena (1996 [1978]) e Lopes (1993), destacam em seus estudos o processo linguístico de gramaticalização da variante *a gente*, que hoje é considerado um pronome.

Menuzzi (2000) discute o comportamento do pronome *a gente* no PB sob uma perspectiva sintática e semântica. Do ponto de vista gramatical, enfatiza que a variante é usada como pronome de terceira pessoa do singular, visto que se observa a concordância verbal, como em “*a gente vai, a gente chegou*”. Entretanto, do ponto de vista semântico, comporta-se como primeira pessoa do plural, pois inclui o falante e outras pessoas no grupo referido. Sendo assim, quando alguém diz “*a gente precisa caminhar mais*”, o sentido assemelha-se a “*nós precisamos caminhar mais*”, ainda que a concordância verbal não siga o padrão da primeira pessoa do plural.

Diante disso, o presente estudo é orientado pelo seguinte questionamento: Como os falantes do sexo masculino percebem e avaliam o uso dos pronomes *nós* e *a gente* no português falado em Santa Inês (MA)? Para tanto, objetiva-se investigar as crenças e atitudes linguísticas de falantes do sexo masculino acerca da variação

no uso dos pronomes **nós** e **a gente** na função de sujeito, relacionando-as às percepções sobre o uso real do português falado em Santa Inês (MA).

Embora a variante *a gente* venha ganhando espaço no sistema pronominal, ainda é possível observar a resistência à aceitação pela gramática normativa, uma vez que essa forma é, em geral, pouco contemplada nas gramáticas tradicionais, deixando destaque apenas para o pronome *nós*. Além disso, note-se receio por parte de alguns falantes em empregar a variante, por associarem a usos considerados “informais” ou “errados”, em oposição a uma forma socialmente mais “formal”. Nesse contexto, acabam despertando manifestações de preconceito linguístico.

Mediante a isso, a justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de estudos sociolinguísticos voltados para o uso do pronome *nós* e *a gente* no falar maranhense, uma vez que há poucos estudos acadêmicos sobre a temática na localidade citada. Desse modo, este artigo está dividido em cinco seções, a primeira trata-se da introdução; a segunda, sobre o referencial teórico, onde se apresentam os principais teóricos e suas teorias sobre a temática; a terceira refere-se à metodologia, ou seja, a forma como a pesquisa foi conduzida; a quarta, corresponde à análise dos dados coletados; e a quinta traz algumas considerações finais sobre a pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O processo de gramaticalização de *a gente*

Em meio à diversidade linguística presente na língua portuguesa, a variante *a gente* começou a fazer parte do quadro de pronomes, em especial, como primeira de pessoa do plural. Isso ocorreu após a variante passar pelo processo de gramaticalização. Nesse sentido, Omena (1996 [1978]) destaca que a forma *a gente* originou-se de um substantivo, mas ganhou espaço em outra categoria como pronome. Esse fenômeno é comum nas línguas naturais revelando a diversidade linguística presente na língua, como ocorre no PB.

A gramaticalização ocorre quando um item lexical se torna gramatical ou quando um item gramatical se torna ainda mais gramatical (Traugott; Heine, 1991; Hopper; Traugott, 1993; Heine, 2003; Castilho (1997 *apud* Lopes, 2004). Lopes (1993) em seu estudo mostrou que entre o século XV e XVIII, a palavra *gente* não possuía

uma concordância exata para seu uso, uma vez que apresentava valor plural e não desempenhava a função de pronome, como ocorre na atualidade. A autora enfatiza ainda como o pronome *a gente* é utilizado gramaticalmente na fala

A forma gramaticalizada mantém do nome *gente* o traço formal de 3ª pessoa, embora acione uma interpretação semântico-discursiva de 1ª pessoa [+ EU]. Mesmo que o verbo em concordância com a gente permaneça na 3ª pessoa do singular, se pressupõe a existência de um “falante + alguém”. (Lopes, 2004, p. 6)

O processo de gramaticalização também é mencionado pelo autor Pereira (2001, *apud* Manzoni e Santos, 2011), da seguinte forma: “no PB, a expressão *a gente* sofreu processo de gramaticalização, cuja transição foi da forma lexical latina (*gens*, *gentis*) até a forma pronominal contemporânea”. Logo, durante o processo de gramaticalização, levaram-se em consideração o gênero, o número e a pessoa (Lopes, 2004). Além disso, isso se reflete também nas relações sociais a partir do uso da variante.

Assim, ao estudar as variações linguísticas presentes na língua, conhecemos também a identidade de cada povo por meio do seu falar. Desse modo, Tarallo (2002, p. 8) define as variantes linguísticas da seguinte forma: “variantes linguísticas são, portanto, diversas maneiras de dizer a mesma coisa em mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade”. Esse pensamento ressalta o quanto a língua é dinâmica, oferecendo o mesmo significado de um conteúdo por meio de diversos termos. Além disso, essa evolução linguística reflete não apenas mudanças gramaticais, mas também transformações sociais e culturais ao longo do tempo (Silva, 2025).

Dessa forma, estudos, como de Omena (1996 [1978]), destacam que, segundo dados de fala de alguns cariocas, as pessoas fazem uso do *nós* e *a gente* dependendo do grupo de pessoas a quem se referem, pois costumam utilizar *a gente* quando se trata de um grupo indeterminado de pessoas, ou seja, uma quantidade elevada de sujeitos. Mas, quando se utiliza o *nós* refere-se a um grupo determinado de pessoas.

Labov (2008, p. 215) reforça que a língua é “uma forma de comportamento social, usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros”. Sob essa perspectiva, a análise de Omena (1996 [1978]) e de Labov (2008), revelam que a língua vai além de regras

gramaticais, sendo, antes, um reflexo do comportamento humano, no qual as escolhas linguísticas são fruto do contexto em que os falantes estão inseridos.

2.2 Crenças e atitudes linguísticas

As crenças e atitudes constituem temáticas amplamente discutidas em diversas áreas do conhecimento, especialmente na Sociolinguística. Tal abordagem ganha destaque a partir dos estudos de William Labov (2008), realizados na ilha de Martha's Vineyard, nos quais o pesquisador identificou mudanças fonéticas no inglês falado pela comunidade local. A partir dessas investigações, torna-se possível compreender de que modo crenças e atitudes linguísticas influenciam o uso de variantes no PB.

Nesse sentido, Félix (1998, p. 33 *apud* Botassini, 2015, p. 6) apresenta a seguinte definição de crença: “a crença é o resultado afetivo, sendo composta de “emoções, sentimentos, percepções, avaliações subjetivas, estados de espírito, lembranças de experiências pessoais, pressuposições sobre a existência de entidades e mundos alternativos.”

A autora traz a definição de crença com o objetivo de diferenciar crença e conhecimento, pois para ela “conhecimento é resultado cognitivo do pensamento” (Félix, 1998, *apud* Botassini, 2015). Ela também destaca que o conhecimento muda com o passar dos anos, mas as crenças costumam ser menos maleáveis. No entanto, Barcelos (2007) demonstra um pensamento mais contemporâneo sobre crenças, pois a crença é inerente à vida humana. A autora define crenças da seguinte forma:

Uma forma de pensamento, construções da realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, co-construídas em nossas experiências resultantes de um processo interativo de interpretação e (re)significação. Como tal, crenças são sociais (mas também individuais), dinâmicas, contextuais e paradoxais (Barcelos, 2007, p. 113 *apud* Botassini, 2015, p. 6).

Desse modo, as crenças constituem representações significativas dos pensamentos e das atitudes dos indivíduos. Elas emergem das interações sociais e se transformam conforme o contexto em que o sujeito está inserido, sendo, portanto, dinâmicas; ao mesmo tempo, tornam-se individuais à medida que são internalizadas.

No que se referem às atitudes, áreas como a Psicologia Social assumem papel relevante, especialmente a partir da perspectiva de Lambert e Lambert (1972). Segundo esses autores (1972, p. 7), a Psicologia Social é “o estudo experimental dos

indivíduos, examinados no seu enquadramento social e cultural”, o que permite compreender as relações sociais, a influência do contexto nas atitudes e a importância da identidade social. Nesse sentido, os autores definem atitude como:

Uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante. Seus componentes essenciais são os pensamentos e as crenças, os sentimentos (ou emoções) e as tendências para reagir (Lambert e Lambert, 1972, p. 78 *apud* Botassini, 2015, p. 9).

Nesse sentido, a atitude do sujeito surge a partir de seus pensamentos, crenças e sentimentos acerca do que o cerca. As atitudes são construídas a partir das relações sociais, embora também apresentem caráter individual. Além disso, cada atitude, seja positiva ou negativa, exerce influência sobre o uso das variantes linguísticas. Desse modo, Moreno Fernández (1998) explica a importância das atitudes para os estudos sociolinguísticos:

[...] as atitudes influem decisivamente nos processos de variação e mudança linguísticas que se produzem nas comunidades de fala. Uma atitude favorável ou positiva pode fazer que uma mudança linguística se cumpra mais rapidamente [...] (Moreno Fernández, 1998, p. 179 *apud* Botassini, 2015, p. 3).

Tal explicação reflete como as variantes linguísticas faladas no Brasil podem ser propagadas de forma significativa a partir das atitudes dos falantes. Mas as atitudes também podem resultar em outro caminho para a diversidade linguística, pois o autor afirma que: “[...] uma atitude desfavorável ou negativa pode levar ao abandono e ao menos esquecimento de uma língua ou impedir a difusão de uma variante ou uma mudança linguística” (Moreno Fernández, 1998, p. 179 *apud* Botassini, 2015, p. 3).

Dessa forma, na medida em que as pessoas costumam demonstrar uma atitude negativa em relação à língua ou às suas variantes, começa a surgir o preconceito linguístico, o qual é um fenômeno que preocupa o campo da Sociolinguística, uma vez que a língua se modifica a partir do uso de seus falantes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, na qual foram selecionados dados de fala de informantes naturais de Santa Inês (MA) ou que residem na cidade há pelo menos um terço de suas vidas. Os participantes foram

selecionados com base em critérios de sexo, faixa etária e grau de escolaridade. No entanto, a amostra analisada neste trabalho é composta apenas por indivíduos do sexo masculino, habitantes da cidade de Santa Inês (MA).

Os informantes foram organizados da seguinte forma: sujeitos do sexo masculino, distribuídos em três faixas etárias. A primeira faixa etária é composta por homens de 18 a 35 anos; a segunda refere-se aos de 36 a 52 anos; e a terceira corresponde aos com mais de 52 anos. Os níveis de escolaridade considerados foram o ensino fundamental incompleto e o ensino superior completo.

Além disso, para preservar a identidade dos informantes, eles foram identificados por números ímpares. Os números 1, 3 e 5 referem-se aos sujeitos que não concluíram o ensino fundamental, enquanto os números 7, 9 e 11 correspondem àqueles com ensino universitário completo. Quanto às faixas etárias, os números 1 e 7 pertencem à faixa etária I; os números 3 e 9, à faixa etária II; e os números 5 e 11, à faixa etária III.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário, esse por sua vez está dividido em duas formas: o primeiro corresponde ao roteiro etnolinguístico, por meio do qual foi possível coletar o discurso espontâneo dos informantes; o segundo refere-se ao teste de percepção, que possibilitou a coleta de dados sobre as crenças e atitudes linguísticas dos participantes em relação ao uso dos pronomes **nós** e **a gente** na localidade. Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os principais aportes teóricos e suas contribuições para a temática em estudo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar os fatores que condicionam o uso dos pronomes **nós** e **a gente**, é importante considerar tanto os fatores internos quanto os externos à língua. Nesse sentido, um dos aspectos linguísticos que se destacou foi a concordância verbal, o que se evidencia na fala de um dos informantes a seguir:

Exemplo (1):

INF. - **Nós vai** no ônibus de 12 horas. Eu acho que essa daí é mais estranha.

INQ. - Por que é estranha?

INF. - Pelo fato da **concordância verbal**, nós vai.

[INF. 11 – Santa Inês/MA]

Mediante a fala do informante, é possível identificar uma crença baseada na norma padrão, na qual a construção é considerada “estranha”. Dessa forma, o uso dos pronomes também costuma estar relacionado ao tempo verbal, como afirma Lopes (1993, p. 73-74): “[...] ao narrar um acontecimento, refere-se a um evento passado (marcado temporal e cronologicamente), além de determinar as pessoas envolvidas na ação narrada”. Assim, o tempo verbal condiciona o uso dos pronomes e, em menor medida, das conjunções empregadas.

Além disso, um fator social que influencia a escolha dos pronomes é a escolaridade. Após o processo de gramaticalização, a variante **a gente** ganhou espaço no quadro pronominal, mas ainda não possui ampla visibilidade nas gramáticas e nos livros didáticos. Muitos jovens utilizam essa forma com frequência, no entanto, sentem receio, pois está fora daquilo que escolas tradicionais defendem (Borges, 2004; Lopes, 2004; Zilles, 2007 *apud* Santos, 2014).

Desse modo, algumas crenças e atitudes linguísticas serão apresentadas por meio de quadros, nos quais os enunciados foram organizados em campos aspectuais (estrutural, contextual/discursivo) e social, e as atitudes classificadas em positivas, negativas e neutras, conforme apresentado a seguir.

Quadro 1 - crenças a respeito do uso dos pronomes nós e a gente

ENUNCIADOS	CAMPOS ASPECTUAIS	CRENÇAS	ATITUDES LINGUÍSTICAS
“a gente vai no ônibus de 12 horas”	Estrutural	1. O correto seria “nós vamos”.	1 - negativa
	Contextual/discursivo	2. Frase informal.	2 - negativa
	Social	3. <i>É muito usado, principalmente no Maranhão mesmo.</i>	3 - positiva

“nós vai no ônibus de 12 horas”	Estrutural	1. Estranha pelo fato da concordância verbal	1 - negativa
	Social	2. Usa-se dependendo do grau de escolaridade.	2 - neutra
“nós vamos no ônibus de 12 horas”	Estrutural	1. Está correta.	1 - positiva
	Social	1. Leva-se em consideração a instrução do uso correto da língua portuguesa.	2 - neutra

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Mediante a análise do Quadro 1, observou-se um quantitativo maior de crenças nos campos social e estrutural, totalizando três crenças em ambos. Em seguida, o campo contextual/discursivo apresentou apenas uma crença. Em relação às atitudes linguísticas, verificou-se um total de sete ocorrências, sendo duas positivas, três negativas e duas neutras.

Na frase *“a gente vai no ônibus de 12 horas”*, identificaram-se uma crença no campo estrutural, uma no campo contextual/discursivo e uma no campo social. Entre as três atitudes linguísticas, duas foram negativas e uma positiva.

A frase *“nós vai no ônibus de 12 horas”* apresentou uma crença no campo estrutural e uma no campo social. Quanto às atitudes linguísticas, uma foi positiva e uma neutra.

Já a frase *“nós vamos no ônibus de 12 horas”* totalizou uma crença no campo estrutural e uma no campo social, apresentando apenas duas atitudes linguísticas: uma positiva e uma neutra.

Crença 1 - É muito usado, principalmente no Maranhão mesmo.

Após o processo de gramaticalização, a variante começou a ser apresentada como membro do conjunto de pronomes pessoais do caso reto. Nesse sentido, *a gente* costuma ser muito utilizada em meio ao povo maranhense, como afirma um dos informantes:

INF. - “As pessoas costumam usar muito a expressão *a gente*, usar assim como forma, como diria, um sujeito coletivo, a gente ao invés de nós. É muito usado, principalmente no Maranhão mesmo, de forma geral”.

[INF. 11 – Santa Inês/MA]

Nesse sentido, estudos como o de Ramos (1996, *apud* Lima, 2020), realizados na capital do estado, indicam que 61,6% da população utiliza o pronome **a gente** em suas falas. Esses dados sugerem que a variante é amplamente empregada no Maranhão, fato que também se evidencia na cidade de Santa Inês (MA).

No Quadro 2, é possível observar novas considerações a respeito do uso dos pronomes *nós* e *a gente*.

Quadro 2 - crenças a respeito do uso dos pronomes “nós” e “a gente”

ENUNCIADOS	CAMPOS ASPECTUAIS	CRENÇAS	ATITUDES LINGÜÍSTICAS
“nós estamos comendo manga”	Estrutural	1. A forma mais correta de falar. 2. Existe a concordância com o sujeito.	1 - positiva 2 - positiva
“a gente está comendo manga”	Estrutural	1. Está concordando com o sujeito.	1 - positiva
	Social	1. É mais familiar. 2. Acredito que sejam crianças, então ainda vão utilizar a forma que elas acham mais direta.	2 - positiva 3 - neutra
“nós está comendo manga”	Contextual/discursivo	1. Acho que ninguém falaria.	1- negativa

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No Quadro 2, nota-se um quantitativo maior de crenças no campo estrutural, com três ocorrências; no campo social, registraram-se duas; e no campo contextual/discursivo, uma. Em relação às atitudes linguísticas, verificou-se um total de seis ocorrências, sendo quatro positivas, uma neutra e uma negativa.

A frase “*nós estamos comendo manga*” apresentou crenças apenas no campo estrutural, totalizando duas, cujas atitudes linguísticas foram ambas positivas. Isso ocorreu devido ao fato de sua conjugação verbal ser considerada adequada aos padrões da norma padrão.

A frase “*a gente está comendo manga*” apresentou maior quantitativo de crenças no campo social, totalizando duas ocorrências, seguida do campo estrutural, com uma crença. Em relação às atitudes linguísticas, das três identificadas, duas foram positivas e uma neutra. Quanto às atitudes positivas, uma delas refere-se à concordância entre sujeito e verbo, uma vez que, segundo Menuzzi (2000), gramaticalmente, a variante é empregada com forma de terceira pessoa do singular.

A frase “*nós está comendo manga*” apresentou crença apenas no campo contextual/discursivo, sendo a única atitude linguística classificada como negativa, em razão de não atender à concordância verbal prescrita pela gramática normativa.

Crença 2 - Está concordando com o sujeito.

A concordância verbal é uma das principais questões relacionadas ao uso da variante **a gente**. Desse modo, mesmo ocupando a posição de primeira pessoa do plural, essa variante é conjugada como terceira pessoa do singular, como afirma Omena (1996, p. 189 *apud* Lima, 2020, p. 22) em seus estudos, após o processo de gramaticalização pelo qual passou **a gente**.

Logo, a variante é marcante no português brasileiro, demonstrando a diversidade linguística e contribuindo para a valorização desse pronome como forma de primeira pessoa do plural. No entanto, há alguns impasses para essa valorização, sendo o preconceito linguístico um dos principais.

Quadro 3 - crenças a respeito do uso dos pronomes nós e a gente

ENUNCIADOS	CAMPOS ASPECTUAIS	CRENÇAS	ATITUDES LINGUÍSTICAS
“ nós faz o trabalho hoje ”	Social	1. Depende do grau de escolaridade.	1 - neutra
“ a gente faz o trabalho hoje ”	Social	1. É algo mais familiar. 2. Usa-se, dependendo do grau de intimidade.	1 - positiva 2 - neutra

“nós fazemos o trabalho hoje”	Social	1. Depende do vínculo que a pessoa tem.	1 - neutra
--------------------------------------	--------	---	------------

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro 3 apresentou um quantitativo maior de crenças no campo social, sendo esse dado recorrente em todas as frases. Assim, foram identificadas quatro crenças, e as atitudes linguísticas apresentadas foram três neutras e uma positiva.

A frase *“nós faz o trabalho hoje”* apresentou apenas uma crença, e sua atitude linguística foi considerada neutra. Em seguida, a frase *“a gente faz o trabalho hoje”* apresentou duas crenças, sendo uma atitude positiva e outra neutra. Além disso, a frase *“nós fazemos o trabalho hoje”* também apresentou uma crença, e sua atitude linguística foi neutra.

Crença 3 - Usa-se, dependendo do grau de intimidade.

O grau de intimidade torna-se um elemento marcante no momento da escolha entre os pronomes **nós** e **a gente**, uma vez que algumas pessoas relatam fazer uso mais constante da variante **a gente** ao conversar com interlocutores mais próximos. Sob essa perspectiva, o autor Marcos Bagno (2007, p. 45) explica que “todo e qualquer indivíduo varia a sua maneira de falar, monitorando mais ou menos o seu comportamento verbal, independentemente de seu grau de instrução, classe social, faixa etária etc.” Assim, a variante vem se propagando no uso cotidiano, demonstrando o quanto as relações sociais influenciam a escolha dos pronomes.

Quadro 4 - crenças a respeito do uso dos pronomes nós e a gente

ENUNCIADOS	CAMPOS ASPECTUAIS	CRENÇAS	ATITUDES LINGUÍSTICAS
“nós compra na volta”	Contextual/ discursivo	1. Frase informal	1 - negativa
“a gente compra na volta”	Social	1. Costuma-se ouvir muito.	1 - neutra
“nós compramos na volta”	Contextual/ discursivo	1. É melhor usar assim, devido à quantidade de pessoas.	1 - positiva

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro 4 apresentou um quantitativo maior de crenças no campo contextual/discursivo, totalizando duas ocorrências; em seguida, o campo social apresentou apenas uma crença. Em relação às atitudes linguísticas, foram identificadas três ocorrências: uma positiva, uma negativa e uma neutra.

A frase “*nós compra na volta*” apresentou uma crença, e a atitude linguística foi considerada negativa. Além disso, a frase “*a gente compra na volta*” apresentou uma crença, e a atitude linguística foi avaliada como neutra. Por fim, a frase “*nós compramos na volta*” também apresentou apenas uma crença, cuja atitude foi classificada como positiva.

Crença 4 - Costuma-se ouvir muito.

A variante **a gente** está sendo cada vez mais utilizada no cotidiano, principalmente por meio da oralidade, revelando a dinamicidade e a diversidade da língua. Smaniotto (2010, p. 28) afirma que “o uso de **a gente** no lugar do pronome **nós** vem sendo cada vez mais frequente no cotidiano das pessoas, tanto entre aquelas que possuem maior nível de escolaridade quanto entre as que apresentam nível médio”. Esse fato contribui de forma significativa para a visibilidade do pronome, pois, embora não seja amplamente contemplado nos livros didáticos e nas gramáticas normativas, permanece recorrente na fala.

Quadro 5 - crenças a respeito do uso dos pronomes nós e a gente

ENUNCIADOS	CAMPOS ASPECTUAIS	CRENÇAS	ATITUDES LINGUÍSTICAS
“a gente convida João?”	Social	1. Na cidade de Santa Inês falam assim.	1 - neutra
“nós convidamos João?”	Social	1. É algo mais rebuscado.	1 - positiva
“nós convida João?”	Estrutural	1. Está errada.	1 - negativa

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro 5 apresentou um quantitativo maior de crenças no campo social, totalizando duas ocorrências, enquanto o campo estrutural apresentou uma crença.

Quanto às atitudes linguísticas, foram identificadas três ocorrências, das quais uma foi considerada neutra, uma positiva e uma negativa.

A frase “*a gente convida João?*” apresentou uma crença, classificada como neutra. Além disso, na frase “*nós convidamos João?*”, houve uma crença avaliada como positiva. Por fim, a frase “*nós convida João?*” apresentou uma crença, que foi classificada como negativa.

Crença 5 - Na cidade de Santa Inês falam assim.

No PB, o pronome **a gente** tem sido alvo de estudos sociolinguísticos, contribuindo para a valorização dessa variante, especialmente no estado do Maranhão. Nesse sentido, Lima (2020) destaca que, após as pesquisas de Ramos (1996, *apud* Lima, 2020), houve um aumento de aproximadamente 8% no uso da variante no estado maranhense, o que evidencia sua expansão, sobretudo na cidade de Santa Inês (MA).

Desse modo, fatores como sexo, faixa etária, escolaridade e localidade influenciam o aumento do uso do pronome na fala dos moradores do Maranhão. Assim, os estudos sobre a diversidade linguística presente no português brasileiro contribuem para a valorização e a difusão das variantes linguísticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos sobre o uso dos pronomes **nós** e **a gente** têm sido cada vez mais investigados no campo da Sociolinguística. Nessa perspectiva, esta pesquisa teve como objetivo investigar as crenças e atitudes linguísticas relacionadas à variação no uso desses pronomes na função de sujeito, relacionando tais percepções ao uso real do português falado em Santa Inês (MA).

Entre os principais fatores que condicionam o uso dos pronomes **nós** e **a gente** na localidade citada, destacaram-se os seguintes:

- Concordância verbal: muitos informantes relatam que a concordância verbal é importante ao fazerem uso de um pronome ou outro.
- Escolaridade: O contato com as normas e orientações escolares exerce influência no uso recorrente de determinados pronomes.
- Localidade: a cidade de Santa Inês (MA), localizada no estado do Maranhão,

apresenta um grande índice de uso da variante *a gente*.

Assim, por meio dos dados apresentados, observou-se que os habitantes de Santa Inês (MA) fazem uso da variante *a gente* como pronome da primeira pessoa do plural, mas ainda apresenta algumas crenças estigmatizadas sobre a variante. No entanto, a pesquisa evidenciou o quanto a língua faz parte da cultura de um povo e por meio da diversidade linguística é possível expressar suas crenças e atitudes enquanto sujeitos. Logo, espera-se que essa pesquisa possa contribuir de forma significativa para outros estudos relacionados à alternância entre os pronomes *nós* e *a gente* no estado do Maranhão.

REFERÊNCIAS

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. A importância dos estudos de crenças e atitudes para a Sociolinguística. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, n. 18/1, p. 102-131, jun. 2015. DOI: 10.5433/2237-4876.2015v18n1p102.

BARCELOS, A. M. F. Reflexões acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 109-138, 2007.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

LOPES, Célia Regina dos Santos. A gramaticalização de *a gente* em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 47–80, jul. 2004.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LOPES, Célia Regina dos Santos. **Nós e A gente no Português Falado Culto do Brasil**. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1993.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

LIMA, Elimária Oliveira. **Variação da primeira pessoa do plural no português maranhense**. 2020. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

MENUZZI, S. **First Person Plural Anaphora in Brazilian Portuguese**: chains and constraint interaction in binding. In João Costa (ed) *Portuguese Syntax*. New Comparative Studies. Oxford University Press, 2000.

MANZONI, Ahiranie Sales Santos; SANTOS, Renata Livia de Araújo. A gente em relações de concordância com a estrutura “pronome reflexivo + verbo” na variedade alagoana do PB. **Revista Gatilho**, n. 13, 2011.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.

OMENA, N. P. de. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: OLIVEIRA e SILVA, M.; SCHERRE, M. (Org.). **Padrões sociolingüísticos**: estudos de fenômenos variáveis do português falado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 1996.

SILVA, Suziane de Oliveira Porto. A variação pronominal entre nós e a gente no português falado no Nordeste: uma revisão integrativa sob a perspectiva da Sociolingüística Variacionista. **Revista Contemporânea** (Contemporary Journal), v. 5, n. 6, p. 1–28, 2025. DOI: 10.56083/RCV5N6-052.

SANTOS, Kelly Carine dos. **Estratégias de polidez e a variação de nós x a gente na fala de discentes da Universidade Federal de Sergipe**. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SMANIOTTO, Janaina. **O uso do “a gente” no lugar do pronome “nós” entre os falantes de língua portuguesa**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Portugêses e Respektivas Literaturas) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. 2. ed São Paulo: Ática, 2002.

ANÁLISE DO DISCURSO: EFEITOS DE SENTIDO NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO EX- PRESIDENTE JAIR BOLSONARO DURANTE A PANDEMIA

Geicilene do Carmo Silva (UEMA) ¹

Fagner Gomes do Nascimento (UEMA) ²

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo analisar a construção discursiva das falas proferidas pelo ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro em seu discurso no palácio do Planalto em 2020 durante a pandemia da covid-19, período em que o país viveu um momento crítico com problemas na área da saúde. A pesquisa busca compreender através da análise das reportagens publicadas pelo G1 como a construção linguística e discursiva, mobilizada pelo ex-presidente, contribui para uma produção de sentido que minimiza a seriedade da crise enfrentada pelo país na área da saúde e reduz o impacto causado pela pandemia. A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico e exploratório, sendo assim a base para a pesquisa e coleta de dados são: livros, textos, documentos, reportagens e periódicos já publicados sobre o tema. A linha de pesquisa adotada é a análise do discurso de linha francesa e para tal estudo serão utilizadas as contribuições e teorias de Michel Foucault (1971), Pêcheux (1983) e Eni Orlandi (2009) como aporte teórico para fortalecer a temática pesquisada. Os resultados indicam um efeito de sentido de minimização da pandemia produzido através da construção discursiva e escolha de palavras feita pelo sujeito do discurso, no caso o presidente da época, Jair Messias Bolsonaro durante o seu pronunciamento.

Palavras-chave: Análise; Discurso; Pandemia; Ex-presidente; Efeitos de sentido.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 constituiu um dos acontecimentos mais significativos do início do século XXI, provocando impactos profundos nas esferas sanitária, social, política e econômica em diferentes países. No Brasil, além da crise na área da saúde, observou-se um intenso embate discursivo no espaço público, especialmente no que diz respeito às interpretações e posicionamentos adotados por autoridades políticas diante da gravidade da situação. Nesse contexto, os

¹ Acadêmica do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão, Campus Santa Inês. E-mail: geicilenesilva@gmail.com

² Doutorando em Letras, pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Professor Substituto do Departamento de Letras e Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão, Campus Santa Inês. E-mail: fagnernascimento01@yahoo.com.br

pronunciamentos oficiais assumiram papel central na produção e circulação de sentidos acerca da pandemia, influenciando percepções sociais, comportamentos coletivos e formas de interpretação da realidade.

A análise do discurso político torna-se, portanto, fundamental para compreender como determinadas estratégias linguísticas e discursivas contribuem para a construção de sentidos que podem reforçar, relativizar ou contestar determinadas interpretações sobre acontecimentos sociais. No Brasil, os discursos proferidos pelo então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, durante o período da pandemia, suscitaram amplo debate público e midiático, tornando-se objeto de análise relevante para os estudos discursivos.

Além disso, a circulação desses pronunciamentos em diferentes meios de comunicação, como os portais jornalísticos, evidencia a relação entre discurso político e mídia na produção e disseminação de sentidos. Assim, a análise das reportagens publicadas pelo portal G1 possibilita observar de que maneira tais enunciados são retomados, citados e ressignificados no espaço midiático, contribuindo para a constituição de determinadas leituras sobre o contexto pandêmico. Nesse cenário, surge a problematização: de que maneira as formações discursivas e ideológicas atravessam os enunciados de Jair Bolsonaro sobre a pandemia e como produzem efeitos de sentido que sustentam determinadas posições de sujeito e visão de mundo.

Logo, esta pesquisa justifica-se por contribuir para o campo da Análise do Discurso de linha francesa, ao mobilizar conceitos teóricos que permitem compreender a relação entre discurso, sujeito e história. Ao dialogar com as contribuições de Michel Foucault, Michel Pêcheux e Eni Orlandi, o estudo busca evidenciar como a linguagem se constitui como espaço de disputa simbólica e produção de sentidos, particularmente em contextos de crise social e política.

Assim, investigar a construção discursiva presente nos pronunciamentos presidenciais durante a pandemia torna-se relevante não apenas para compreender os modos de significação produzidos nesse contexto específico, mas também para refletir sobre o papel do discurso político na constituição de narrativas públicas em momentos de grande impacto social. Dessa forma, como objetivo geral esse artigo propõe analisar a construção discursiva de falas do ex-presidente Jair Bolsonaro em seu discurso no palácio do planalto durante a pandemia da COVID-19. Sendo assim, a pesquisa busca os seguintes objetivos específicos: a) identificar os efeitos de sentidos produzidos nas falas do ex-presidente durante seu discurso; e b)

compreender como a construção linguística e discursiva contribui para produção de efeitos de sentidos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 O discurso e seus efeitos de sentido a partir da compreensão das formações discursivas e da posição do sujeito.

A Análise do Discurso (AD) de linha francesa, desenvolvida por Michel Pêcheux a partir da década de 1960, propõe compreender o discurso como uma prática social que vai muito além do próprio discurso, como afirma Orlandi (2009, p. 19-20), “A análise do discurso se constitui como um campo que articula: língua, história e ideologia”. Essa abordagem rompe com a concepção tradicional de língua como sistema autônomo e transparente, já que o sentido das palavras não é fixo nem literal, mas sim produzido e construído a partir das condições históricas e ideológicas em que o discurso é enunciado, ou seja, é impossível compreender o real sentido de um discurso sem antes analisar esses elementos históricos e ideológicos, uma vez que tem um papel essencial nesse processo.

Segundo Pêcheux (1975, p. 262), “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria próprio, preso à sua literalidade”. O sentido não é uma propriedade natural do signo linguístico, mas sim um efeito que resulta da relação entre o que é dito, por quem foi dito e as condições de produção do dito, sendo assim é impossível atribuir um sentido estático e irrevogável a um discurso analisando apenas uma palavra ou expressão, não sem antes observar o posicionamento ideológico do sujeito e como esse posicionamento contribui para a formação dos efeitos de sentido produzidos em determinados discursos.

Nesse contexto teórico, a noção de formação discursiva torna-se um elemento central para a compreensão dos sentidos produzidos através do discurso. Conforme Michel Foucault (1971):

Quando, em grupo de enunciados, se pode demarcar e descrever um referencial um tipo de desvio enunciativo, uma rede teórica, um campo de possibilidades estratégicas então podemos estar certo de que eles pertencem ao que poderia chamar de formação discursiva (Foucault, 1971, p. 380).

Assim, as formações discursivas servem para delimitar o que pode ser dito, por quem pode ser dito e em que condições deve ser dito, uma vez que há regras para

o dizer, as palavras não produzem sentido de forma solta e isolada e sim a partir de um conjunto de regras pré-estabelecidas historicamente, que determina como cada discurso pode e deve ser proferido a partir dessas formações discursivas.

Sob o olhar dessa teoria é possível afirmar que o sujeito não é totalmente independente e nem consciente do seu dizer, ele é movido por ideologias e ocupa posições já determinadas por formações discursivas, como afirma Orlandi (*apud* Rocha, Silva e Oliveira, 2003, p. 32) “O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele”. Apesar de parecer que o sujeito tem plena consciência e controle do seu discurso e dos efeitos de sentido produzidos através de seu dizer, ele é, na verdade, um elemento dependente das formações ideológicas e discursivas.

Assim, analisar o discurso é buscar compreender como o dito é composto por posições ideológicas e produz efeitos de sentido que guiará o interlocutor na recepção e compreensão da mensagem, levando em consideração que o objetivo do discurso não é só passar uma informação, mas vai muito além disso.

2.2 **Análise do discurso:** a influência das posições discursivas do sujeito no discurso político

A Análise do Discurso estuda o dizer em muitos aspectos e abrange muitas áreas como é o caso do campo político, ou melhor, do discurso político. A política é uma área que ao longo da história vem ganhando grande destaque e tem o discurso cada vez mais valorizado. Na política, assim como na AD, o discurso é visto e entendido não apenas como um método para levar informação, mas sim como uma ferramenta que produz sentido capaz de convencer o público daquilo que está sendo proferido. Sendo assim, o sujeito político, o locutor do discurso, tem um papel de suma importância nessa relação entre política e análise do discurso.

O sentido de um discurso, seja ele político ou não, só pode ser entendido em sua totalidade a partir das posições tomadas pelo sujeito, posições essas que são atravessadas por história e ideologia. Segundo Calixto (2024, p. 6), “Há várias possibilidades de produzir sentidos de acordo com a posição em que está inscrito o sujeito no discurso”. A partir dessa afirmação, é possível perceber que o mesmo

enunciado pode produzir efeitos de sentidos diferentes dependendo da posição ideológica de quem o profere.

Comungando com essa ideia de que o sentido depende das posições tomadas pelo sujeito, Ramos (2018) afirma:

Conforme os sujeitos se inscrevem em diferentes formações discursivas – ou seja, a partir da posição que ocupam numa conjuntura dada, determinada pela luta de classes – lhes é fornecido o que pode e deve ser dito. Assim, os sentidos, mesmo dentro de uma mesma cultura, mudam de acordo com as posições daqueles que os empregam – posições com referência às formações ideológicas (Ramos, 2018, p. 5).

No campo político, essa teoria se torna ainda mais evidente pois o sujeito toma uma posição institucional que legitima e amplia a importância de seu discurso. Então o discurso político além de ter um alcance maior produz efeitos de sentidos que fogem do controle do próprio enunciador, uma vez que ao ser proferido é tomado como verdade absoluta gerando inúmeras interpretações.

Seguindo essa perspectiva, o discurso político não é visto mais apenas como comunicação, mas como um instrumento de prática política. Conforme afirma Henry (1990):

O instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social (Henry, 1990, *apud* Silva e Sargentine, 2005, p. 84).

Dessa forma, o discurso toma para si o papel de espaço estratégico de disputa simbólica no qual se produz efeitos de sentidos de verdade, legitimados pelas posições discursivas tomadas. Ao ocupar a posição de presidente, por exemplo, o sujeito político fala a partir de um lugar de autoridade institucional, essa posição tomada por ele ao enunciar determinado discurso carrega o peso de representação nacional e influencia diretamente na interpretação feita pelos ouvintes do discurso.

A noção de posição-sujeito, central na Análise do Discurso, permite compreender que o indivíduo, ao falar, não o faz a partir de um lugar neutro ou puramente individual, mas de um lugar social e ideologicamente constituído. Esse lugar determina, em grande medida, os modos de dizer e as estratégias discursivas mobilizadas no processo de enunciação. No discurso político, essa relação torna-se ainda mais evidente, uma vez que o sujeito que enuncia ocupa uma posição institucional que lhe confere autoridade e visibilidade no espaço público. Dessa forma, as palavras proferidas por um representante político tendem a adquirir forte repercussão social, influenciando a produção e circulação de sentidos na sociedade.

Nesse sentido, Orlandi (2009) destaca que o discurso deve ser analisado considerando-se suas condições de produção, isto é, o conjunto de fatores históricos, sociais e ideológicos que tornam possível a emergência de determinados enunciados. Para a autora, compreender um discurso implica observar não apenas o que é dito, mas também as circunstâncias em que esse dizer se realiza, bem como as relações de poder e as formações ideológicas que o atravessam. Assim, a análise discursiva busca evidenciar os mecanismos por meio dos quais os sentidos são construídos e legitimados em determinados contextos sociais.

No âmbito do discurso político, essas relações tornam-se particularmente evidentes, pois os pronunciamentos de líderes e representantes governamentais são produzidos em um contexto institucional que lhes confere legitimidade e autoridade discursiva. Assim, as escolhas lexicais, os modos de enunciação e as estratégias argumentativas presentes nesses discursos não são neutros, mas refletem determinadas posições ideológicas e produzem efeitos de sentido específicos na esfera social.

Nessa perspectiva, analisar o discurso político a partir da perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa permite compreender como os sentidos são construídos a partir das posições discursivas ocupadas pelos sujeitos e das condições históricas em que os enunciados são produzidos. Ao considerar essas dimensões, torna-se possível identificar os mecanismos discursivos que contribuem para a construção de determinadas interpretações da realidade, evidenciando a relação intrínseca entre linguagem, poder e produção de sentidos.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico e exploratório, tendo como base para a pesquisa e coleta de dados, livros, artigos, reportagens, textos e periódicos já publicados sobre o tema para elucidar a importância desse trabalho. A linha de pesquisa adotada é a Análise do Discurso de linha francesa e para tal estudo serão utilizadas as contribuições de Foucault (1971), Pêcheux (1983) e Orlandi (2009), além de outros teóricos para fundamentar a pesquisa.

Além da pesquisa bibliográfica será realizada a análise de reportagens publicadas pelo G1 com recortes de discursos proferidos pelo ex-presidente durante

a pandemia, a fim de observar padrões em seu discurso, com vista à compreensão dos efeitos de sentidos produzidos pelas escolhas de palavras utilizadas. O *corpus* será analisado a partir de pressupostos teóricos da AD de linha francesa, considerando as condições de produção, memória discursiva e as formações ideológicas que atravessam o enunciado.

A pesquisa busca identificar os mecanismos que produzem sentido no discurso, como: apagamento, silenciamento e estratégias de negação que contribuem para a construção de sentido e compreensão total do discurso.

4 ANÁLISE DE DADOS

O corpus selecionado para análise tem como base a reportagem publicada pelo portal G1 intitulada “Brasil tem de deixar de ser 'país de maricas' e enfrentar pandemia 'de peito aberto', diz Bolsonaro”, publicada em novembro de 2020.



Fonte: por Pedro Henrique Gomes, G1-Brasília 10/11/2020

A matéria apresenta vários recortes de falas do então presidente Jair Messias Bolsonaro em discursos oficiais durante a pandemia da COVID-19, período em que o país enfrentou uma série de mortes causadas por esse vírus e vivenciou um momento crítico relacionado à crise sanitária. Entre trechos exibidos pelo G1, o presidente afirma: “lamento os mortos, lamento, mas todos nós vamos morrer um dia. Aqui, todo mundo vai morrer”, além de aconselhar o Brasil a deixar de ser um “país de maricas” e enfrentar a pandemia “de peito aberto”. Partindo do ponto de vista da

análise do discurso, compreende-se que tais enunciados não podem e nem devem ser interpretados de forma isolada, pois cada discurso proferido é atravessado por condições ideológicas, sociais e históricas que influenciam e determinam a produção de sentidos.

Segundo Foucault (1996), o discurso não se compreende apenas como um conjunto de palavras que formam frases e geram interpretações e sim como uma prática social que produz e organiza sentidos dentro de relações de poder definidas. Nesse contexto, Foucault (1996, p. 9) afirma “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída”. Essa perspectiva permite compreender que, apesar de polêmico, o discurso proferido pelo presidente não se limita a uma opinião individual e isolada, mas sim participa de um conjunto de práticas discursivas que se propagam no espaço público e influenciam diretamente na construção de sentidos e moldam interpretações sobre a realidade social que os cerca.

Ao analisar o enunciado “todos nós vamos morrer um dia”, é possível perceber um posicionamento discursivo que trata a morte como algo natural, um destino que não pode ser evitado, apenas o fim de uma existência.

O presidente disse lamentar os mortos e **voltou a afirmar que o destino de qualquer um é a morte.**

"Acaba o auxílio emergencial em dezembro. Como ficam esses quase 40 milhões de invisíveis? Perderam tudo agora. O catador de latinha não tinha latinha para catar na rua, não tinha como vender biscoito Globo na praia, não tinha como vender um mate no estádio de futebol. Tudo agora é pandemia. Tem que acabar com esse negócio, pô. Lamento os mortos, lamento, mas todos nós vamos morrer um dia. Aqui, todo mundo vai morrer", declarou Bolsonaro.

Fonte: por Pedro Henrique Gomes, G1-Brasília 10/11/2020

Apesar de o presidente declarar que lamenta as mortes causadas pelo vírus da COVID-19, logo o discurso desvia o foco da gravidade da crise sanitária para a inevitabilidade da morte, produzindo assim efeitos de sentido que minimizam a seriedade do problema enfrentado não só pelo país como também pelo mundo. Essa análise só é possível ao observar as posições discursivas tomadas pelo sujeito do

discurso, nesse caso Jair Bolsonaro, e tem um peso ainda maior pela posição social de poder que ele exerce.

Ainda nesse recorte da reportagem publicada pelo G1, o discurso apresenta uma estratégia de “aproximação” com determinados grupos sociais, é possível perceber essa aproximação quando o presidente faz referência aos trabalhadores de classes sociais “inferiores” como, por exemplo, os catadores de latinhas e vendedores ambulantes, destacando as dificuldades por eles enfrentadas nesse período de pandemia. Ao trazer essa situação, o enunciador aproxima seu discurso de parte da população que foi diretamente prejudicada pelas medidas tomadas durante a crise sanitária. Essa estratégia contribui para a formação de uma imagem que aproxima o líder político e classes sociais baixas, a fim de convencer o público.

Essa abordagem de aproximação com o público através do discurso funciona bem, principalmente levando em consideração que o discurso é uma das principais ferramentas políticas utilizadas para a construção de uma imagem socialmente aceita e como forma de convencer o público do que está sendo enunciado. Como afirma Rios, Reis e Antunes (2023):

A comunicação política é um campo crucial no cenário democrático brasileiro, englobando estratégias e práticas de comunicação utilizadas por parlamentares, partidos e instituições governamentais para influenciar a opinião pública, construir imagens, divulgar mensagens e promover a participação cívica (Rios; Reis; Antunes, 2023, p. 3).

Partindo dessa perspectiva, o discurso político é compreendido para além de um instrumento de construção de sentido, mas também como ferramenta que influencia a opinião pública. Alguns teóricos apontam que os estudos sobre análise do discurso, ideologia e as práticas discursivas estão interligadas diretamente com as práticas de poder que permeiam a sociedade. Sendo assim, é importante ressaltar que, a partir do discurso político, é possível compreender como algumas interpretações são realmente produzidas e legitimadas. Como afirma Carvalho e Paiva (2022, p. 219) “O discurso é inegavelmente ideológico e parcial, sendo passível de análises importantes para compreendermos as formas, sejam elas explícitas ou implícitas, de dominação e poder”.

Ao analisar o discurso presente na reportagem, é possível também perceber efeitos de sentidos que trazem o Brasil como um país fraco e covarde como é observado no trecho “deixar de ser um país de maricas”.

Mais cedo, nesta terça, o consórcio de veículos de imprensa noticiou que o **Brasil chegou a 162,6 mil mortes provocadas pela Covid-19**, doença provocada pelo novo coronavírus, e a 5,67 milhões de casos confirmados.

"Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas. Olha que prato cheio para a imprensa. Prato cheio para a urubuzada que está ali atrás. Temos que enfrentar de peito aberto, lutar. Que geração é essa nossa?"

Fonte: por Pedro Henrique Gomes, G1-Brasília 10/11/2020

Enquanto medidas estão sendo tomadas para evitar a proliferação do vírus, o discurso proferido não foi bem recebido pelo público, pois os efeitos de sentidos produzidos foi que o Brasil era um país de “maricas”, um país covarde que não tinha coragem de enfrentar a pandemia de forma destemida. Ao associar a cautela e preocupação com a pandemia à ideia de fraqueza, o ex-presidente pode reprimir manifestações de opiniões diferentes da dele. Assim, o discurso político funciona como um elemento de construção simbólica da realidade, o que influencia a forma como determinados eventos são compreendidos e interpretados pela sociedade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O discurso político é um campo que oferece inúmeras possibilidades para o estudo da Análise do Discurso. A reportagem analisada traz à vista o discurso do ex-presidente que produz efeitos de sentido que minimizam o impacto causado pela pandemia da COVID-19, coloca a morte como algo natural pelo fato de todos morrerem algum dia, então o vírus seria apenas mais uma causa inevitável, tirando assim a responsabilidade pelas inúmeras mortes causadas nesse período.

Nos discursos analisados, também é possível perceber os efeitos de sentidos produzidos que mostram o Brasil como um país fraco e fragilizado por não enfrentar a pandemia de “peito aberto”, como afirma o ex-presidente. Essa fraqueza

à qual se refere é o cuidado excessivo com a segurança relacionada à saúde, medidas como o uso de máscara, distanciamento social, trabalhos apenas essenciais e etc.

As reportagens mostram como esses enunciados não foram bem recebidos por boa parte do público, por motivar o descumprimento de medidas protetivas e por afetar emocionalmente os familiares daqueles que morreram por causa da pandemia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa é possível perceber que o discurso proferido por Jair Bolsonaro produz inúmeros sentidos, pois é carregado de significado e traços ideológicos, e apesar de sua recepção negativa pelas escolhas de palavras utilizadas em seu enunciado, sua fala é muito importante para a Análise do Discurso, uma vez que são essas escolhas lexicais que irão guiar as interpretações e até mesmo o modo de agir de seus receptores, sobretudo no que diz respeito à posição ocupada pelo enunciador nesse contexto de presidente da república.

Assim, essa pesquisa conclui que, a partir da Análise do Discurso, é possível compreender como as posições ideológicas do sujeito, as formações discursivas e as condições de produção do discurso contribuem para a formação e produção dos efeitos de sentidos. Sendo assim, o discurso político é atravessado por ideologias e história que moldam como o discurso é recebido e percebido pelo público.

REFERÊNCIAS

CALIXTO, Marcelo Lima. A concepção de língua e de imaginário nas visões de Pêcheux e Castoriadis. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 19, n. 31, p. 01 - 20, jan-jun.

2024. E-ISSN 2594-8962. DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2594-8962.141752>.

CARVALHO, Flaviane Faria; PAIVA, Beatriz Andrade de Oliveira. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos: uma análise do discurso de posse do presidente Bolsonaro. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 53, n. 1, p. 215-235, jan./abr. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Estruturalismo e teoria da linguagem**. Petrópolis - RJ. Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOMES, Pedro Henrique. **Brasil tem de deixar de ser 'país de maricas' e enfrentar pandemia 'de peito aberto'**, diz Bolsonaro. G1, Brasília, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghml>. Acesso em: 13 mar. 2026.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

RIOS, Ricardo Matos de Araújo; REIS, Brenda dos Santos; ANTUNES, Gabriel Winter. A espiral do silêncio e a análise do discurso como lentes para analisar o impacto dos textos oficiais da presidência Jair Bolsonaro (2019-2022). **Mal-Estar e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 5-20, 2023.

ROCHA, Termisia Luiza; SILVA, Gilson Pequeno da; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. Metodologia de pesquisa científica: análise do discurso conceitos e possibilidades. **Cadernos da Fucamp**, v. 21, n. 53, p. 215-225, 2022.

RAMOS, Thaís Valim. O desafio de dizer a cultura em análise do discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 33, n. 64, p. 12, 2018. DOI: 10.22456/2238-8915.81262. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/81262>. Acesso em: 3 mar. 2026.

SILVA, Francisco Paulo da; SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Análise de discurso político e a política da análise de discurso. **Estudos da Língua (gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 83-90, jun. 2005.

A PESQUISA HISTÓRICA COMO FUNDAMENTO PARA A RELEITURA DA LITERATURA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA CONTEMPORÂNEA

Izenete Nobre Garcia (UEMA)¹

RESUMO: Este artigo examina as contribuições da pesquisa histórica para os estudos literários brasileiros, particularmente no que concerne à revisão do cânone oitocentista. Fundamentado nos pressupostos da História Cultural e da Historiografia Literária contemporânea, o trabalho articula as noções de campo literário (Bourdieu), táticas de leitura (Certeau) e representação (Chartier, Pesavento), para demonstrar que a investigação de fontes primárias — especialmente periódicos do século XIX — revela dimensões obscurecidas da vida literária, ampliando a compreensão sobre os processos de canonização e as dinâmicas culturais que moldaram a produção ficcional no Brasil. Argumenta-se que a pesquisa histórica não desempenha papel meramente auxiliar nos estudos literários, mas constitui horizonte teórico-metodológico fundamental para desnaturalizar o cânone e evidenciar seu caráter histórico, contingente e transnacional.

Palavras-chave: Historiografia Literária; Pesquisa Histórica; Literatura Brasileira; Periódicos Oitocentistas; Cânone Literário.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre Literatura e História ocupa posição central nos debates teóricos contemporâneos das humanidades, especialmente a partir das reflexões promovidas pela História Cultural e pela renovação da Historiografia Literária. Em contraste com abordagens que concebiam a história literária como sucessão cronológica de obras-primas, a crítica atual compreende o fenômeno literário como uma rede atravessada por relações de poder, disputas simbólicas e fluxos transnacionais.

O presente artigo sustenta que a pesquisa histórica, ao oferecer instrumentos para investigar os processos de constituição da Literatura Brasileira, configura-se como horizonte teórico para a compreensão do literário em sua densidade social e cultural. Para demonstrar essa tese, examina-se como a abordagem interdisciplinar entre Literatura e História, ancorada nos aportes da

¹ Docente do Curso de Letras na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – Campus Zé Doca; E-mail: izenetegarcia@gmail.com

História Cultural e da teoria dos campos, permite perceber a produção literária como prática social marcada por mediações simbólicas, representações do real e disputas em torno da legitimidade estética.

Nesse percurso, os periódicos oitocentistas emergem como fontes privilegiadas, pois neles se inscrevem não apenas as obras que a tradição consagrou, mas também aquelas que o olhar canônico apagou. A investigação desses suportes materiais possibilita reconstituir a vida literária em sua complexidade, os modos de leitura, a circulação dos textos, as negociações entre autores, editores e público, desafiando narrativas totalizantes e evidenciando a impossibilidade de discursos universalizantes sobre a Literatura Brasileira.

2 CAMPO, REPRESENTAÇÃO E PRÁTICA

A abordagem interdisciplinar que orienta este estudo encontra respaldo em um conjunto de autores cujas obras oferecem instrumentos conceituais para analisar o texto literário como intervenção no campo discursivo e cultural. Quatro eixos teóricos interconectados sustentam essa reflexão: a noção de campo e capital simbólico (Bourdieu), a concepção de representação como prática conflitiva (Chartier), a ênfase nas táticas de apropriação e no caráter narrativo do conhecimento histórico (Certeau) e a compreensão da Literatura como acesso privilegiado ao imaginário social (Pesavento).

Pierre Bourdieu define o campo literário como “espaço de relações de força e de lutas que têm por objetivo transformar ou conservar esse espaço” (Bourdieu, 1996, p. 53), o que permite analisar os processos de canonização não como reconhecimento de valores estéticos intrínsecos, mas como resultado de disputas simbólicas entre agentes que mobilizam diferentes espécies de capital: econômico, cultural, social e simbólico. Este último, definido como propriedade percebida e reconhecida pelos agentes sociais conforme suas categorias de percepção (Bourdieu, 2008, p. 52), revela-se particularmente relevante para compreender a construção do cânone brasileiro, que resulta de hierarquias historicamente constituídas e naturalizadas. Para operacionalizar esses conceitos no caso brasileiro, é necessário identificar os agentes que ocupavam posições no campo literário oitocentista, as espécies de capital que mobilizavam e as lutas em torno dos critérios de legitimidade.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), a Academia Brasileira de Letras (1897) e as revistas literárias, como a *Revista Brasileira*, constituíam instituições de consagração que concentravam capital simbólico, enquanto críticos como José Veríssimo, Araripe Júnior e Sílvio Romero atuavam como instâncias de legitimação, produzindo discursos que selecionavam e validavam autores e obras. Autores como Machado de Assis, que transitou do campo de produção restrita para o campo de grande produção, acumulando capital simbólico sem equivalente material, exemplificam as dinâmicas do campo; sua posição ambivalente, ao mesmo tempo consagrado e crítico da consagração, revela as tensões constitutivas do campo literário brasileiro.

A noção de *habitus*, definido como “corpo socializado, corpo estruturado, corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo” (Bourdieu, 2008, p. 179), oferece uma chave analítica para entender como autores e leitores mobilizam disposições adquiridas em suas trajetórias sociais, disposições que se manifestam nas escolhas estéticas e nas estratégias editoriais. Machado de Assis, por exemplo, desenvolve um *habitus* marcado por sua origem modesta e sua ascensão social, o que se reflete na ironia com que trata as hierarquias sociais e na desconfiança em relação ao nacionalismo literário. A pesquisa histórica, desse modo, pode identificar tais disposições a partir de fontes biográficas, epistolares e textuais, permitindo uma análise que evita tanto o subjetivismo da intenção autoral quanto o objetivismo das determinações mecânicas.

Roger Chartier, por sua vez, desloca o foco do texto para as condições materiais de sua produção, circulação e recepção ao afirmar que “a leitura é uma prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares” (Chartier, 1990, p. 18). Sua ênfase nas práticas de leitura e nos modos de apropriação dos textos impõe a consideração de três polos inter-relacionados: o texto, o suporte material que o veicula e a prática que dele se apodera. Essa perspectiva é especialmente fecunda para o estudo da Literatura oitocentista, período em que a imprensa periódica se destacou na divulgação de narrativas ficcionais e na formação do gosto leitor.

Chartier constrói o conceito de representação a partir de três acepções inter-relacionadas: (a) representação como *substituto*, uma imagem presente que remete a um objeto ausente; (b) representação como *figuração*, a construção de imagens do mundo social, que organizam a percepção da realidade; (c) representação como *relação de poder*, a imposição de determinadas visões de mundo por grupos

com interesse em legitimar sua autoridade (Chartier, 1990, p. 17). Essa dimensão conflitiva e estratégica é fundamental para compreender os processos de canonização literária no Brasil oitocentista. Ao representar a nação, o autor não a descreve, mas a “faz existir” como categoria. A exclusão de Maria Firmina dos Reis do cânone, por exemplo, não se deve apenas a preconceitos sociais, mas ao fato de que sua obra representava uma “nação alternativa”, abolicionista, matriarcal, negra, que ameaçava a representação hegemônica. A pesquisa histórica deve, portanto, investigar os efeitos de realidade produzidos pelas representações literárias, examinando como elas instituem hierarquias, legitimam poderes e organizam o real.

Michel de Certeau oferece instrumentos complementares para analisar tanto a operação historiográfica quanto as práticas cotidianas de leitura. Sua concepção da escrita da história como prática socialmente situada, “uma prática que se constrói em função de uma instituição, mas que obedece a regras próprias” (Certeau, 1982, p. 76), corrobora que o discurso sobre o passado, assim como a Literatura, faz uso de recursos narrativos e estratégias ficcionais, sem que isso invalide seu estatuto científico, mas impondo uma reflexão crítica sobre seus procedimentos. A noção de *tática*, nesse sentido, é particularmente produtiva para compreender as práticas de leitura nos periódicos oitocentistas. Definida como “ação calculada determinada pela ausência de um próprio” (Certeau, 1998, p. 100), a *tática* caracteriza os consumidores que, desprovidos de um lugar institucional no campo literário, desenvolvem formas de apropriação e ressignificação que escapam ao controle de autores e editores. Os leitores de folhetins, ao fragmentarem, reorganizarem e reinterpretarem os textos, produzem sentidos não previstos pelas estratégias editoriais. Todavia, é necessário evitar uma dicotomia simplista entre estratégia (instituições, editores) e *tática* (leitores, agentes periféricos), pois um mesmo agente pode operar estrategicamente em determinadas circunstâncias e taticamente em outras, dependendo de sua posição no campo e das relações de força em jogo. Autores brasileiros oitocentistas, por exemplo, atuavam taticamente em relação ao campo literário europeu, mas estrategicamente em relação ao campo literário nacional, de modo que a análise deve examinar as relações e não as identidades fixas.

Já Sandra Jatahy Pesavento articula História e Literatura ao compreender o imaginário como “sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo”

(Pesavento, 2006, p. 3). A força das representações, salienta a autora, não reside em seu valor de verdade ou na correspondência com o real, mas em sua capacidade de substituir a realidade que representam, construindo o mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem. A Literatura, nessa perspectiva, é “discurso privilegiado de acesso ao imaginário” (Pesavento, 2006, p. 3), permitindo ao historiador “enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam” (Pesavento, 2006, p. 5). Contudo, a Literatura não é apenas fonte documental para o historiador acessar o imaginário; ela é uma prática social que articula, de modo irremediavelmente estético, as representações do mundo social. A especificidade do literário não é um obstáculo ao conhecimento histórico, mas aquilo que o torna possível. Conforme Candido (1959), a Literatura é sistema que articula forma e contexto; nessa perspectiva, a pesquisa histórica deve investigar como a forma estética produz representações, e a materialidade do periódico e as práticas de leitura devem ser analisadas como elementos que constituem a experiência estética.

A investigação sistemática de fontes primárias tem permitido uma revisão substantiva do cânone literário brasileiro, evidenciando que sua constituição não obedece a critérios estéticos universais, mas a critérios concretos de exclusão que operam em múltiplas dimensões.

A análise desses critérios é fundamental para desnaturalizar o cânone e compreender seu caráter histórico e contingente. O cânone literário brasileiro foi construído a partir de uma perspectiva que privilegiou autores do sudeste em detrimento de outras regiões, uma vez que a concentração das instituições de consagração, a Academia Brasileira de Letras, as principais editoras, a crítica literária, no eixo Rio-São Paulo criou um viés regional que excluiu sistematicamente autores de outras províncias. A obra de autores do Norte, Nordeste e Sul, mesmo quando publicada em periódicos locais, raramente alcançava a visibilidade necessária para ser incorporada à história literária nacional.

Nesse sentido, os periódicos do século XIX auxiliam na reconstituição da vida literária brasileira. Mais do que repositórios de contos e folhetins esquecidos, os jornais se constituíram como espaços de produção e negociação de sentidos, nos quais se articulavam diferentes vozes e interesses em torno da Literatura. Como observa Barbosa, “a ampla divulgação do conto, da novela e do romance estrangeiro” nos periódicos estava relacionada às práticas de leitura e ao gosto do público, que por sua vez orientava o trabalho dos escritores (Barbosa, 2007, p. 21). No entanto, a

afirmação de que os periódicos assumiam “um lugar democrático de escrita anônima” (Certeau, 1998, p. 42) deve ser qualificada, pois variavam profundamente em prestígio, tiragem, preço, alcance geográfico e público-alvo.

A posição do autor no campo editorial, se escreve para a *Revista Brasileira* ou para o *Correio Mercantil*, é determinante para sua visibilidade e para o tipo de capital que acumula. O caráter democrático dos periódicos, portanto, deve ser relativizado, posto que ampliavam o acesso aos textos, mas reproduziam e aprofundavam hierarquias.

3 PRÁTICAS DE LEITURA E MATERIALIDADE

A materialidade do texto, entendida como o conjunto de características físicas e editoriais do suporte que veicula a obra, é elemento constitutivo de sua significação. Chartier argumenta que não existe texto fora do suporte que o dá a ler, e que a compreensão depende das formas pelas quais ele chega ao leitor (Chartier, 1990, p. 18). A análise da materialidade dos periódicos deve considerar múltiplos aspectos — formato, periodicidade, qualidade do papel, ilustrações, anúncios, diagramação, tipografia —, pois a forma como o periódico se apresenta ao leitor condiciona sua leitura: um folhetim ilustrado era lido de modo diferente de um texto sem imagens, e uma seção de anúncios indica o perfil socioeconômico do público-alvo.

A pesquisa histórica deve igualmente investigar a composição social do público leitor — se homens ou mulheres, se elites ou camadas populares, se leitores urbanos ou provincianos —, uma vez que a leitura não é uma prática homogênea. As diferenças de gênero na leitura são particularmente significativas: a leitora de romances era vista com desconfiança por setores conservadores, enquanto o leitor de ensaios era respeitado; as representações iconográficas da época, que figuravam a leitora como mulher entregue a devaneios perigosos, revelam a tentativa de controle sobre o acesso feminino aos textos. Além disso, a leitura no século XIX, longe de ser atividade solitária e silenciosa, era frequentemente prática social que envolvia leitura oral para a família ou grupos de amigos, troca de impressões e participação em saraus e clubes de leitura. A leitura de periódicos, em particular, ultrapassava o ato individual de ler, pois envolvia comentários, discussões, empréstimos e recortes.

4 LITERATURA, REPRESENTAÇÃO E PRODUÇÃO DO SOCIAL

A compreensão da Literatura como representação é fundamental para a pesquisa histórica que utiliza fontes literárias. Em vez de perguntar se determinada obra reflete fielmente a realidade social de sua época, o pesquisador deve indagar como essa obra construiu representações reconhecidas como válidas por seus contemporâneos, e como essas representações participaram da constituição de identidades, valores e hierarquias sociais. Bourdieu aprofunda essa percepção ao mostrar como a “violência simbólica” se apoia na consonância entre as estruturas do *habitus* dos dominados e a estrutura da relação de dominação (Bourdieu, 2008, p. 164). A exclusão de vozes periféricas do cânone é um processo enraizado em relações de poder: a dominação simbólica opera quando os dominados reconhecem como legítimas as representações que os dominantes impõem, naturalizando hierarquias que são produtos históricos. Certeau, ao analisar as representações coletivas, argumenta que a representação que o grupo faz de si mesmo só pode se perpetuar no trabalho incessante de representação teatral, pelo qual os agentes produzem e reproduzem a aparência de conformidade à verdade ideal do grupo (Certeau, 1998, p. 52). O cânone literário, nessa ótica, é uma dessas representações que, ao se apresentar como natural, oculta seu caráter de construção social e histórica.

A pesquisa histórica evidencia ainda o caráter transnacional da Literatura Brasileira, desfazendo a imagem de tradição nacional autossuficiente. A Literatura Brasileira do século XIX se revela como ação articulada entre pessoas de diferentes nacionalidades e funções — editores, tradutores, críticos e leitores — que circulavam entre diferentes espaços e participavam de um movimento partilhado de elaboração das identidades literárias.

A noção de estratégia formulada por Certeau permite identificar as estratégias de editores, críticos e escritores que buscavam impor visões sobre o que deveria constituir a Literatura nacional, envolvendo negociações, resistências e apropriações. A busca de reconhecimento no exterior é um exemplo de como agentes brasileiros, ao se inserirem em campo transnacional marcado por assimetrias de poder, desenvolviam estratégias de apresentação e interpretação que visavam tornar a Literatura Brasileira legível para públicos estrangeiros, ao mesmo tempo em que desenvolviam táticas de resistência que subvertiam hierarquias estabelecidas.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa histórica em Literatura exige do investigador o domínio da teoria literária e a capacidade de manejar fontes primárias, compreender as condições materiais de produção e circulação dos textos, e refletir criticamente sobre os procedimentos pelos quais constrói seu conhecimento sobre o passado. A metodologia deve explicitar critérios de seleção de fontes, procedimentos de análise da materialidade e do conteúdo, e a relação entre achados empíricos e categorias teóricas. A distinção entre sistema literário, campo editorial e práticas de leitura evita a confusão entre níveis analíticos diferentes, e a pesquisa histórica em periódicos pode acessar os três níveis simultaneamente, permitindo uma compreensão integrada do fenômeno literário.

Ao integrar as contribuições da História Cultural, da teoria dos campos e da análise das práticas, a pesquisa histórica da Literatura oferece um caminho para superar as oposições que tradicionalmente fragmentaram os estudos literários — entre forma e conteúdo, texto e contexto, estética e política, nacional e transnacional. Ao desvelar as condições sociais de produção e recepção das obras, essa abordagem permite compreender a Literatura como prática social simultaneamente inserida em dinâmicas de poder e processos de criação estética. A pesquisa histórica contribui, por fim, para uma compreensão mais democrática e plural da Literatura Brasileira, ao incluir vozes e perspectivas até então marginalizadas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. O. **A Literatura no jornal**: escritores e leitores no Rio de Janeiro oitocentista. São Paulo: EDUSP, 2007.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2008.

CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. São Paulo: Martins Fontes, 1959.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

PESAVENTO, S. J. História e Literatura: uma velha-nova história. *In*: COSTA, C. B.; MACHADO, M. C. T. (Org.). **História e Literatura**: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 11-29.

PESAVENTO, S. J. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.